



PERSPETIVAS ECONÓMICAS REGIONAL DA CEDEAO

EDIÇÃO 2023

ANÁLISE PROSPETIVA DAS DINÂMICAS ECONÓMICAS REGIONAIS
FACE À INSTABILIDADE POLÍTICA E ÀS AMEAÇAS À SEGURANÇA



Publicado pela Comissão da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (Comissão da CEDEAO).

© 2023 Comissão da CEDEAO

Todos os direitos reservados. Publicado 2024

As Perspetivas Económicas Regionais da CEDEAO (PERC) são a primeira publicação anual da Comissão da CEDEAO.

As opiniões e recomendações de políticas expressas nesta edição não são necessariamente as da Direção da Comissão da CEDEAO, dos seus órgãos estatutários ou dos Estados Membros que representam, mas sim os dos colaboradores.

Exceto no caso de citações curtas devidamente reconhecidas, nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida sob qualquer forma, eletrónica ou outra, sem autorização.

Para mais informações, contacto:

Diretor de Investigação e Estatística.

Departamento de Assuntos Económicos e Agricultura

Comissão da CEDEAO

River Plaza and Mall

Central Business District

Abuja, Nigeria

www.ecowas.int

Índice de Conteúdos

Lista de Figuras	iv
Lista de Quadros	vii
Lista de Caixas	viii
Lista de Abreviaturas e Acrónimos	xii
Resumo Executivo	xiv
Mensagem do Presidente da Comissão da CEDEAO	xxii
Agradecimentos	xxiv
Prefácio	xxvi
Capítulo 1: Desenvolvimentos Económicos Recentes e Perspectivas	1
Capítulo 2: Desempenho e Perspetivas Económicas da CEDEAO	13
1 Desempenhos Económicos do Espaço CEDEAO	14
2 Perspetivas Económicas do Espaço CEDEAO	39
3 Fatores de Risco	49
Capítulo 3: Paz, Segurança e Estabilidade no Espaço CEDEAO	50
1 Contexto	51
2 Definição e Importância da Paz, da Segurança e da Estabilidade no Processo de Desenvolvimento das Nações	53
2.1 Definições de Conceitos-Chave	53
2.1.1. Paz	53
2.1.2. Segurança	54
2.1.3. Estabilidade	54
2.2. Importância da Paz, da Segurança e da Estabilidade no Processo de Desenvolvimento das Nações	55
3 Estado de Paz, Segurança e Estabilidade na CEDEAO	56
3.1. Estado da Paz na CEDEAO	56



3.2. A Situação da Segurança no Espaço CEDEAO	59
3.2.1. Terrorismo	64
3.2.2. Pirataria, Banditismo e Cibercriminalidade	65
3.3 Estado de Estabilidade na CEDEAO	66
4 Impacto da Situação Social e de Segurança no Desempenho Socioeconómico do Espaço CEDEAO	70
4.1. Impacto Sobre o Crescimento Económico	71
4.2. Impactos Sobre o Emprego	74
4.3. Impactos Sobre a Inflação	76
4.4. Impactos Sobre as Finanças Públicas	78
4.5. Impactos Sobre a Situação Humanitária	87
4.6. Impacto da Paz, Segurança e Estabilidade no alcance do ODS 16	90
4.6.1 Generalidade Sobre ODS 16	90
4.6.2 Pontode Situaçãoda Realização do ODS 16 na CEDEAO	91
5 Análise da Arquitetura de Paz, Segurança e Estabilidade da CEDEAO	95
5.1 Arquitetura da Paz e da Segurança da CEDEAO	95
5.1.1 Órgãos da Arquitetura de Paz e Segurança da CEDEAO	96
5.1.2 Instrumentos Jurídicos da Arquitetura de Paz e Segurança da CEDEAO	97
5.2. Análise SWOT/FFOM da Arquitetura de Paz e Segurança da CEDEAO	101
5.2.1 Pontos Fortes e Fracos da Arquitetura de Paz e Segurança	101
5.2.2 Oportunidades e as Ameaças da Arquitetura de Paz e de Segurança	102
5.2.3 Resumo dos Pontos Fortes, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças da Arquitetura de Paz e Segurança da CEDEAO	102
5.3 Recomendações para Reforçar a Arquitetura de Paz e de Segurança da CEDEAO	103
Conclusões e Recomendações	105

Nota dos Estados Membros	111
Benim	112
Burkina Faso	114
Cabo Verde	116
Côte d'Ivoire	118
A Gâmbia	120
Gana	122
Guiné	124
Guiné-Bissau	126
Libéria	128
Mali	130
Níger	132
Nigéria	134
Senegal	136
Serra Leoa	138
Togo	140
Anexo	142
Referências Gerais	147

Lista de Figuras

Figura 1	Taxa de Crescimento do PIB Real por Região de 2020 a 2022 e Projeções de 2023 a 2024	3
Figura 2	Taxa de Crescimento Real do PIB em África e Suas Regiões de 2020 a 2022 e Projeções para 2023 e 2024	6
Figura 3	Inflação Mundial e Regional de 2020 a 2022 e Projeções de 2023 a 2024	9
Figura 4	Inflação nas Sub-Regiões Africanas de 2020 a 2022 e Projeções para 2023 e 2024	10
Figura 5	Taxa de Crescimento Real do PIB e Inflação na CEDEAO: de 2010 a 2022	14
Figura 6	Taxa de Crescimento do PIB Real de Mais de 5 por Cento e Taxa de Inflação de Alguns Estados membros da CEDEAO: de 2010 a 2022	14
Figura 7	Os Estados Membros da CEDEAO com uma Taxa de Crescimento Média do PIB Real Superior à 3% e Inferior a 5%: de 2010 a 2022	16
Figura 8	Estados Membros da CEDEAO com Taxas de Crescimento do PIB Real Inferiores a 3%: de 2010 a 2022	17
Figura 9	Contribuição Média dos Estados membros da CEDEAO ao PIB Regional Real: de 2010 a 2022	17
Figura 10	Composição Setorial do PIB Real da CEDEAO: de 2010 a 2022	19
Figura 11	Contribuição Média dos Estados Membros ao Setor Terciário Regional: de 2010 a 2022	20
Figura 12	Taxa Média de Inflação nos Estados Membros da UEMOA e em Cabo Verde: de 2010 a 2022	21
Figura 13	Taxa de Inflação Média dos Estados Membros da ZMAO: de 2010 a 2022	22
Figura 14	Rácio Médio do Investimento Total em relação ao PIB da Região da CEDEAO: de 2010 a 2022	23
Figura 15	Rácio Médio dos investimentos em Relação ao PIB dos Estados Membros da CEDEAO: de 2010 a 2022	23
Figura 16	Taxas Médias de Empréstimo e de Poupança na Região da CEDEAO, na Nigéria e no Gana: de 2010 a 2022	25
Figura 17	Crédito Total ao Setor Privado e Público na Região da CEDEAO: de 2010 a 2022	27
Figura 18	Rácio da Dívida Pública Bruta em Relação ao PIB da Região da CEDEAO: de 2010 a 2022	30



Figura 19	Despesas, Receitas e Saldo Orçamental em percentagem do PIB: de 2010 a 2022	31
Figura 20	Exportações Totais, Importações Totais e Balança Comercial no espaço CEDEAO: de 2010 a 2022	33
Figura 21	Contribuição média dos Estados Membros da CEDEAO para as Importações Intra-CEDEAO	35
Figura 22	Contribuição média dos Estados Membros da CEDEAO às Exportações Intra-CEDEAO	36
Figura 23	Saldo Médio da Conta Corrente em Relação ao PIB dos Estados Membros da CEDEAO: de 2010 a 2022	36
Figura 24	Projeções de Crescimento para a África e Suas Sub-Regiões para 2023 e 2024	40
Figura 25	Projeções das Taxas de crescimento do PIB Real e da Inflação da CEDEAO: de 2023 a 2025	41
Figura 26	Projeção das Taxas de Crescimento Médias do PIB e da Inflação nos Estados membros da CEDEAO: de 2023 a 2025	42
Figura 27	Taxa de Crescimento Média do PIB Real e da Inflação nos Estados Membros da CEDEAO com um PIB Real Médio Superior ou Igual a 5%: de 2023 a 2025	43
Figura 28	Taxa de Crescimento Média do PIB Real e da Inflação nos Estados Membros da CEDEAO com um PIB Real Médio Inferior a 5%: de 2023 a 2025	43
Figura 29	Dívida Pública em Relação ao PIB na Região da CEDEAO: de 2023 a 2025	47
Figura 30	Índice Mundial de Paz para os Países do Espaço CEDEAO entre 2021 e 2022	58
Figura 31	Número de Incidentes de Insegurança por Categoria e País (1997-2022)	60
Figura 32	Tendências dos Incidentes de Insegurança e das Mortes na CEDEAO (Exceto Cabo Verde)	61
Figura 33	Número de Incidentes de Segurança por País	62
Figura 34	Número de Mortes por País	62
Figura 35	Incidentes de Insegurança e Mortes por País, Média no Período de 2010 a 2022	63
Figura 36	Situação do Terrorismo na Região da CEDEAO em 2021	64



Figura 37	Incidentes de Pirataria por Região	66
Figura 38	Índice de Fragilidade dos Países Membros da CEDEAO em 2022	67
Figura 39	Evolução da Taxa de Desemprego no Espaço da CEDEAO 1998-2022	68
Figura 40	População Jovem em Percentagem da População Total da CEDEAO	68
Figura 41	Correlação entre Incidentes de Segurança e Crescimento Económico	72
Figura 42	Taxas de Crescimento Económico Média nos Países da CEDEAO: de 2011 a 2022	73
Figura 43	Correlação entre a Insegurança e a Taxa de Desemprego	74
Figura 44	Taxas de Desemprego nos Estados Membros da CEDEAO: de 2020 a 2022	75
Figura 45	Correlação entre Insegurança e Inflação	76
Figura 46	Avaliação da Evolução da Taxa de Inflação em Média Anual e Proporção em % de Satisfação deste Critério ($\leq 5\%$) durante o Período de 2012 a 2021	77
Figura 47	Correlação entre a Insegurança e o Saldo Orçamental	78
Figura 48	Rácio do Défice Orçamental, Incluindo Subvenções (com Base nas Autorizações) / PIB em $\% \leq 3\%$	79
Figura 49	Correlação entre a Insegurança e a Despesa Militar per Capita	80
Figura 50	Ratio Dette Publique/PIB Nominal en $\% \leq 70\%$ sur la Période de 2012 a 2021	81
Figura 51	Evolução da Perceção da Corrupção na CEDEAO	89
Figura 52	Segurança e o Estado de Direito na Região da CEDEAO	89
Figura 53	Participação, Direitos Humanos e Inclusão na CEDEAO	90
Figura 54	Situação dos Estados Membros da CEDEAO na Realização do ODM 16 em 2019	91
Figura 55	Componente da Arquitetura de Paz e Segurança da CEDEAO	92

Lista de Quadros

Quadro 1	Taxa de Crescimento Real do PIB por Região de 2020 a 2022 e Projeções para 2023 e 2024	4
Quadro 2	Taxa de Crescimento do PIB em África e Suas Sub-Regiões de 2020 a 2022 e Projeções para 2023 a 2024	7
Quadro 3	Financiamento do Défice Orçamental pelo Banco Central	82
Quadro 4	Panorama do Impacto da Insegurança nos Setores Sociais Básicos em Certos Estados Membros da CEDEAO	83
Quadro 5	Resumo da Análise SWOT	100

Lista de Caixas

Caixa 1	Nigéria: Empréstimos Bancários de 63 Triliões de Nairas ao Setor Privado em 2017	26
Caixa 2	Variação dos Preços da Castanha de Caju na Guiné-Bissau	31
Caixa 3	A Nova Metodologia para o Emprego e o Desemprego na Nigéria	38
Caixa 4	Segundo Fitch, a Taxa de Inflação da Nigéria Atingirá 27,5% até ao Final do ano	43
Caixa 5	Efeitos das Alterações nas Notas e na Política de Levantamento de Numerário na Nigéria no Primeiro Trimestre de 2023	44
Caixa 6	O Caminho da Transformação Económica do Nigéria	45
Caixa 7	Consequências da Insegurança no Sahel Central	84
Caixa 8	Lacunas e Desafios do ODS 16	87



Lista de Abreviaturas e Acrónimos

ACLED	Localização de Conflitos Armados e Dados de Eventos
AfDB	Banco Africano de Desenvolvimento
AHSG	Autoridade dos Chefes de Estado e de Governo
AU	União Africana
CIPLEV	Comité para a Prevenção do Extremismo Violento
CNPE/NCC	Comité Nacional para a Política Económica/Comité Nacional de Coordenação
COVID-19	Doença do Coronavírus 2019
CPAPS	Comissário para os Assuntos Políticos, a Paz e a Segurança
DSC	Comissão de Defesa e Segurança
DSF	Forças de Defesa e Segurança
DSSI	Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida
ECONEC	Rede das Comissões Eleitorais da CEDEAO
ECOWARN	Mecanismo de Alerta Rápido da CEDEAO
ECOWAS	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
ECPF	Quadro de Prevenção de Conflitos da CEDEAO
MEED	Mercados Emergentes e Economias em Desenvolvimento
PERC	Perspetivas Económicas Regionais da CEDEAO
SLCC	Sistema de Liberalização do Comércio da CEDEAO
PID	Produto Interno Bruto
GPI	Índice Global de Paz
GTD	Base de dados Sobre Terrorismo Global
PDIs	Pessoas Deslocadas Internamente
IEP	Instituto para a Economia e a Paz
IIAG	Índice Ibrahim de Governação Africana
OIT	Organização Internacional do Trabalho



IMF	Fundo Monetário Internacional
INTERPOL	Organização Internacional de Polícia Criminal
MCSP	Pacto de Convergência e Estabilidade Macroeconómica
MICA	Centro de Cooperação e Sensibilização para a Informação Marítima
MSC	Conselho de Mediação e Segurança
NCERR	Conselho Nacional para Alívio e Reabilitação de Emergências
PSSM	Segurança sica e gestão de stocks
PURS	Programa de Emergência para a Região das Savanas
SDGs	Objetos de Desenvolvimento Sustentável
SDMS	Sistema de Monitorização do Desenvolvimento Socioeconómico
SDRs	Direitos Especiais de Saque
SGIM	Grupo de Apoio ao Islão e aos Muçulmanos
SIPRI	Instuto Internacional de Invesgação para a Paz de Estocolmo
SOE	Empresas Públicas
SWOT	Fortes, Fracos, Oportunidades e Ameaças
UN	Nações Unidas
UNECA	Comissão Económica das Nações Unidas para África
UNHCR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNOCHA	Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários das Nações Unidas
UNODC	Gabinete das Nações Unidas para a Droga e o Crime
UNOWAS	Gabinete das Nações Unidas para a África Ocidental e o Sahel
WAMZ	Zona Monetária da África Ocidental
WAEMU	União Económica e Monetária da África Ocidental
WDI	Indicadores de Desenvolvimento Mundial



Resumo Executivo

Sob o tema “*Análise Prospetiva das Dinâmicas Económicas Regionais face aos riscos de instabilidade Política Iminente e às Ameaças à Segurança*”, a primeira Edição das Perspetivas Económicas Regionais da CEDEAO (PERC) apresenta uma análise dos desafios atuais, oportunidades e tendências que moldam as economias nos Estados membros da CEDEAO. Analisa os principais indicadores económicos, tendências e projeções, oferecendo uma análise aprofundada dos desafios enfrentados pelos Estados membros da CEDEAO e das oportunidades que se apresentam. O relatório também examina a paisagem da Paz, Estabilidade e Segurança como um catalisador para o desenvolvimento económico sustentável, de acordo com a nova Visão 2050 da CEDEAO, que projeta uma CEDEAO dos povos, onde a Paz e a Prosperidade são acessíveis a todos. Destaca o papel da Paz, da Estabilidade e da Segurança como motores do progresso económico.

O capítulo um, das Perspetivas apresenta uma análise do ambiente económico mundial.

É possível observar um nível de abrandamento económico sem precedentes, com a maioria das principais economias a lutar para sair da recessão induzida pela pandemia de Covid-19 em 2020, bem como a guerra entre a Rússia e a Ucrânia. As Taxas de inflação mais elevadas a nível mundial incitaram a uma maior restritividade dos instrumentos de política monetária, a fim de travar a inflação. O Banco Mundial previu que o crescimento económico mundial abrandaria para cerca de 1,7% em 2023, contra 5,9% em 2021, com uma estimativa de queda do PIB real nas economias avançadas de 2,5% em 2022 para 0,5% em 2023.

A inflação atingiu mais de 10% em 2020 vários Estados membros da zona euro e no Reino Unido, sobrecarregando os orçamentos das famílias e afetou a confiança dos consumidores num contexto de deterioração do sentimento empresarial. O aumento crescente das Taxas de juro tanto do Banco de Inglaterra como do Banco Central Europeu trava as transações financeiras. Estes fatores contribuíram para enfraquecer as atividades económicas e, por conseguinte, o crescimento da produção nas economias avançadas e tiveram um impacto nas Economias Emergentes e em Desenvolvimento (MEED).



Os choques económicos da guerra entre a Rússia e a Ucrânia tiveram um grande impacto nas economias avançadas, na América Latina e nas Caraíbas, na Ásia Oriental e no Pacífico, bem como na Europa e na Ásia Central. A guerra perturbou as cadeias de abastecimento na maior parte do mundo, incluindo nos Estados Unidos e na Zona Euro.

A África Subariana foi moderadamente impactada pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia, com um crescimento real do PIB em ligeira queda de 4,3% em 2021 para 3,4% em 2022. O crescimento real do PIB em África e nas suas sub-Regiões de 2020 a 2022, bem como as projeções para 2023 e 2024, parecem menos voláteis do que noutras Regiões do mundo. O PIB real na Região da CEDEAO deverá crescer a uma Taxa de 3,9% em 2023, contra 4,4% em 2021. A Região não foi tão afetada pela pandemia de COVID-19 como as outras Regiões, pois a Taxa de crescimento real passou para 0,6% em 2020.

Além da desaceleração da Taxa de crescimento do PIB, a pressão inflacionária global intensificou-se em quase todas as economias do mundo em 2022. Embora a Inflação média mundial tenha excedido 9 % no segundo semestre de 2022 na maioria das economias avançadas, ultrapassou praticamente 10 % nos MEEDs. A depreciação das moedas na

maioria dos MEEDs, o aumento dos salários, e dos custos de produção e de abastecimento traduziram-se num aumento dos preços dos produtos finais. A maior proporção do consumo de alimentos e energia nas despesas dos consumidores, associada ao aumento dos preços dos alimentos e da energia, acelerou a pressão inflacionista em muitos países membros de baixa renda que dependiam das importações de alimentos e energia para consumo local. Por conseguinte, a Inflação de base mundial atingiu 6 % no final de 2022.

A nível regional, a Inflação no Norte de África foi sistematicamente inferior à média africana entre 2020 e 2022 e deverá também permanecer abaixo da média do continente em 2023 e 2024. Na África Austral, a inflação permaneceu abaixo da média africana de 15,5% a partir de 2021. Foi de 12,6% entre 2020 e 2022 e deverá diminuir para 10,1% em 2023 e 6,7% em 2024. A Região da África Oriental teve a maior Taxa de Inflação na África, passando de uma média de 17,3% em 2020 para 40,7% em 2021 e diminuindo para 28,9% em 2022. A Inflação na Região da África Central foi a mais baixa de África. Na Região da CEDEAO, a inflação foi ligeiramente superior à média africana, mas muito inferior à da África Oriental.



O Capítulo dois trata do desempenho económico e das perspetivas da CEDEAO.

O Crescimento económico medido pelas variações do PIB real mostra um desempenho mitigado no período 2010 a 2022 devido ao ambiente económico mundial difícil, à ocorrência de várias pandemias e aos desafios relacionados com a saúde. Em 2011, a Taxa de crescimento real do PIB foi de 5,2%, mas subiu para 4,1 % em 2015 e depois caiu novamente para -0,6% em 2016, devido aos efeitos negativos da crise epidémica a virus do Ébola de 2014 a 2016 e à queda dos preços do petróleo. Posteriormente, a ligeira recuperação de 2,9% do crescimento real do PIB em 2018 foi de curta duração, pois aumentou para -0,1% em 2020 devido à pandemia de COVID-19. A Região registou uma recuperação pós-COVID-19 com um aumento no crescimento económico para 3,9% em 2022.

Durante o mesmo período, a Região operou num ambiente marcado por uma forte inflação. A análise da Taxa de inflação regional mostra que a Taxa regional caiu de 10,6% em 2010 para 7,6% em 2014, depois aumentou para 13,3% em 2017, antes de atingir um pico histórico de 17,3% em 2022. Este aumento deveu-se aos efeitos da depreciação das moedas nacionais de alguns Estados membros em relação às principais moedas internacionais e ao aumento acentuado dos preços mundiais dos produtos alimentares e do petróleo, juntamente com os efeitos persistentes da pandemia do COVID-19. A Inflação elevada resultou de políticas económicas globais que adicionaram uma pressão adicional sobre as moedas nacionais na Região, com uma depreciação das Taxas de câmbio, nomeadamente na Serra Leoa, na Nigéria e no Gana. Durante este período, o índice de petróleo e energia aumentou 33,5%. Do mesmo modo, a inflação dos produtos alimentares também reflete o aumento do índice alimentar global que registou um aumento de 14,1% em 2022. Outras causas da inflação elevada incluem os

custos elevados e crescentes da energia e dos transportes, bem como o aumento dos preços administrativos, em especial da eletricidade e dos serviços públicos.

A análise regional de 2021 e 2022 revelou diferentes níveis de desempenho económico dos Estados membros da CEDEAO. Por exemplo, a Côte d'Ivoire apresentou um crescimento económico notável, com uma Taxa de crescimento real do PIB de 7,4% em 2021 e 6,7% em 2022, atribuível à implementação de vários programas de intervenção económica e social. A economia real da Nigéria, que cresceu 3,4% em 2021 e caiu ligeiramente para 3,1% em 2022, beneficiou dos elevados preços do petróleo, da recuperação dos serviços e da indústria transformadora e do apoio político à agricultura.

No entanto, o efeito do aumento dos preços do petróleo foi compensado pelas restrições à produção causadas pelo roubo de petróleo e pela insegurança nas Regiões produtoras de petróleo. O crescimento económico do Gana registou uma diminuição de 5,1% em 2021 para 3,1% em 2022, abaixo da média da CEDEAO de 3,9%. Esta queda é devida a políticas monetárias restritivas, à elevada dívida pública e ao enfraquecimento da moeda local.

Em termos de desempenho orçamental na Região da CEDEAO, vários fatores estiveram em jogo a nível dos Estados membros. Estes estão relacionados com as políticas orçamentais, os empréstimos externos, as Taxas de crescimento económico e o aumento do serviço da dívida. O saldo orçamental da Região em percentagem do PIB deteriorou-se de -4,5% em 2010 para -5,6% em 2022, devido ao elevado serviço da dívida, aos subsídios e às intervenções relacionadas com a COVID-19.

No contexto do desenvolvimento socioeconómico, os Estados membros da CEDEAO registaram diferentes ritmos e padrões de situação socioeconómica variáveis.



O cálculo da média regional dos indicadores socioeconómicos da CEDEAO é difícil porque os Estados membros da CEDEAO utilizaram diferentes metodologias para calcular os indicadores em diferentes períodos. Este fator exige, portanto, uma metodologia normalizada e harmonizada para o cálculo dos diferentes indicadores no espaço CEDEAO. Além do mais, as Taxas combinadas de pobreza e desemprego refletem a prevalência de desafios socioeconómicos e dão uma ideia da ineficácia das políticas sociais e dos esforços de desenvolvimento económico. A incidência da pobreza indica que uma proporção significativa da população não tem acesso a bens de primeira necessidade e tem dificuldade em satisfazer as suas necessidades quotidianas. Este facto sublinha a necessidade de intervenções específicas em domínios como a educação, os cuidados de saúde e a redistribuição dos rendimentos para reduzir a pobreza e melhorar o nível de vida.

As perspetivas de desempenho económico para a Região da CEDEAO são bastante promissoras, uma vez que se prevê que o crescimento real do PIB aumente de 5,4% em 2023 para 6,1% em 2024. Este valor é superior à projeção do crescimento real do PIB global de 1,7% em 2023 e 2,7% em 2024 (BAD 2023). O desempenho regional será melhor do que o da África Austral. Os principais motores das perspetivas de crescimento da CEDEAO são os elevados desempenhos de crescimento em Estados membros como o Benim, a Côte d'Ivoire, o Níger, o Senegal e o Togo. Além disso, a Taxa de inflação regional cairá de 18,8% em 2023 para 12,9% em 2024 e 11,9% em 2025. Onze Estados membros da CEDEAO deverão registar uma Taxa de crescimento média de pelo menos 5% entre 2023 e 2025. Ademais, onze Estados membros registarão uma Taxa de inflação de um número, enquanto quatro registarão uma inflação de dois dígitos: Gana, Serra Leoa, Nigéria e Gâmbia. Com os golpes

de Estado no Níger, na Guiné, no Burkina Faso e no Mali, o impacto negativo da instabilidade política tornará irrealista a Taxa de crescimento regional prevista. As sanções impostas pelos Estados membros da CEDEAO terão um impacto negativo nas economias nacionais e regionais dos Estados membros. A Serra Leoa, a Nigéria e o Gana registarão uma Taxa de crescimento inferior a 5%, mas uma Taxa de inflação elevada. No Gana, uma Taxa de crescimento real do PIB moderada de 3,9% será acompanhada por uma Taxa de inflação muito elevada de cerca de 17,5%. A situação será semelhante na Nigéria, onde a Taxa média de crescimento de 3,0% será igualmente acompanhada por uma Taxa de inflação de 15,6%. A Serra Leoa registará uma Taxa de crescimento do PIB de 4,2%, com uma elevada Taxa de inflação de 21,5%.

O abrandamento da economia mundial, as elevadas Taxas de inflação e as condições financeiras internas, num contexto de elevados níveis de dívida e de serviço da dívida, são os principais fatores subjacentes a esta tendência. As Taxas de crescimento projetadas deverão ser impulsionadas, do lado da procura, pela volatilidade da economia mundial (recuperação das economias emergentes, como a China) e pela absorção interna (ou seja, queda do consumo e do investimento das famílias). Do lado da oferta, a agricultura, a indústria e os serviços deverão alimentar a expansão prevista. Em termos de contribuições sectoriais, o sector líder será o sector terciário (42%), seguido do sector secundário (32%) e do sector primário (26%) em 2024. As previsões para as Taxas de crescimento económico não são uniformes em todos os estados membros, uma vez que se prevê que o crescimento do PIB na zona UEMOA mais Cabo Verde aumente 5,9 por cento em 2022 para 6,9 em 2023, e a zona ZMAO desça de 3,3% em 2022 para 3,1% em 2023.

As perspetivas de crescimento económico na



ZMAO são negativas devido ao provável fraco desempenho das duas maiores economias da Região, a Nigéria e o Gana. Prevê-se que a atividade económica na Nigéria diminua para 3,2% em 2023, contra 3,3% em 2022, em resultado da implementação de políticas monetárias e cambiais. Prevê-se também que a atividade económica no Gana diminua para 1,6% em 2023, de 3,1% em 2022, à medida que a crise energética se agrava e a produção de petróleo permanece baixa.

A nível regional, o desempenho económico da Côte d'Ivoire e do Senegal deverá compensar algumas das perdas. A Côte d'Ivoire deverá registar uma Taxa de crescimento de 7,2% em 2023, contra 6,7% em 2022. O Senegal também deverá registar um crescimento impressionante de 8,8% em 2023, acima dos 4,2% em 2022. Do mesmo modo, espera-se que a atividade económica melhore em todos os outros Estados membros em 2024. Prevê-se que o défice orçamental da Região aumente para 5,4% do PIB em 2023, face a 5,3% do PIB em 2022. A dívida pública manter-se-á elevada em resultado do estímulo orçamental sustentado, com um aumento previsto de 5,0% em 2023 e uma estabilização em 2024. Embora os riscos para a sustentabilidade da dívida a curto prazo sejam limitados, os Estados membros com uma dívida pública elevada têm de adotar políticas orçamentais a longo prazo. No entanto, a combinação de baixo crescimento económico, o aumento da inflação e a depreciação das moedas nacionais é suscetível de exacerbar os níveis de dívida. A capacidade de atenuar as projeções de 2023 a 2025 dependerá da capacidade dos Estados membros para gerir o seu endividamento, o crescimento económico e os custos dos empréstimos influenciados pelas Taxas de juro mundiais e pelos mercados financeiros internacionais.

De 2023 a 2025, prevê-se que o rápido aumento

dos preços internos aumente o pessimismo dos consumidores, conduzindo a um enfraquecimento do poder de compra. A subida contínua do Índice de Preços no Consumidor (IPC), combinada com a agressiva contenção monetária por parte de vários bancos centrais, deverá conduzir a custos de empréstimos mais elevados e a um arrastamento dos preços dos ativos. Esta situação deverá conduzir a uma contração do consumo privado, sinal de um verdadeiro abrandamento económico.

As tendências dos preços dos produtos de base em 2023 sugerem uma continuação da redução dos preços dos produtos de base não energéticos que teve início em 2022. Os Estados membros têm de diversificar as suas economias e reduzir a sua dependência de um único produto de base para atenuar os riscos associados à volatilidade dos preços. Os esforços para investir em práticas agrícolas sustentáveis e no desenvolvimento de infraestruturas podem ajudar a reforçar a resistência aos choques externos e, potencialmente, conduzir a uma maior estabilidade dos preços dos produtos de base a longo prazo. O acompanhamento das tendências do mercado mundial e a adoção de políticas económicas adaptáveis serão cruciais para permitir à CEDEAO fazer face às complexidades das flutuações dos preços dos produtos de base em 2024. As perspetivas da balança corrente para a Região da CEDEAO estão sujeitas a várias incertezas, dada a natureza menos diversificada das economias dos Estados membros da CEDEAO. Um conflito prolongado entre a Rússia e a Ucrânia conduzirá a uma fraqueza contínua no comércio mundial. Os importadores líquidos de matérias-primas são os mais expostos ao impacto do conflito e ao consequente aumento acentuado dos preços das matérias-primas. É provável que estes Estados membros registem um aumento dos défices comerciais e da balança corrente.



Os principais fatores do deficit da conta corrente são o deficit comercial e os pagamentos líquidos de fatores no exterior. Em consonância com a procura mundial, o défice da balança corrente deverá diminuir parcialmente para 3% do PIB em 2023 e para 6% do PIB em 2024. O défice comercial deverá fazer baixar o défice da conta corrente em geral. Os défices das contas correntes nos Estados membros com forte intensidade de recursos e exportadores de petróleo deverão aumentar, enquanto os Estados membros com forte intensidade de recursos naturais, como o Gana, deverão registar uma queda das receitas de exportação se os preços dos recursos naturais baixarem. Por outro lado, é provável que os Estados membros dependentes do turismo, como Cabo Verde e a Gâmbia, registem uma melhoria da sua conta corrente à medida que o mercado recupera totalmente das restrições impostas pela COVID-19.

Fatores de Riscos: A possibilidade de uma guerra prolongada entre a Rússia e a Ucrânia poderá perturbar as cadeias de abastecimento mundiais e conduzir a um aumento dos preços dos géneros alimentícios e da energia. A persistência da inflação, o agravamento prolongado das condições financeiras mundiais, os elevados custos de capital e o fraco desempenho da mobilização de recursos internos poderão

agravar os problemas de endividamento excessivo da Região. Um risco adicional é a deterioração da Segurança regional devido ao terrorismo, nomeadamente em Estados membros como o Mali, o Burkina Faso, o Níger e a Nigéria. Sabe-se que estes desafios em matéria de Segurança causam problemas nas fronteiras com os Estados membros vizinhos, como o Gana e o Togo.

As perdas e danos devidos ao clima e a outros choques climáticos extremos podem ter um impacto na produtividade agrícola, aumentar os já elevados custos dos alimentos e aumentar a pobreza extrema. Um dos principais desafios que o espaço CEDEAO enfrenta é a forma de atenuar os riscos de um abrandamento económico na sequência do endurecimento das políticas monetárias destinadas a reduzir as pressões inflacionistas regionais. As incertezas que rodeiam o ambiente macroeconómico são ainda agravadas pela natureza síncrona da atual onda de restrições financeiras. Este facto obriga os Bancos Centrais a ter plenamente em conta os efeitos de arrastamento das suas decisões de tornar a política monetária mais restritiva para garantir o objetivo da inflação. O aumento das Taxas de juro para conter as pressões inflacionistas tende a criar estrangulamentos do lado da oferta, aumentando o custo do crédito.

As Perspetivas de Desempenho Económico do espaço CEDEAO são muito promissoras, com um crescimento real do PIB que deverá aumentar de 5,4% em 2023 para 6,1% em 2024.



O Capítulo Três das Perspetivas analisa as questões de Paz, Segurança e Estabilidade.

A CEDEAO fez da Paz e da Segurança o seu primeiro objetivo estratégico em termos de desenvolvimento socioeconómico no âmbito do Pilar 1 da Visão 2050 da CEDEAO, intitulado "Paz, Segurança e Estabilidade", com vista a "tornar a CEDEAO uma Região segura, estável e pacífica". No entanto, alcançar a Paz, a Segurança e a Estabilidade continua a ser uma busca constante e não uma realidade em todo o mundo, particularmente em África. O número de Estados membros afetados por conflitos na África Subariana (ASS) aumentou de 15, no período de 1990-2000, para 17 no período de 2014-2016. Observou-se também um ressurgimento de golpes de Estado desde 2021 (no Mali, na Guiné e no Burkina Faso, bem como no Níger, a partir de 26 de julho de 2023), o que indica verdadeiras fragilidades democráticas e políticas e uma séria ameaça à Paz na Região.

Os problemas de Segurança na Região da CEDEAO estão a aumentar, com um aumento dos conflitos em comparação com o resto da África Subariana, apesar dos esforços das instituições regionais. A insegurança marítima também está a aumentar. A pirataria e os assaltos à mão armada no mar custam aos Estados do Golfo da Guiné cerca de 1,94 mil milhões de dólares por ano (UNODC, 2022). Os encargos portuários e os direitos de importação perdidos devido à redução da atividade marítima são estimados em 1,4 mil milhões de dólares por ano (UNOWAS, 2022).

Os valores do índice calculados para os Estados membros da CEDEAO em 2022 colocam o índice médio global de Paz em 2,25, indicando que a Região da CEDEAO tem um nível médio de Paz. A Região está a registar uma ligeira deterioração da Paz, embora existam disparidades entre os Estados membros. O índice médio global de Paz passou de 2,20 em 2021 para 2,25 em 2022. Três

Estados membros, nomeadamente a Gâmbia, o Gana e a Serra Leoa são relativamente pacíficos com um índice global de Paz inferior a 1,8 em 2022. No entanto, os Estados membros mais afetados pelo terrorismo e pela violência contra civis são o Burkina Faso, o Mali, a Nigéria e o Níger. Qualquer índice de Paz acima da média, próximo de 3,0, indica que estes Estados membros têm um baixo nível de Paz. Apenas dois Estados membros, o Benim e o Gana, registaram uma tendência estável no índice global de Paz durante o período em análise.

A insegurança tornou-se uma realidade quotidiana nos Estados membros da CEDEAO, nomeadamente nos Estados membros do Sahel. Desde há cerca de uma década, o espaço CEDEAO é afetado por uma vaga de insegurança caracterizada por incidentes mais complexos e graves de várias ordens. Nos Estados membros do Sahel (Burkina Faso, Mali e Níger) e a Nigéria, onde a insegurança é principalmente causada por grupos terroristas armados (jihadistas), enquanto noutros (Estados não membros do Sahel), as incidências de insegurança registadas estão ligadas a conflitos comunitários, crises pós-eleitorais, motins, criminalidade organizada transnacional ou criminalidade organizada transfronteiriça. Embora a ameaça terrorista esteja à espreita nos Estados membros costeiros, continua confinada às Regiões setentrionais dos Estados membros em causa (Côte d'Ivoire, Togo e Benim), ao longo das zonas fronteiriças com o Burkina Faso e o Níger.

Todos estes incidentes de insegurança provocaram a perda de numerosas vidas humanas e a deslocação forçada de pessoas, nomeadamente de Pessoas Deslocadas Internamente (PDI). Segundo o ACNUR, 6 134 081 deslocações forçadas, 5 618 866 Pessoas Deslocadas internamente e 515 215 refugiados foram registados no espaço CEDEAO em 2022.



devido à insegurança, aos conflitos e a outras catástrofes naturais. Na Região da CEDEAO, a instabilidade está geralmente ligada à insegurança à má governação (instituições), aos conflitos comunitários, aos fatores socioeconómicos (pressão demográfica, desemprego dos jovens alterações climáticas) à pirataria e aos ciberataques. A presença combinada de todos estes fatores ameaça a estabilidade da Região.

As perspetivas económicas regionais revelam que a insegurança, em particular o terrorismo, teve um impacto importante nos sectores da educação e da saúde, nos serviços administrativos descentralizados e, de um modo mais geral, nas populações que vivem nas zonas que enfrentam grandes desafios de Segurança nos países do Sahel. No Burkina Faso, no Mali e no Níger, as escolas e os centros de saúde foram encerrados, deixando milhares de estudantes sem educação e funcionários públicos sem trabalho. Nos países do Sahel, a insegurança obrigou quase 2 000 escolas a encerrar ou a cessar as suas atividades (UNICEF, 2019). A Região da CEDEAO, tal como outras partes do continente, está particularmente atrasada em termos de progresso em direção aos ODS 16. A Região regrediu neste objetivo em relação ao seu nível de 2000. A análise dos progressos de cada país indica que, em 2019, Cabo Verde, o Gana e, em menor grau, o Senegal parecem ser os Estados membros em boa posição para alcançar um bom desempenho global na realização dos objetivos do ODS 16 até 2030.

Uma análise SWOT da Arquitetura de Paz e de Segurança da CEDEAO conduziu às seguintes recomendações para a reforçar: a Comissão da CEDEAO e os seus Estados membros devem trabalhar em estreita colaboração para determinar os termos da intervenção da CEDEAO, em consulta com o Conselho de Paz e Segurança da UA e o Conselho de Segurança da ONU.

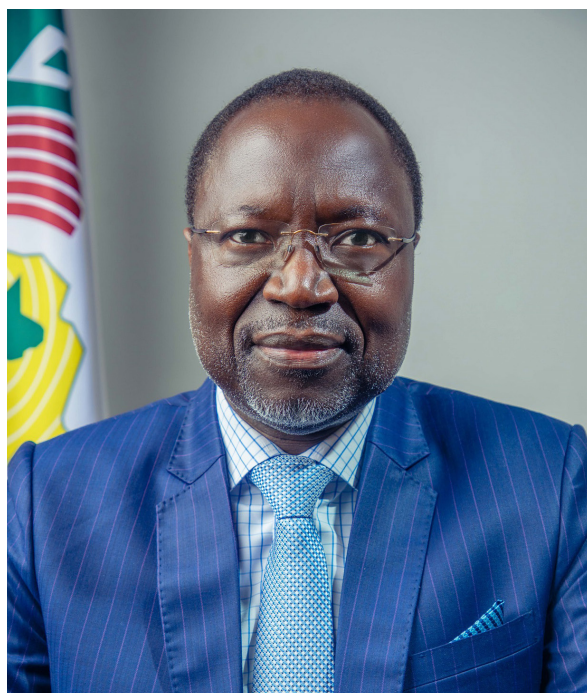
Além disso, a Cimeira da CEDEAO deve tomar medidas pró-ativas para mobilizar recursos financeiros específicos para aumentar a capacidade operacional e logística da Força de Reserva da CEDEAO. A Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO deve considerar uma reforma global do Protocolo Adicional da CEDEAO sobre Democracia e Boa Governação.

As Perspetivas Económicas Regionais concluem

que as mudanças no ambiente global estão a influenciar o desempenho macroeconómico e as perspetivas de desenvolvimento económico na Região da CEDEAO. Documenta o estado do desenvolvimento socioeconómico regional, o desempenho dos Estados membros na gestão da economia e o impacto da insegurança. Apresenta igualmente as seguintes recomendações às autoridades da CEDEAO 1) Reduzir as disparidades de desenvolvimento económico entre os Estados membros através da implementação de programas de desenvolvimento do capital humano que permitam colmatar as lacunas críticas a nível económico, de governação e de desenvolvimento humano entre os Estados membros; 2) um conjunto bem coordenado de políticas macroeconómicas que ofereçam soluções eficazes para o desenvolvimento socioeconómico; 3) a promoção da integração do sistema financeiro; 4) Uma colaboração mais estreita entre a Comissão da CEDEAO e os seus Estados membros para a implementação efetiva de todas as ações estratégicas no âmbito do pilar 1 da Visão 2050 da CEDEAO. A situação da Segurança e do Estado de direito na CEDEAO deteriorou-se em resultado da insegurança que afeta vários Estados membros e/ou das crises pós-eleitorais associadas a alterações constitucionais não consensuais. De acordo com o Índice Ibrahim de Governação Africana (IIAG), uma em cada quatro pessoas não se sente segura na Região da CEDEAO.



Mensagem do Presidente da Comissão da CEDEAO



Com grande prazer que vos apresento a primeira edição das Perspetivas Económicas Regionais da CEDEAO (PERC). Trata-se de uma publicação muito aguardada da nossa Instituição. À medida que paisagem económica, da Região continua a evoluir na sua é crucial dispor de uma análise completa dos desafios, oportunidades e tendências atuais que moldam as economias dos Estados membros.

Ao longo dos anos, a CEDEAO passou de uma CEDEAO dos Estados, para uma comunidade económica dinâmica, favorecendo a integração, o comércio e a colaboração entre as suas diversas nações (a CEDEAO dos povos). A nossa prosperidade coletiva baseia-se numa compreensão profunda da evolução da dinâmica económica na Região para aproveitar as oportunidades, e este relatório fornece essa plataforma.

O relatório sobre as Perspetivas Económicas Regionais da CEDEAO constitui uma ferramenta valiosa para os decisores políticos, economistas, empresas e todas as partes interessadas que procuram compreender melhor o desempenho económico, os riscos e as áreas de crescimento potencial na Região da CEDEAO e, em particular, nos nossos Estados membros. Ao analisar os principais indicadores, tendências e projeções económicas, este relatório propõe uma análise aprofundada dos desafios enfrentados pelos Estados membros da CEDEAO, bem como das oportunidades atuais.

Além da análise dos indicadores macroeconómicos, consideramos o cenário



de Paz, estabilidade e Segurança como um catalisador para o desenvolvimento económico sustentável.

Isso se alinha com a nova Visão 2050 da CEDEAO, que projeta uma CEDEAO do povo, onde temos Paz e Prosperidade para todos. O relatório destaca o papel da Paz, da Estabilidade e da Segurança enquanto motores e/ou catalisadores fundamentais do progresso económico.

Gostaria de expressar a minha sincera gratidão aos peritos, investigadores e colaboradores cujos valiosos conhecimentos e análises foram fundamentais para a produção deste relatório. A sua dedicação em compreender e destacar as tendências económicas e os desafios que os Estados membros da CEDEAO enfrentam tem sido notável.

Gostaria também de expressar a minha gratidão às autoridades nacionais dos nossos Estados membros, como as agências Nacionais de Estatística, os Bancos Centrais e outras instituições que forneceram os dados e informações necessários para este relatório. Sem a sua cooperação, estas Perspetivas Económicas Regionais não teriam sido possíveis.

Espero que a primeira edição das Perspetivas Económicas Regionais da CEDEAO servirá como um recurso confiável para facilitar uma tomada de decisão informada, a formulação de políticas e estratégias de investimento. Ao fornecer às partes interessadas informações acionáveis, a Comissão da CEDEAO aspira a contribuir para o crescimento económico sustentável, a estabilidade e a prosperidade da nossa Região.

Encorajo os leitores a usarem este relatório como um trampolim para o diálogo, a colaboração e a continuação da pesquisa para enfrentar os desafios económicos e explorar o vasto potencial da CEDEAO. Juntos, podemos construir um futuro económico mais promissor, inclusivo e resiliente para nossa Região.

Viva a CEDEAO.

H.E. Omar Alieu Touray

Presidente da Comissão da CEDEAO

Agradecimentos

O Relatório sobre as Perspetivas Económicas Regionais da CEDEAO (PERC) 2023 foi preparado pelo Departamento dos Assuntos Económicos e da Agricultura, liderado pela Comissária Massandjé Touré-Litsé, sob a orientação do Diretor de Pesquisa e Estatística, Sr. Mahamadou Yahaya.

Sr. Félix Fofana N'Zué, chefe da Divisão de Pesquisa, Gestão de Conhecimento e Análise Econômica, coordenou todas as atividades técnicas que levaram à produção do relatório. A equipa principal envolvida na elaboração do relatório inclui o Sr. Wumi Olayiwola e o Sr. Mohamed Jalloh, ambos na Direção de Investigação e Estatística. Foram apoiados pelo Sr. Durand Koffi Gilbert Adjassou, pela Sra. Liatu Damishi Omoyiola, pela Sra. Sharon Zira Dia e pela Sra. Jennifer Chioma Uzoma, Sr. Bakary Traoré e Sra. Uwem Ibanga que prestaram uma ajuda preciosa em matéria de Investigação e de Administração

Os dados provêm dos Serviços Nacionais de Estatística dos Estados membros da CEDEAO e dos Ministérios das Finanças e do Plano. A análise dos dados beneficiou do apoio dos peritos nacionais, que enriqueceram o relatório e asseguraram a apropriação da informação. A redação das notas por país, que contribuíram grandemente para o relatório, foi empreendida por consultores nacionais. Estes consultores são Roland Médjigbodo (Universidade Abomey-Calavi, Benim), Alain Siri (INSS, Burkina Faso), Odair Barros-Lopes Varela (Universidade de Cabo Verde (Uni-CV), Tite Beke, (Universidade Felix Houphouet Boigny, Abidjan, Côte d'Ivoire), Kutubo Jarju (Direção do Comércio, Gâmbia), Eric Osei-Assibey (Universidade do Gana), Suande Camara (Ministério da Economia e da Integração Regional, Guiné-Bissau), Abdoul Aziz Diallo (Economista no Escritório do FMI, Guiné), Edwin Puwogar (Ministério das Finanças, Libéria), Ousmane Doucouré

(Universidade de Ciências Sociais e de Gestão de Bamako, Mali), Malam Nafiou Maman (Universidade Abdou Moumouni de Niamey, Níger), Amos Ogunwale (NISER, Université de Ibadan, Nígeria) Latif Dramani (Centre CREG, Sénégal), Sahr Titus Komba (ICESCO, youth Ambassador, Serra Leoa) e Richard Abalo-Koboyo Padakalé (CADERDT, Togo).

As notas por país foram examinadas pela equipa principal do PERC assistida por Ibrahim Natagwandu (Bexley Consulting Ltd, Nigéria), Benneth Obi (Universidade de Abuja, Nigéria) Kwami Ossadzifo Wonyra (Universidade de Kara, Togo), Kouassi Konan Eugene (Tesouro Público da Côte d'Ivoire), Abdoulaye Zonon (Gabinete do Vice-Presidente, Comissão da CEDEAO) e Diomandé Mory (Universidade Félix Houphouët-Boigny d'Abidjan, Côte d'Ivoire), Um reconhecimento especial vai para Jean Sanou Erdjouman (Chefe do Departamento de monitoramento Estratégica e Prospetiva, CAPES-Burkina Faso) por suas contribuições inestimáveis para o PERC e Samuel Dosso, Joseph Brites, Arnaud Nkoue e Precious Klu para serviços profissionais de edição e tradução fornecidos. Agradecemos a Monsuru Sodeeq, Kylian Sorokobi, Oluwafemi Okeniyi e Ayokunle Yoloye por fornecer o infográfico, edição, layout e design desta publicação.

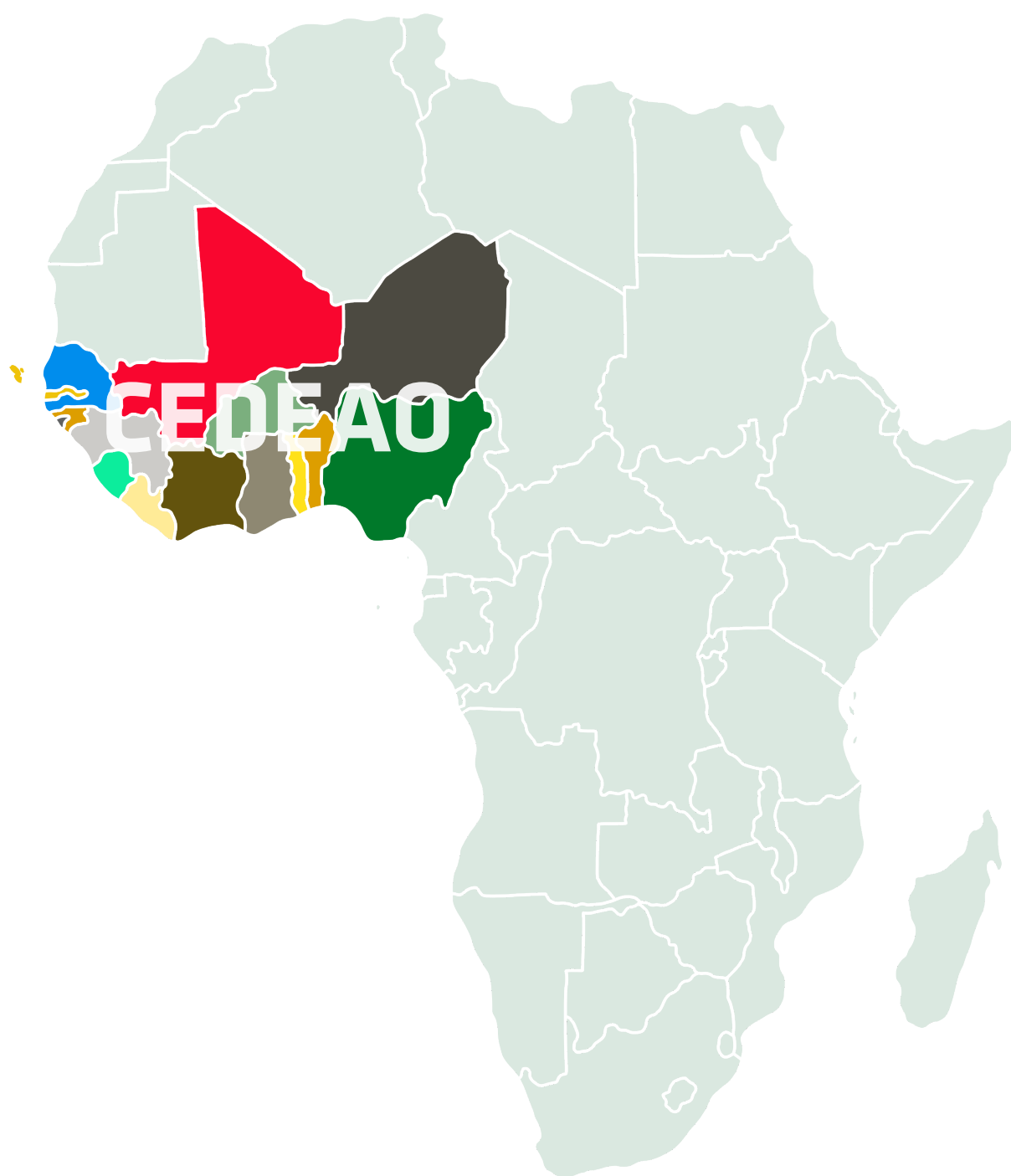
A primeira edição está aqui. Parabéns. Obrigado pelo seu trabalho árduo e vamos nos preparar para a próxima edição.



Mahamadou Yahaya

**Diretor de Pesquisa e Estatísticas,
Comissão da CEDEAO**

A CEDEAO EM AFRICA



Prefácio



O relatório sobre as Perspetivas Económicas Regionais da CEDEAO: edição de 2023, é um documento técnico que fornece uma análise aprofundada dos desafios socioeconómicos enfrentados pelos Estados membros da CEDEAO, bem como as oportunidades disponíveis em um ambiente global dinâmico. Ele também representa um esforço coletivo para fornecer uma análise abrangente dos últimos desenvolvimentos, desempenho económico e social, bem como a Paz e Segurança na Região da CEDEAO.

No primeiro Capítulo apresentamos uma panorâmica dos recentes desenvolvimentos a nível mundial e discutimos o seu potencial impacto na Região da CEDEAO. O nível sem precedentes do abrandamento económico da maioria das principais economias, devido ao crescimento económico negativo induzido pela pandemia de COVID 19, bem como a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, levou a um aumento das Taxas de inflação em todo o mundo. Estes desenvolvimentos levaram a uma maior reestruturização dos instrumentos de política monetária para abrandar a inflação. Ao analisar estes fatores, pretendemos fornecer informações valiosas sobre os desafios e oportunidades que se colocam aos nossos Estados membros.

O segundo capítulo leva-nos a uma análise aprofundada do desempenho económico e social da Região da CEDEAO. Proporciona aos decisores políticos, economistas e partes interessadas uma compreensão clara do estado da economia dos Estados membros e das perspetivas da nossa economia regional. Ao destacar os pontos fortes e as áreas a melhorar, esperamos facilitar a tomada de decisões e a elaboração de políticas esclarecidas.

Conscientes da interconexão entre Paz e Segurança e Desempenho económico, o terceiro e último Capítulo deste relatório sobre as Perspetivas se concentra no estado de Paz e Segurança em nossa Região.

Analizamos como esses fatores podem potencialmente moldar e influenciar nossa trajetória económica. Reconhecendo a interação da Paz e da Segurança com o desempenho económico, pretendemos promover uma abordagem mais holística e sustentável para o crescimento regional. Para completar este Relatório sobre as Perspetivas Económicas Regionais da CEDEAO, incluímos notas de síntese sobre as políticas nacionais. Estas notas fornecem informações e recomendações específicas a cada país, permitindo aos decisores e às partes interessadas adaptar as estratégias às circunstâncias e desafios específicos de cada Estado-membro.

A análise do Relatório sobre as Perspetivas Económicas Regionais da CEDEAO mostra que as mudanças no ambiente global influenciam o desempenho macroeconómico e as perspetivas de desenvolvimento económico na Região da CEDEAO. O presente relatório, propõe as seguintes recomendações: 1) reduzir as disparidades de desenvolvimento económico entre os Estados membros através da implementação de programas de desenvolvimento do capital humano; 2) um conjunto bem coordenado de políticas macroeconómicas; 3) Promover a integração do sistema financeiro; 4) uma colaboração mais estreita entre a Comissão da CEDEAO e os seus Estados membros para a implementação efetiva de todas as ações estratégicas do Pilar 1 da visão 2050 da CEDEAO.

Gostaria de expressar a minha gratidão ao pessoal da Direção de Investigação e Estatística da Comissão da CEDEAO e aos consultores dos Estados membros da CEDEAO que dedicaram a sua perícia e tempo para garantir a exatidão e a abrangência desta perspetiva. Suas contribuições valiosas, realmente, enriqueceram a qualidade e a riqueza deste documento. Por último, gostaria de expressar o meu reconhecimento a todos aqueles que nos apoiaram na produção desta edição do relatório sobre as Perspetivas Económicas Regionais. Esperamos que ele dê respostas importantes a alguns dos desafios socioeconómicos que nossa Região enfrenta e, portanto, seja um recurso útil para os tomadores de decisão, os investigadores e todos os interessados na promoção de um Desenvolvimento económico sustentável da CEDEAO assim como promover a Paz e a Segurança na Região.

Obrigado pelo seu compromisso e apoio contínuo.

Massandjé TOURE-LITSE

Comissário para os Assuntos
Económicos e a Agricultura

Capítulo 1

Desenvolvimentos Económicos Recentes e Perspectivas



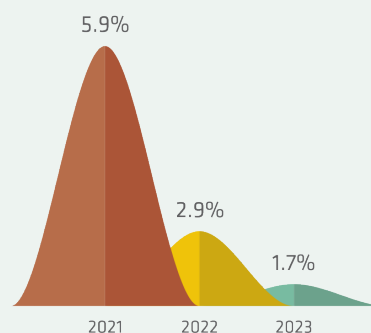
O ambiente económico mundial tem registado um nível de abrandamento económico sem precedentes, uma vez que a maioria das principais economias luta para sair da recessão causada pela pandemia de 2020 e pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia. O aumento das Taxas de inflação em todo o mundo levou a uma maior restritividade dos instrumentos de política monetária, numa tentativa de abrandar a inflação. Isto agravou ainda mais os desafios relacionados com a gestão dos choques provocados pela pandemia.

Em janeiro de 2023, o Banco Mundial previu um crescimento económico global desacelerado para cerca de 1,7%, ou seja, uma queda adicional em relação a 5,9% em 2021. Estima-se que o PIB real nas economias avançadas diminuirá 2,5% em 2022 para uma Taxa de 0,5% em 2023. Com uma inflação superior a 10% em vários Estados membros da zona euro e no Reino Unido, a contração dos orçamentos das famílias afetou a confiança dos consumidores num contexto de deterioração do sentimento empresarial. O rápido aumento das Taxas de juro no Banco de Inglaterra como no Banco Central Europeu abrandou as transações financeiras.

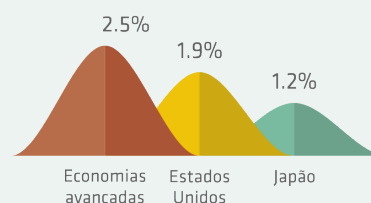
Todos estes fatores enfraqueceram a atividade económica e, conseqüentemente, o crescimento da produção nas economias avançadas. As previsões de crescimento real do PIB para os EUA apontam para uma redução de 1,9% em 2022 para 0,5% em 2023. Do mesmo modo, prevê-se que o crescimento real do PIB no Japão desacelere de 1,2% em 2022 para 1,0% em 2023. Na zona euro, prevê-se que o crescimento real do PIB estagne ao nível de 2022.

Nas economias emergentes e em desenvolvimento (MEED), a lenta recuperação nas economias avançadas enfraqueceu significativamente a procura agregada. Além disso, a maior restritividade da política monetária por parte das economias avançadas amplificou os custos de empréstimos, o que resultou em saídas de capital e depreciação cambial em muitos MEED. A China reduziu a sua dependência das importações de matérias-primas, reequilibrando a sua economia para o consumo e os serviços.

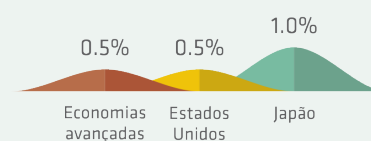
Crescimento Económico Mundial



Crescimento do PIB Real 2022



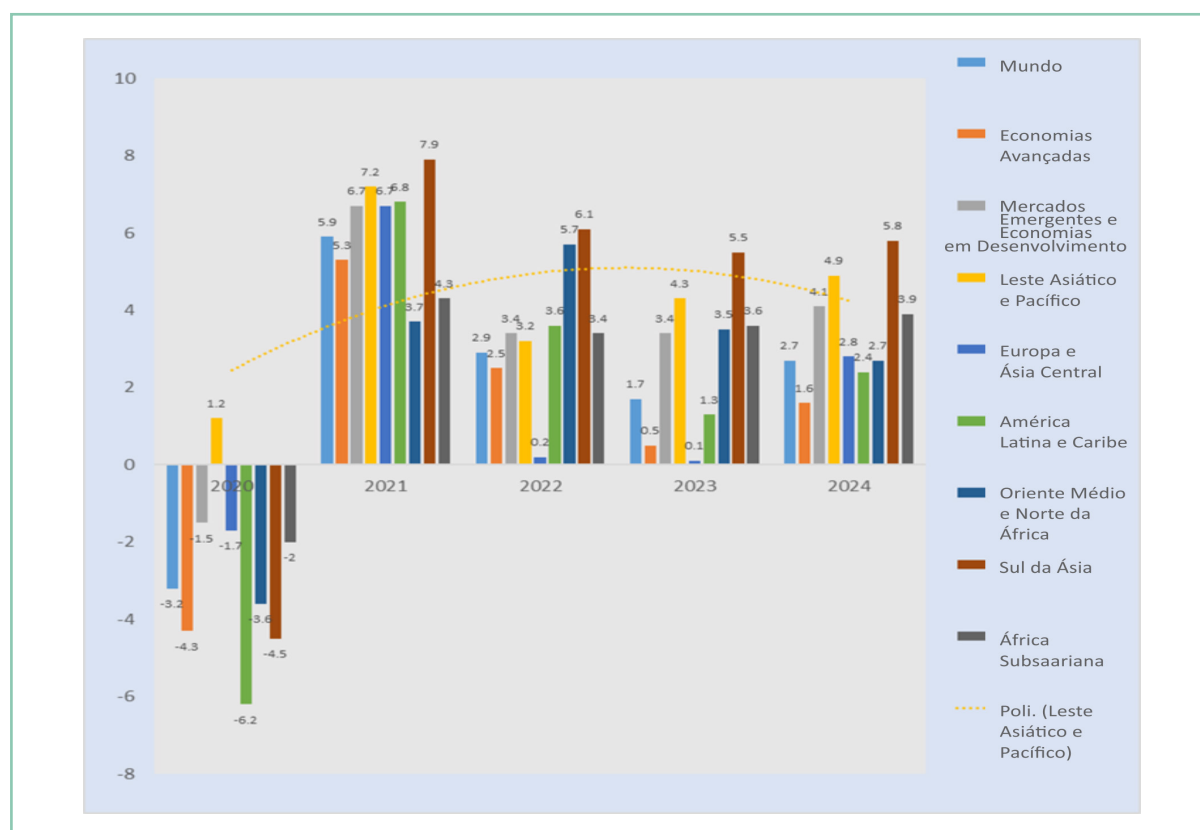
Crescimento do PIB Real 2023



Devido à crescente incerteza e às condições macroeconómicas desfavoráveis, estima-se que o crescimento económico no Sul da Ásia seja, em média, de 5,5 % em 2023, contra 6,1% em 2022. Relativamente à Índia, espera-se que o PIB real cresça a uma Taxa de 6,6 % em 2023, ligeiramente abaixo dos 6,9 % registados em 2022. Do mesmo modo, na Ásia do Leste e no pacífico, as projeções de crescimento do

PIB real para a Indonésia e a China situam-se respetivamente em 4,8% e 4,3% em 2023, contra 5,2% e 2,7% respetivamente em 2022. Na América Latina e nas Caraíbas, o PIB real deve crescer 1,3% em 2023, contra 3,6% e 6,8% em 2022 e 2021, respetivamente. No Médio Oriente e no Norte de África, o PIB real deverá crescer a uma Taxa de 3,5% em 2023, contra 5,7% em 2022.

Figura 1: Taxa de Crescimento do PIB Real por Região de 2020 a 2022 e Projeções de 2023 a 2024



Fonte: Banco Mundial, Janeiro 2023

Como mostra a figura 1, com exceção da Região da Ásia Oriental e do Pacífico, todas as outras Regiões do mundo sofreram uma recessão (crescimento real negativo do PIB) em 2020 devido à pandemia de COVID-19. No entanto, até 2021, quase todas as Regiões conseguiram recuperar desta recessão mundial, graças a várias medidas orçamentais e monetárias para

atenuar os efeitos dos choques relacionados com a pandemia. No entanto, o início da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, em fevereiro de 2022, deu origem a uma nova série de choques económicos que interromperam os ganhos obtidos em 2021. De facto, muitas Regiões em todo o mundo viram o crescimento do PIB real abrandar em 2022, em comparação com 2021.

O crescimento real do PIB na Federação da Rússia caiu de 4,8% em 2021 para um crescimento negativo de 3,5% em 2022

Os choques económicos relacionados com a guerra entre a Rússia e a Ucrânia afetaram amplamente as economias avançadas, a América Latina e as Caraíbas, a Ásia Oriental e o Pacífico, bem como a Europa e a Ásia Central. A guerra perturbou as cadeias de abastecimento na maior parte do mundo, incluindo os Estados Unidos e a Zona Euro. A Federação Russa tem sido o maior fornecedor de energia da Zona Euro e de muitas outras partes do mundo, e a eclosão da guerra criou

graves perturbações no abastecimento de energia, afetando negativamente as atividades económicas. Enquanto o crescimento real do PIB nas economias avançadas diminuiu de 5,3 % em 2021 para 2,5 % em 2022, na Ásia Oriental e no Pacífico o crescimento real do PIB diminuiu de 7,2 % em 2021 para 3,2 % em 2022. Da mesma forma, na América Latina e nas Caraíbas, o crescimento real do PIB diminuiu de 6,8% em 2021 para 3,6% em 2022. De facto, a Europa e a Ásia Central foram as Regiões mais afetadas pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia, com o crescimento real do PIB a cair de 6,7% em 2021 para 0,2% em 2022.

Quadro 1: Taxa de Crescimento Real do PIB por Região de 2020 a 2022 e Projeções para 2023 e 2024

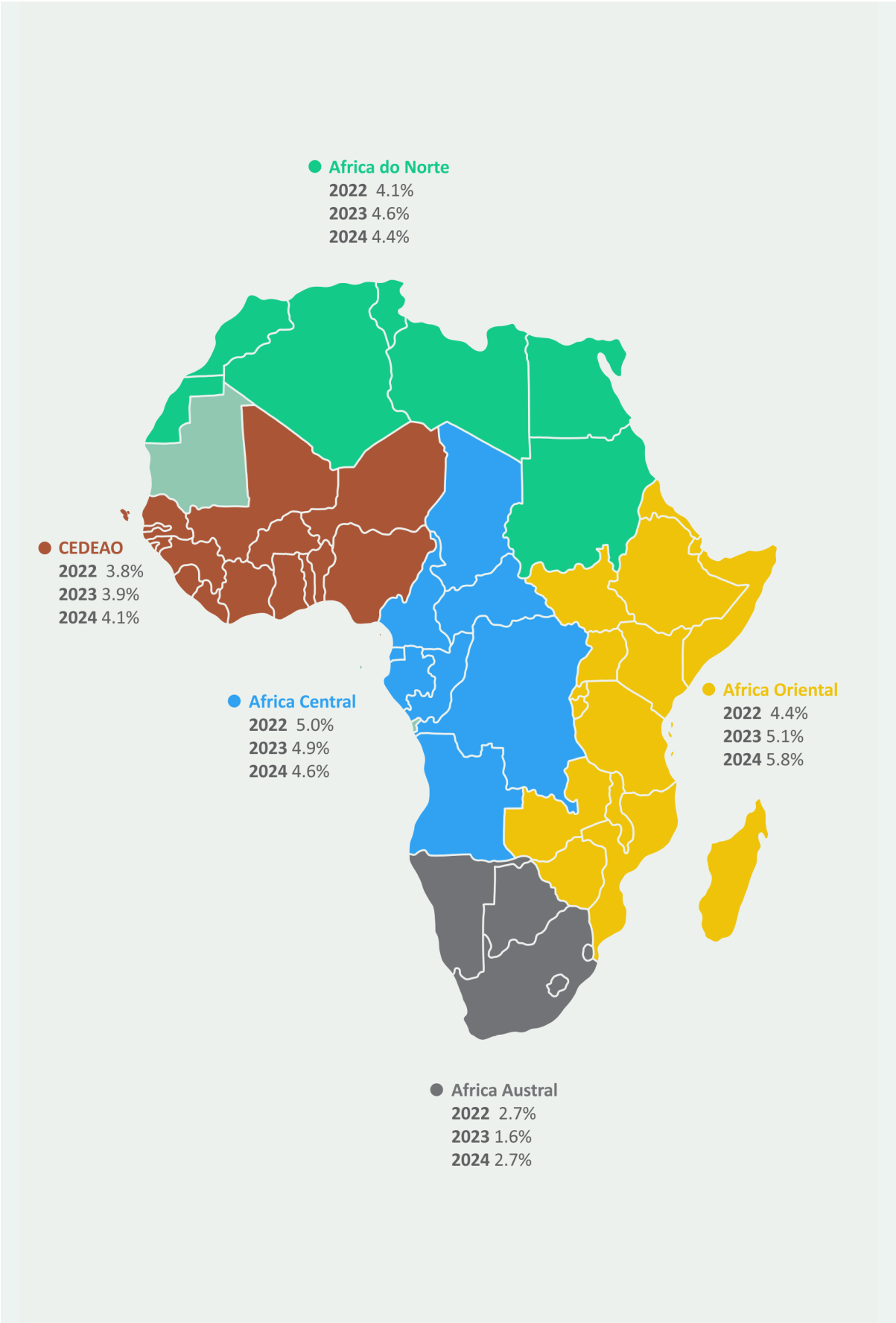
	2020	2021	2022	2023f	2024f
Mundo	-3.2	5.9	2.9	1.7	2.7
Economias Avançadas	-4.3	5.3	2.5	0.5	1.6
Estados Unidos	-2.8	5.9	1.9	0.5	1.6
Zona do Euro	-6.1	5.3	3.3	0.0	1.6
Japão	-4.3	2.2	1.2	1.0	0.7
Mercados Emergentes e Economias em Desenvolvimento	-1.5	6.7	3.4	3.4	4.1
Leste Asiático e Pacífico	1.2	7.2	3.2	4.3	4.9
China	2.2	8.1	2.7	4.3	5.0
Indonésia	-2.1	3.7	5.2	4.8	4.9
Tailândia	-6.2	1.5	3.4	3.6	3.7
Europa e Ásia Central	-1.7	6.7	0.2	0.1	2.8
Federação Russa	-2.7	4.8	-3.5	-3.3	1.6
Turquia	1.9	11.4	4.7	2.7	4.0
Polónia	-2.0	6.8	4.4	0.7	2.2
América Latina e Caribe	-6.2	6.8	3.6	1.3	2.4
Brasil	-3.3	5.0	3.0	0.8	2.0
México	-8.0	4.7	2.6	0.9	2.3
Argentina	-9.9	10.4	5.2	2.0	2.0
Oriente Médio e Norte da África	-3.6	3.7	5.7	3.5	2.7
Arábia Saudita	-4.1	3.2	8.3	3.7	2.3
Irã, República Islâmica	1.9	4.7	2.9	2.2	1.9
Egito, República Árabe	3.6	3.3	6.6	4.5	4.8
Sul da Ásia	-4.5	7.9	6.1	5.5	5.8
Índia	-6.6	8.7	6.9	6.6	6.1
Paquistão	-0.9	5.7	6.0	2.0	3.2
Bangladesh	3.4	6.9	7.2	5.2	6.2
África Subsaariana	-2.0	4.3	3.4	3.6	3.9
Nigéria	-1.8	3.6	3.1	2.9	2.9
África do Sul	-6.3	4.9	1.9	1.4	1.8
Angola	-5.8	0.8	3.1	2.8	2.9

Fonte: Banco Mundial, 2023

*f - projection



Mapa 1: Mapa de África com taxas de crescimentos regionais de 2022 a 2014 de acordo com o Banco Mundial (2023)



A África Subsariana e a Ásia do Sul foram moderadamente afetadas pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia. Na África Subsariana, o crescimento real do PIB caiu ligeiramente de 4,3% em 2021 para 3,4% em 2022. Do mesmo modo, no Sul da Ásia, o crescimento real do PIB diminuiu ligeiramente, de 7,9 % em 2021 para 6,1 % em 2022. Em contrapartida, o Médio Oriente e o Norte de África mostraram uma maior resiliência à guerra entre a Rússia e a Ucrânia, com o crescimento real do PIB a acelerar de 3,7% em 2021 para 5,7% em 2022. Isso deve-se, em grande medida, à Arábia Saudita e ao Egito, onde o crescimento real do PIB acelerou de 3,2% e 3,3% em 2021 para 8,3% e 6,6% em 2022, respetivamente.

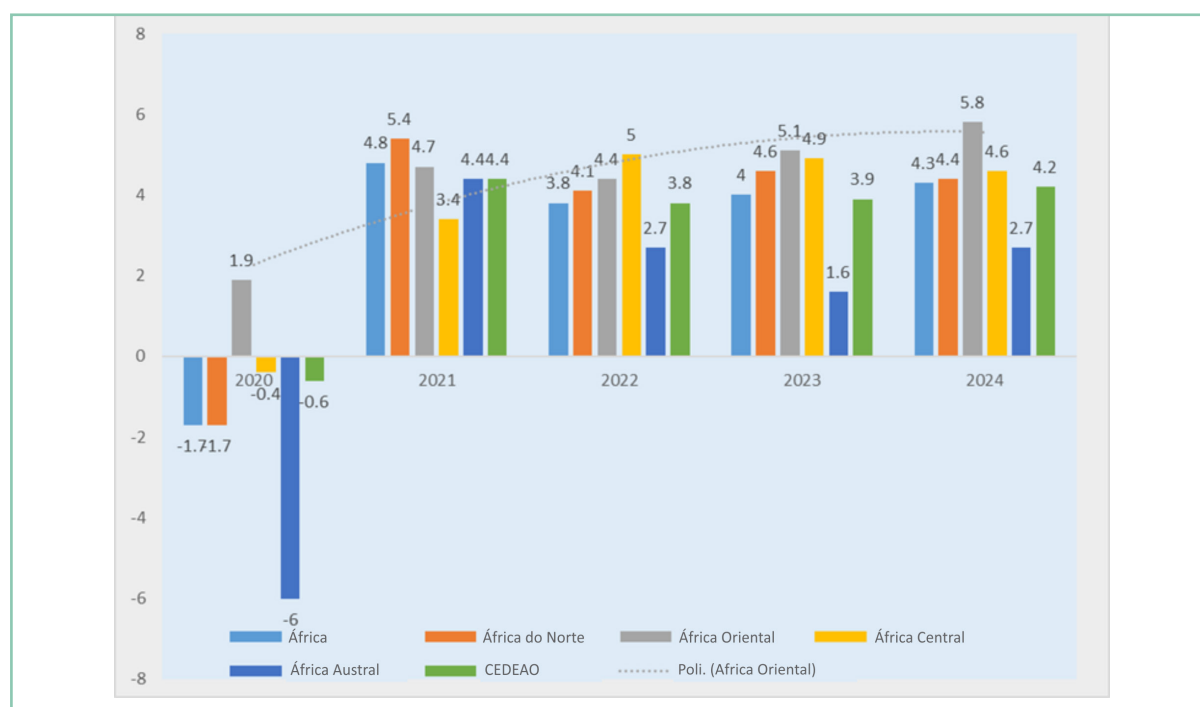
O crescimento real do PIB em África e nas suas Sub-Regiões de 2020 a 2022, bem como as projeções para 2023 e 2024, parecem ser menos voláteis do que noutras Regiões do mundo.

Embora a pandemia de COVID-19 tenha tido um impacto negativo no crescimento real do PIB em África em 2020, as economias da África Oriental mostraram alguma resiliência face à pandemia, com uma Taxa de crescimento real do PIB positiva de 1,9% em 2020.

Embora as Regiões da CEDEAO e da África Central tenham sido afetadas negativamente pela pandemia de COVID-19, as Taxas de crescimento real do PIB nestas duas Regiões não foram tão fortemente afetadas como no Norte de África e na África Austral, onde o crescimento real do PIB caiu para -1,7% e -6,0%, respetivamente, em 2020.

O Banco Africano de Desenvolvimento (2023) prevê um crescimento real do PIB de 5,1% na África Oriental em 2023, contra 4,4% em 2022. Prevê-se que a Região registre um crescimento de 5.8% em 2024.

Figura 2: Taxa de Crescimento Real do PIB em África e Suas Regiões de 2020 a 2022 e Projeções para 2023 e 2024



Fonte: Banco Africano de Desenvolvimento, 2023

Na maior parte da África Austral, o abrandamento das restrições de viagem impostas durante a pandemia de COVID-19 contribuiu enormemente para a recuperação do sector do turismo em 2022. Este facto impulsionou consideravelmente o crescimento de algumas das economias da Região que dependem fortemente do turismo. Verificou-se igualmente que alguns estados membros

empenhados num processo de transformação estrutural tiveram um melhor desempenho do que aqueles em que as reformas estruturais ficaram para trás. O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) prevê um crescimento real do PIB da África Austral de 1,6% em 2023, contra 2,7% em 2022. A Região foi uma das mais afetadas pela pandemia de COVID-19, com uma queda do PIB real para -6,0% em 2020.

Quadro 2: Taxa de Crescimento do PIB em África e Suas Sub-Regiões de 2020 a 2022 e Projeções para 2023 a 2024

	2020	2021	2022	2023f	2024f
África	-1.7	4.8	3.8	4.0	4.3
África do Norte	-1.7	5.4	4.1	4.6	4.4
África Oriental	1.9	4.7	4.4	5.1	5.8
África Central	-0.4	3.4	5.0	4.9	4.6
África Austral	-6.0	4.4	2.7	1.6	2.7
CEDEAO	-0.6	4.4	3.8	3.9	4.1

Fonte: Banco Africano de Desenvolvimento, 2023.

*f - projeções

Prevê-se que o PIB real na Região da CEDEAO cresça a uma Taxa de 3,9% em 2023, abaixo dos 4,4% em 2021. A Região não foi tão gravemente afetada pela pandemia de COVID-19. A Taxa de crescimento real caiu para 0,6% em 2020. As medidas restritivas aplicadas para abrandar a propagação do Coronavírus na Região da CEDEAO infligiram uma série de choques adversos em diferentes sectores da sua economia. De acordo com o BAD (2023), a CEDEAO foi a terceira Região de crescimento mais rápido em África, depois da África Oriental e do Norte de África.

Para além do abrandamento da Taxa de crescimento do PIB, a pressão inflacionista mundial aumentou em quase todas as economias do mundo em 2022. Embora a inflação global média tenha excedido 9% no segundo semestre de 2022 na maioria das economias avançadas, quase ultrapassou 10% nas MEED. Em quase todas as economias que adotaram objetivos de inflação, a Taxa de inflação excedeu praticamente os seus objetivos. Uma combinação de fatores da procura e da oferta está na origem de uma inflação global descontrolada.



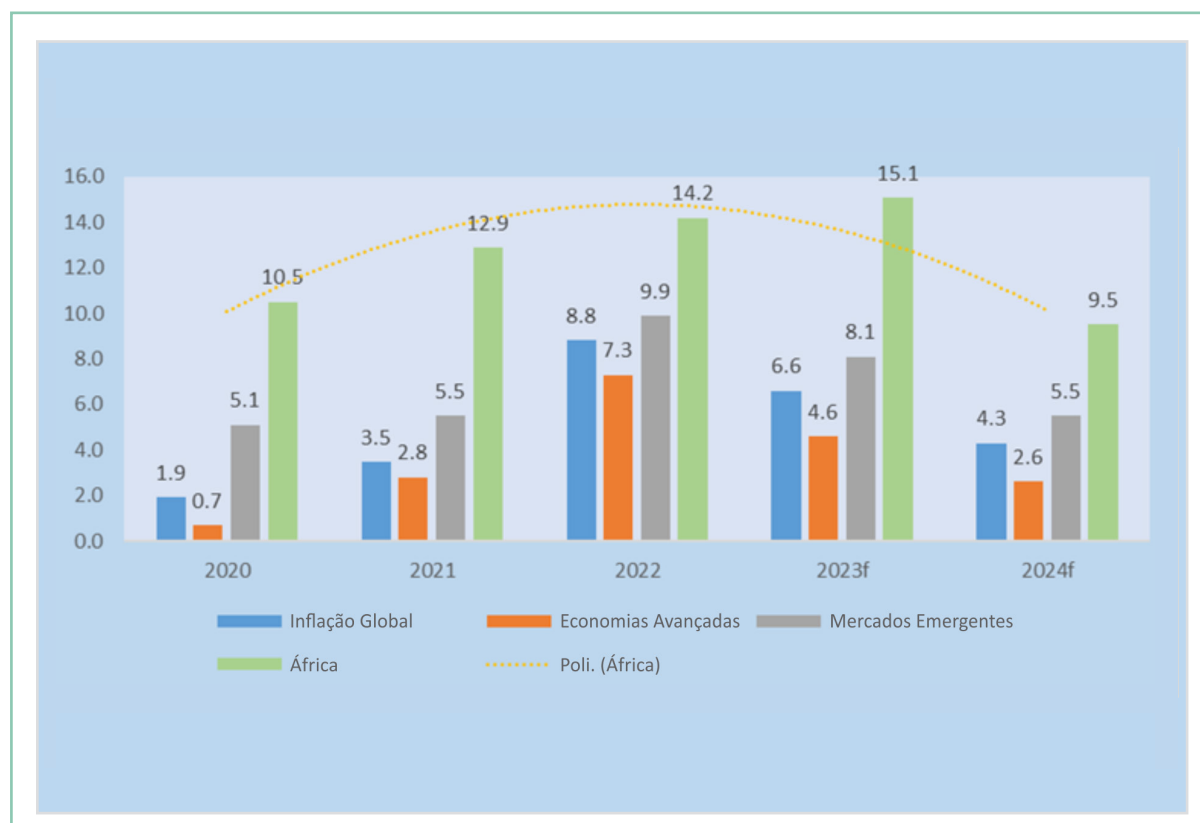
Por um lado, a implementação de uma combinação de medidas fiscais, monetárias e financeiras destinadas a acelerar a expansão económica mundial e sair da recessão mundial de 2020, estimulou pressões inflacionistas persistentes. O aumento inesperado dos custos do transporte marítimo e aéreo criou restrições de capacidade e perturbação nas cadeias de abastecimento. As restrições do lado da oferta, exacerbadas pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia, conduziram a uma escassez de matérias-primas essenciais, o que contribuiu em grande medida para o aumento dos preços da energia e dos produtos alimentares em todo o mundo.

A desvalorização das moedas na maioria das MEED, o aumento dos salários e o aumento dos custos de produção e dos fatores de produção conduziram a um aumento dos preços dos produtos finais. A maior percentagem de consumo de alimentos e energia nas despesas de consumo, devido ao aumento dos preços dos alimentos e da energia, acelerou a pressão inflacionista em muitos estados membros com baixos rendimentos que dependiam das importações de alimentos e de energia para consumo local.

Como resultado, a inflação de base a nível mundial atingiu 6% na última parte de 2022. No entanto, o Fundo Monetário Internacional (FMI) está otimista quanto ao facto de cerca de 84 % dos países membros deverem registar uma inflação global mais baixa em 2023 em relação a 2022. A inflação média anual global deverá aumentar de 8,8 % em 2022 para 6,6 % em 2023 e 4,3 % em 2024.

A queda projetada da inflação mundial deve-se, em parte, aos preços internacionais mais baixos das matérias-primas energéticas e não energéticas, resultantes de uma procura mundial mais fraca. Pode também refletir os efeitos de uma política monetária mundial mais restritiva. Nas economias avançadas, espera-se que a inflação média anual desça de 7,3% em 2022 para 4,6% em 2023 e 2,6% em 2024. Nos MEED, a Taxa de inflação passou de 5,1 % em 2020 para cerca de 9,9 % em 2022. No entanto, o FMI prevê que a inflação anual nos MEED diminua de 9,9% em 2022 para 8,1% em 2023 e 5,5% em 2024. Para a África, a inflação média anual passou de cerca de 10,5% em 2020 para cerca de 14,2% em 2022 e espera-se que aumente ainda mais para 15,1% em 2023, diminuindo para 9,5% em 2024.



Figura 3: Inflação Mundial e Regional de 2020 a 2022 e Projeções de 2023 a 2024

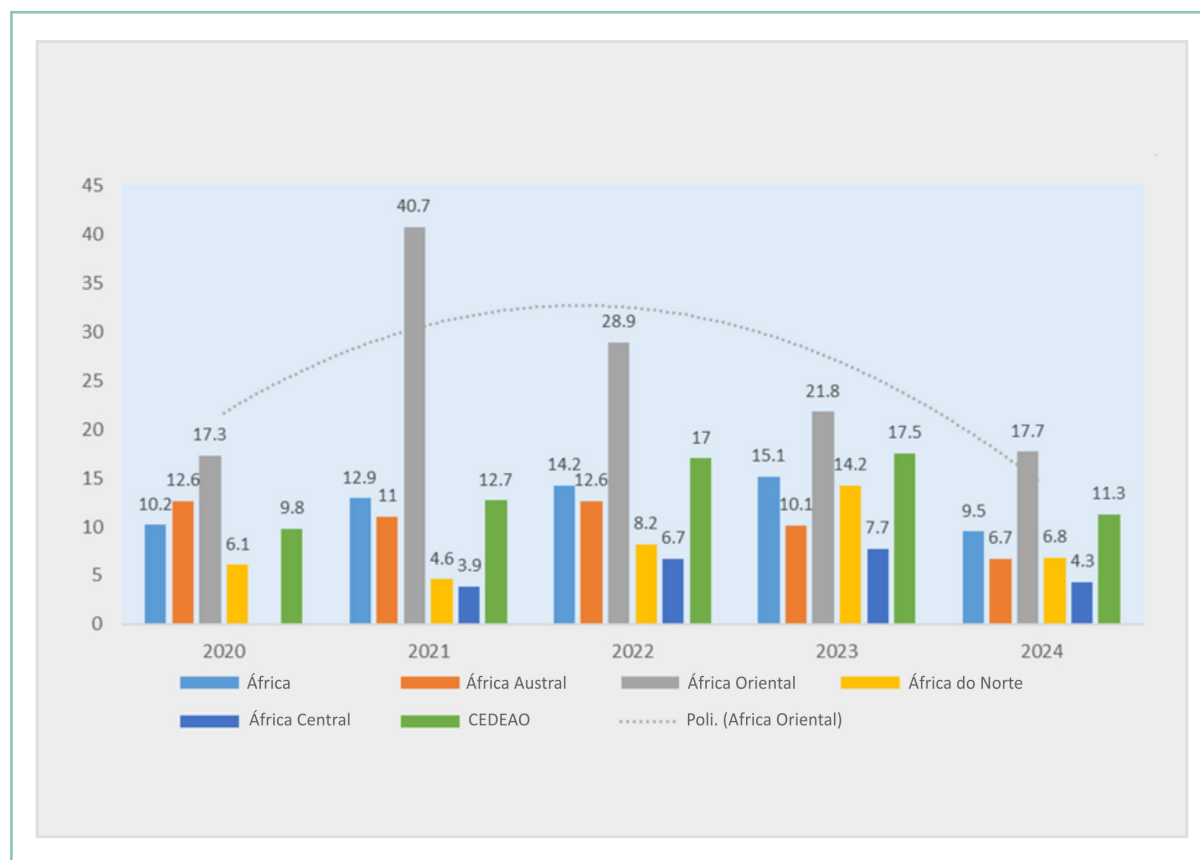
Fonte: FMI e BAD, 2023.

A queda dos preços da energia e a prossecução de uma política monetária mais restritiva conduziram a um abrandamento da pressão inflacionista a médio prazo. Em todos os casos, a inflação em África foi duas vezes mais elevada do que nos MEED. Esta situação pode ser parcialmente explicada pelos efeitos de transmissão das depreciações cambiais em África, bem como pela perturbação das cadeias de abastecimento causada pela COVID-19 e pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia.

Em termos de análise regional, a inflação no Norte de África esteve constantemente abaixo da média africana entre 2020 e 2022 e prevê-se que permaneça abaixo da média do continente em 2023 e 2024. A inflação no Norte de África passou de 6,3 % em 2020 para cerca de 4,6 % em 2021 e subiu para 8,2 % em 2022.

Esta situação deve-se, em grande medida, ao aumento dos preços dos produtos alimentares e da energia, à desvalorização da moeda e às restrições do lado da oferta em alguns países membros do Norte de África. A este respeito, o BAD (2023) prevê que a inflação no Norte de África atinja 14,2% em 2023, diminuindo depois para 6,8% em 2024.

A inflação na África Austral tem-se mantido abaixo da média africana de 15,5% desde 2021. A inflação na África Austral situou-se em 12,6% entre 2020 e 2022, prevendo-se que abrande para 10,1% em 2023 e 6,7% em 2024. As pressões inflacionistas na África Austral seriam principalmente devidas aos efeitos de transmissão da depreciação das moedas locais, ao aumento dos preços da energia e dos produtos alimentares, bem como à perturbação da cadeia de abastecimento mundial.

Figura 4: Inflação nas Sub-Regiões Africanas de 2020 a 2022 e Projeções para 2023 e 2024

Fonte: Banco Africano de Desenvolvimento, 2023.

A Região da África Oriental registou a Taxa de inflação mais elevada de África. A Taxa aumentou de uma média de 17,3% em 2020 para 40,7% em 2021, abrandando depois para 28,9% em 2022. Os principais fatores incluem secas, conflitos, instabilidade, aumento das Taxas de juro, depreciações das Taxas de câmbio e perturbações na cadeia de abastecimento. No entanto, a continuação da contração da política monetária na Região deverá abrandar a inflação em 21,8% em 2023 e 17,7% em 2024.

Em contrapartida, a Região da África Central registou a Taxa de inflação mais baixa de África. Este facto deve-se em grande parte à política monetária comum da Região, que estabelece um limiar de inflação de 3%. A Taxa de inflação foi inferior à média africana.

Passou de 3,9% em 2021 para 6,7% em 2022. Estima-se que a inflação na Região atinja 7,7% em 2023, antes de abrandar para 4,3% em 2024.

Na Região da CEDEAO, a inflação foi ligeiramente superior à média africana, mas muito inferior à da África Oriental. Em 2020, a inflação média na Região foi de 9,8%, mas aumentou para dois dígitos, 12,7% em 2021 e 17,0% em 2022. A pressão inflacionista na Região deve-se principalmente ao aumento dos preços dos produtos alimentares e da energia, às perturbações nas cadeias de abastecimento e aos efeitos de repercussão das depreciações das Taxas de câmbio. Estima-se que a inflação na Região atinja 17,5% em 2023, antes de abrandar para 11,3% em 2024.

PERSPE- TIVAS



Capítulo 2

Desempenhos e Perspetivas Económicas da CEDEAO

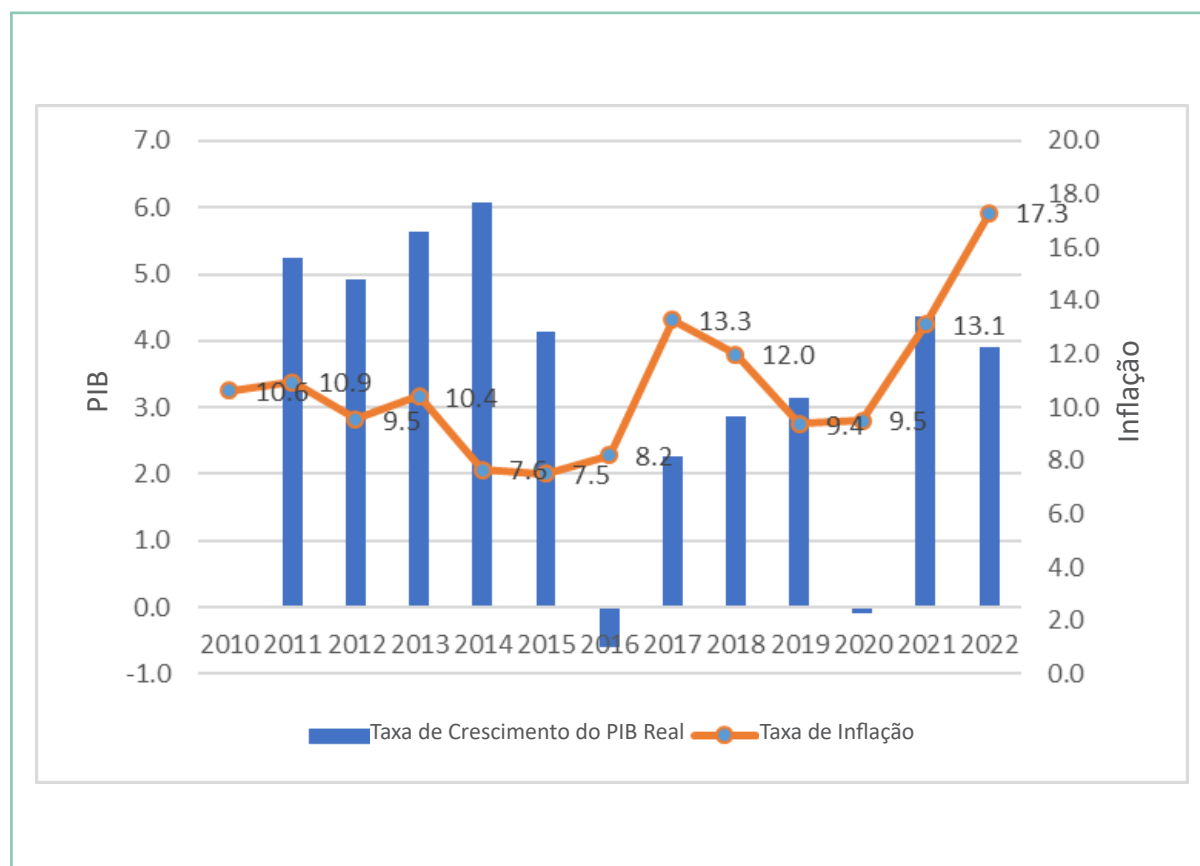


1 Desempenhos Económicos do Espaço CEDEAO

A região da CEDEAO é composta por 15 Estados membros: Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Cote d'Ivoire, a Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Serra Leoa, Senegal e Togo. São utilizados vários indicadores regionais¹ para analisar o desempenho económico da Região. O crescimento económico, medido pelas variações do PIB real, apresenta um desempenho misto no período de 2010 a 2022, devido ao difícil contexto económico mundial, ao aparecimento de várias pandemias e aos desafios relacionados com a saúde.

Em 2011, a Taxa de crescimento real do PIB foi de 5,2%, mas desceu para 4,1% em 2015 e depois para -0,6% em 2016, devido aos efeitos negativos da crise do Ébola. Posteriormente, a ligeira recuperação com um aumento de 2,9% do PIB real em 2018 foi de curta duração, uma vez que voltou a cair para -0,1% em 2020 devido à pandemia de COVID-19. A Região registou uma recuperação pós-COVID-19 com um crescimento económico de 3,9% em 2022 (Figura 5).

Figura 5: Taxa de Crescimento Real do PIB e Inflação na CEDEAO: de 2010 a 2022 (em Percentagem)



Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

1. Os indicadores regionais são calculados utilizando os valores reais dos indicadores dos Estados-Membros, a taxa de câmbio da CEDEAO (Anexo 1) e o peso do país na CEDEAO (Anexo 2).

Durante o mesmo período, a evolução da Taxa de inflação regional reflete um padrão semelhante ao do PIB real. A Taxa regional desceu, passando de 10,6% em 2010 para 7,6%

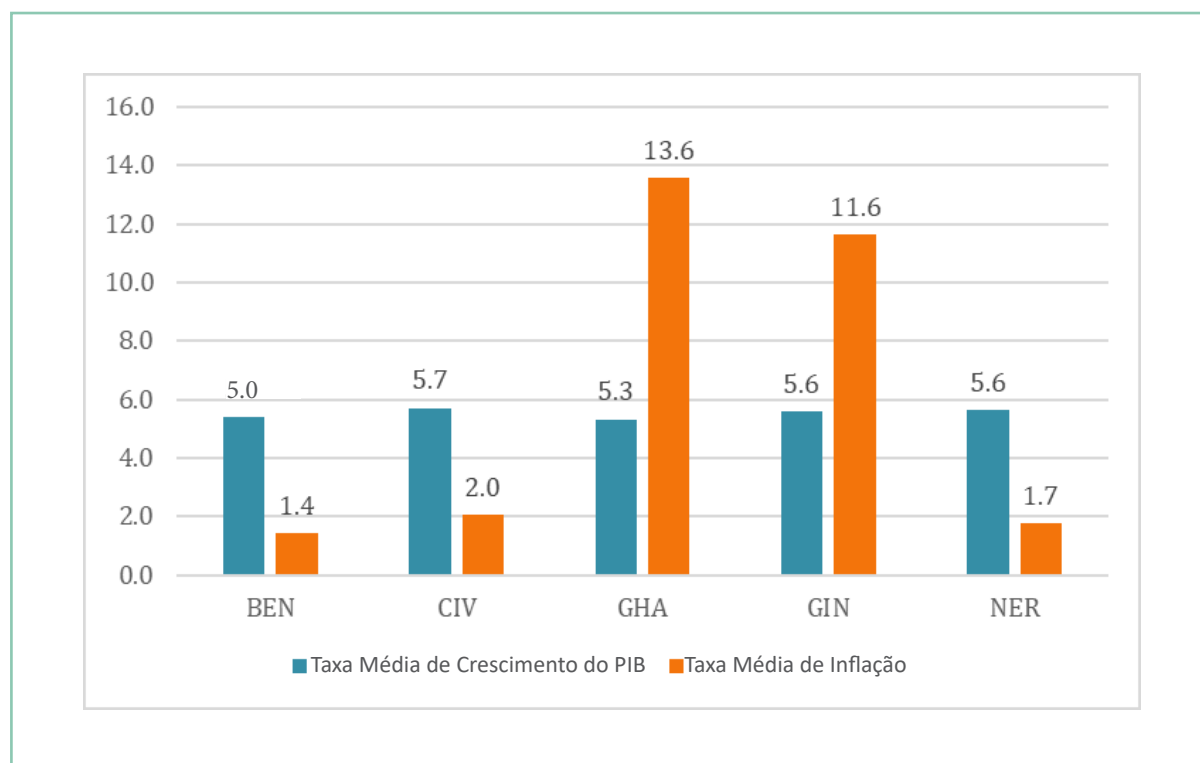
em 2014, subindo depois para 13,3% em 2017, antes de atingir um pico de 17,3% em 2022. Este aumento deveu-se aos efeitos da desvalorização das moedas nacionais de alguns Estados membros em relação às principais moedas internacionais, bem como ao aumento acentuado dos preços mundiais dos produtos alimentares e do petróleo, combinados com os efeitos persistentes da pandemia de COVID-19.

No contexto da inflação, os efeitos das políticas económicas globais aumentaram a pressão sobre a moeda nacional na Região, levando à depreciação da Taxa de câmbio, particularmente na Serra Leoa, Nigéria e Gana. Durante este período, tal como documentado no Relatório de Convergência da CEDEAO de 2022, o índice

e da energia aumentou 33,5 %. Do mesmo modo, a inflação alimentar subiu 14,1% em 2022. Outras causas de inflação elevada incluem os custos elevados e crescentes da energia e dos transportes, bem como o aumento dos preços administrativos, nomeadamente da eletricidade e dos serviços públicos.

O desempenho económico da Região foi analisado através da classificação dos Estados membros da CEDEAO de acordo com a sua Taxa média de crescimento do PIB real. A primeira categoria inclui os Estados membros com uma Taxa média de crescimento real do PIB superior a 5%: Benim, Côte d'Ivoire, Gana, Guiné e Níger (Figura 6). Destes Estados membros, três apresentaram Taxas de inflação significativamente baixas, com exceção do Gana e da Guiné, que registaram Taxas de inflação de dois dígitos, de 13,6% e 11,6%, respetivamente.

Figura 6: Taxa de Crescimento do PIB Real de Mais de 5 por Cento e Taxa de Inflação de Alguns Estados membros da CEDEAO: de 2010 a 2022

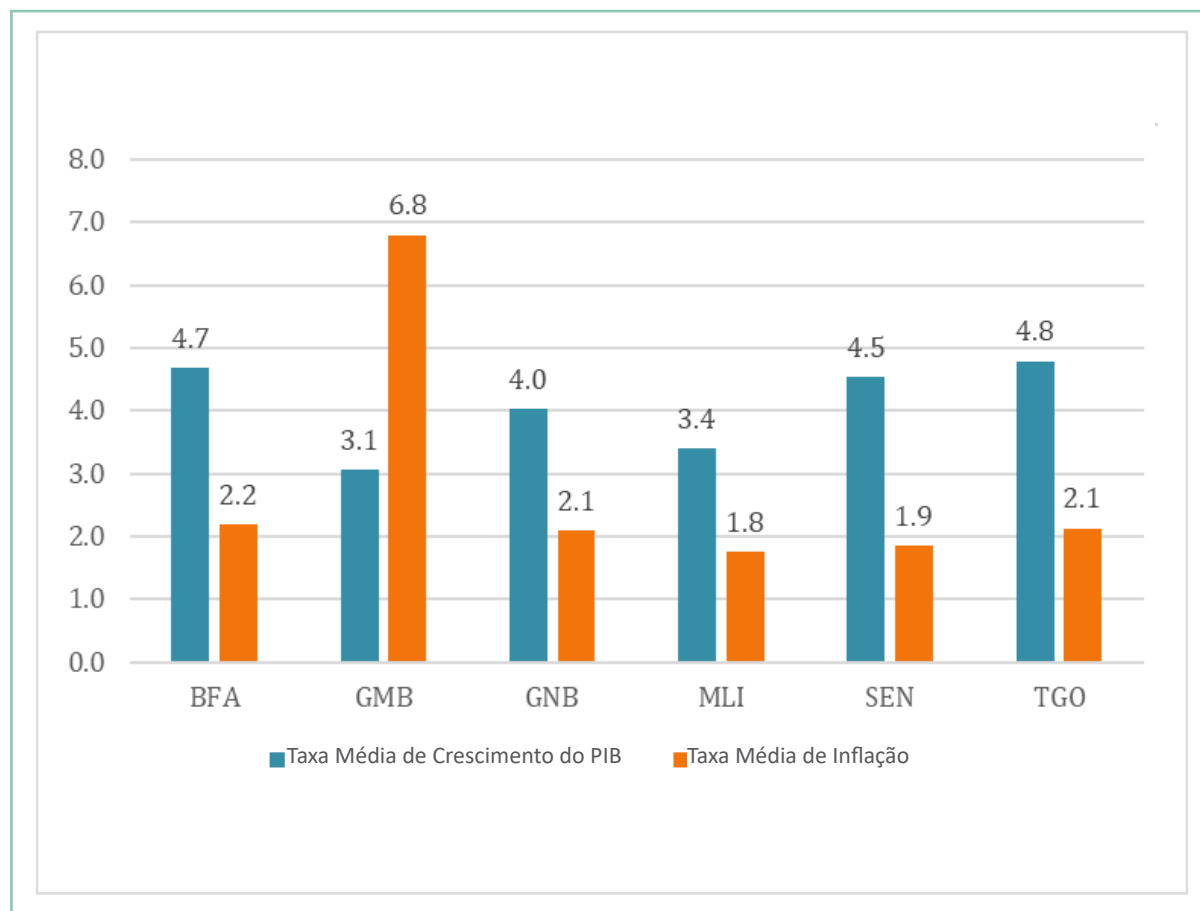


Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

Como mostra a Figura 7, a segunda categoria inclui os estados membros da CEDEAO com uma Taxa média de crescimento média do PIB real superior a 3% e inferior a 5%: Burkina Faso, Gâmbia, Guiné-Bissau, Mali, Senegal e Togo.

A Gâmbia foi a exceção, com uma Taxa de inflação de 6,8%. Os outros estados membros registaram Taxas de inflação baixas e estáveis, entre 1,8% e 2,2%.

Figura 7: Estados Membros da CEDEAO com uma Taxa de Crescimento Média do PIB Real Superior à 3% e Inferior a 5%: de 2010 a 2022



Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

A terceira categoria inclui os Estados membros da CEDEAO com Taxas de crescimento do PIB inferiores a 3%: Cabo Verde, Libéria, Nigéria e Serra Leoa (Figura 8). Para além de Cabo Verde, que registou uma Taxa de inflação média de 1,8%, a Libéria, a Nigéria e a Serra Leoa registaram Taxas de inflação médias elevadas, respetivamente de 11,7%, 12,5% e 14,1%.

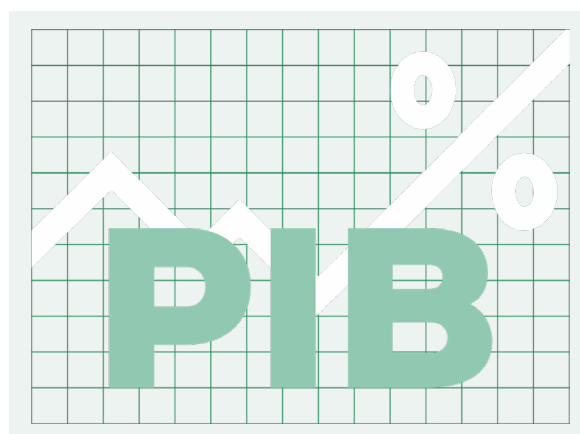
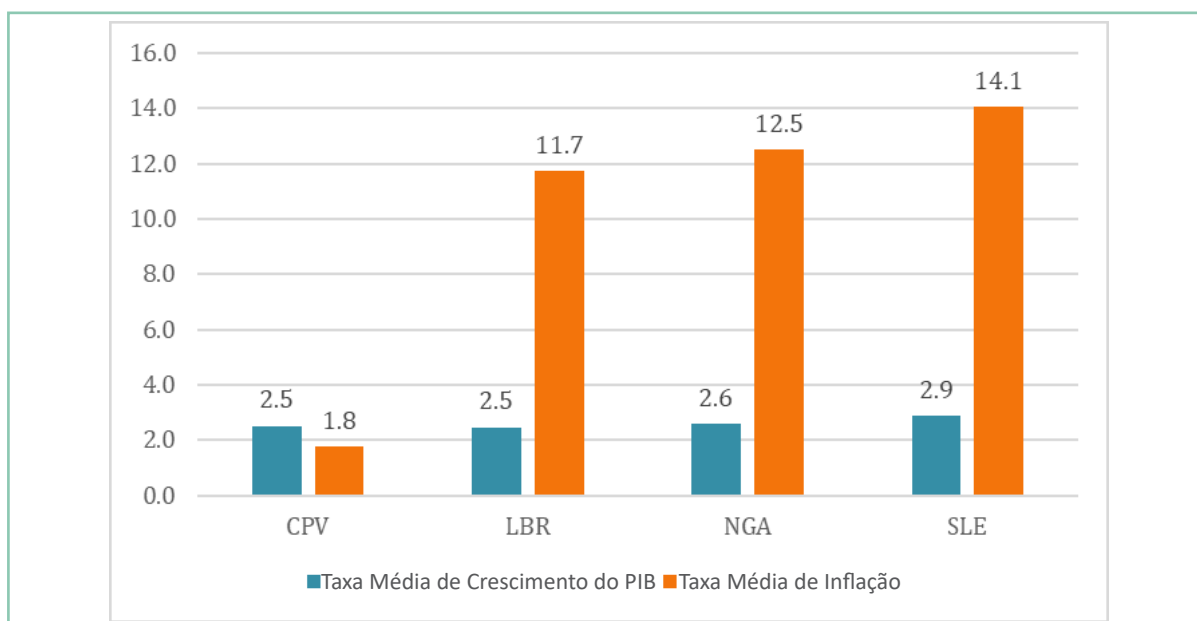
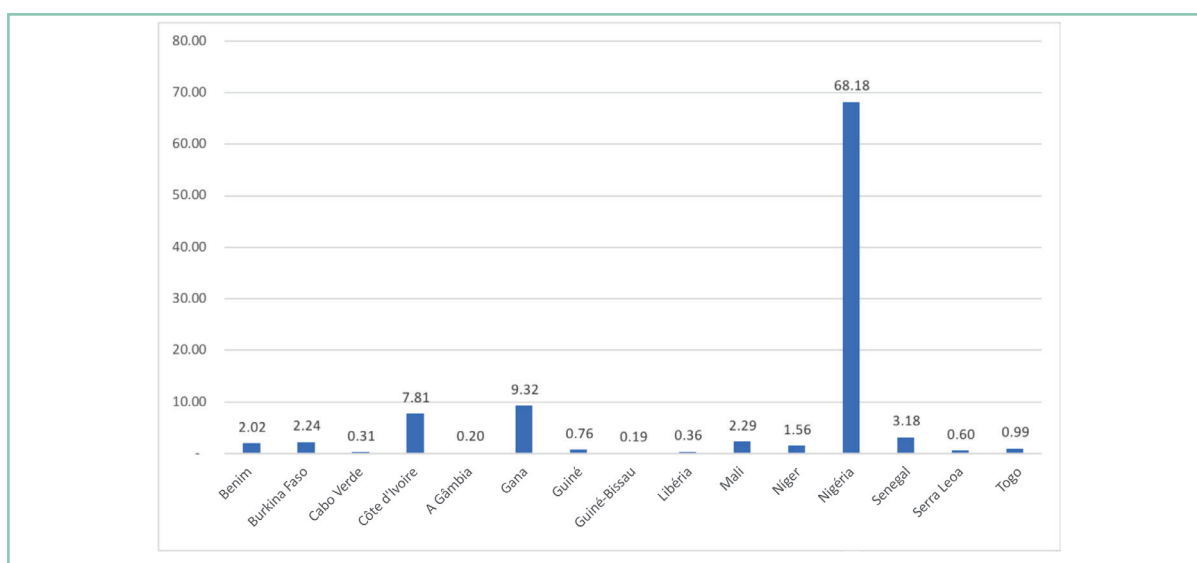


Figura 8: Estados Membros da CEDEAO com Taxas de Crescimento do PIB Real Inferiores a 3%: de 2010 a 2022

Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

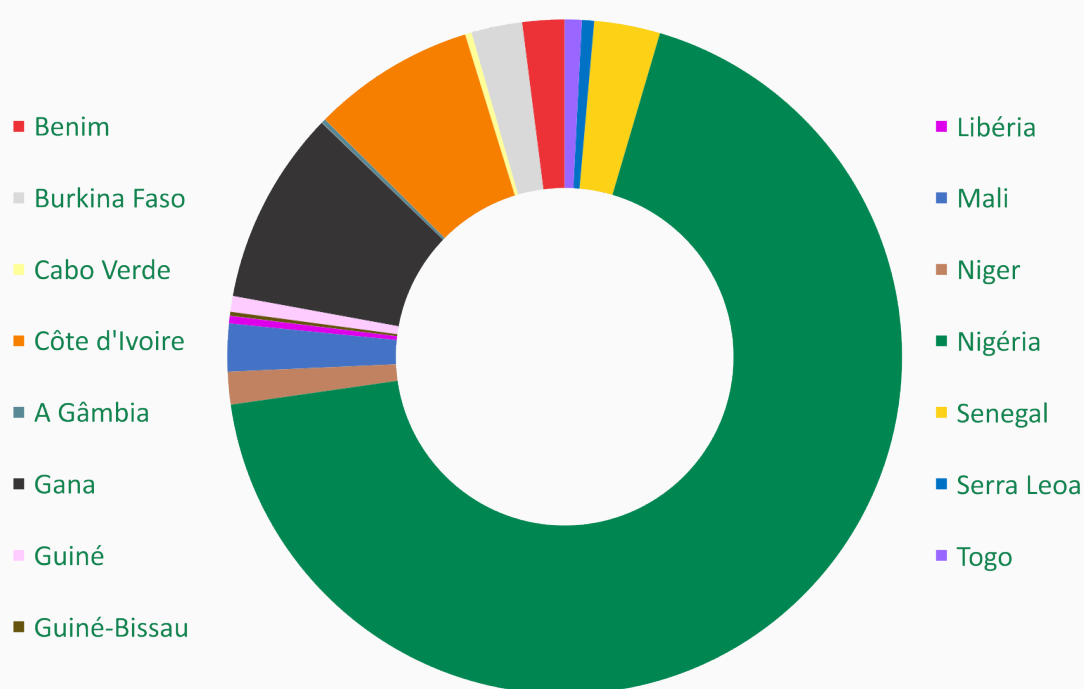
Durante o período de 2010 a 2022, a Nigéria contribuiu com 68,2 % do PIB regional. Segue-se o Gana com uma contribuição média de 9,3 % e a Côte d'Ivoire com uma contribuição de 7,8 % (Figura 9). A implicação económica básica destas contribuições importante da Nigéria, do

Gana e da Côte d'Ivoire é a sua influência como determinantes significativos do desempenho regional. Por outras palavras, estes três Estados membros são as principais forças motrizes do desempenho económico regional sustentado.

Figura 9: Contribuição Média dos Estados d membros a CEDEAO ao PIB Regional Real: de 2010 a 2022 (em Percentagem)

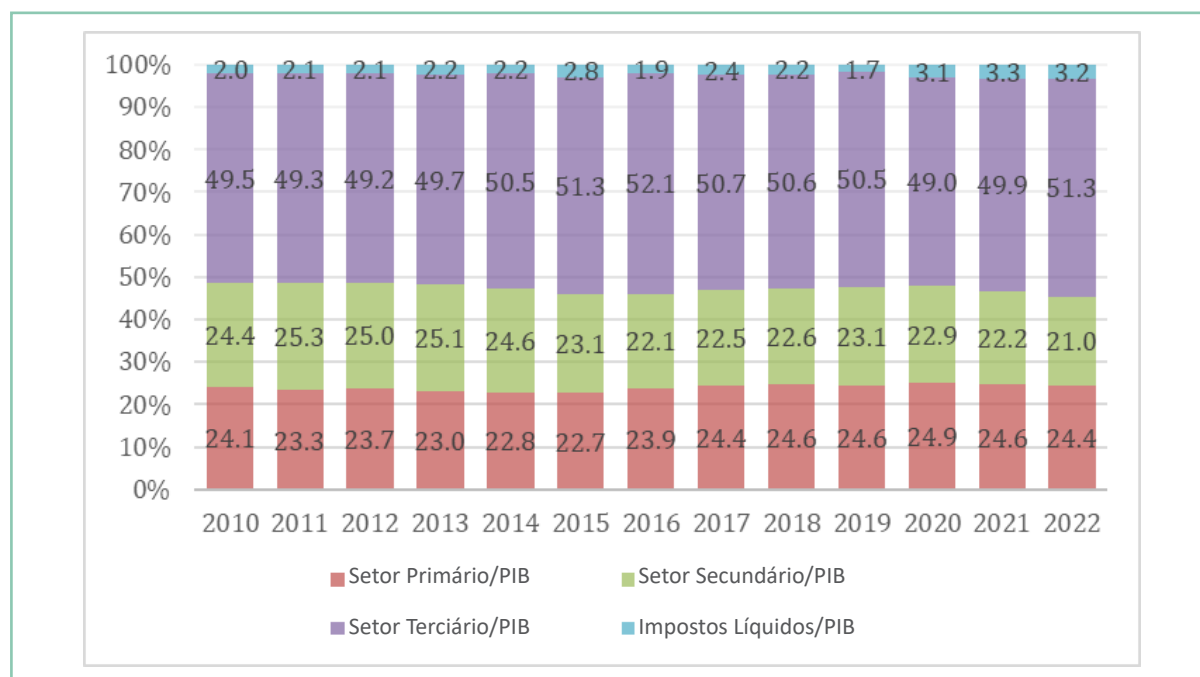
Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

Contribuição Média dos Estados-Membros da CEDEAO para o PIB Real Regional: 2010 a 2022



Do lado da oferta, durante o período de 2010 a 2022, a contribuição setorial para o PIB real regional é impulsionada pelo sector terciário. De acordo com a Figura 10, a contribuição do sector terciário para o PIB real aumentou de 49,5% em 2010 para 51,3% em 2022.

O sector primário seguiu com um ligeiro aumento da sua contribuição, passando de 24,1 % em 2010 para 24,4 % em 2022. A contribuição do sector secundário diminuiu de 24,4% em 2010 para 21 % em 2022. Isto mostra claramente o fraco desempenho do sector industrial na Região, o que reflete o baixo nível de transformação estrutural das economias do espaço CEDEAO.

Figura 10: Composição Setorial do PIB Real da CEDEAO: de 2010 a 2022

Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

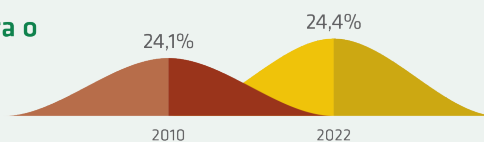
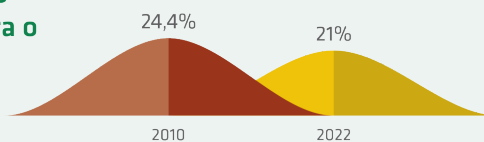
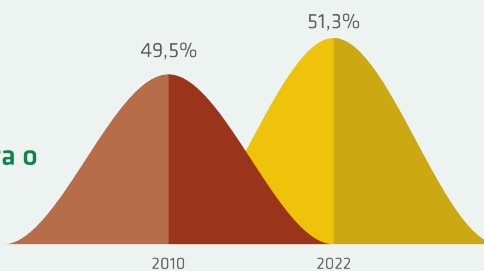
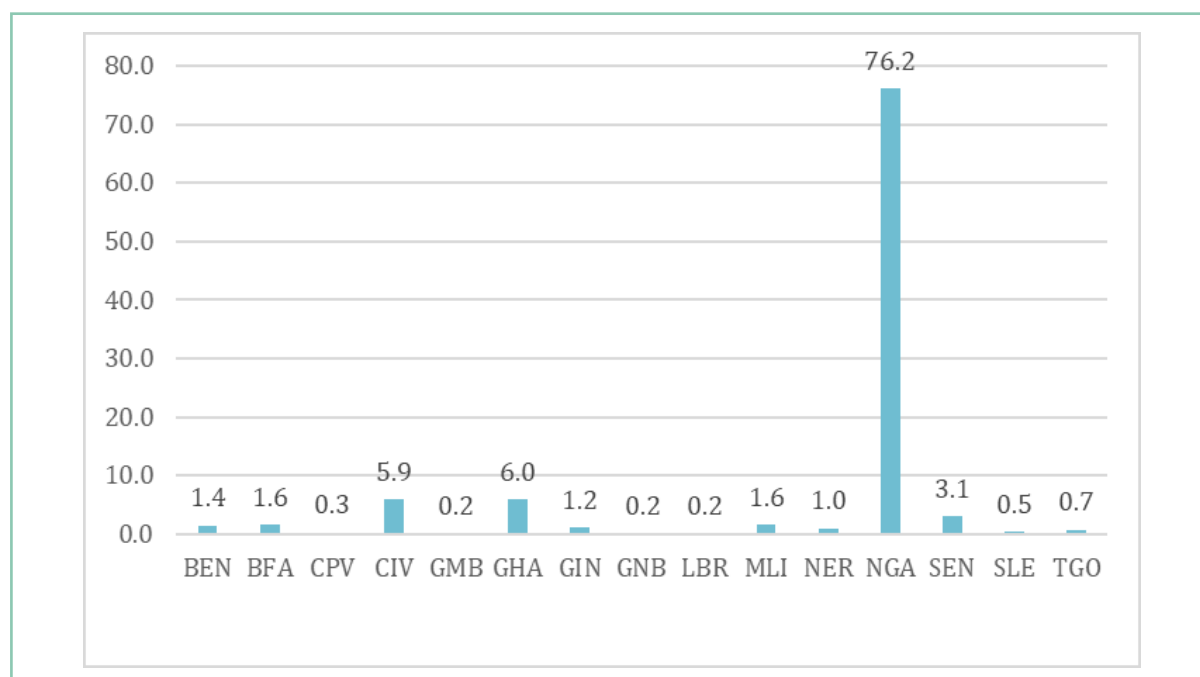
**Setor Primário
Contribuição para o
PIB Real****Setor Secundário
Contribuição para o
PIB Real****Setor Terciário
Contribuição para o
PIB Real**

Figura 11: Contribuição Média dos Estados Membros ao Setor Terciário Regional: de 2010 a 2022

Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

Uma análise mais aprofundada da Figura 11 mostra que a Nigéria foi o maior contribuinte para o setor terciário da Região, com 76,2%. Segue-se o Gana com 6,0% e a Côte d'Ivoire com 5,9%. Estes três países representaram 88% do setor terciário regional. Globalmente, o crescimento da CEDEAO foi largamente impulsionado pela Nigéria, a maior economia da Região.

Uma análise regional de 2021 e 2022 mostrou diferentes níveis de desempenho económico dos Estados membros da CEDEAO. A Côte d'Ivoire mostrou um crescimento económico notável, com uma Taxa de crescimento real do PIB de 7,4% em 2021 e 6,7% em 2022. Este desempenho pode ser atribuído à execução de vários programas de intervenção económica e social.

A economia real da Nigéria, que cresceu 3,6% em 2021 e 3,3% em 2022, beneficiou

do aumento dos preços do petróleo, da recuperação nos subsectores dos serviços e da indústria transformadora e do apoio político na agricultura. No entanto, o efeito dos preços mais elevados do petróleo foi compensado por restrições à produção causadas pelo roubo de petróleo e pela insegurança nas Regiões produtoras de petróleo.

No Gana, o crescimento económico caiu de 5,1% em 2021 para 3,1% em 2022, muito abaixo da média da CEDEAO de 3,9%. Este facto pode ser atribuído a políticas monetárias restritivas, à elevada dívida pública e ao enfraquecimento da moeda local.

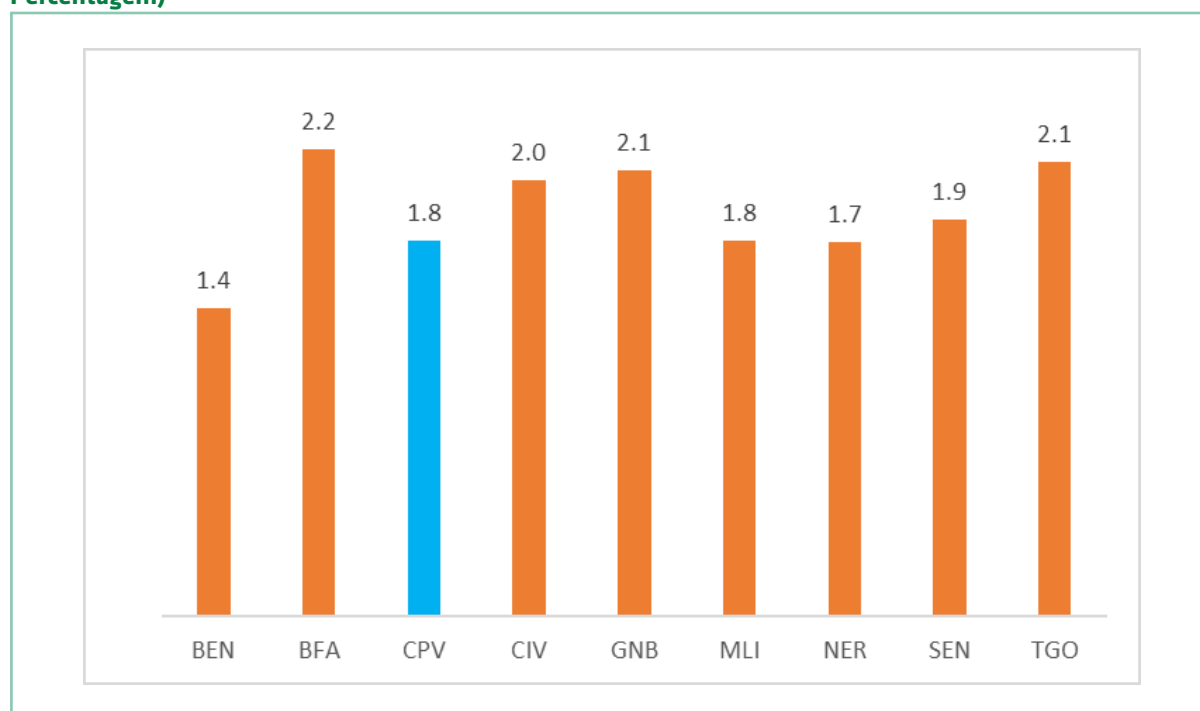
O abrandamento do crescimento económico do Senegal, passando de 6,5% em 2021 para 4,2% em 2022, é atribuída principalmente ao fraco desempenho do subsector agrícola e do setor secundário.

Quatro Estados membros tiveram um melhor desempenho, apesar do impacto depressivo da pandemia de COVID-19. A economia de Cabo Verde cresceu de 6,8% em 2021 para 17,7% em 2022, principalmente devido ao desempenho do sector secundário e do turismo. A agricultura registou uma forte recuperação no Níger, principalmente graças a boas colheitas. Do mesmo modo, a Côte d'Ivoire e o Benim mantiveram o seu desempenho graças à melhoria dos preços mundiais dos produtos

de base.

Ademais, havia uma diferença acentuada no padrão inflacionista dos Estados membros da CEDEAO. No período de 2010 a 2022, o grupo da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) e Cabo Verde registaram uma Taxa de inflação média entre 1,4% e 2,2% (Figura 12). Isto foi conseguido graças a políticas económicas prudentes e a política monetária da moeda comum da UEMOA.

Figura 12: Taxa Média de Inflação nos Estados Membros da UEMOA e em Cabo Verde: de 2010 a 2022 (em Percentagem)



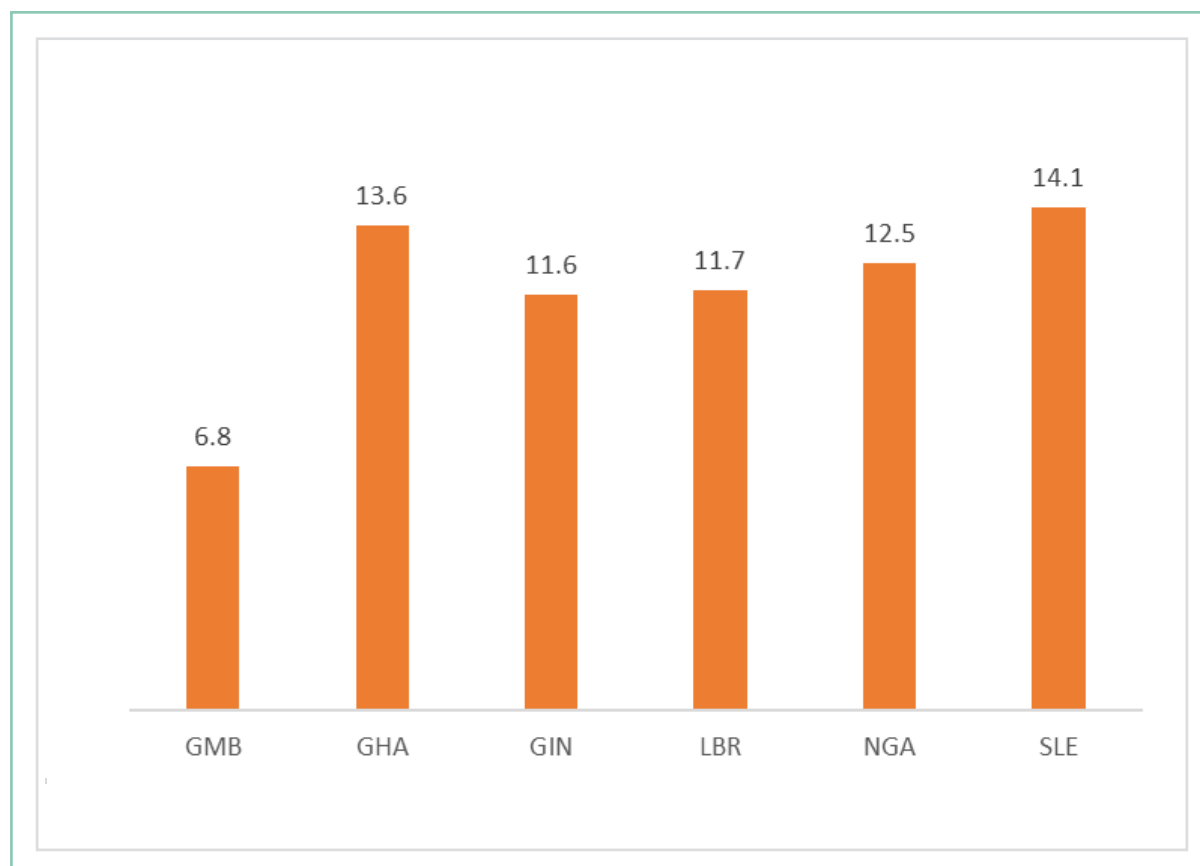
Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

Quatro Estados membros melhoraram o desempenho apesar do impacto depressivo da pandemia de COVID-19

Durante o mesmo período, os Estados membros da Zona Monetária da África Ocidental (ZMAO) registaram um aumento da Taxa de inflação média, passando de 9,7 % em 2016 para 20,2% em 2022. Como mostrado na Figura 13, Serra Leoa registou a Taxa de inflação média mais alta, com 14,1%, seguida por Gana com 13,6% e da Nigéria com 12,5%. Foi observada uma pressão inflacionista significativa no Gana, onde

a Taxa de inflação passou de 10,7% em 2010 para 17,2% em 2015 e 31,5% em 2022, apesar da adoção do quadro de metas de inflação desde 2007. Também, a Serra Leoa registou a mesma tendência, com uma Taxa de inflação que passou de 17,8% em 2010 para 26,9% em 2022. Do mesmo modo, a Taxa de inflação da Nigéria aumentou de 13,7% em 2010 para 18,8% em 2022.

Figura 13: Taxa de Inflação Média dos Estados Membros da ZMAO: de 2010 a 2022 (em Percentagem)



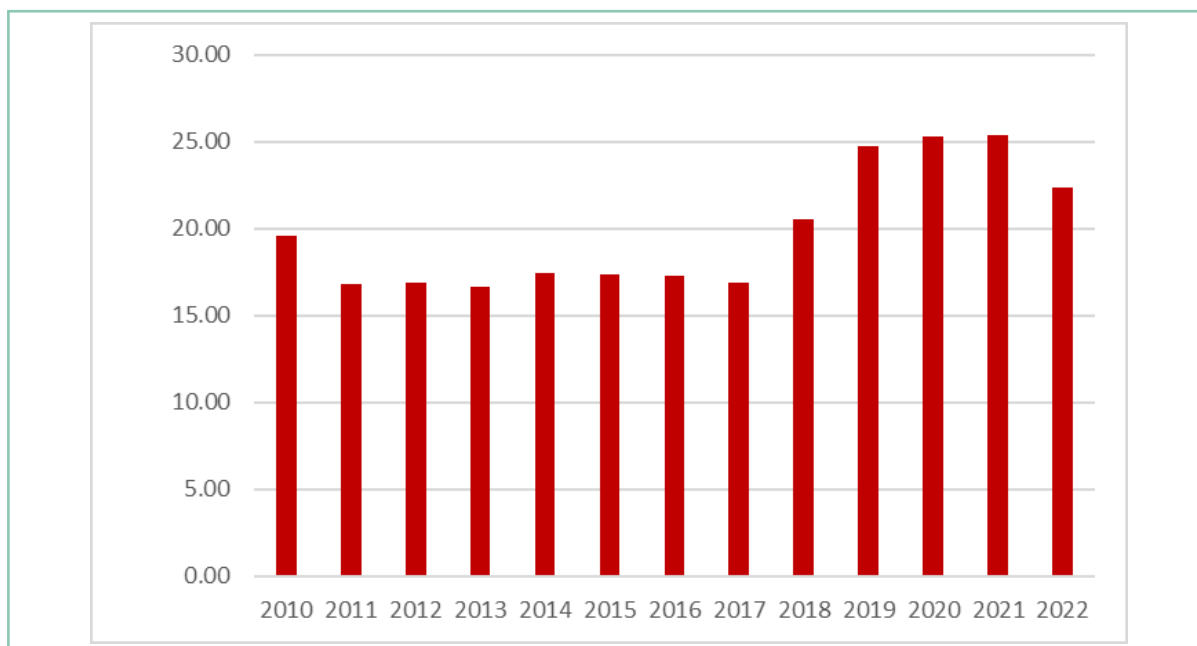
Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

Do lado da procura, o crescimento do PIB da CEDEAO é impulsionado principalmente pelo fortalecimento do consumo final, que aumentou 4,6% em 2021 e 4,5% em 2022, e por um melhor desempenho do investimento, de 8,6% em 2021 para 19,4% em 2022. O investimento é impulsionado pelo setor privado. Os investimentos públicos são reforçados, apoiados pela continuação de grandes projetos

de infraestruturas.

A taxa de investimento global aumentou, passando de 24,0% do PIB em 2021 para 26,4% do PIB em 2022. O aumento do consumo final é resultado da consolidação do consumo público, que passou de 8,6% em 2021 para 5,7% em 2022, e o aumento do consumo % das famílias, de 4,0% em 2021 para 4,3% em 2022.

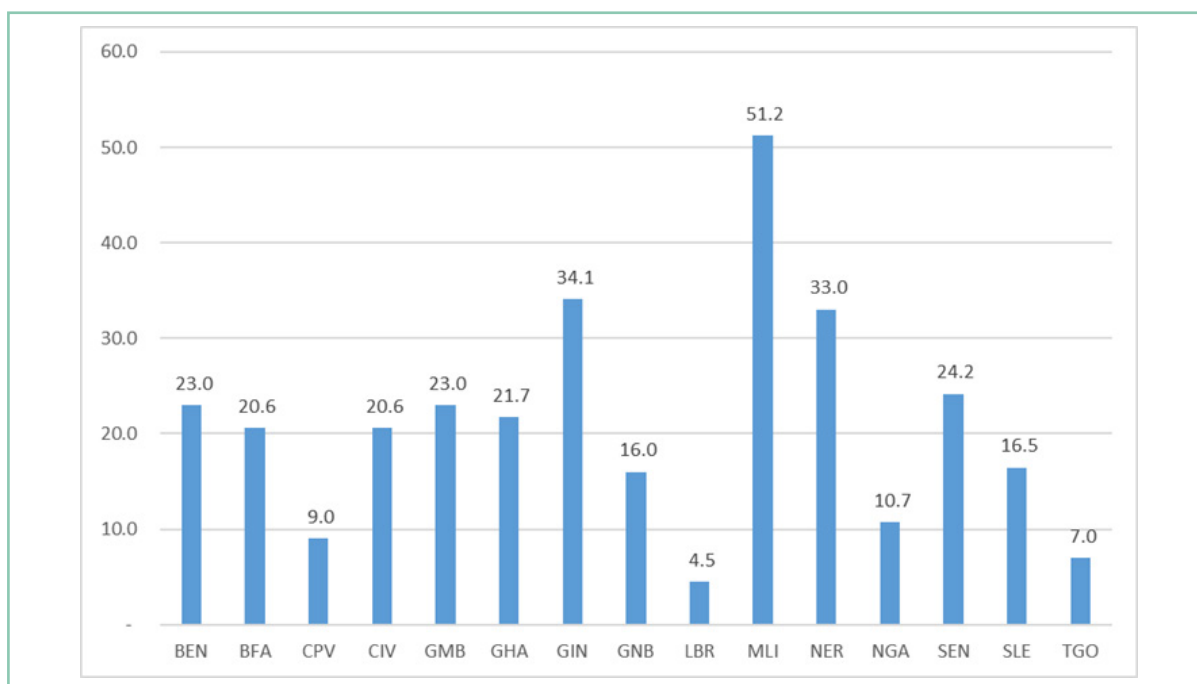
Figura 14: Rácio Médio do Investimento Total em relação ao PIB da Região da CEDEAO: de 2010 a 2022 (em Percentagem)



Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

Na Região da CEDEAO, o investimento total em percentagem do PIB regional desceu de 19,6% em 2010 para 16,9% em 2017, tendo depois subido para 22,4% em 2022 (Figura 14).

Figura 15: Rácio Médio dos investimentos em Relação ao PIB dos Estados Membros da CEDEAO: de 2010 a 2022 (em Percentagem)



Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023



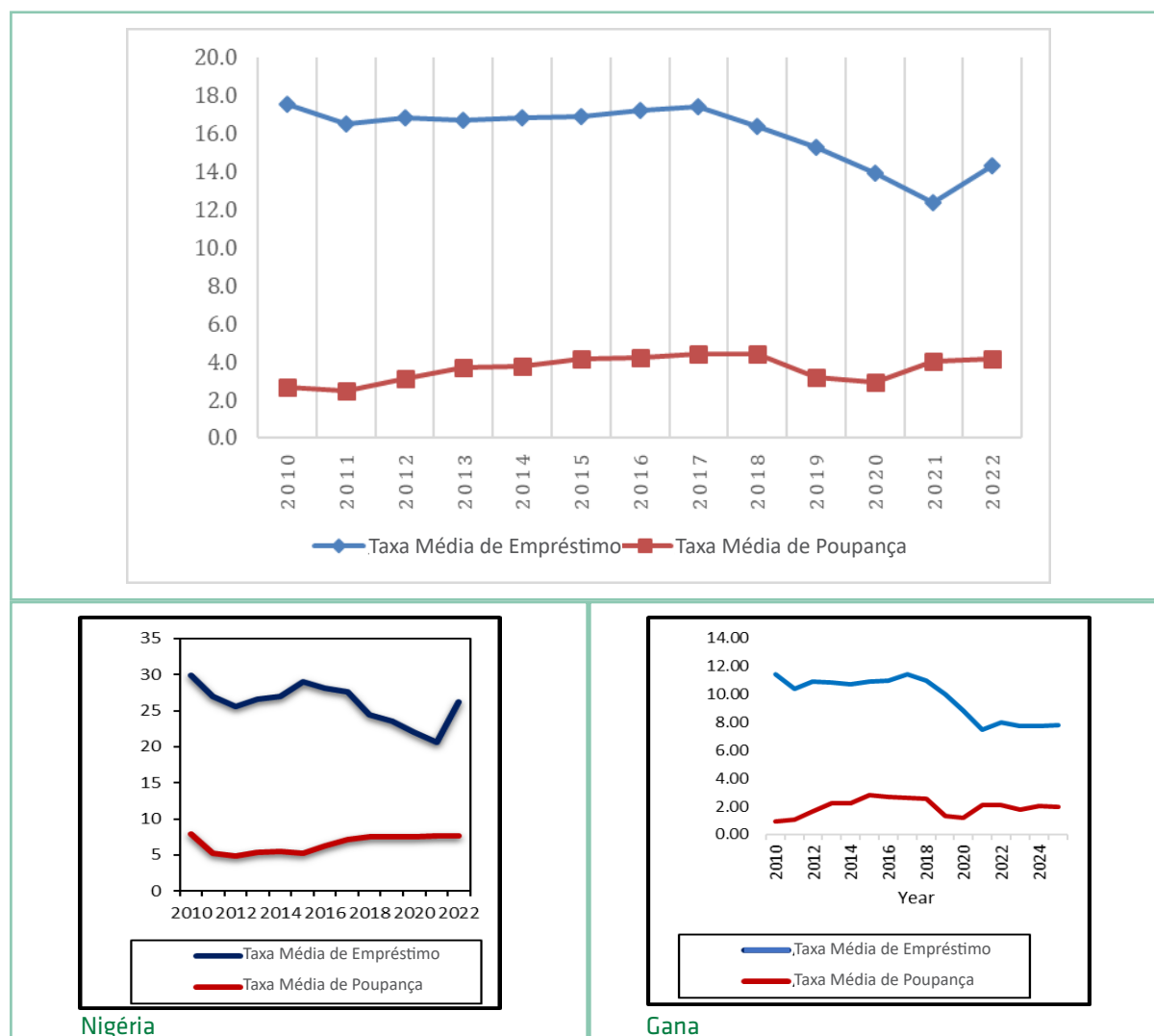
O Mali, com um rácio médio do investimento total em relação ao PIB de 51,2 %, foi o principal Estado-Membro em termos de investimento, seguido da Guiné e da Níger, com 34,0 e 33,0 %, respetivamente. (Figura 15).

De acordo com o BAD (2022), os Estados membros da CEDEAO registaram uma saída de 19 mil milhões de dólares em investimento de carteira em 2020, em comparação com uma entrada líquida de 14,5 mil milhões de dólares em 2019, à medida que os investidores se retiraram para mercados mais seguros. A Nigéria, que registou grandes oscilações entre entradas e saídas entre 2019 e 2020 - 3,1 mil milhões de dólares para 3,6 mil milhões de dólares - registou as maiores saídas líquidas devido à aversão ao risco induzida pela pandemia. As saídas líquidas de investimento de carteira aumentaram 40,2% entre 2020 e 2021. Os fluxos de remessas para a CEDEAO aumentaram 18,2% entre 2021 e 2022.

No âmbito do desenvolvimento monetário regional, muitos Bancos Centrais dos Estados membros da CEDEAO, com uma inflação em baixa ou relativamente estável, mantiveram ou reduziram as Taxas Diretoras (TD) desde 2010. Houve fortes reduções nas TPM na Libéria (10 pontos percentuais) e nos países membros da ZMAO devido às pressões inflacionistas. Os Bancos Centrais do Gana e da Nigéria recorreram a intervenções políticas não convencionais, como injeções diretas de liquidez no sistema bancário, moratórias sobre o pagamento de empréstimos por empresas e famílias gravemente afetadas e recompras de títulos do Estado.

Outro fenómeno monetário durante o período 2010-2022 foi o elevado diferencial de Taxas de juro na Região (Figura 16).

Figura 16: Taxas Médias de Empréstimo e de Poupança na Região da CEDEAO, na Nigéria e no Gana: de 2010 a 2022 (em Percentagem)



Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

A Nigéria, com um diferencial médio de Taxas de juro de 18,7%, e o Gana, com um diferencial médio de 18,6%, registaram o diferencial mais elevado da Região. A implicação económica fundamental é que a elevada Taxa média de empréstimo pode causar uma restrição do lado da oferta, uma vez que desencorajará a contração de empréstimos para atividades produtivas. Simultaneamente, uma Taxa de poupança média baixa, inferior à Taxa de inflação, tornará o instrumento da Taxa de juro ineficaz na mobilização de recursos internos.

Os Estados membros da UEMOA registaram um diferencial médio de Taxas de juro baixo. Por exemplo, o diferencial médio das Taxas de juro no Senegal foi de 0,7% entre 2010 e 2022. Além disso, Cabo Verde, a Gâmbia e a Serra Leoa registaram o diferencial de Taxas de juro mais baixo, com 3,1%, 4,3% e 1,4%, respetivamente. O desempenho de Cabo Verde reflete também um sistema financeiro líquido, rentável e bem capitalizado. O capital regulamentar ponderado pelo risco foi de 22,3%, acima do mínimo regulamentar de 12%, enquanto a rentabilidade

dos capitais próprios e a rentabilidade do ativo foram de 17,4% e 1,7%, respetivamente. Os empréstimos de carteira não produtivos (NPL) diminuiu de 8,1 % em 2021 para 7,8 % do total de empréstimos em 2022 (FMI 2023).

No caso do crédito interno disponível, uma grande proporção do crédito total da Região foi atribuída ao sector privado. Como mostra a Figura 17, houve um aumento de 117% no crédito ao sector privado entre 2011 e 2017. O principal impulsionador da tendência regional foi a Nigéria, que concedeu um crédito significativo ao sector privado no valor de 41,9 mil milhões de dólares (Caixa 1). A percentagem do crédito ao sector privado no total do crédito regional diminuiu de 64,5% em 2021 para 59,1% em 2022, mas manteve-se claramente elevada e dominante.

O Rácio do crédito interno em relação ao PIB regional passou de 18,7% em 2011 para 15,8% em 2017. Em seguida, aumentou de forma constante até atingir 28,4% em 2020 e 33,3% em 2022. O crédito interno aumentou em todos os Estados membros e a Taxa variou de um Estado-membro para outro. Cabo Verde registou uma Taxa elevada de 69% em 2022, a Nigéria 32,8%, a Libéria 32,2%, o Senegal 51,8% e o Mali 43,3%. O Estado membro com a Taxa mais baixa foi o Níger, com 16,5%.

Crédito Interno em % do PIB Regional em 2011

18.7%

Crédito Interno em % do PIB Regional em 2022

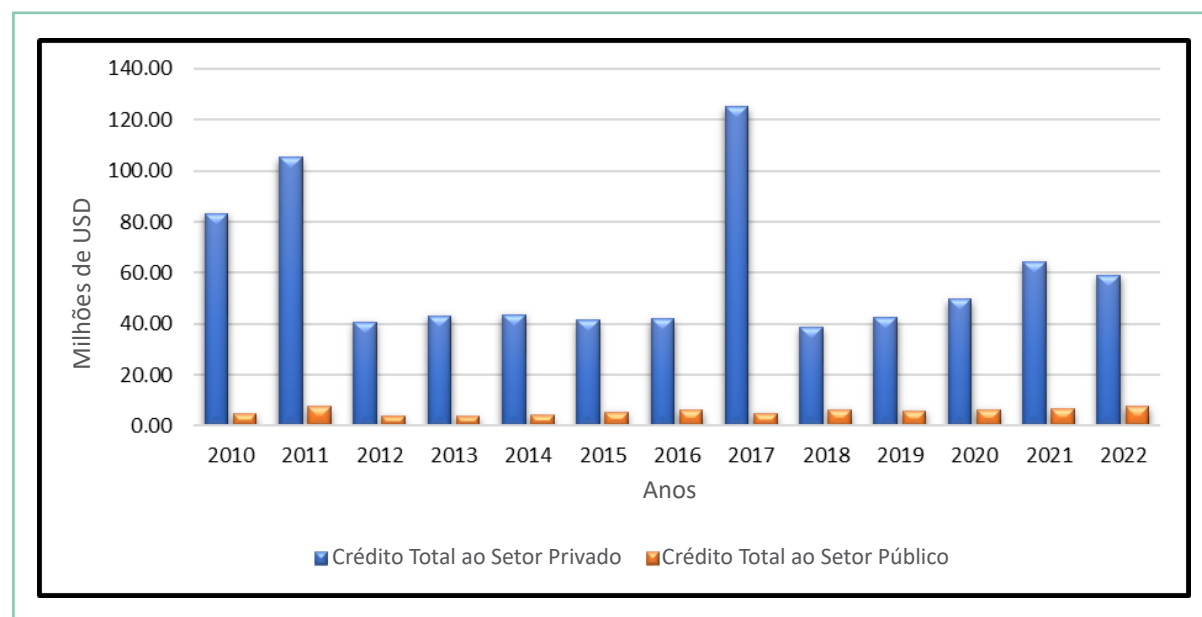
33.3%

Caixa 1: Nigéria: Empréstimos Bancários de 63 Triliões de Nairas ao Sector Privado em 2017

privado, de acordo com dados do Gabinete Nacional de Estatísticas. Os empréstimos foram distribuídos ao longo do ano, com 16 triliões de ₦ concedidos no primeiro trimestre, cerca de 15,7 triliões de ₦ no segundo trimestre, 15,82 triliões de ₦ no terceiro trimestre e 15,74 triliões de ₦ no quarto trimestre. O Relatório revela que o sector do petróleo e do gás recebeu o montante mais elevado de empréstimos dos bancos, ou seja, um total de 14,2 triliões de ₦, representando 22,44% do crédito total concedido ao sector privado. O sector transformador ocupa o segundo lugar com 8,79 triliões de ₦, ou seja, 6,7% do crédito global concedido ao sector privado

Um ex-Presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Abuja, apelou ao Banco Central da Nigéria para reduzir o Rácio de Reservas de Liquidez (RRL) obrigatórias e o Rácio de liquidez para obter mais fundos para que os bancos possam conceder crédito ao sector real. Atualmente, o RRL é de 22,5 %, o Rácio de liquidez é de 30 % e o intervalo assimétrico é de +200 e -500 pontos base em torno da Taxa Diretora (TD), que é de 14 %. Esta redução foi recomendada porque os bancos tinham ultrapassado o limiar regulamentar de 80% de empréstimos/depósitos, limitando a sua capacidade de moeda ou conceder crédito às empresas.

Fonte: Punch Nigéria, 11 fevereiro 2018

Figura 17: Crédito Total ao Setor Privado e Público na Região da CEDEAO: de 2010 a 2022

Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023



No que se refere das finanças públicas na Região da CEDEAO, vários fatores desempenharam um papel fundamental. Estes estão relacionados com as políticas orçamentais, o endividamento, as Taxas de crescimento económico e o peso da dívida. O saldo orçamental da Região em percentagem do PIB deteriorou-se de -4,5% em 2010 para -5,6% em 2022, devido ao elevado serviço da dívida, aos subsídios e às intervenções relacionadas com a COVID-19.

O saldo orçamental global incluindo subvenções em percentagem do PIB dos Estados membros da Zona Monetária da África Ocidental (ZMAO) deteriorou-se de -2,2% em 2016 para -5,0% em 2022. O deficit orçamental dos Estados membros da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) deteriorou-se de -3,6% em 2016 para -6,6% em 2022 (ver anexo 3).

A Figura 18 mostra que o Rácio da dívida pública regional em percentagem do PIB aumentou de 15,3% em 2010 para 36,3% em 2022 devido aos efeitos combinados do peso da dívida, da depreciação das moedas nacionais e da inflação, o que coloca desafios ao desenvolvimento económico.

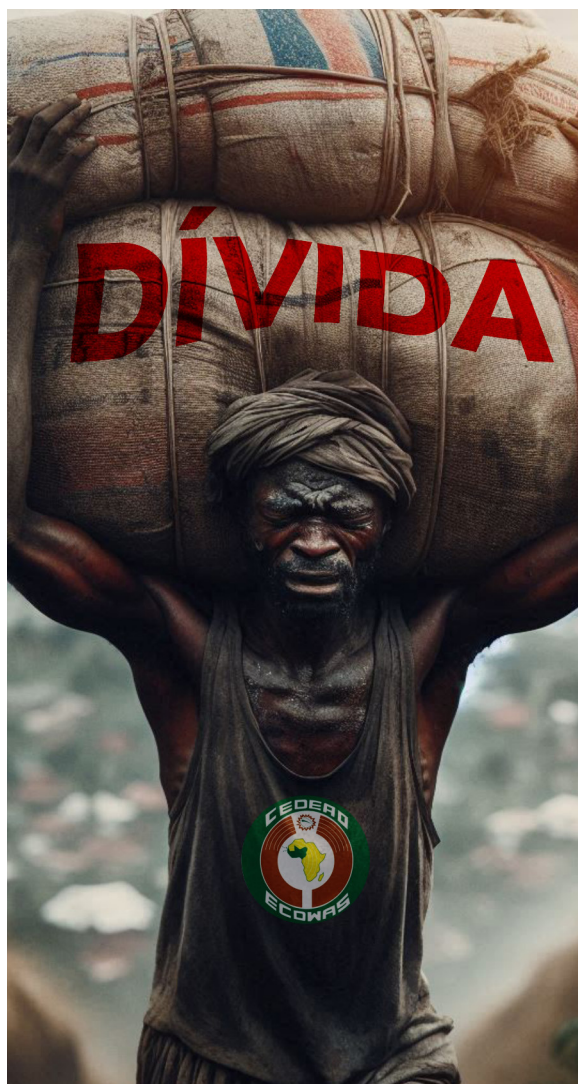
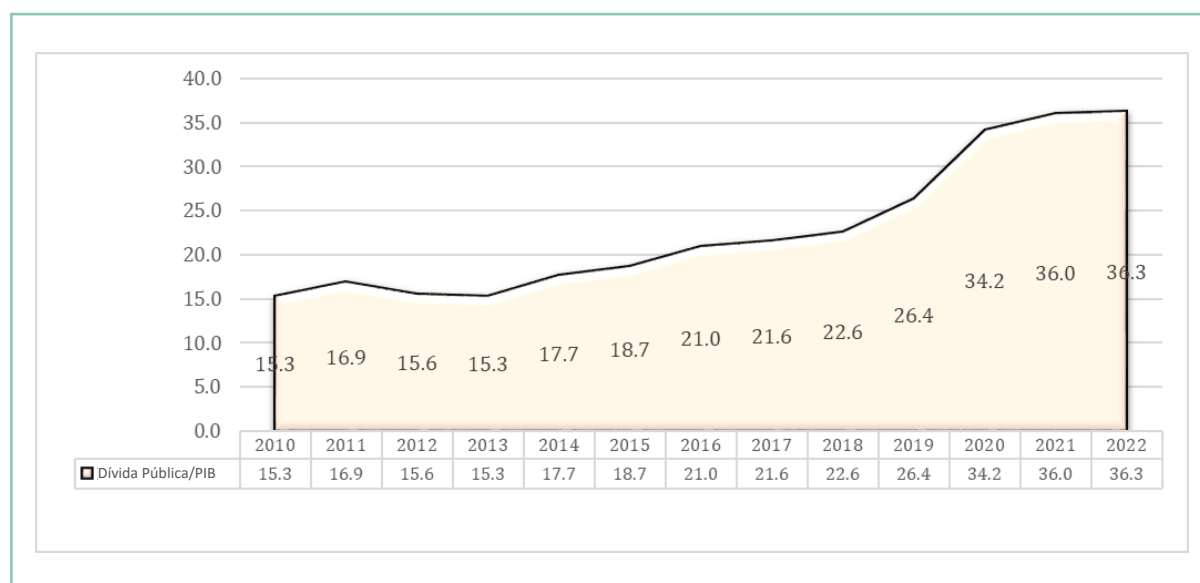


Figura 18: Rácio da Dívida Pública Bruta em Relação ao PIB da Região da CEDEAO: de 2010 a 2022



Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

Cabo Verde registou um Rácio médio de 108,4%, seguido da Gâmbia com 68,8%, do Gana com 55,9% e da Nigéria com o Rácio mais baixo de 14,3%. No entanto, a Nigéria e o Gana foram os países que mais contribuíram para o aumento global do stock da dívida, atingindo mais de 36,3% do PIB em 2022. A partir de 2016, a Nigéria (14,1% do PIB) e o Gana (54,6% do PIB) registaram um aumento para atingir respetivamente 22,9% e 71,2%. Esta tendência reflete o atual peso da dívida devido ao aumento significativo da dívida pública denominada em dólares e a obrigações de serviço da dívida mais elevadas.

O Rácio dívida/PIB aumentou apesar do alívio temporário do serviço da dívida concedido pela comunidade internacional ao abrigo da Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI) durante a pandemia de COVID-19. Embora a DSSI tenha aliviado de maneira considerável as pressões de liquidez, a suspensão do serviço da dívida é apenas uma solução temporária devido ao facto de a DSSI expirar em dezembro de 2021. Em novembro de 2020, os credores do G20 e do Clube de Paris chegaram a acordo sobre um quadro comum de tratamento da dívida (o Quadro Comum) para fazer face a problemas prolongados de insolvência e liquidez nos países elegíveis para a DSSI. O efeito deste alívio temporário pode ser visto em 2022, uma vez que o Rácio da dívida pública regional em relação ao PIB aumentou de 26,4% em 2019 para 36,3% em 2022 (Figura 18).

A despesa pública regional em percentagem do PIB diminuiu, passando de 17% em 2010 para 8,7% em 2016 e 12,7% em 2022. Isto reflete os esforços concertados dos Estados membros para reduzir as despesas públicas. Cabo Verde reduziu as suas despesas de 35,7% em 2010 para 26,6% em 2016 e 25,7% em 2022.

As despesas públicas da Gâmbia e do Mali aumentaram, passando de 12,9% e 19,5% em 2010 para 19,3% e 21% em 2016 e 23,7% e 25% em 2022 respetivamente. A Guiné reduziu a sua despesa pública em percentagem do PIB passando respetivamente de 15,9% em 2016 para 14,1% em 2022.

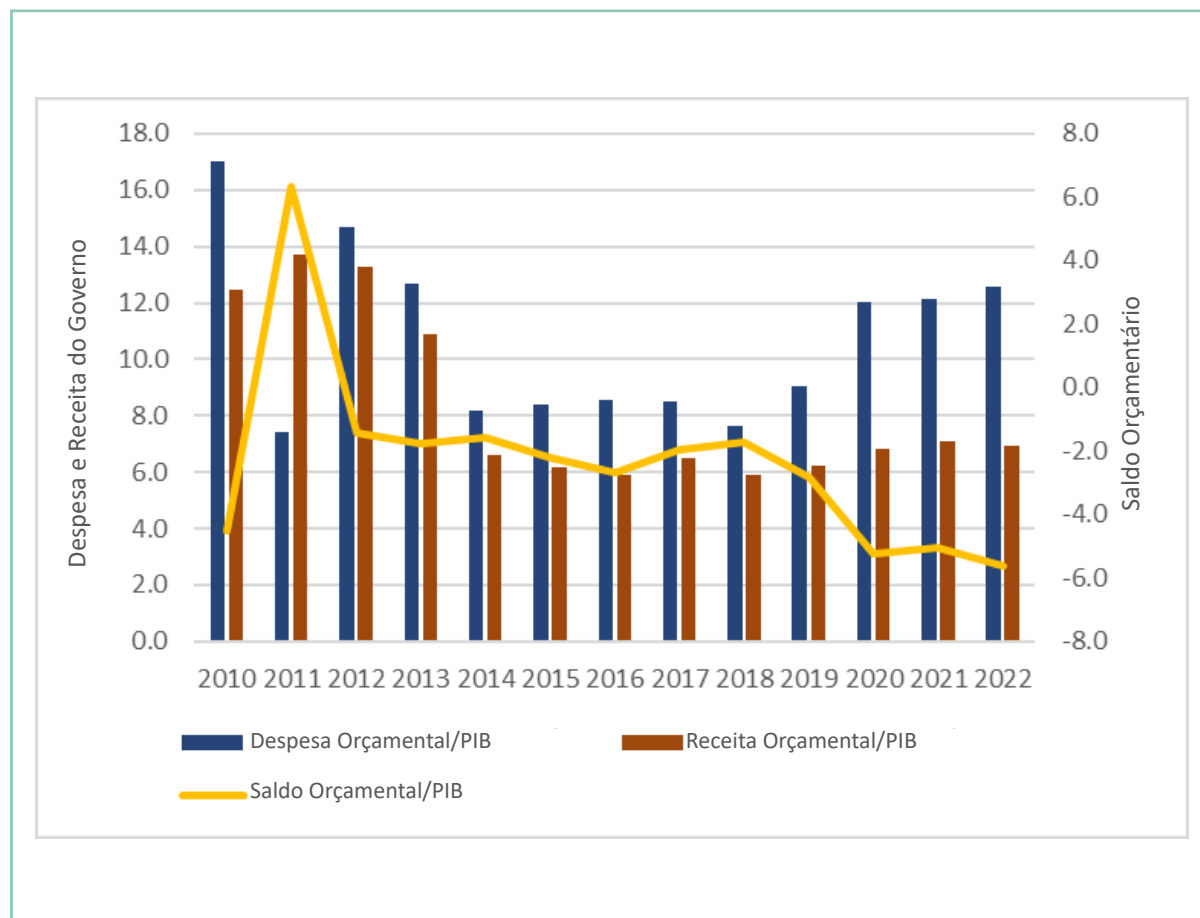
O aumento global do agregado regional deveu-se a um aumento da despesa pública do Gana em percentagem do PIB, passando de 17,3% em 2016 para 26,9% em 2022. A fim de reduzir a dependência excessiva de empréstimos, medidas de política fiscal como o aumento do rácio impostos/PIB, foram implementadas em alguns Estados membros, como a Nigéria.

Os Estados membros da CEDEAO empreenderam estímulos fiscais apesar das receitas limitadas devido à pandemia da COVID-19. Muitos dos estímulos incluíram medidas "acima da linha". Os défices fiscais aumentaram de -2,4% em 2016 para -4,8% em 2021 e -5,4% do PIB em 2022. Em 2021, as despesas adicionais ou a perda de receitas foram estimadas em 0,8% do PIB no sector da saúde e em 2,4% do PIB nos outros sectores. Em 2022, os défices orçamentais diminuíram em alguns Estados membros, apoiados pela recuperação económica e pela melhoria das receitas.

No entanto, o aumento dos preços dos produtos de base e as pressões inflacionistas desencadeadas pelo conflito entre a Rússia e a Ucrânia representam um grande desafio para a situação orçamental a curto e médio prazo, em especial para as economias que são grandes importadores de produtos de base. A longo prazo, os esforços continuados para alargar a base de receitas, combinados com a consolidação orçamental e uma melhor orientação dos subsídios, oferecem melhores oportunidades para reduzir as pressões orçamentais na Região da CEDEAO.



Figura 19: Despesas, Receitas e Saldo Orçamental em percentagem do PIB: de 2010 a 2022 (em Percentagem)



Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

Como mostra a Figura 19, o aumento persistente dos níveis de despesas orçamentais na Região deve-se a despesas adicionais fora do orçamento relacionadas com transições políticas e preocupações de Segurança. Essas despesas são tomados em conta pela lei de finança rectificativa. A subvenção e o serviço da dívida substancial, combinados com a desvalorização das moedas nacionais, aumentaram consideravelmente o encargo da dívida externa.

As receitas totais, incluindo doações, na Região da CEDEAO aumentaram de 7,2% em 2016 para 9,6% em 2022. Os Estados membros da CEDEAO registaram uma melhoria marginal em termos de receitas totais captadas em percentagem do PIB.

Receitas Totais, Incluindo Subvenções, na Região da CEDEAO em 2016

7.2%

Receitas Totais, Incluindo Subvenções, na Região da CEDEAO em 2022

9.6%

O desempenho relativamente fraco em termos de geração de receitas foi em grande parte atribuído ao declínio das receitas não fiscais devido a um abrandamento das atividades económicas, em especial no sector petrolífero. No entanto, a implantação de sistemas integrados de administração fiscal e de outras administrações fiscais eletrónicas em alguns Estados membros melhorou consideravelmente a cobrança de receitas.

Devido à natureza monocultural dos Estados membros da CEDEAO, os preços mundiais dos produtos de base tiveram um impacto considerável no desempenho da Região a nível do comércio internacional (Caixa 2). Enquanto alguns produtos de base registaram preços estáveis ou mesmo em aumento, outros enfrentaram desafios devido à dinâmica do mercado mundial, a questões relacionadas com o clima e a perturbações na cadeia de abastecimento. As economias dependentes do petróleo na CEDEAO foram sensíveis às flutuações dos preços do petróleo bruto. Os produtos agrícolas mostraram resiliência, com uma procura crescente de produtos alimentares.

A implantação de sistemas integrados de administração fiscal e de outros sistemas eletrónicos de administração fiscal em alguns Estados membros melhorou significativamente a cobrança de receitas.

Caixa 2: Variação dos Preços da Castanha de Caju na Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau é um Estado frágil que enfrenta grandes desafios, incluindo elevadas Taxas de pobreza, baixos Indicadores de Desenvolvimento Humano (HDH) e uma forte dependência das exportações de castanha de caju não transformada. A combinação destes fatores torna as famílias vulneráveis aos choques de preços e às alterações climáticas.

Em 2021, o país registou um crescimento acelerado de 6,4% devido ao recorde das exportações de castanha de caju, ao investimento público e ao levantamento das restrições da COVID-19. No entanto, em 2022, o crescimento abrandou devido a problemas logísticos que afetaram as exportações de castanha de caju e ao aumento da inflação, devido em parte ao impacto do conflito na Ucrânia nos preços dos produtos de base.

A posição externa deteriorou-se, com o défice da conta corrente a aumentar em 2022 devido à diminuição das exportações de caju e ao aumento dos custos de importação. Em 2023, espera-se que o crescimento recupere para 4,5%, assumindo que as exportações de caju recuperam e que o investimento do sector privado, particularmente no sector da energia, continua. A instabilidade política interna, a fraca capacidade do Estado, as decepcionantes exportações de castanha de caju e os choques relacionados com as alterações climáticas constituem uma ameaça para a produção agrícola.

As autoridades poderão ter de racionalizar as despesas não prioritárias, solicitar apoio adicional junto das instituições financeiras internacionais (IFI) ou também fazer face às pressões financeiras nas empresas públicas e às deficiências do sistema bancário.

Fonte: FMI, 01 janeiro 2022

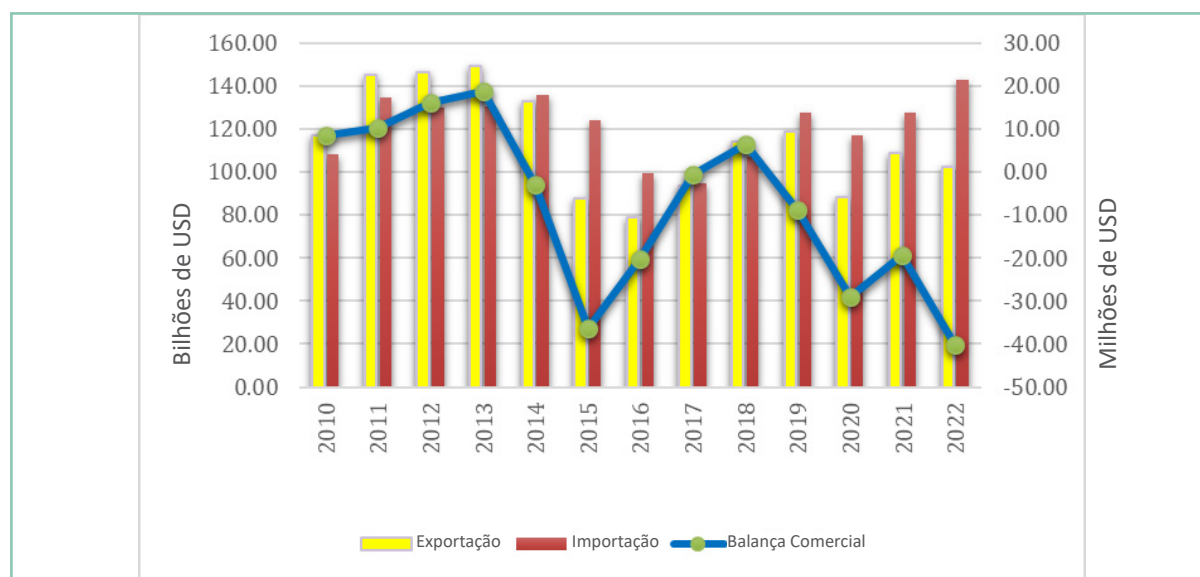
Os preços médios dos principais produtos de base em 2021 e 2022 registaram uma evolução positiva, como se pode verificar pelas variações dos preços dos produtos energéticos (58,3%), dos produtos não energéticos (13,3%), dos produtos agrícolas (14,0%) e das matérias-primas (8,0%). O aumento do índice médio dos produtos energéticos deve-se principalmente ao aumento dos preços do petróleo (40,6%) e da gasolina (73,3%). A descida do índice dos produtos não energéticos deve-se exclusivamente a uma descida de 65,5% do índice dos preços dos adubos. (Relatório de convergência da CEDEAO 2022).

De acordo com o Relatório Anual do Comércio da CEDEAO (2023), o comércio total de mercadorias da Região com o resto do mundo ascendeu a 270 mil milhões de dólares, com um défice comercial de 26 mil milhões de dólares em 2021. As exportações ascenderam a 122 mil milhões de dólares, representando 20,0% das exportações africanas e 0,4% das exportações mundiais. As importações ascenderam a 148 mil milhões de dólares, representando 20,5% das importações africanas e de 0,6% das importações mundiais.

Durante o período de 2016 a 2021, a Região registou um crescimento anual de 3,8% no seu comércio de mercadorias (exportações). A balança comercial regional manteve-se deficitária, atingindo 40 mil milhões de dólares em 2022. As exportações totais diminuíram 5%, enquanto as importações totais aumentaram 11%. Em 2021, as exportações da Região da CEDEAO eram constituídas por petróleo (47 %), pedras preciosas (22 %), cacau (8,1 %), minérios e produtos mineiros (5 %) e frutas (2,4 %)

A dependência dos Estados membros da CEDEAO perante os produtos agrícolas e mineiros torna-os vulneráveis a choques externos (Afrexim Bank, 2022). A Nigéria e o Gana são particularmente dependentes do petróleo bruto, com as exportações de petróleo a representarem 89,2% e 27,2%, respetivamente, das suas exportações totais em 2022. Do mesmo modo, a Cote d'Ivoire e o Gana dependem do cacau, representando este produto de base 38,5% e 18,3%, respetivamente, do seu cabaz total de exportações em 2021. Este padrão comercial expõe a Região a riscos ligados às flutuações dos preços mundiais dos produtos de base.

Figura 20: Exportações Totais, Importações Totais e Balança Comercial no espaço CEDEAO: de 2010 a 2022



Fonte : Comissão da CEDEAO, 2023

A dependência da Região em relação às importações para satisfazer as suas necessidades internas em bens de consumo e bens de equipamento dedicado a produção industrial é largamente determinada pelo seu esquema comercial.

Em termos de desempenho do comércio intra-regional, o comércio intra-CEDEAO representa quase 12% do comércio total da Região. O baixo nível de comércio intra-regional esconde as disparidades entre os Estados membros. Nove (9) Estados membros da CEDEAO registaram mais de 20% de comércio intra-regional, com um máximo de 35,4% para o Níger.

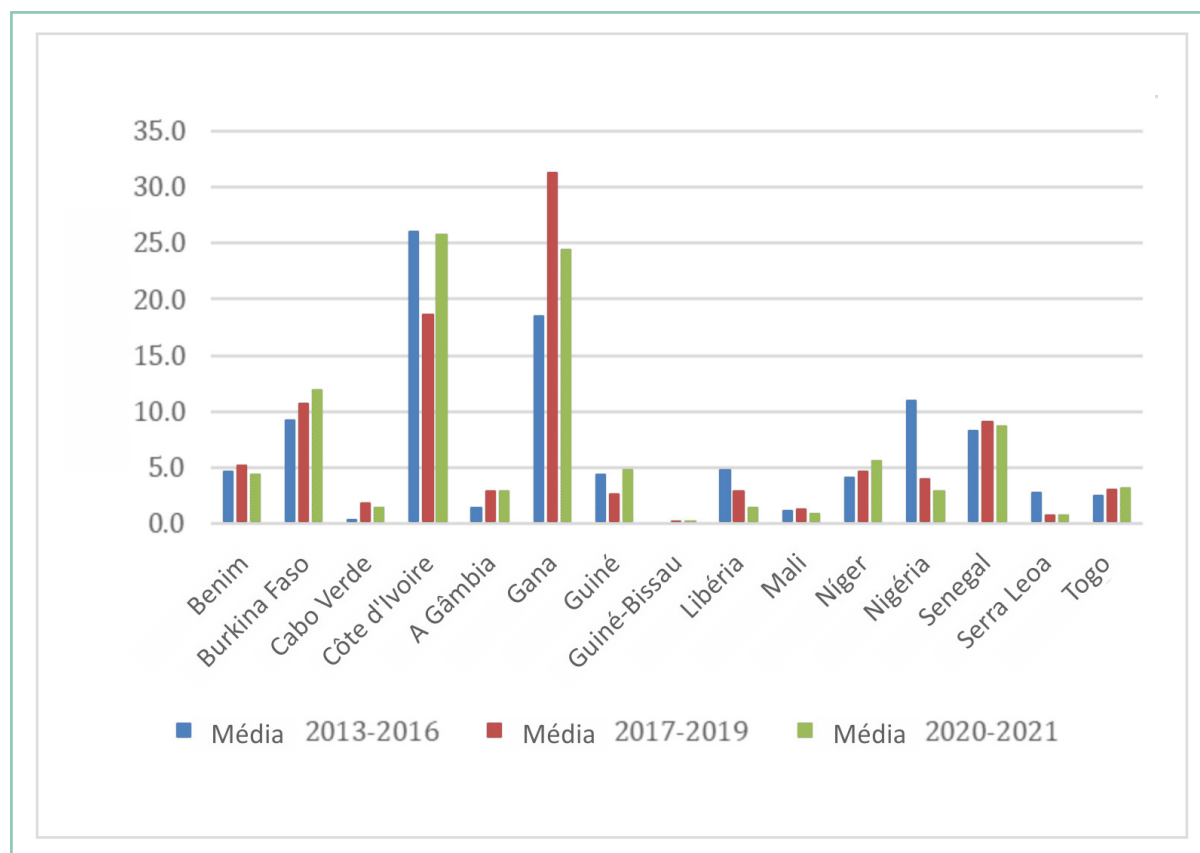
Como mostra a figura 21, o Gana e a Côte d'Ivoire dominam em termos de importações intra-CEDEAO. Além disso, a Nigéria e, a Côte d'Ivoire são os Estados membros dominantes em termos da sua contribuição para as exportações intra-CEDEAO (Figura 22).

As exportações totais da Nigéria para outros Estados membros da CEDEAO diminuíram, passando de 4,8 mil milhões de dólares em 2013 para 4,1 mil milhões de dólares em 2022.

A Nigéria, que representa 65% do comércio total na Região da CEDEAO, registou uma redução da sua contribuição média para as exportações intra-CEDEAO de 36,5% em 2017-2019 para 24,9% em 2020-2021. Além disso, a contribuição da Nigéria para as importações intra-CEDEAO diminuiu de 11% em 2013-2016 para 2,9% em 2020-2021. Consequentemente, o baixo nível de comércio intra-regional em comparação com o comércio externo está diretamente ligado à baixa contribuição da Nigéria para o comércio intra-CEDEAO.



Figura 21: Contribuição média dos Estados Membros da CEDEAO para as Importações Intra-CEDEAO (em Percentagem)



Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

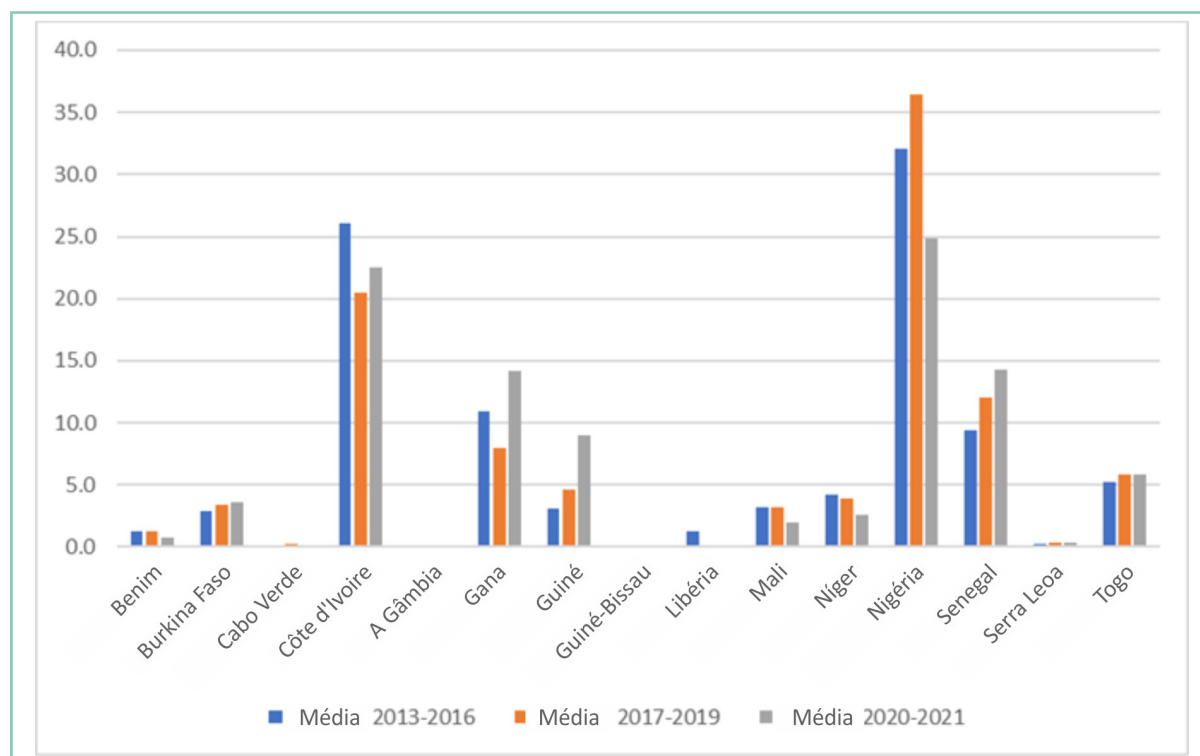
Em resumo, não há dúvida de que a adesão a uma zona de comércio livre tem um impacto positivo no comércio intra-regional no caso da CEDEAO. O desempenho do comércio inter-CEDEAO é prejudicado por dois fatores principais. Em primeiro lugar, o facto de os Estados membros da CEDEAO não aplicarem eficazmente o SLCC (Sistema de Liberalização do Comércio da CEDEAO), que elimina as barreiras pautais e não pautais, aumenta o custo do comércio na Região. Em segundo lugar, a subavaliação do comércio informal é dificulta o cálculo do comércio intra-regional. Além disso, a Nigéria contribui com um mínimo de 3,5% para o comércio intra-regional e não tem relações comerciais substanciais com outros Estados membros.

Exportações da Nigéria para Outros Estados Membros da CEDEAO em 2013

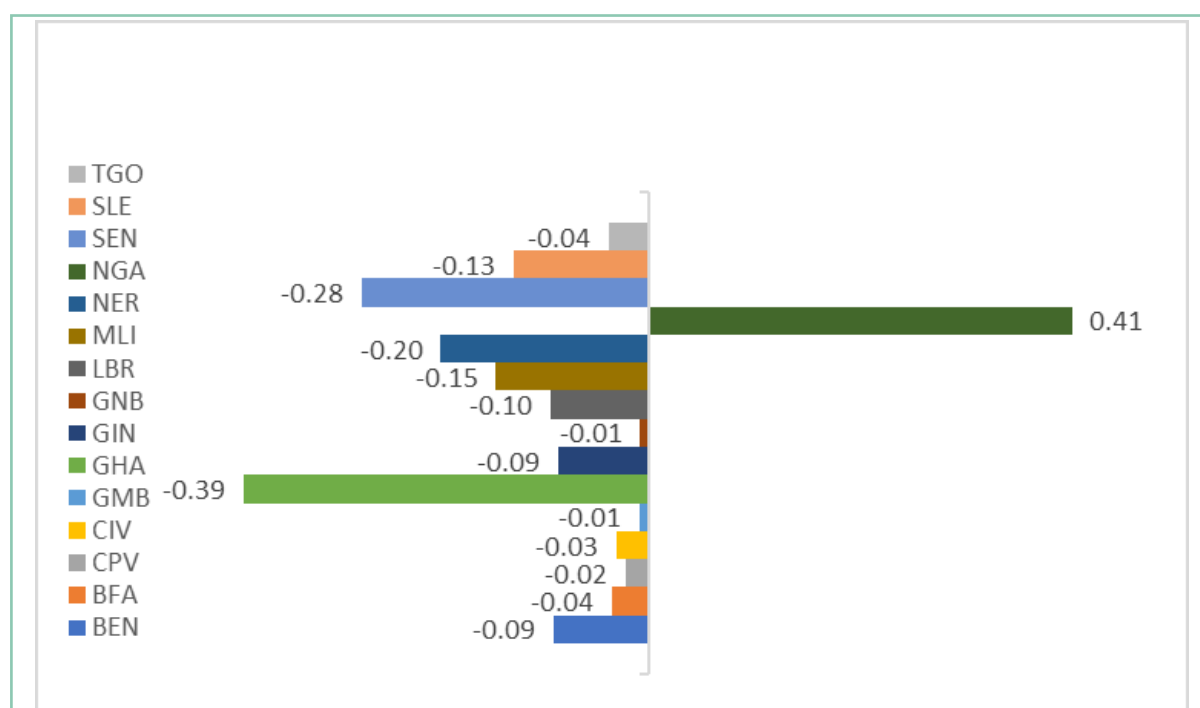
\$4,8
mil milhões

Exportações da Nigéria para Outros Estados Membros da CEDEAO em 2013

\$4,1
mil milhões

Figura 22: Contribuição Média dos Estados Membros da CEDEAO às Exportações Intra-CEDEAO (em Percentagem)

Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

Figura 23: Saldo Médio da Conta Corrente em Relação ao PIB dos Estados membros da CEDEAO: de 2010 a 2022 (em Percentagem)

Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

O Rácio do défice da balança corrente em relação ao PIB global passou de -0,9% em 2016 para -1,8% em 2021, e depois para -1,9% em 2022. Tal deve-se, em parte, à retoma dos pagamentos de dividendos que tinham sido suspensos em 2020 (na sequência da Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida - ISSD) e a melhorias na balança comercial e nas transferências correntes. A redução do défice em 2022 deve-se aos ganhos significativos decorrentes de termos de troca favoráveis para os exportadores líquidos de energia, minerais e metais, em comparação com as perdas que poderiam resultar de um possível aumento do défice comercial para os importadores líquidos de energia e outros produtos de base.

Como mostra a Figura 23, apenas a Nigéria registou um saldo médio positivo da balança de transações correntes em percentagem do PIB. Os outros Estados membros da CEDEAO registaram valores negativos.

No contexto do desenvolvimento socioeconómico, os estados membros da CEDEAO registaram Taxas e uma tendência variáveis de indicadores socioeconómicos. Os dados disponíveis sobre as Taxas de pobreza na Região da CEDEAO mostram que o Benim registou uma diminuição da pobreza monetária de 39,3% em 2015 para 38,5% em 2019. No Burkina Faso, a pobreza monetária afetou 46,7% da população em 2009, mas diminuiu para 40,1% e 36,1% em 2014 e 2018. Em Cabo Verde, o nível de pobreza diminuiu de 31,3% em 2020 para 28,1% em 2022. O bom desempenho macroeconómico da Côte d'Ivoire resultou num declínio da pobreza de 46,3% em 2015 para 39,4% em 2020. No Gana, a implementação do programa de proteção social de transferência de dinheiro, Programa Empoderamento dos meios de Subsistência contra a Pobreza (LEAP) o Trabalho de Alto Intensidade de Mão de Obras



(LIPW) O Programa Coordenado de Políticas de Desenvolvimento Económico e Social de 2017-2024, e a Agenda para o Emprego: Crie Prosperidade e Igualdade de Oportunidades para Todos, produziu resultados positivos. A Taxa de pobreza diminuiu de 31,9% para 24,2% em 2016 e 23,4% em 2022. Na Gâmbia, a Taxa de pobreza aumentou, passando de 48,4% em 2015 para 53,4% em 2020, em grande parte devido a um crescimento mais fraco do PIB per capita e ao aumento dos preços dos alimentos.

Na Guiné-Bissau, o Inquérito Harmonizado sobre as Condições de Vida dos Agregados Familiares de 2018/19 mostrou que a Taxa de pobreza passou de 69,3% em 2010 para 47,7% em 2019 e aumentou para 50,4% em 2021. Utilizando a mesma metodologia na Guiné, a Taxa de pobreza monetária diminuiu de 55,2% em 2012 para 43,7% em 2019. A incidência da pobreza multidimensional diminuiu, passando de 63,4% em 2012 para 54,3% em 2019. No Senegal, a Taxa de pobreza era de 37,8% em 2019, em comparação com 42,8% em 2011.

Na Libéria, a proporção da população abaixo do limiar de pobreza internacional passou de 44% em 2016 para 49,4% em 2019 e para 50,6% em 2022. No Mali, a Taxa de pobreza aumentou de 41,9% em 2020 para 44,6% em 2021 e 45,6% em 2022, devido a crises de Segurança que levaram à deslocação da população. A Taxa de pobreza do Níger revela uma tendência decrescente de 48,2% em 2011 para 45,4% em 2014 e 40,8% em 2019. Na Nigéria, o inquérito do Índice de Pobreza Multidimensional revela que 63% da população é pobre. Na Serra Leoa, o Relatório das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Humano (2021) indica que 59,2% da população era multi-dimensionalmente pobre, enquanto 21,3% são propensos à pobreza multidimensional em 2021. Também no Togo, a redução da pobreza continua a ser um grande

desafio para as políticas públicas, com uma Taxa de pobreza estimada em 45,5% em 2019.

Em termos de desemprego, os Estados membros da CEDEAO também se encontravam em níveis diferentes. No Benim, a Taxa de desemprego era de 2,3% em 2022, enquanto a Taxa do Burkina Faso aumentou de 2,3% em 2007 para 6,6% em 2015 e 7,1% em 2019. Além disso, o subemprego afetou 64% dos trabalhadores rurais em 2015 e caiu significativamente para 38,2% em 2019.

Em Cabo Verde, a Taxa de desemprego diminuiu de 15,0% em 2016 para 12,2 em 2017 e aumentou para 14,5% em 2020. A utilização do quadro do Inquérito Multi-Objetivo Contínuo (IMC) colocou a Taxa de desemprego em 12,1% em 2022. Na Côte d'Ivoire, o desemprego continua a ser mais elevado entre as mulheres (3,5% da população ativa feminina) do que entre os homens (2,3% da população ativa masculina). O desemprego na Gâmbia passou de 5,1% em 2017 para 4,1% em 2019 e aumentou para 4,9% em 2021. Na Guiné-Bissau, a Taxa de desemprego de 7,1% em 2021. A Taxa de desemprego da Guiné aumentou consideravelmente de 1,6% em 1996 para 5,2% em 2014.

No Mali, a Taxa de desemprego aumentou de 7,3% em 2013 para 10,1% em 2016 devido à eclosão da crise de Segurança e ao golpe militar de 2012. A Taxa desceu para 5,2% em 2020, na sequência da aplicação de políticas de recuperação económica por um lado e a atenuação os efeitos da crise institucional e de Segurança, por outro lado. Apesar destes esforços a Taxa de desemprego foi de 6,4% em 2022. No Níger, a Taxa de desemprego aumentou de 2,4% em 2012 para 7,9% em 2017.

De acordo com o Instituto de Estatísticas da Nigéria, a Nigéria registou um aumento da Taxa de desemprego nacional de 23,1% em



2018 para 33,3% em 2022. Com a adoção de uma nova metodologia, a Taxa foi de 5,3% no quarto trimestre de 2022 (caixa 3). A Taxa de desemprego do Senegal foi de 2,9% em 2018. Na Serra Leoa, a Taxa de desemprego atingiu o seu pico mais elevado em 2014, com 4,7%, e 3,2% em 2018 e 3,6% em 2022. Além disso, no Togo, a Taxa de desemprego foi estimada em 3,4% e a Taxa de subemprego foi de 26,8% em 2017.

A análise mostra claramente que o cálculo da média regional dos indicadores socioeconómicos da CEDEAO é um desafio porque os Estados membros utilizaram diferentes metodologias para o cálculo dos indicadores em diferentes períodos. Este fator exige, portanto, a necessidade de uma metodologia normalizada e harmonizada para o cálculo de vários indicadores na Região da CEDEAO. Além disso, as Taxas combinadas de pobreza e desemprego refletiam a prevalência de desafios socioeconómicos e davam uma ideia da ineficácia das políticas sociais e dos esforços de desenvolvimento económico. A incidência da pobreza indica que uma parte importante da população não tem acesso aos bens necessários e luta para satisfazer as suas necessidades quotidianas. Este facto sublinha a necessidade de intervenções específicas em áreas como a educação, os cuidados de saúde e a redistribuição de rendimentos para aliviar a pobreza e melhorar o nível de vida.

Caixa 3: A Nova Metodologia para o Emprego e o Desemprego na Nigéria

O relatório revelou que a Taxa de desemprego na Nigéria era de 5,3% no quarto trimestre de 2022, em comparação com 4,1% no primeiro trimestre de 2023. A nova metodologia segue o modelo da OIT ([https:// ilostat.ilo.org/resources/lfs-resources/](https://ilostat.ilo.org/resources/lfs-resources/)). Com a nova metodologia, a idade ativa é de 15 anos ou mais, em vez de entre 15 e 64 anos.

A nova metodologia está em conformidade com os países contemporâneos da Nigéria em África, como o Gana, o Níger, o Chade, os Camarões, o Benim, a Gâmbia, etc. A nova metodologia define os trabalhadores por conta de outrem como aqueles que trabalharam por conta de outrem ou com fins lucrativos durante pelo menos uma hora nos últimos sete dias, em comparação com as 40 horas (revistas para 20 horas).

Na nova metodologia, o emprego inclui as ausências temporárias e a agricultura de subsistência. Por outro lado, com a nova metodologia, só são consideradas desempregadas as pessoas que não fizeram nada, nem por remuneração nem por lucro. Ou seja, estas pessoas não estão empregadas; podem estar ativamente à procura e disponíveis para trabalhar, mas não estão a fazer nada. Assim, basicamente, se alguém estiver envolvido em algo que pague ou dê lucro, essa pessoa não é considerada desempregada ao abrigo desta nova definição. O período de tempo em que a pessoa está envolvida nessa atividade, ao contrário da metodologia antiga, não conta para a nova metodologia.

Fonte: Instituto de Estatística da Nigéria, 2023

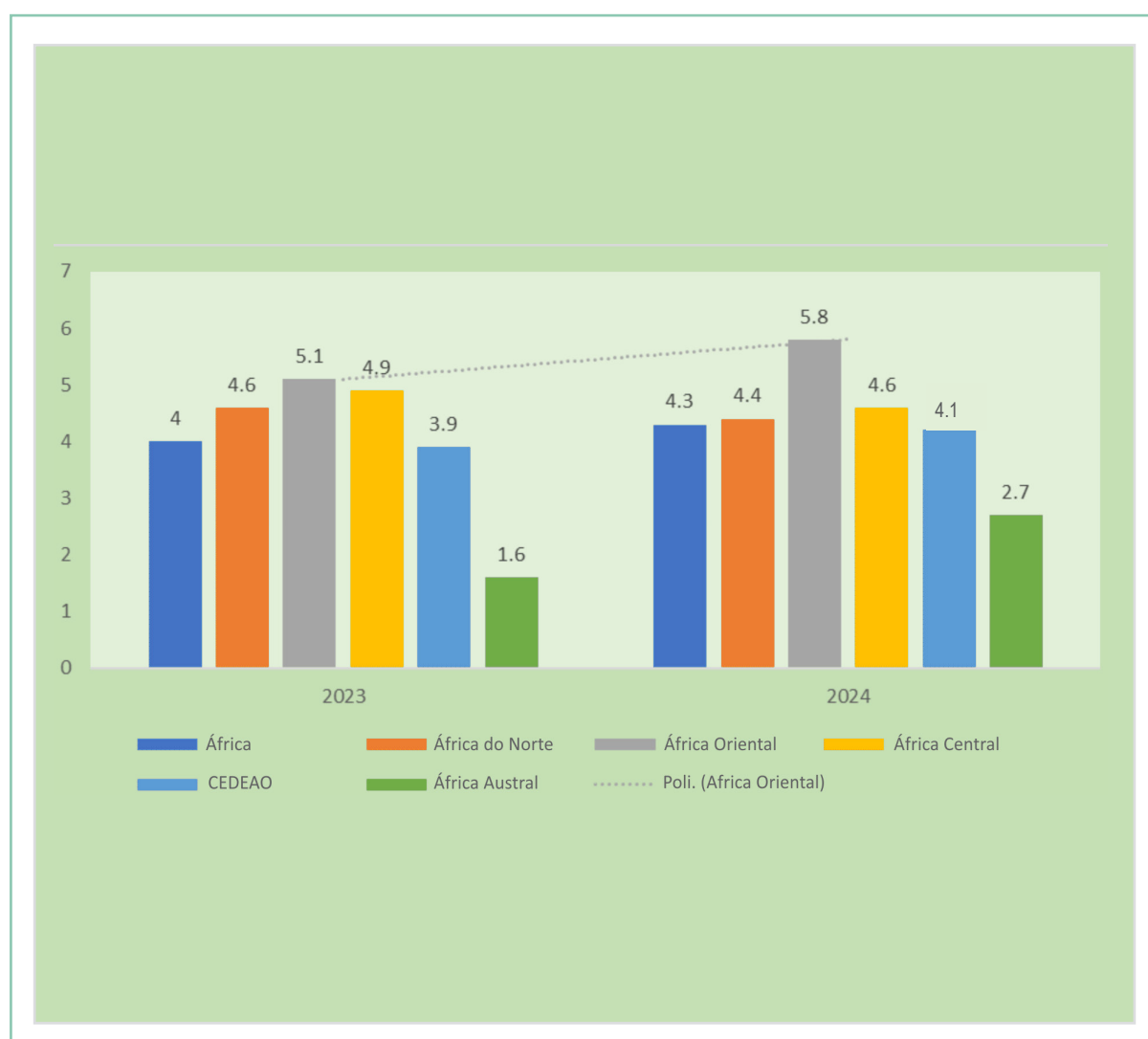


2 Perspetivas Económicas do Espaço CEDEAO

As Perspetivas Económicas para a Região da CEDEAO são bastante promissoras, uma vez que se prevê que o crescimento real do PIB aumente de 5,4% em 2023 para 6,1% em 2024. Este valor é superior às projeções de crescimento do PIB real mundial de 1,7% em 2023 e 2,7% em 2024 (BAD 2023). O desempenho regional será melhor do que o da África Austral (Figura 24).

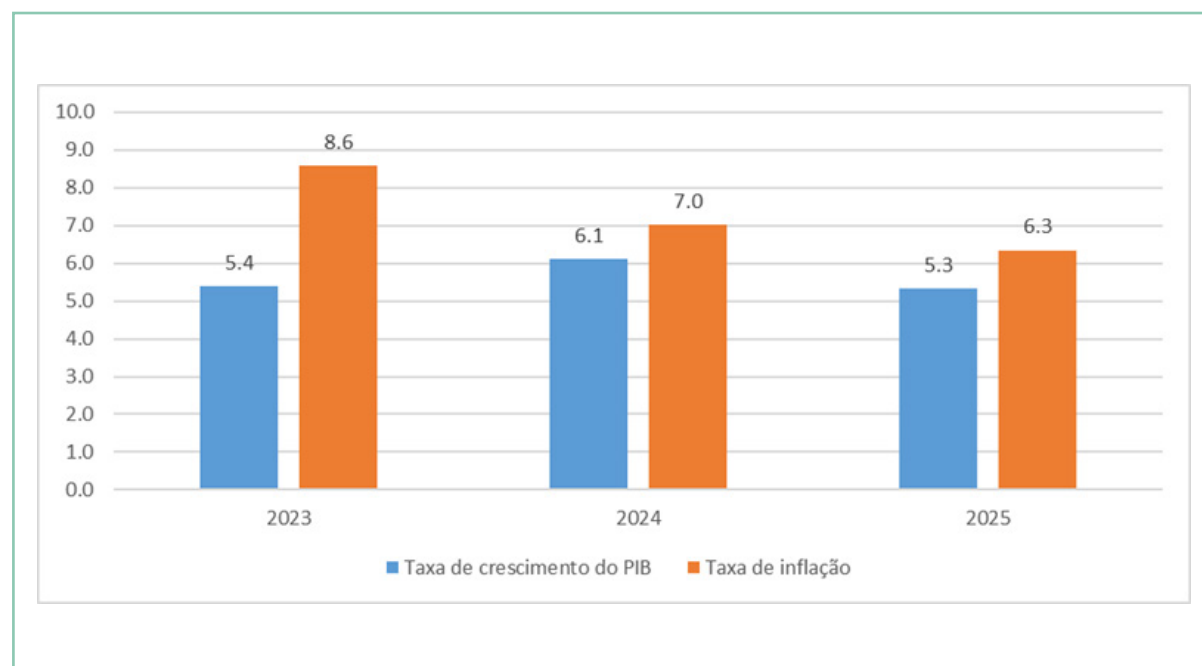
Os principais fatores que impulsionam as perspectivas de crescimento da CEDEAO são o elevado desempenho do crescimento esperado em Estados membros como o Benim, a Côte d'Ivoire, o Níger, o Senegal e o Togo. Além disso, a taxa de inflação regional diminuirá de 8,6 % em 2023 para 7,0 % em 2024 e 6,3 % em 2025 (Figura 25).

Figura 24: Projeções de Crescimento para a África e Suas Sub-Regiões para 2023 e 2024



Fonte: Banco Africano de Desenvolvimento, 2023 e Comissão da CEDEAO, 2023

Figura 25: Projeções das Taxas de Crescimento do PIB Real e da Inflação da CEDEAO: de 2023 a 2025 (em Percentagem)



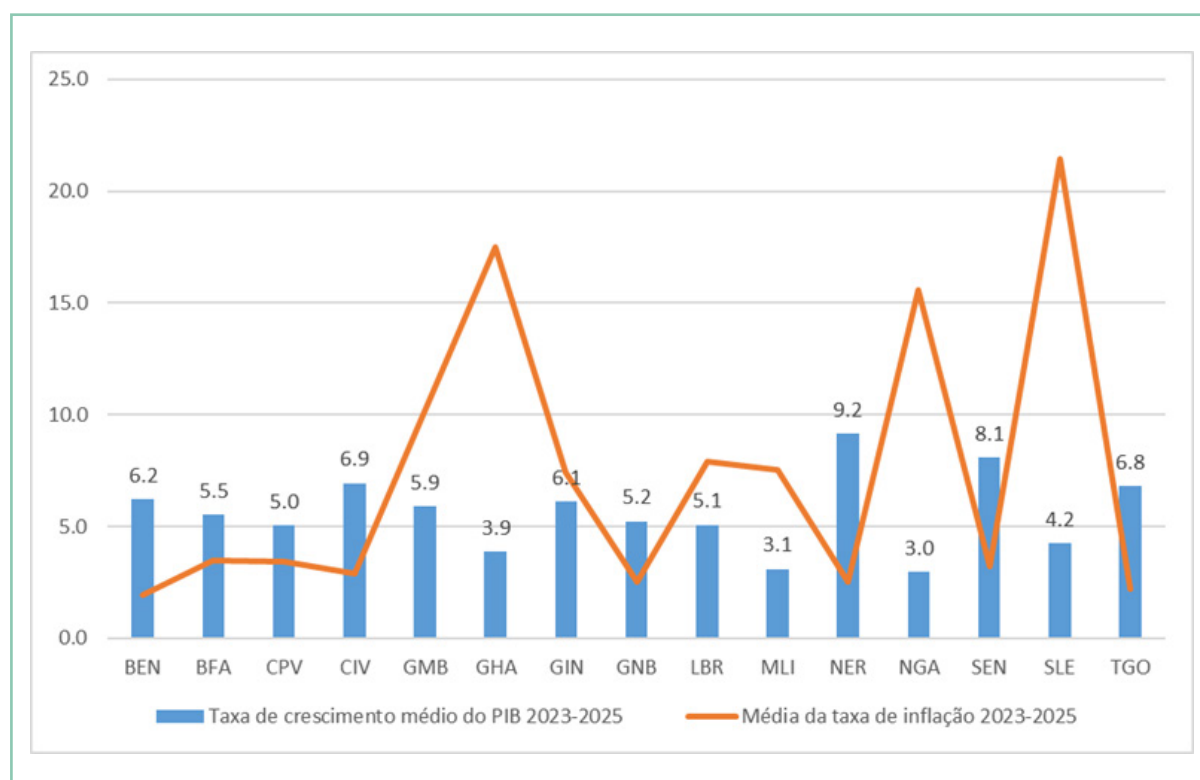
Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023



Como se pode ver na Figura 26, onze Estados membros da CEDEAO deverão registar uma taxa de crescimento média de pelo menos 5,0 % entre 2023 e 2025. Além disso, onze Estados membros registarão uma taxa de inflação de um só dígito, enquanto quatro Estados membros registarão uma taxa de inflação de dois dígitos:

Senegal, Gana, Nigéria e Gâmbia. Com os golpes de Estado no Níger, na Guiné, no Burkina Faso e no Mali, o impacto negativo da instabilidade política tornará irrealista a Taxa de crescimento regional prevista. As sanções impostas pela CEDEAO terão um impacto negativo nas economias nacionais e regionais.

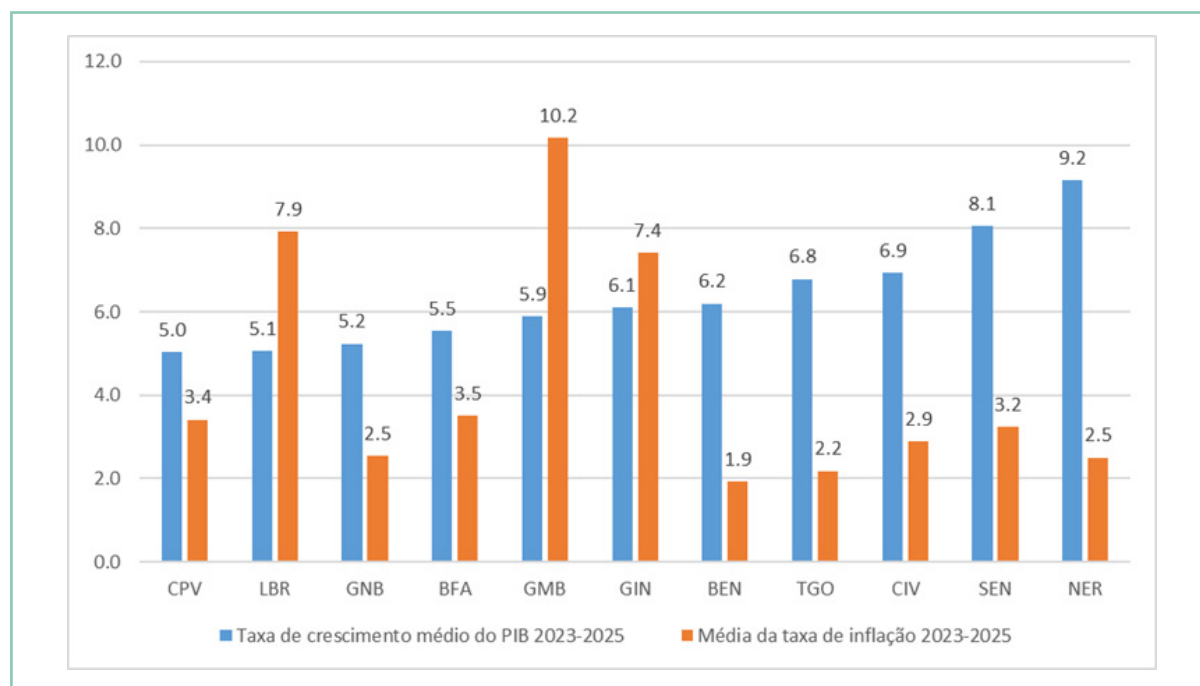
Figura 26: Projeção das Taxas de Crescimento Médias do PIB e da Inflação nos Estados Membros da CEDEAO: de 2023 a 2025 (em Percentagem)



Source : Commission de la CEDEAO, 2023

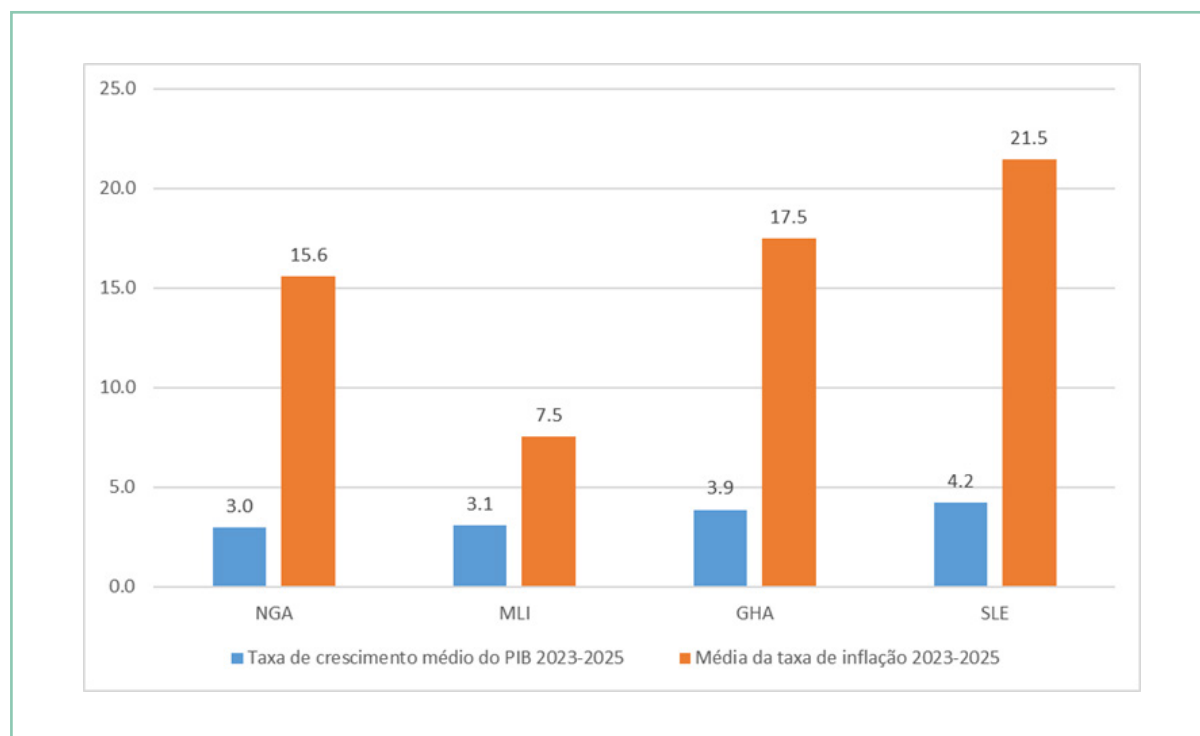
A instabilidade política pode tornar incerto a realização da Taxa de crescimento esperada.

Figura 27: Taxa de Crescimento Média do PIB Real e da Inflação nos Estados Membros da CEDEAO com um PIB Real Médio Superior ou Igual a 5%: de 2023 a 2025 (em Percentagem)



Fonte: Comissão da CEDEAO e FMI, 2023

Figura 28: Taxa de Crescimento Média do PIB Real e da Inflação nos Estados Membros da CEDEAO com um PIB Real Médio Inferior a 5%: de 2023 a 2025 (em Percentagem)



Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

Os Estados membros da CEDEAO, nomeadamente a Serra Leoa, a Nigéria e o Gana, registarão uma Taxa de crescimento média inferior a 5%, mas com uma elevada Taxa de inflação média. No Gana, uma Taxa de crescimento real média do PIB moderada de 3,9% será acompanhada por uma Taxa de inflação média muito elevada de cerca de 17,5%. A situação será semelhante na Nigéria, com uma Taxa de crescimento média de 3,0%, que será igualmente acompanhada por uma Taxa de inflação média de 15,6% (Caixa 4). A Serra Leoa registará uma Taxa de crescimento média do PIB de 4,2%, com uma Taxa de inflação média elevada de 21,5%.

A desaceleração da economia mundial, as elevadas Taxas de inflação e as condições financeiras internas, num contexto de elevados níveis de endividamento e de serviço da dívida, são fatores determinantes para esta tendência. Do lado da procura, é provável que as Taxas de crescimento previstas sejam impulsionadas pela volatilidade da economia mundial (recuperação da atividade nas economias emergentes, como a China) e pela absorção interna (ou seja, queda do consumo e do investimento das famílias). Do lado da oferta, a agricultura, a indústria e os serviços deverão apoiar a expansão prevista. Em termos de contribuições sectoriais, o sector terciário será o principal sector (42%), seguido do sector secundário (32%) e do sector primário (26%) em 2024.

Em termos de contribuições sectoriais, o sector mais importante será o sector terciário (42%).

Caixa 4: Segundo Fitch, a Taxa de Inflação da Nigéria Atingirá 27,5% até ao Final do ano

Segundo um relatório publicado pela unidade do Fitch Group, Business Monitor International (BMI), a inflação na Nigéria deverá atingir 27,5% até o final de 2023, após o impacto das reformas económicas realizadas pela administração liderada por Bola Tinubu. A BMI Research fornece análises macroeconómicas, sectoriais e dos mercados financeiros abrangendo 29 sectores e 200 mercados mundiais. A empresa foi adquirida pelo Fitch Group em 2014.

A previsão feita em seu "Sub-Saharan África Monthly Outlook" para o mês de agosto, que segue os principais desenvolvimentos na África Ocidental, é considerada bastante conservadora, uma vez que os dados de agosto do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) mostraram que a inflação na Nigéria tinha atingido 25,8%.

No entanto, no relatório, que também inclui uma avaliação dos riscos políticos da região, BMI observa que, embora o aumento da inflação leve o governo a aumentar as despesas para mitigar o impacto da inflação nos Nigerianos, isso não satisfará as exigências feitas pelos sindicatos.

Fonte: Business Africa, 2023

A Taxa de crescimento prevista não é uniforme em todos os Estados membros, uma vez que se prevê que o crescimento do PIB na zona UEMOA e em Cabo Verde aumente de 5,9% em 2022 para 6,9% em 2023, enquanto a da ZMAO deverá diminuir de 3,3% em 2022 para 3,1% em 2023. As perspetivas de crescimento económico na Região são negativas devido ao provável mau desempenho das duas maiores economias da Região, a Nigéria e o Gana.

A atividade económica na Nigéria deverá diminuir para 3,2% em 2023, contra 3,3% em 2022, devido à implementação de políticas monetárias restritivas (Caixa 5) e de políticas de Taxa de câmbio volátil (Caixa 6). A atividade económica do Gana também deverá diminuir para 1,6% em 2023, contra 3,1% em 2022, devido ao agravamento da crise energética e à baixa produção de petróleo. À escala regional, o desempenho económico da Côte d'Ivoire e do Senegal deverá compensar algumas das perdas. Estima-se que a Côte d'Ivoire registe uma Taxa de crescimento de 7,1% em 2023, em comparação com 6,7% em 2022. Do mesmo modo, o Senegal deverá registar um crescimento impressionante de 8,8% em 2023, contra 4,2% em 2022. Assim, a situação económica deverá melhorar em todos os outros Estados membros em 2024.

Prevê-se que a atividade económica melhore em todos os outros Estados-membros até 2024.

Caixa 5: Efeitos da Alteração nas Notas e na Política de Levantamento de Numerário na Nigéria no Primeiro Trimestre de 2023

O Banco Central da Nigéria (BCN) introduziu uma política de reformulação das denominações mais elevadas do Naira (notas de 200 Naira, 500 Naira e 1000 Naira) com o objetivo de lutar contra a corrupção, combater a fraude monetária, reduzir a inflação e gerir a circulação excessiva de dinheiro

A rápida implementação da política foi criticada por muitos Nigerianos, que consideraram as novas notas pouco atrativas. No entanto, a resistência a esta política surgiu rapidamente por parte dos políticos, em particular no período que antecedeu as eleições gerais, uma vez que a "política do dinheiro" desempenha um papel importante nas eleições na Nigéria. A política do dinheiro envolve incentivos, incluindo dinheiro, alimentos e vestuário, oferecidos aos eleitores antes e durante as eleições

O Presidente acabou por prorrogar o prazo da política para 10 de fevereiro de 2023, mantendo a nota de 200 nairas, mas confirmando a abolição das notas de 500 e 1000 nairas. A situação agravou-se, dando origem a atos de violência, ataques a bancos e caixas automáticos e manifestações. As forças de Segurança foram mobilizadas para controlar a situação.

Fonte : Escola de Governo de Blavatnik, 23 fevereiro 2023

Caixa 6: O caminho da Transformação Económica do Nigéria

O novo governo da Nigéria deu início a importantes reformas destinadas a resolver os desequilíbrios macroeconómicos. Estas reformas incluem a supressão do subsídio à gasolina e a implementação de reformas da gestão das divisas. A supressão do subsídio à gasolina e as reformas da gestão das divisas são consideradas medidas cruciais para a criação de espaço orçamental e o restabelecimento da estabilidade macroeconómica no país. Estas reformas têm potencial para ter um impacto positivo na vida de milhões de Nigerianos e estabelecer uma base sólida para um crescimento sustentável e inclusivo.

A supressão do subsídio à gasolina deverá resultar em economias orçamentais consideráveis estimadas em cerca de 2 triliões de Nairas em 2023, o equivalente a 0,9% do PIB, e aumentando para mais de 11 triliões de Nairas até o final de 2025. No entanto, é fundamental efetuar transferências compensatórias para proteger as famílias vulneráveis do impacto inicial desta reforma das subvenções sobre os preços. A harmonização das janelas de Taxas de câmbio deverá melhorar a eficiência do mercado cambial, atrair o investimento privado e reduzir as pressões inflacionistas. É essencial realizar esta reforma eliminando as restrições cambiais, comunicando claramente o novo regime cambial e adotando políticas monetárias e orçamentais favoráveis.

Fonte: Business Day, 2023

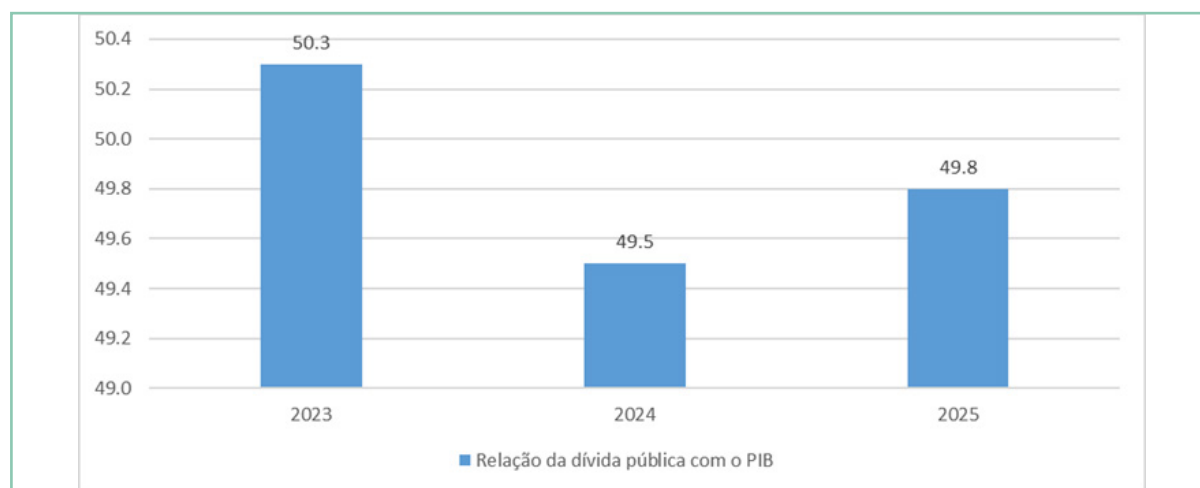
A inflação elevada deverá continuar de crescer em 2023, a menos que sejam aplicadas políticas cautelares. Prevê-se que a Taxa de inflação seja bastante superior à média regional de 5,4% entre 2010 e 2022. Na Região da CEDEAO, o Gana, a Nigéria e a Serra Leoa deverão registar a Taxa de inflação mais elevada e influenciar a média regional.



O défice orçamental da Região deverá agravar-se para atingir 5,4% do PIB em 2023, contra 5,3% do PIB em 2022. A dívida pública continuará a ser elevada devido a medidas de estímulo orçamental sustentadas, que ficará em 5,0% em 2023 e uma estabilização em 2024. Embora os riscos para a sustentabilidade da dívida a curto prazo sejam limitados, os Estados membros com uma dívida pública elevada devem implementar políticas orçamentais a longo prazo.

No entanto, a combinação de baixo crescimento económico, aumento da inflação e depreciação das moedas nacionais deverá fazer subir os níveis da dívida. A capacidade de atenuar as projeções para 2023-2025 dependerá da capacidade dos Estados membros para gerir o seu peso da dívida, o crescimento económico e os custos dos empréstimos influenciados pelas Taxas de juro mundiais e pelos mercados financeiros internacionais.

Figura 29: Dívida Pública em Relação ao PIB na Região da CEDEAO: de 2023 a 2025 (em Percentagem)



Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

As pressões de depreciação da Taxa de câmbio relacionadas com o conflito Rússia-Ucrânia podem aumentar os custos do serviço da dívida em muitos Estados membros. Para além das limitadas poupanças potenciais do DSSI, o mecanismo não foi concebido para resolver os problemas estruturais da dívida dos Estados membros da CEDEAO. Assim, o desafio de traduzir o Acordo-Quadro Comum de Credores do G20/Clube de Paris em resultados operacionais pode levar ao efeito combinado da falta de coordenação dos credores, da partilha de informações e da participação do sector privado. Além disso, a dotação geral do FMI de 650 mil milhões de dólares, equivalentes em Direitos Especiais de Saque (DES) de 23 de agosto 2021

contribuiu para aliviar as pressões de liquidez através do reforço das reservas externas dos Estados membros. No entanto, este montante representa apenas 5% da dotação total de DSE e uma pequena fração das necessidades de financiamento regional. O ambiente económico prevalecente, caracterizado por margens limitadas para a política orçamental a nível dos Estados membros, pode exigir uma reconfiguração da resposta política mundial, incluindo o restabelecimento do quadro dos DSSI, para ajudar os Estados membros sobre endividados a enfrentar os desafios emergentes em matéria de dívida. O futuro DSSI deve prever incentivos para atrair a participação de credores comerciais, a trabalhar com potenciais mutuários.

De 2023 a 2025, o rápido aumento dos preços internos deverá acentuar o pessimismo dos consumidores, conduzindo a uma diminuição do poder de compra. O aumento contínuo do Índice de Preços no Consumidor (IPC), combinado com a agressiva contenção monetária por parte de vários Bancos Centrais, deverá conduzir a custos de empréstimos mais elevados e pesar sobre os preços dos ativos. Prevê-se que esta situação conduza a uma contração do consumo privado, sinalizando um abrandamento económico real. A curto prazo, é provável que as condições económicas incertas reduzam o rendimento disponível das famílias e aumentem o risco de greves e descontentamento. É provável que o abrandamento se verifique tanto nos serviços como na indústria transformadora, com ventos contrários como o aumento dos custos da energia, o enfraquecimento da procura, as perturbações da oferta e a escassez de matérias-primas.

As tendências dos preços dos produtos de base em 2023 sugerem uma continuação da descida dos preços dos produtos de base não energéticos que teve início em 2022. Os Estados membros têm de diversificar as suas economias e reduzir a sua dependência de um único produto de base, a fim de limitar os riscos associados à volatilidade dos preços. Os esforços para investir em práticas agrícolas sustentáveis e no desenvolvimento de infraestruturas podem ajudar a reforçar a resistência aos choques externos e, potencialmente, conduzir a preços mais estáveis dos produtos de base a longo prazo. A monitorização das tendências do mercado global e a adoção de políticas económicas adaptadas serão determinantes para a CEDEAO navegar nas complexidades das

flutuações dos preços dos produtos de base em 2024. As perspectivas da conta corrente da Região da CEDEAO estão sujeitas a várias incertezas, dada a natureza pouco diversificada da economia dos Estados membros. Um conflito prolongado entre a Rússia e a Ucrânia conduzirá a uma fraqueza contínua no comércio mundial. Os importadores líquidos de produtos de base são os mais expostos ao impacto do conflito e ao consequente aumento acentuado dos preços dos produtos de base. Estes Estados membros são, por conseguinte, suscetíveis de sofrer uma deterioração dos seus défices comerciais e da balança de transações correntes. Os principais fatores do défice da balança de transações correntes são o défice comercial e os pagamentos líquidos de fatores no estrangeiro, com as transferências correntes do outro lado.

Em relação com a procura mundial, o défice da balança de transações correntes deverá diminuir parcialmente para 3% do PIB em 2023 e aumentar para 6% do PIB em 2024. O défice comercial deverá, em geral, conduzir ao défice da conta corrente. Prevê-se que os défices da balança de transações corrente dos Estados membros com utilização intensiva de recursos e exportadores de petróleo aumentem, ao passo que os Estados membros com utilização intensiva de recursos naturais como o Gana, deverão registar uma queda nas receitas de exportação se os preços dos recursos naturais baixarem. Os Estados membros dependentes do turismo, como Cabo Verde e a Gâmbia, por outro lado deverão registar uma melhoria à medida que o mercado recupera totalmente das restrições impostas pela COVID-19.



A CEDEAO deve utilizar a plataforma da Zona de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA) para criar relações económicas e comerciais de tipo «hub and spoke» entre os Estados membros, com grandes economias como a Nigéria, o Gana e a Côte-d'Ivoire. como «hub» e os outros Estados membros como «raios». Para atingir este objetivo, a Região deve concentrar-se em tornar os produtos dos Estados membros competitivos e melhorar a sua participação nas cadeias de valor mundiais e regionais.

Deve haver uma mudança para uma estratégia de desenvolvimento industrial baseada em cadeias de valor. As restrições de abastecimento e de produção devem ser tratadas com a política correta e com a disponibilização de infraestruturas adequadas. O primeiro passo para desenvolver a capacidade de oferta consiste em alargar a fronteira de produção das economias dos Estados membros da CEDEAO. Este esforço deve ser encarado como um esforço nacional, complementado pela coordenação regional do processo de produção e por um forte empenhamento e aplicação dos acordos comerciais regionais.

O segundo passo é ajudar a comunidade empresarial a desenvolver ideias, novos produtos, novos mercados e novas formas de fazer negócios. Um programa regular de controlo da competitividade, baseado no desenvolvimento de indicadores, orientações, políticas e programas de reforço das capacidades, poderia identificar as lacunas em cada Estado-membro e conceber medidas adequadas para as ultrapassar.



3 Fatores de Risco

A possibilidade de uma guerra prolongada entre a Rússia e a Ucrânia poderá perturbar as cadeias de abastecimento mundiais e conduzir a um aumento dos preços dos géneros alimentícios e da energia. A persistência da inflação, o prolongado agravamento das condições financeiras mundiais, os elevados custos de capital e o fraco desempenho da mobilização de recursos internos podem aumentar as preocupações quanto ao endividamento da Região.

Um risco adicional é a deterioração da Segurança regional devido ao terrorismo, nomeadamente em Estados membros como o Mali, o Burkina Faso, o Níger e a Nigéria. Esses desafios de Segurança são conhecidos por causar preocupações fronteiriças com os Estados membros vizinhos, como Gana e Togo.

As perdas e danos causados por choques climáticos e outros fenómenos meteorológicos extremos podem afetar a produtividade agrícola, aumentar os já elevados custos dos alimentos e agravar a pobreza extrema.

As Perspetivas Económicas dependem da capacidade dos Estados membros da CEDEAO para prosseguirem e manterem os esforços de consolidação orçamental, uma vez que tal limitará a contribuição do défice orçamental para a acumulação da dívida pública.

- Além disso, um ambiente global estável que apoie as economias dos Estados membros, e preços mais elevados dos combustíveis e dos produtos de base aumentariam a Taxa de crescimento económico.
- O programa de sustentabilidade da dívida deve ser apoiado pela implementação de reformas estruturais destinadas a promover o crescimento e a colmatar as lacunas críticas a nível das infraestruturas.

- As medidas destinadas a desenvolver o mercado regional de valores mobiliários para reduzir os custos dos empréstimos nacionais serão também instrumentos políticos cruciais. A volatilidade das condições de contração de empréstimos torna ainda mais importante uma gestão eficaz e transparente da dívida pública.

- As estratégias a médio prazo aplicadas pelos serviços de gestão da dívida eficientes e qualificados serão essenciais para diversificar as fontes de financiamento a fim de colmatar as lacunas de financiamento externo, em especial através do desenvolvimento dos mercados obrigacionistas nacionais e do alargamento da base de investidores.

- A apatia dos Estados membros da CEDEAO relativamente à aplicação efetiva dos acordos regionais constitui um risco importante para os esforços regionais no sentido de um desenvolvimento sustentável. Os esforços regionais para assegurar uma participação efetiva nas cadeias de valor regionais e no comércio mundial são de importância primordial.

Um dos principais desafios que a Região da CEDEAO enfrenta é o de reduzir os riscos de um abrandamento económico na sequência do endurecimento das políticas monetárias destinadas a reduzir a pressão inflacionista regional. As incertezas que rodeiam o ambiente macroeconómico são ainda mais exacerbadas pela natureza conformadora da atual vaga de restrições financeiras. Por conseguinte, é necessário que os Bancos Centrais tenham plenamente em conta os efeitos de contágio das suas decisões, a fim de assegurar que a política monetária não seja reforçada para além do necessário para reconduzir a inflação ao seu objetivo. O aumento das Taxas de juro para conter a pressão inflacionista tende a criar estrangulamentos do lado da oferta ao aumentar o custo do crédito.

Capítulo 3

Paz, Segurança e Estabilidade no Espaço CEDEAO



1 Contexto

A Paz e a Segurança são essenciais para a Estabilidade de um Estado. O desenvolvimento socioeconómico sustentável só pode ter lugar num ambiente pacífico e seguro. Conscientes deste facto, as Nações Unidas formularam o objetivo 16 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 16) em torno da Paz e da Segurança nos seguintes termos: "Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável".

Do mesmo modo, a CEDEAO definiu a Paz e a Segurança como o seu primeiro objetivo estratégico para o desenvolvimento socioeconómico no âmbito do Pilar 1 da Visão 2050 da CEDEAO, intitulado "Paz, Segurança e Estabilidade". Este objetivo é definido da seguinte forma "Fazer da CEDEAO uma Região segura, estável e pacífica" (CEDEAO, 2022). Este objetivo parece ser um imperativo de desenvolvimento, dadas as ameaças à Segurança multidimensionais que a Região enfrenta. Para a CEDEAO, este objetivo deve implicar o reforço da Segurança humana através de iniciativas locais e sustentáveis e da implementação de instrumentos e políticas apropriados, bem como da criação de mecanismos adequados na Região

No entanto, alcançar a Paz, a Segurança e a estabilidade, continua a ser mais uma busca do que uma realidade a nível global, particularmente em África. O continente africano continua a ser assolado por guerras – (como no Sudão ou em República Democrática do Congo), por violência

sociopolítica (recentemente no Senegal, na sequência do julgamento de Ousmane Sonko), atentados terroristas, terroristas e raptos, principalmente no Sahel, e um declínio no respeito pelos direitos humanos.

De acordo com os dados do FMI (2017), o número de países afetados por conflitos na África Subsariana (ASS) aumentou de 15 no período 1990-2000 para 17 no período 2014-2016. Verificou-se igualmente um ressurgimento de golpes de Estado desde 2021 (no Mali, na Guiné, no Burkina Faso e no Níger desde 26 de julho de 2023), que são prova de uma verdadeira fragilidade democrática e política e de uma forte pressão sobre a Paz na Região. Todas estas crises de Segurança e instabilidade têm consequências humanitárias e económicas importantes para o bem-estar das populações.

Ao mesmo tempo, constatamos que, na Região da CEDEAO, as questões de Segurança estão de novo a ampliar, devido ao aumento dos conflitos em comparação com o que se passa no resto da África subsariana, apesar dos esforços das instituições² sub-regionais². De facto, a Região é confrontada com ameaças cada vez maiores. Enfrenta crises ligadas a alterações constitucionais não consensuais e a golpes de Estado que comprometem os processos democráticos. Do mesmo modo, as frequentes contestações dos processos eleitorais conduzem por vezes a graves crises políticas e institucionais, criando instabilidade com consequências negativas importantes.

2. Estes esforços incluem a adoção do Protocolo relativo ao Mecanismo de Prevenção, Gestão, Resolução, Manutenção da Paz e Segurança dos Conflitos (1999), bem como o Protocolo Adicional sobre Democracia e Boa Governança (2001)



Além disso, a situação de Segurança na Região está a tornar-se cada vez mais complexa e continua a ser difícil devido ao alargamento do âmbito das operações dos grupos extremistas violentos no Sahel, em particular na zona da Tríplice Fronteira Liptako-Gourma entre o Burkina Faso, o Mali e o Níger, visando tanto civis como Forças de Segurança (UNOWAS, 2022). Apesar dos esforços desenvolvidos, o terrorismo continua a ser uma ameaça real para todos os países da Região, incluindo os países costeiros. O número de incidentes de Segurança está a aumentar, com milhares de vítimas e uma crise humanitária sem precedentes, uma vez que um número cada vez maior de pessoas é obrigado a fugir das suas cidades de origem para procurar refúgio em zonas pacíficas. A insegurança marítima também está a ganhar terreno. A pirataria e os assaltos à mão armada no mar custam aos Estados do Golfo da Guiné cerca de 1,94 mil milhões de dólares por ano (UNODC, 2022). As Taxas portuárias e as tarifas de importação perdidas, em resultado da redução da atividade marítima, estão estimadas em 1,4 mil milhões de dólares por ano (UNOWAS, 2022).

De tudo isto resulta que a situação da Paz, da Segurança e da estabilidade é preocupante na Região da CEDEAO devido à persistência das crises políticas e de governação, dos ataques terroristas, do tráfico de toda a natureza e da pirataria marítima.

O objetivo deste capítulo é analisar a evolução da insegurança na Região, examinar a dimensão da crise de Segurança e analisar os seus impactos potenciais e comprovados no desenvolvimento socioeconómico dos Estados membros.

A primeira secção apresenta uma definição de conceitos-chave, seguida de uma visão geral do estado de Paz, Segurança e estabilidade nos Estados membros da CEDEAO. Segue-se uma apresentação do impacto humanitário e económico da situação de Segurança e do estado de implementação do ODS 16 na Região da CEDEAO. Por último, é efetuada uma análise SWOT da Arquitetura de Paz, Segurança e Estabilidade do espaço CEDEAO, seguida de recomendações.



2 Definição e Importância da Paz, da Segurança e da Estabilidade no Processo de Desenvolvimento das Nações

2.1. Definições de Conceitos-Chave

Os termos-chave utilizados nesta análise, nomeadamente "Paz", "Segurança" e "Estabilidade", precisam de ser definidos para uma melhor compreensão das análises efetuadas neste documento.

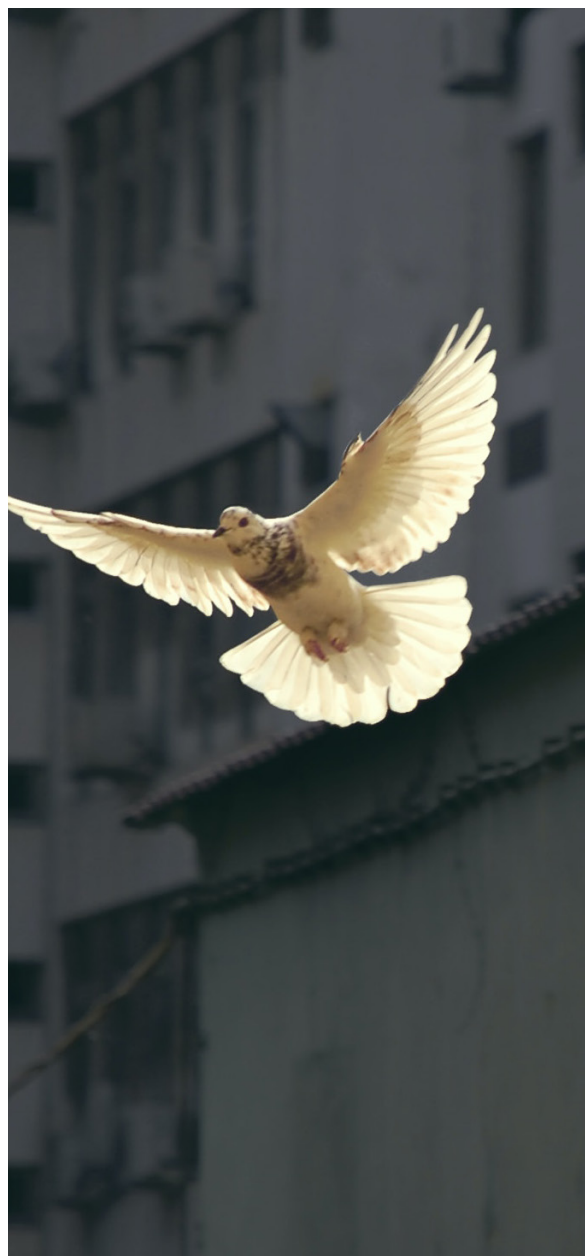
2.1.1. PAZ

O dicionário francês Le Robert define a Paz como "relações entre pessoas que não estão em conflito, ou seja, relações pacíficas e calmas entre cidadãos". Neste sentido, a Paz significa a ausência de inquietação, de agitação e de violência.

Sociologicamente, a Paz significa entendimento amigável de todos os indivíduos que compõem uma ou mais sociedades civis e/ou militares. Não implica a ausência de conflito, mas uma resolução sistematicamente calma e ponderada de qualquer dificuldade na vida da comunidade, principalmente através da escuta, da compreensão, do diálogo e da negociação. Desta forma, uma sociedade pode sair de um estado de guerra e regressar à Paz. A Paz implica também o gosto pela calma, bem como a capacidade de viver serenamente com outros indivíduos ou sociedades

Por outro lado, a OIT (2021) mostra que a Paz resulta da estabilidade e da Segurança que a estabilidade traz, e da capacidade de

uma sociedade de antecipar, gerir e resolver conflitos a todos os níveis sem violência, graças às suas instituições, valores, hábitos e comportamentos. Por Paz, entende-se a presença de Segurança e de estabilidade num país ou numa Região.



2.1.2. Segurança

O conceito de Segurança é vasto e, por isso, tem várias definições. O senso comum define a Segurança como um estado em que um indivíduo ou um grupo não se sente vulnerável; em que as pessoas não se sentem ameaçadas ou acreditam que têm os meios para contrariar qualquer ameaça. Este estado de Segurança pode ser produzido ou reforçado por políticas que incluem a defesa e a defesa militar (David, 2002). Segundo este autor, os filósofos do século XVIII, de Hobbes a Rousseau, sublinharam que a necessidade de garantir coletivamente a Segurança dos indivíduos era a principal razão para a criação de um Estado.

O conceito de Segurança Nacional tem origem na história da Segurança. O que é a Segurança Nacional? Embora não exista clareza concetual, existem várias definições de Segurança Nacional e internacional, sem uma verdadeira correlação. De acordo com Hartland-Thunberg (1982), "a Segurança Nacional é a capacidade de uma nação para prosseguir com êxito os seus interesses nacionais em qualquer parte do mundo, como entender". De acordo com Luciani (1988), "a Segurança Nacional é a capacidade de resistir à agressão estrangeira".

Para Trager e Simonie (1973), "a Segurança nacional é a parte da política governamental que tem como objetivo central a criação de condições nacionais e internacionais favoráveis à proteção e extensão dos valores nacionais vitais contra adversários existentes ou potenciais". Wolfers (1962), por seu lado, faz uma distinção: "Num sentido objetivo, a Segurança mede a ausência de ameaças aos valores adquiridos; num sentido subjetivo, designa a ausência de medo de que esses valores sejam atacados".

Por último, de acordo com Buzan (1987), Segurança significa evitar ameaças. No contexto internacional, a Segurança refere-se à capacidade dos Estados e das sociedades de preservarem a sua identidade autónoma e a sua integridade funcional.

2.1.3. Estabilidade

O dicionário universal Larousse define a estabilidade como o estado de estar estabelecido de forma duradoura, com firmeza, coerência e permanência. A Estabilidade é, portanto, um conceito transversal. Refere-se ao estabelecimento duradouro da Segurança e da Paz. Neste sentido, a estabilidade, a Paz e a Segurança estão interligadas. Pode afirmar-se que a estabilidade e a Segurança são os fatores determinantes da Paz.



2.2. Importância da Paz, da Segurança e da Estabilidade no Processo de Desenvolvimento das Nações

Paz, Segurança e Estabilidade são três conceitos relacionados. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2021), a Paz resulta da estabilidade e da Segurança que a estabilidade traz. A construção da Paz implica o restabelecimento da estabilidade e a melhoria da Segurança humana através da redução do nível de violência. A Paz é importante na medida em que assegura o desenvolvimento socioeconómico de um país ou de uma Região.

Quando um país ou uma Região é em Paz, isso favorece os investimentos, a realização de grandes projetos e a criatividade. Do mesmo modo, a Paz, a Segurança e a Estabilidade favorecem a criação de empregos dignos, tudo o que contribui para a Paz. De facto, a Paz e a estabilidade, permitem multiplicar o emprego e criar as condições que permitem uma economia e uma sociedade florescentes, graças à criação de emprego, à possibilidade de os trabalhadores e os empregadores se organizarem e melhorarem regularmente o carácter digno do trabalho, o que cria um círculo virtuoso que reforça a Paz. Assim, como salienta a OIT (2021), o acesso ao trabalho digno remove um dos maiores obstáculos ao progresso dos indivíduos, das famílias e das comunidades e elimina uma das maiores fontes de queixas que contribuem para os conflitos e a agitação.

A Paz favorece o desenvolvimento do capital humano. Nos países em Paz, a população, nomeadamente os jovens, tem acesso a uma

educação de qualidade, o que melhora a sua produtividade e, por conseguinte, a sua contribuição para a economia. Do mesmo modo, a população tem acesso a serviços de saúde de qualidade que melhoram a sua saúde física e mental.

Por outro lado, para melhor apreciar a importância da Paz, da Segurança e da estabilidade, podemos supor o que aconteceria em situação de guerra, de instabilidade e de insegurança. Com efeito, quando um país se encontra numa situação de insegurança ou de instabilidade, que afeta a Paz, as consequências são enormes.

Em termos macroeconómicos, verifica-se uma diminuição do crescimento devido à contração das atividades. Verifica-se igualmente uma diminuição do investimento e um custo de vida elevado (inflação), o que exerce pressão sobre as finanças públicas. O resultado é um aumento da dívida pública.

A nível microeconómico, assistimos à deslocação forçada de pessoas cuja assistência coloca frequentemente problemas devido ao aumento das necessidades. Assistimos também à destruição da propriedade privada e das infraestruturas de desenvolvimento, como as estradas e as instalações de telecomunicações. Por último, existe uma psicose generalizada entre a população, que inibe todas as iniciativas individuais de desenvolvimento.

A Paz e a estabilidade criam mais emprego e melhores condições para uma economia e uma sociedade prósperas.



3 Estado de Paz, Segurança e Estabilidade na CEDEAO

Esta secção apresenta uma panorâmica da Paz, Segurança e estabilidade nos Estados membros da CEDEAO. Para o efeito, o estudo baseia-se em dados de fontes nacionais e internacionais para facilitar as comparações entre os Estados membros e apresentar a situação geral na Região da CEDEAO. No entanto, é de notar que os Estados membros da CEDEAO não têm bases de dados fiáveis limitadas ou conjuntos de dados contínuos sobre o estado de Paz, Segurança e Estabilidade na Região. De facto, os dados utilizados para a apresentação do ponto de situação provêm, de Armed Conflict Location & Event Data (ACLED, 2023), de MICA (2022), de Global Terrorism Database (GTD), et de Institute for Economics & Peace (IEP, 2022).

3.1. Estado da Paz na CEDEAO

A Paz é um conceito utilizado para descrever o estado de tranquilidade ou calma. É assim utilizado para caracterizar a ausência de perturbações, agitação, insegurança, guerras e conflitos violentos numa Região ou num país. Por conseguinte, todos os países devem procurar a Paz. A partir da definição, é evidente que a Paz depende da Segurança e da Estabilidade de um país ou de uma Região.

A situação da Paz no espaço CEDEAO é avaliada com base nos dados do (Institute for Economics & Peace), que estabeleceu um Índice Mundial da Paz (IMP) para vários países. O índice abrange 163 países que representam 99,7% da população mundial, utiliza 23 indicadores qualitativos e quantitativos e mede o estado de Paz em três domínios: 1) o nível de proteção e de Segurança da sociedade; 2) a extensão dos conflitos nacionais e internacionais em curso; 3) o grau de militarização. O índice assume valores que vão do mais baixo ao mais alto (1 a 4), em que um valor baixo do índice (próximo de 1) reflete um nível de Paz muito elevado e um valor elevado (próximo de 4) reflete um nível de Paz muito baixo. Por exemplo, um valor de 1 a 1,44 indica um nível muito elevado de Paz, de 1,44 a 1,90 um nível elevado de Paz, de 1,90 a 2,34 um nível médio de Paz, de 2,34 a 2,90 um nível baixo de Paz e de 2,90 a 4 um nível muito baixo de Paz.



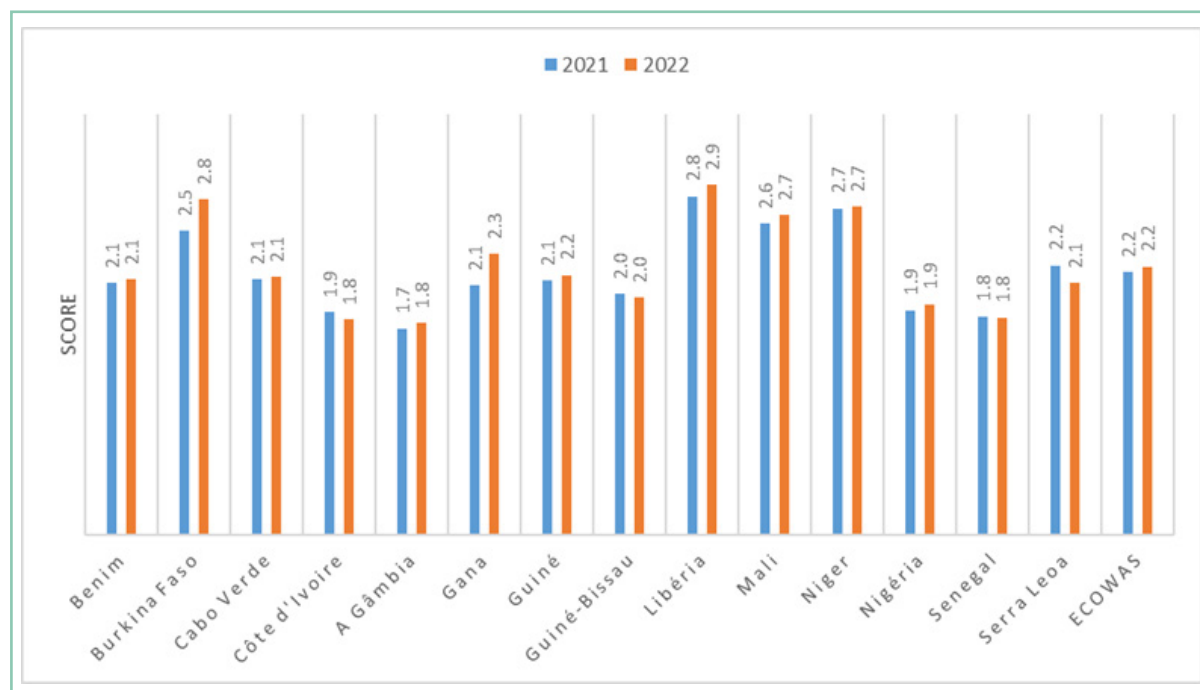
Com base nos valores do índice calculados para os países da CEDEAO em 2022, a Figura 30 mostra que o índice de Paz médio mundial é de 2,25, indicando que a Região da CEDEAO tem um nível médio de Paz. Uma comparação com o nível de 2021 mostra que se registou uma deterioração sensível da Paz na Região, uma vez que o nível médio do índice em 2021 era de 2,20. Pode, portanto, afirmar-se que, em média, o espaço CEDEAO regista uma ligeira deterioração da Paz, embora existam disparidades entre os países.

Quatro Estados-Membros, nomeadamente a Gâmbia, o Gana, a Libéria e a Serra Leoa, são relativamente pacíficos, com um índice mundial de paz inferior a 2,0 em 2022. No entanto, os Estados Membros mais afetados pelo terrorismo e pela violência contra civis,

nomeadamente o Burkina Faso, o Mali, a Nigéria e o Níger, têm um índice mundial de paz acima da média e próximo de 3,0, o que indica que estes Estados Membros têm um baixo nível de paz. Assim, o estado de insegurança resultante dos conflitos, tais como ataques armados e instabilidade sócio-política, nos Estados Membros afeta o estado de paz nestes Estados Membros.

Verifica-se um declínio acentuado da paz entre 2021 e 2022 no Burkina Faso e na Guiné e uma ligeira deterioração na Guiné-Bissau, no Níger, no Mali e na Côte d'Ivoire. A deterioração da paz nestes Estados-Membros é o resultado do aumento dos ataques terroristas, da violência e da agitação política causada por mudanças inconstitucionais, violações dos direitos humanos, etc.

Figura 30: Índice Mundial de Paz para os Países do Espaço CEDEAO entre 2021 e 2022



Fonte: IEP, 2022.

Apenas dois países registaram uma tendência estável no índice global de Paz durante o período em análise. São eles o Benim e o Gana.

Por outro lado, o Togo, a Serra Leoa, a Nigéria e a Gâmbia registarão uma melhoria do nível de Paz no período de 2021-2022.

3.2. Situation de la Sécurité no Espaço CEDEAO

A Insegurança, que é a ausência de Segurança, tornou-se uma realidade quotidiana em muitos países do mundo, nomeadamente nos países da CEDEAO. Nesta Região, e em particular no Sahel Central, a insegurança é caracterizada pela criminalidade organizada, a pirataria marítima, o banditismo, o tráfico ilícito, o branqueamento de capitais, a cibercriminalidade, a violência contra a população civil e o Estado assim como a insurreição jihadista. Nesta subsecção, apresentamos alguns indicadores de insegurança na CEDEAO.

Há quase uma década que a África Ocidental é dominada por uma vaga de insegurança caracterizada por incidentes de Segurança mais complexos e graves de vários tipos. Nos países do Sahel (Burkina Faso, Mali e Níger) e na Nigéria, a insegurança é mais o resultado de grupos terroristas armados (jihadistas), enquanto na maioria dos outros países da CEDEAO (países não sahelianos) os incidentes de Segurança registados estão ligados a conflitos comunitários, crises pós-eleitorais, motins, criminalidade organizada transnacional ou criminalidade organizada transfronteiriça. Embora a ameaça do terrorismo seja grande nos países costeiros, por enquanto continua localizada nas Regiões setentrionais dos países em causa (Côte d'Ivoire., Togo e Benim), nas zonas fronteiriças com o Burkina Faso e o Níger.

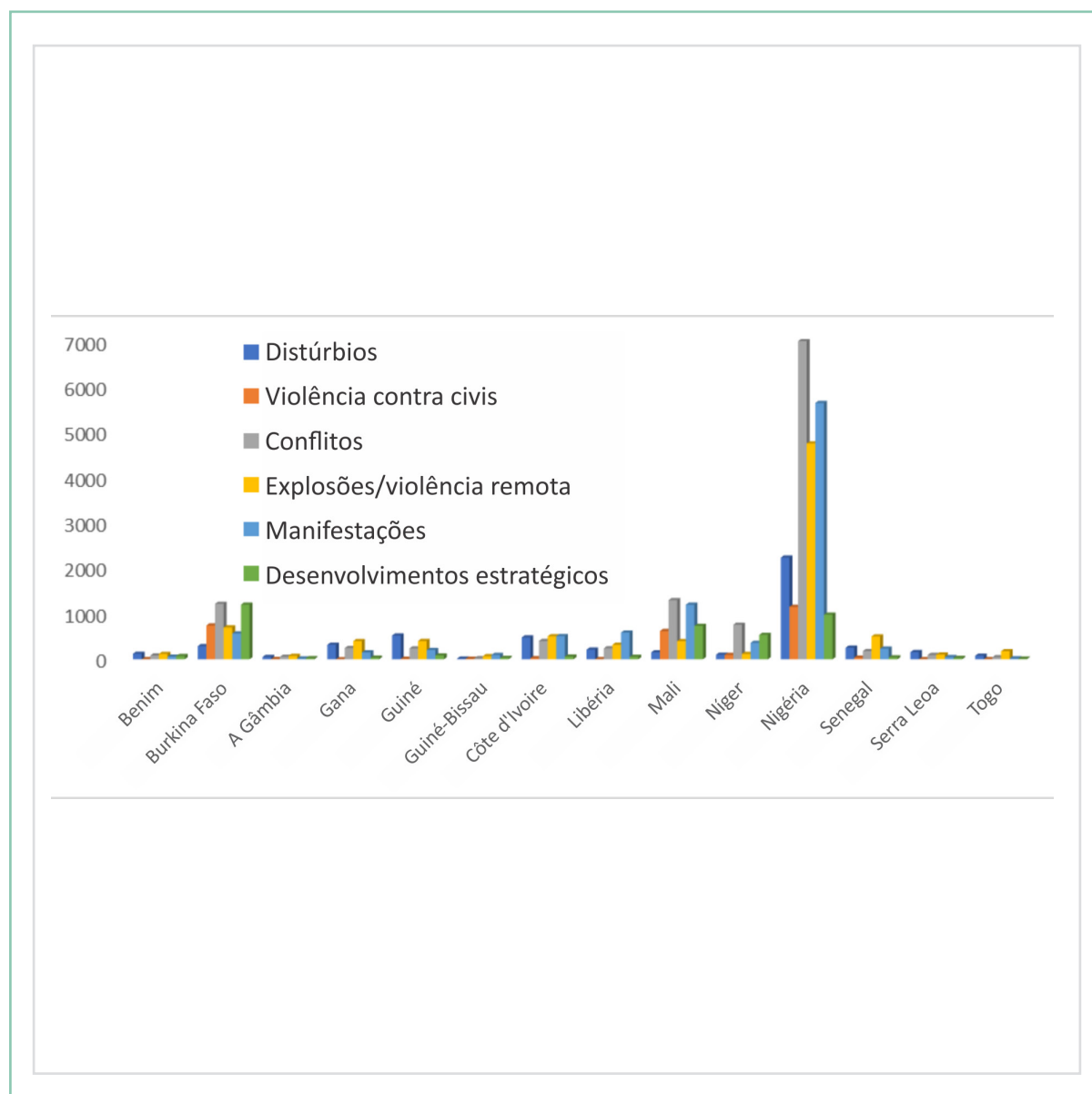
A figura 31 mostra o número total de incidentes de Segurança registados por categoria e por país da CEDEAO durante o período 1997-2022. Os dados revelam uma grande disparidade entre os países em termos do tipo de incidentes de Segurança registados. A Nigéria é o país

que registou o maior número de incidentes de Segurança durante o período analisado.

Os incidentes de Segurança neste país continuaram a ser dominados pela violência contra civis, motins, manifestações e ataques de grupos terroristas armados. A Nigéria é seguida pelo Burkina Faso e pelo Mali, que registam incidentes de Segurança relacionados com a violência contra civis, ataques de grupos terroristas armados que não hesitam em utilizar Engenheiros Explosivos Improvisados (EEI) e manifestações violentas. No Níger, os incidentes de Segurança são dominados pela violência perpetrada contra civis por grupos terroristas. Os países menos afetados por incidentes de Segurança são o Togo, o Benim e a Guiné-Bissau, a Gâmbia e a Serra Leoa, com exceção de algumas incursões jihadistas nas Regiões setentrionais do Togo e do Benim.

A insegurança tornou-se uma realidade quotidiana nos Estados membros da CEDEAO, nomeadamente nos Estados membros do Sahel, caracterizada pela criminalidade organizada, a pirataria marítima, o banditismo, o tráfico ilícito, o branqueamento de capitais, a cibercriminalidade, a violência contra a população civil e o Estado assim como a insurreição jihadista.



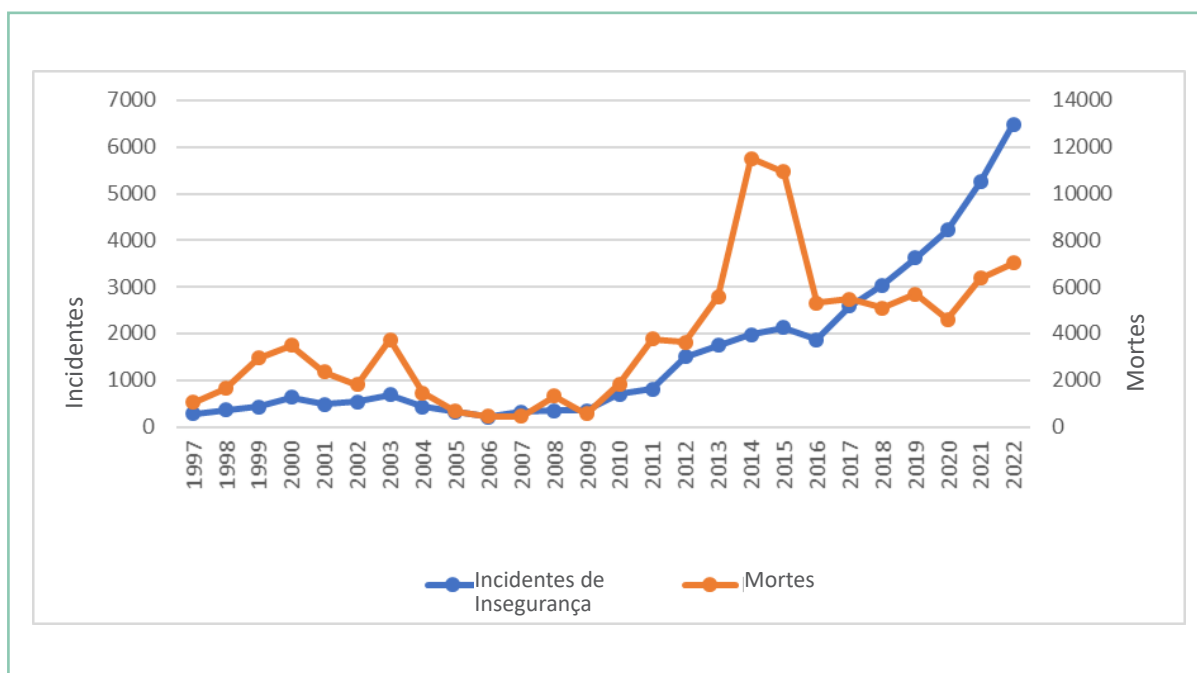
Figura 31: Número de Incidentes de Insegurança por Categoria e País (1997-2022)

Fonte: ACLED, 2023

A figura 32 mostra a evolução do número de incidentes de Segurança e de vítimas na Região CEDEAO. Trata-se de uma análise da evolução da situação geral de Segurança na Região. Revela que a situação de Segurança registou uma evolução moderada entre 1997 e 2009. No entanto, desde 2010, registou-se um aumento acentuado dos incidentes de Segurança na Região. Este facto pode ser explicado pelas múltiplas crises e pela violência contra civis em muitos países, como a crise pós-eleitoral de

2010 na Côte d'Ivoire, a crise sociopolítica no Mali e na Nigéria (ataques terroristas do Boko Haram, GSIM, etc.) e a sua propagação a outros países como o Burkina Faso e o Níger desde 2016. A isto podemos acrescentar os conflitos comunitários e as insurreições políticas que eclodiram em vários países nas últimas décadas. Todos estes incidentes de Segurança resultaram na perda de muitas vidas e na deslocação forçada de pessoas, em particular de pessoas deslocadas internamente (PDI).

Figura 32: Tendências dos Incidentes de Insegurança e das Mortes na CEDEAO (Exceto Cabo Verde)

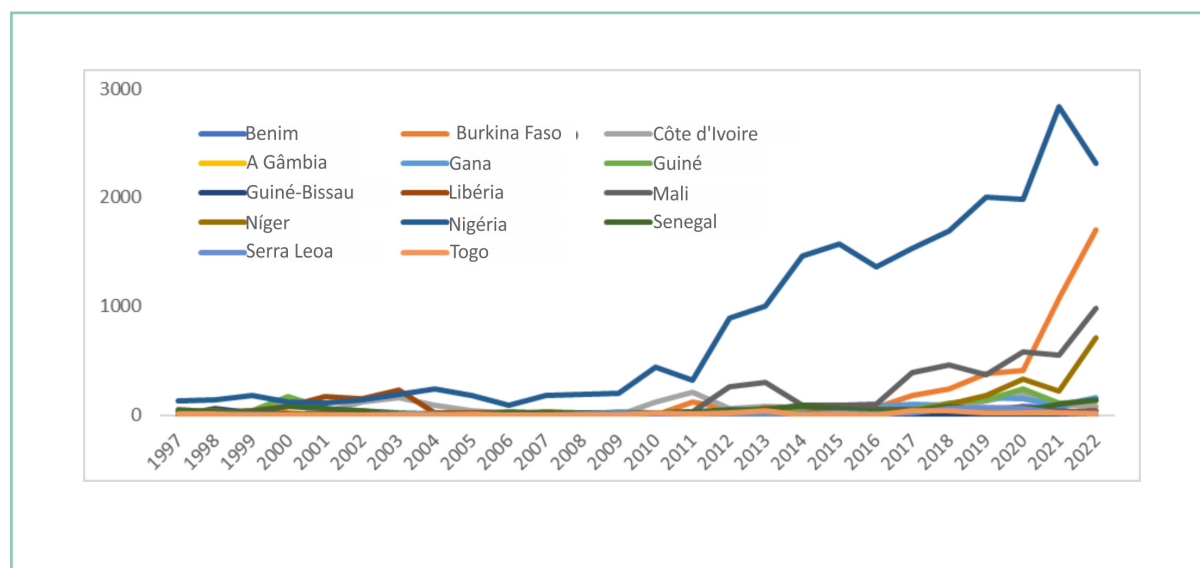


Fonte: ACLED , 2023

As pessoas deslocadas internamente são pessoas forçadas a fugir dentro do seu próprio país, em particular devido a conflitos comunais, violência contra civis, violações dos direitos humanos e terror de homens armados. De acordo com os dados do ACNUR, na CEDEAO haverá 6 134 081 deslocações forçadas, 5 618

866 deslocados internos e 515 215 refugiados em 2022 devido à insegurança, aos conflitos e a outras catástrofes naturais. Além disso, segundo o ACNUR, regista-se um aumento do número de pessoas deslocadas (refugiados) que saem do seu país para países costeiros como a Côte d'Ivoire, o Gana, o Togo e o Benim.

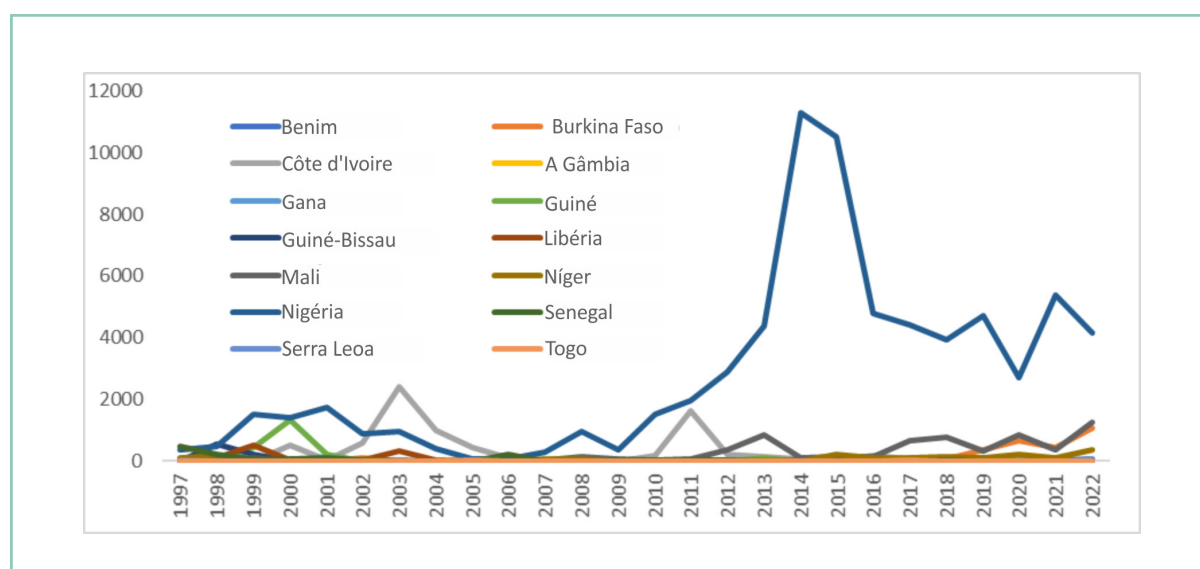


Figura 33: Número de Incidentes de Segurança por País

Fonte: ACLED, 2023

Analisando a dinâmica de Segurança por país, podemos ver que o número de incidentes de Segurança tem vindo a aumentar na Nigéria, no Níger, no Mali e no Burkina Faso ao longo das últimas décadas. Esta tendência tem sido observada desde 2010 na Nigéria, com um pico em 2021 (2.836 incidentes) seguido de um declínio em 2022. Por outro lado, nos países do

Sahel (Burkina Faso, Mali e Níger), os incidentes de Segurança começaram a aumentar a partir de 2011 e têm vindo a aumentar desde então. Além disso, desde 2020, registou-se um aumento particular do número de casos (1 708 casos no Burkina Faso, 986 casos no Mali e 716 casos no Níger), o que resultou na perda de muitas vidas humanas.

Figura 34: Número de Mortes por País

Fonte: com base nos dados da ACLED, 2023

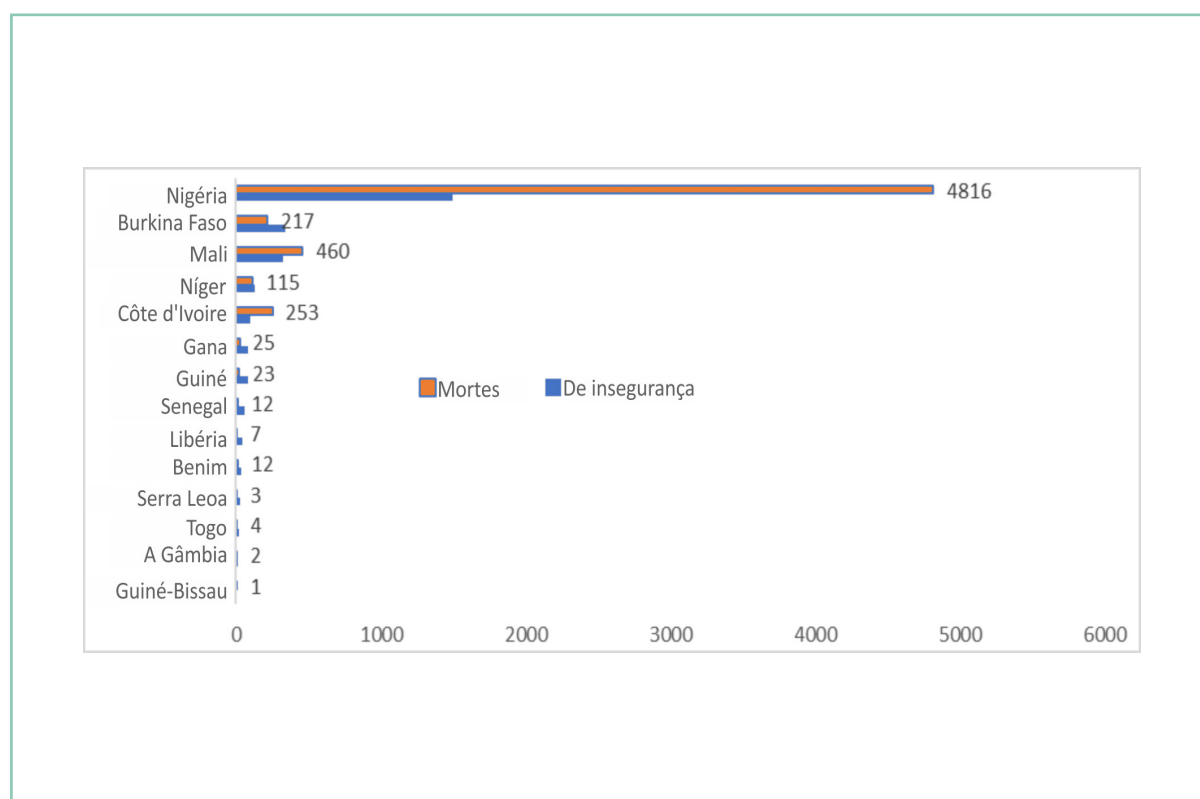
A figura 34 mostra a tendência das vítimas (perda de vidas humanas) por país em resultado de incidentes de Segurança. A Nigéria é, de longe, o país com o maior número de vítimas no período de 2010-2022. Durante o período, a Nigéria registou uma média de 4.816 mortes por ano, com um pico de 11.272 mortes registadas só em 2014 para 1.461 incidentes de Segurança, ou seja, um Rácio de sete pessoas mortas por incidente. Seguem-se o Mali, o Burkina Faso, o Níger e a Côte d'Ivoire, com uma média anual de 460 mortes, 217 mortes, 115 mortes e 253 mortes, respetivamente, entre 2010 e 2022.

Na Nigéria, no Mali e na Côte d'Ivoire, registaram-se mais mortes do que incidentes de Segurança. A situação na Côte d'Ivoire pode ser explicada pela crise pós-eleitoral de 2011, que resultou em milhares de mortes. O caso da Nigéria pode ser explicado pela onda de crises

de Segurança que o país viveu devido às ações do grupo terrorista Boko Haram. Estas incluem insurreições extremistas, criminalidade, confrontos entre agricultores e pastores, raptos e banditismo, etc. A este respeito, o Relatório da ONU (2020) afirma que os conflitos com o grupo Boko Haram causaram quase 350 000 vítimas e obrigaram milhões de pessoas a deslocarem-se na Nigéria. No Mali e no Burkina Faso, o número de incidentes de Segurança e de vítimas também aumentou. Esta situação explica-se pelo número crescente de atentados jihadistas, que todos os anos fazem muitas vítimas.

A figura 35 mostra que a situação de Segurança está a deteriorar-se nos países do Sahel e na Nigéria, com o risco de a crise de Segurança se propagar a outros países da Região.

Figura 35: Incidentes de Insegurança e Mortes por País, Média no Período de 2010 a 2022



Fonte : ACLED, 2023

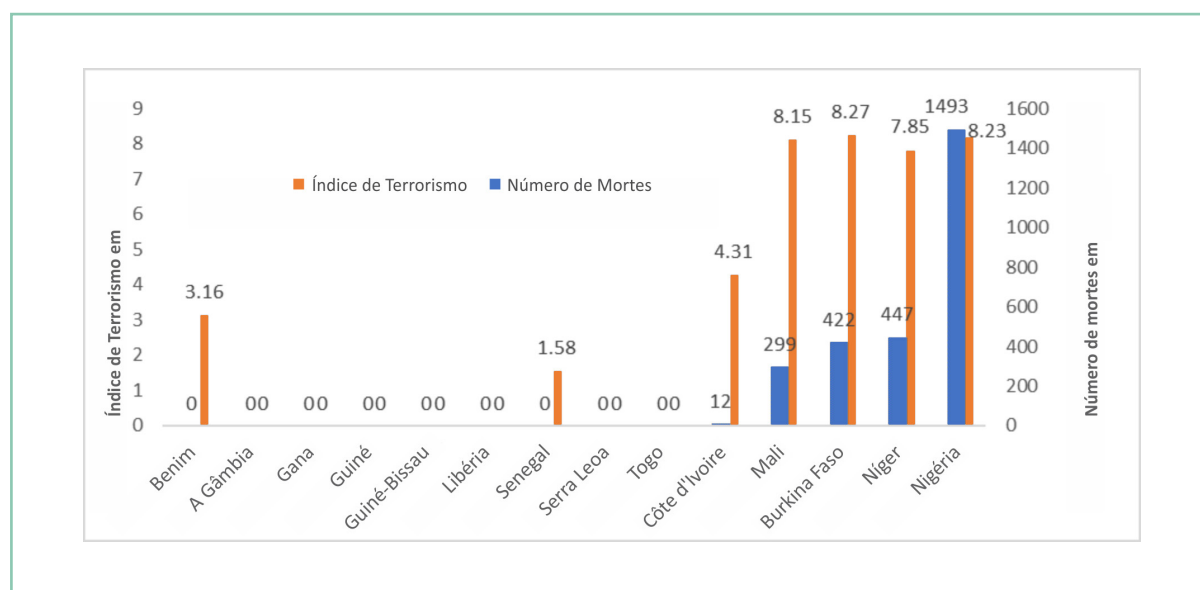
3.2.1. Terrorismo

Os atos de terrorismo e de extremismo violento estão a aumentar no Sahel, com disparidades entre os países. Existem muitas definições de terrorismo na literatura. No entanto, podemos concordar com o Conselho de Segurança das Nações Unidas, na sua resolução 1566 (2004), que o terrorismo consiste em "atos criminosos, incluindo a tomada de reféns, cometidos com a intenção de causar a morte ou ferimentos graves a civis e outros alvos, a fim de criar um estado de terror entre a população ou um grupo particular, para os intimidar, ou para obrigar um governo a fazer ou a abster-se de fazer qualquer ato".

A figura 36 mostra a situação do terrorismo nos países da CEDEAO. Esta situação é evidenciada, por um lado, pelo número de mortes (vítimas) causadas por atos de natureza terrorista e, por outro, pelo índice global de terrorismo elaborado pelo Institute for Economics & Peace (IEP). Os dados sobre o número de mortes referem-se a atos terroristas perpetrados entre

janeiro e junho de 2021, enquanto o índice se refere ao ano de 2021. Verifica-se que os países da CEDEAO são afetados de forma diferente pelo terrorismo. Os países com um índice mais elevado registam o maior número de atos terroristas e de vítimas. Quatro países - Nigéria, Níger, Burkina Faso e Mali - têm as pontuações mais elevadas do índice de terrorismo em 2021, o que reflete a predominância de atos terroristas nestes países. Consequentemente, registam o maior número de mortes na Região. Por exemplo, o terrorismo causou 1.493; 447; 422 e 299 mortes na Nigéria, Níger, Burkina Faso e Mali, respetivamente, durante o período em análise. O Benim e o Senegal apresentam resultados de terrorismo, mas não registaram quaisquer vítimas durante o período. Os outros sete (7) países da CEDEAO registaram uma pontuação zero em termos de terrorismo. No entanto, é de notar que existe um risco elevado de a ameaça terrorista se propagar a outros países, especialmente aos países costeiros que já registaram ataques nas zonas fronteiriças com os países do Sahel.

Figura 36: Situação do Terrorismo na Região da CEDEAO em 2021

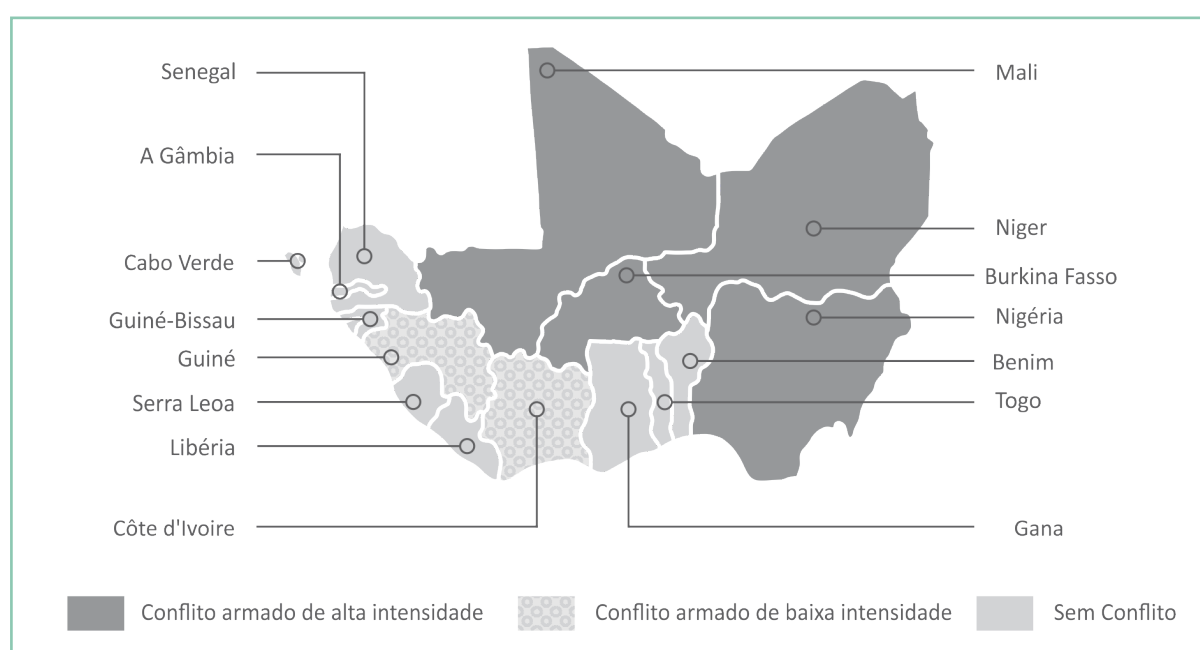


Fonte: GTD e dados IEP, 2022.

O mapa 2 abaixo mostra a situação da Segurança na Região da África Ocidental. Revela que a Segurança se deteriorou rapidamente na África Ocidental, embora com disparidades. Os conflitos armados intensificaram-se em quatro países: Burkina Faso, Mali, Níger e Nigéria. Esta situação pode ser explicada pela proliferação de milícias comunitárias.

A Task Force Europeia Takuba, liderada pela França, vem juntar-se às operações externas nacionais e multilaterais de luta contra o terrorismo já presentes nas Regiões do Sahel e do Lago Tchad, bem como às OPM (Operação de Manutenção da Paz) da ONU. Os conflitos armados no Tchad e na Nigéria também se agravaram num contexto de crescente instabilidade na Região.

Mapa 2: Mapeamento dos Conflitos Armados na África Ocidental e no Sahel



Fonte: SIPRI, 2021

3.2.2. Pirataria, Banditismo e Cibercriminalidade

O espaço da CEDEAO é uma das Regiões do mundo com maior número de incidentes de pirataria e banditismo. Durante o período 2017-2022, registar-se-ão 283 incidentes de pirataria, contra 162 na Ásia, 82 no Oceano Índico e 45 na América. No entanto, a tendência tem sido decrescente desde 2020 na CEDEAO (MICA, 2022). O número de incidentes de pirataria marítima baixou de 62 em 2020 para 42 em 2021 e depois para 7 em 2022.

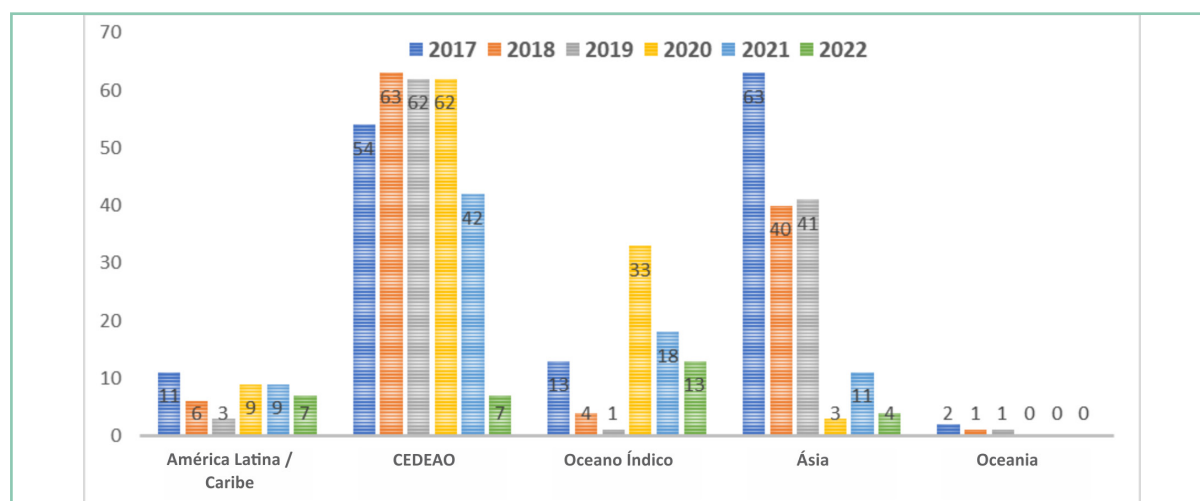
Estas estatísticas incluem os incidentes ocorridos fora das águas territoriais dos diferentes países do Golfo da Guiné. Vários fatores podem explicar esta diminuição, entre os quais o envolvimento de todos os atores envolvidos, privados e estatais, regionais e extrarregionais. No entanto, a vigilância continua a estar na ordem do dia nesta Região do mundo, que continua a ser marcada por todas as ameaças à Segurança das zonas marítimas (MICA, 2022).

No que diz respeito à cibercriminalidade, esta representa uma ameaça para os países africanos em plena transição digital, como demonstram as notas do Relatório da INTERPOL (2021) sobre a ameaça da cibercriminalidade em África. O mesmo Relatório mostra que vários países africanos, nomeadamente a Côte d'Ivoire, a Nigéria, o Benim, o Burkina Faso e

a Guiné, enfrentam a ameaça de ataques de cibercriminalidade.

Os atos mais comuns de cibercriminalidade em 2020-2021 são as burlas em linha, a extorsão digital³, o comprometimento do correio eletrónico das empresas, os ransomwares e os Botnets⁴.

Figura 37: Incidentes de Pirataria por Região



Fonte: Relatório MICA, 2022

3.3. O Estado de Estabilidade na CEDEAO

A instabilidade é comum em muitos países da África Ocidental. Nesta Região, a instabilidade está mais frequentemente associada à insegurança, a problemas de governação, a conflitos comunitários, a fatores socioeconómicos (pressão demográfica, desemprego dos jovens, alterações climáticas), à pirataria e a ataques cibernéticos. A presença combinada de todos estes fatores ameaça a estabilidade da Região.

A Figura 38 apresenta a situação global de fragilidade nos países da CEDEAO.

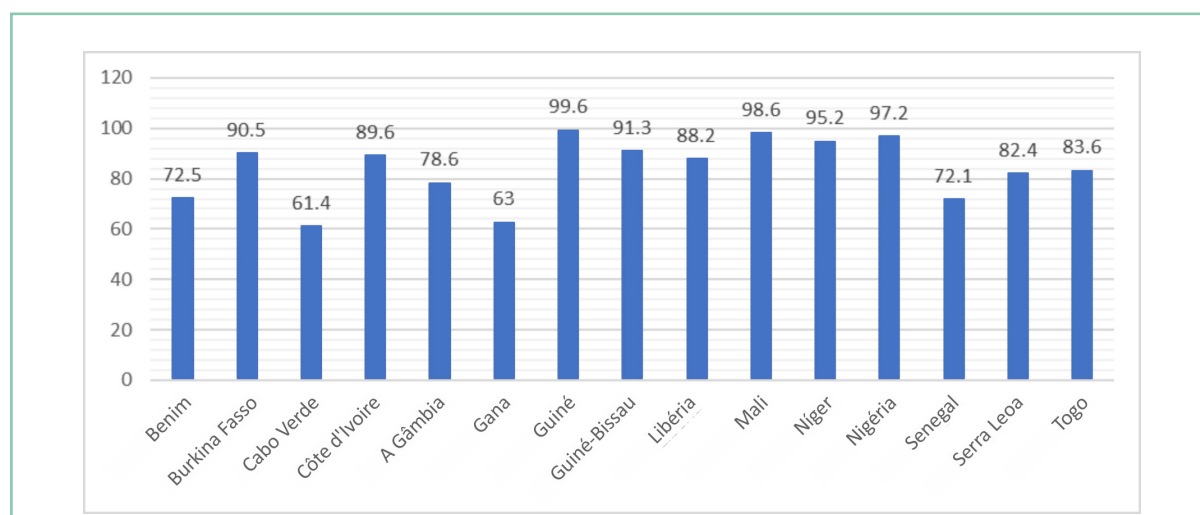
O Índice total é obtido a partir de vários sub-índices que medem a situação de instabilidade e fragilidade de um país. Trata-se, por exemplo, da fragilidade económica, das desigualdades económicas, do aparelho de Segurança, da pressão demográfica, dos refugiados, dos PDI, da divisão das elites. Um índice baixo indica que o país não é muito frágil e, por conseguinte, é estável. Por outro lado, um índice elevado significa que o país é muito frágil. A Figura 38 mostra que, em 2022, os países da CEDEAO no seu conjunto serão frágeis, com exceção do Gana e de Cabo Verde, que têm um índice relativamente baixo.

3. A extorsão digital visa atingir indivíduos através de alegações de imagens sexualmente comprometedoras ou através de chantagem direta.
4. Botnets são redes de máquinas comprometidas utilizadas como ferramentas para automatizar campanhas em grande escala, como ataques DDoS, phishing, distribuição de malware.

Os países mais frágeis foram a Guiné (99,6), o Mali (98,6), a Nigéria (97,2), a Guiné-Bissau (91,3) e o Burkina Faso (90,5). A situação nestes países pode ser explicada pela violência contra civis (Ataques terroristas na Nigéria, Burkina

Faso e Mali), mudanças institucionais (golpes de Estado no Mali, Burkina Faso e Guiné) e outras formas de violência (greves e manifestações políticas).

Figura 38: Índice de Fragilidade dos Países Membros da CEDEAO em 2022



Fonte: Fundo das Nações Unidas para a Paz, 2022

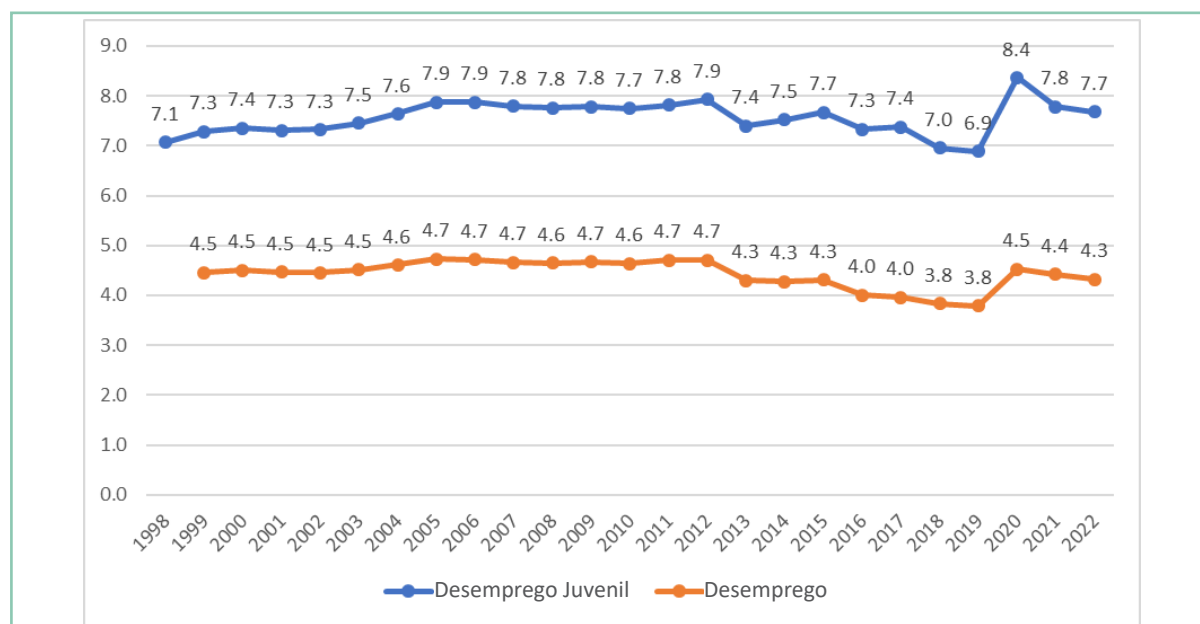
A Região da CEDEAO registou progressos significativos na consolidação dos processos democráticos, no reforço das instituições políticas e na garantia da Paz. No entanto, enquanto nalguns países os processos democráticos decorreram sem problemas com a realização de eleições gerais pacíficas, noutros os processos eleitorais foram manchados por incidentes por vezes graves que tiveram um impacto no clima sociopolítico. Além disso, as revisões constitucionais não consensuais são, na maior parte dos casos, uma fonte de crises políticas graves, que se traduzem num aumento da repressão policial face a protestos por vezes violentos. Os desafios continuam a ser a despolitização da administração, a instrumentalização do poder judicial e o encerramento da imprensa.

A Figura 38 confirma estes factos em vários países da CEDEAO. No Burkina Faso, no Mali

e na Guiné, os processos democráticos foram interrompidos devido à golpes de Estado militar. Muito recentemente, em 26 de julho de 2023, o Níger juntou-se à lista dos países afetados por um golpe de Estado. Estes golpes de Estado criam instabilidade sociopolítica nos países em causa, com risco de contágio e de propagação a outros países. Além disso, apesar dos esforços e das medidas destinadas a evitar a violência, as eleições de 2023 na Nigéria mostraram uma certa fraqueza do sistema eleitoral, mesmo se os resultados tenham acabado por ser aceites pelos protagonistas. O Senegal, outrora considerado um exemplo de país democrático, foi confrontado em junho de 2023 uma das mais graves crises políticas da sua história.

A Taxa de desemprego dos jovens da Região é de cerca de 8%, em comparação com 4% para todas as idades.

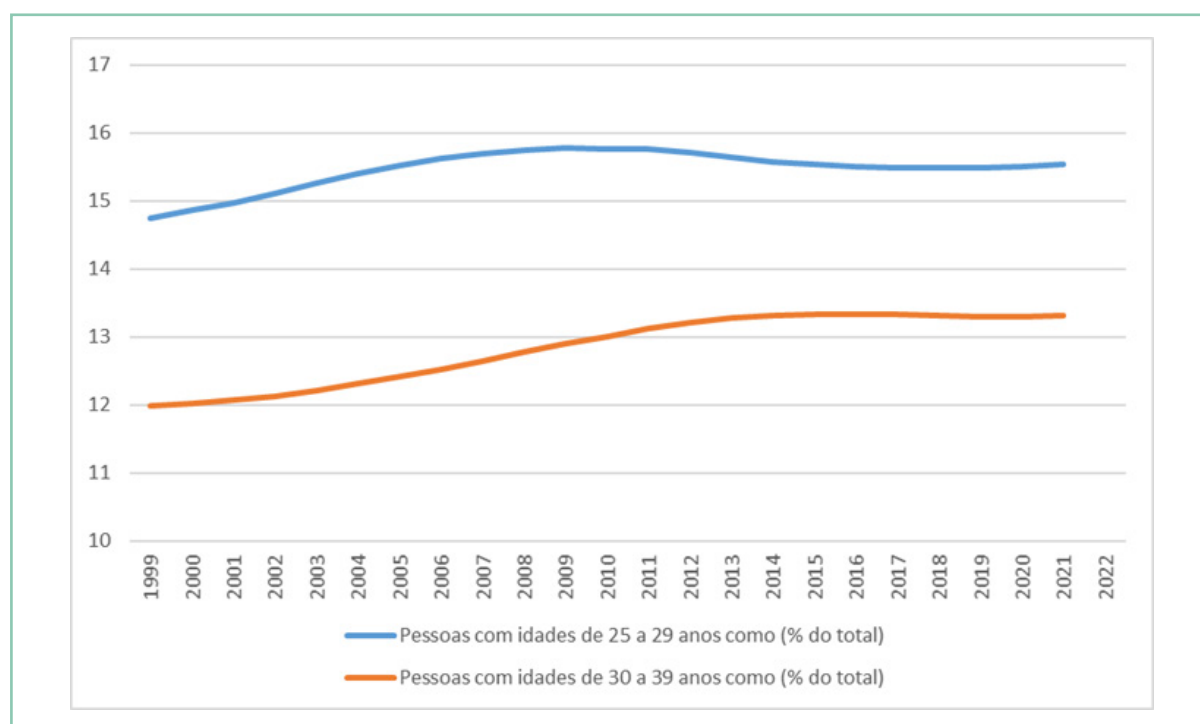


Figura 39: Evolução da Taxa de Desemprego no Espaço da CEDEAO 1998-2022

Fonte: CNPE, 2023

Outrossim, é de notar que a Região da CEDEAO está a registar uma tendência de crescimento da sua população jovem. A figura 40 mostra

que não só a proporção da população jovem é significativa, mas também aumenta de ano para ano durante o período em análise.

Figura 40: População Jovem em Percentagem da População Total da CEDEAO

Fonte: CNPE, 2023

Uma população jovem inativa pode constituir um terreno de recrutamento para os terroristas, uma fonte de violência e de banditismo e, por conseguinte, de insegurança, o que tem um impacto negativo na estabilidade dos Estados membros da Região.

Além disso, a estabilidade da Região está ameaçada pelas inundações e secas causadas pelas alterações climáticas. A Nigéria foi atingida pelas piores inundações das últimas décadas, que afetaram 4,4 milhões de pessoas, causando mais de 660 mortos e 1,3 milhões de desalojados. No Níger, as chuvas torrenciais e as inundações também destruíram vastas áreas de terrenos

agrícolas, afetando mais de 327 000 pessoas. Registaram-se também inundações mortíferas no Gana, na Gâmbia, no Senegal e na Serra Leoa, que mataram 103 pessoas, deslocaram 2 700 e danificaram 13800 casas (UNOWAS, 2023).

A isto juntam-se os conflitos entre agricultores e pastores, que conduzem a numerosos movimentos de população. Além disso, a Região tem enfrentado uma inflação galopante e uma pressão sobre as finanças públicas desde o início da pandemia de COVID-19 e da guerra entre a Rússia e a Ucrânia. O aumento do preço dos combustíveis deu origem a protestos.



4 Impacto da Situação Social e de Segurança no Desempenho Socioeconómico do Espaço CEDEAO

A situação de Segurança na Região da CEDEAO deteriorou-se consideravelmente nos últimos cinco anos, embora os governos estejam a envidar esforços para erradicar os grupos terroristas. O Relatório da Comissão da UEMOA sobre a Paz e a Segurança para o segundo semestre de 2021 revelou que os atos de extremismo violento, incluindo o terrorismo e a pirataria marítima, assim como outras formas de criminalidade mais insidiosas, estão a tornar-se cada vez mais complexos e multifacetados, estendendo-se para além dos países da linha da frente (Burkina, Mali e Níger) ao Benim, Côte d'Ivoire e Togo. Ao mesmo tempo, a análise dos dados recolhidos pelo projeto ACLED (2023) mostra que, em média, durante o período 2018-2023, os países membros da CEDEAO registaram 323 casos de incidentes de Segurança que resultaram numa média de 413 mortes por ano. Os quatro países mais afetados na sub-Região são a Nigéria, o Burkina Faso, o Mali e o Níger.

Num contexto em que a África Ocidental está a atravessar um período de mudança e de rápido crescimento demográfico a insegurança é uma questão crucial para esta dinâmica de mudança. Os riscos de violência e de instabilidade em certas zonas constituem uma limitação importante ao processo de integração regional, ao crescimento e à redução da pobreza. Os atos de insegurança tiveram um impacto negativo na atividade económica e no processo de desenvolvimento dos Estados da Região. O impacto macroeconómico da insegurança na CEDEAO é suscetível de comprometer os esforços em curso de convergência macroeconómica. No âmbito do lançamento da moeda única "ECO"

até 2027, os Chefes de Estado e de Governo adotaram, em 19 de junho de 2021, em Acra (Gana), o Ato Adicional ao Pacto de Convergência e Estabilidade Macroeconómica (PCSM) entre os estados membros da CEDEAO. Este Pacto é composto por 4 critérios de primeiro nível e dois critérios de segundo nível. Esta secção começa por analisar a situação do crescimento económico e do emprego na CEDEAO antes de apresentar a situação dos países em termos de cumprimento destes critérios durante o período 2011-2022.

Além disso, de acordo com os dados do Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários das Nações Unidas (UNOCHA, 2023), a situação social e humanitária agravou-se nos Estados que sofreram ataques terroristas. Consequentemente, o número de pessoas deslocadas internamente e as necessidades humanitárias aumentaram significativamente e vários centros de saúde e escolas foram encerrados.

Nesta secção, a análise centra-se tanto nos indicadores macroeconómicos, como o crescimento económico, o emprego e os critérios de convergência macroeconómica (inflação, défice orçamental, dívida pública, pressão fiscal e reservas brutas em meses de importações), como nas dimensões sociais e humanitárias, como a educação, a saúde, as pessoas deslocadas e a necessidade de assistência humanitária.

Os riscos de violência e de instabilidade em certas Regiões representam um desafio importante para o processo de integração regional, de crescimento e de redução da pobreza.



4.1. Impacto sobre o Crescimento Económico

A investigação demonstrou que a insegurança tem um impacto negativo significativo no crescimento económico (Nkemgha et al., 2022). Este facto sublinha a importância da Segurança e da estabilidade para o crescimento económico sustentável. Um dos autores relevantes sobre esta questão é Collier (2008). Ao analisar a razão pela qual certas populações continuam a ser pobres e vulneráveis, Collier (2008) mostra que essas pessoas vivem em países apanhados em quatro armadilhas: a armadilha do conflito, a armadilha dos recursos naturais, a armadilha do enclave com maus vizinhos e a armadilha da má governação nos pequenos países.

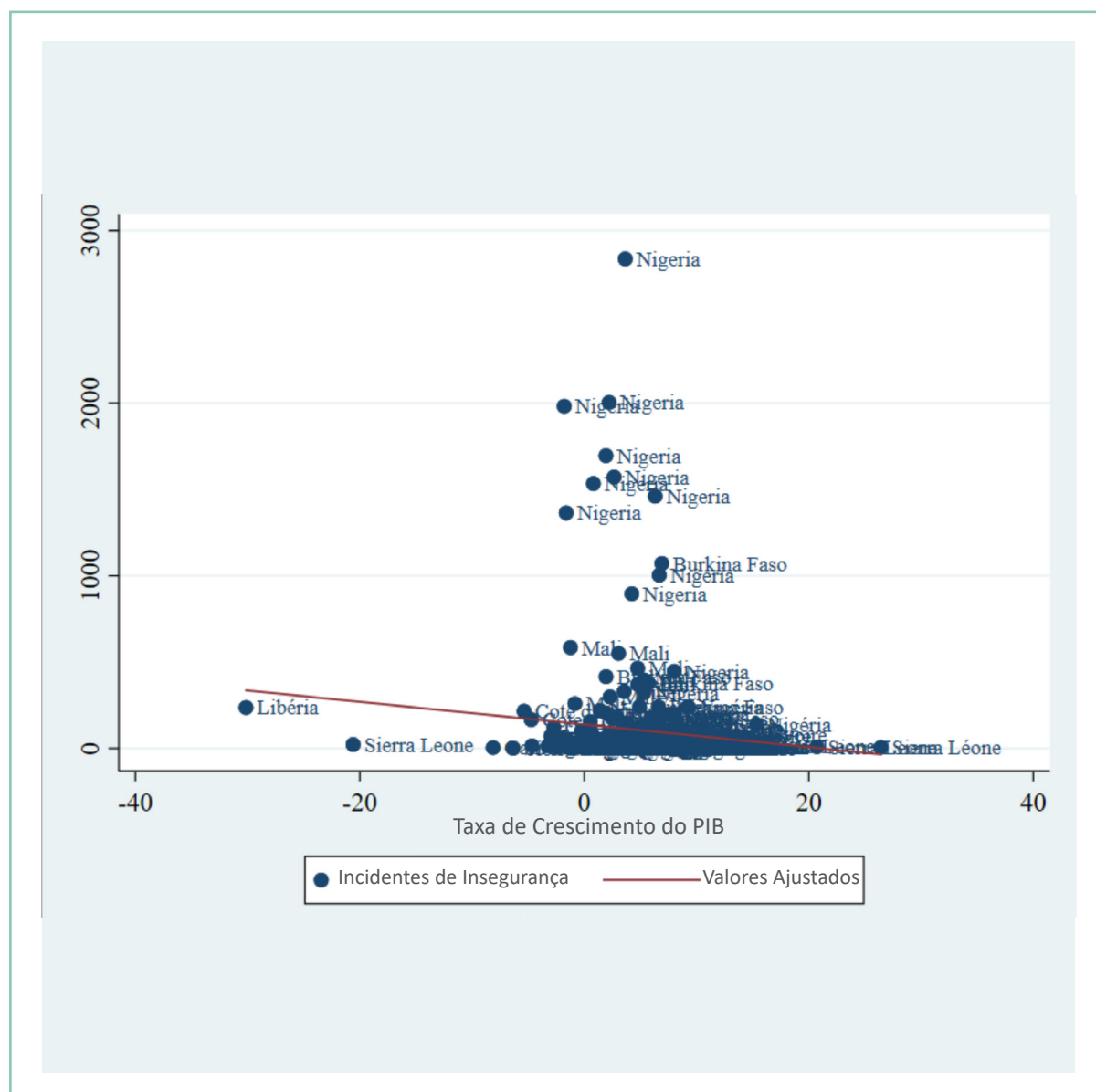
De facto, a insegurança pode conduzir a um círculo vicioso de pobreza e conflito que prejudica o desenvolvimento económico. Os países afetados por conflitos prolongados ou por uma insegurança generalizada tendem a registar um crescimento económico mais fraco ou mesmo negativo. A insegurança desencoraja os investidores estrangeiros e os turistas de visitarem ou se instalarem num país. Por exemplo, em situações de crise, as empresas têm relutância em investir em Regiões instáveis devido ao aumento dos riscos de Segurança. Consequentemente, a insegurança limita o investimento e o crescimento económico nos países atestados pela insegurança.

A Figura 41 mostra a correlação entre os incidentes de Segurança e o crescimento económico nos países da CEDEAO. Essa figura mostra uma correlação negativa entre as duas variáveis. A correlação entre o crescimento económico e os incidentes de Segurança é de -0,09 e significativa. No entanto, existe uma disparidade entre os países. Esta, pode ser explicada pelas características económicas e institucionais dos países.

Em todo o caso, os acontecimentos de Segurança parecem estar a abrandar a atividade económica. Esta situação está ligada à incerteza que os acontecimentos de Segurança criam. Os conflitos e a insegurança conduzem a uma perda de capital humano valioso nos países afetados da África Ocidental devido à fuga de capital humano. Perturbam o comércio ao limitarem as oportunidades comerciais. A instabilidade conduz a uma redução do investimento privado e limita os fluxos de Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE) na Região para a Região. Os conflitos destroem infraestruturas essenciais (estradas, pontes, redes de eletricidade) que apoiam a produção.

A insegurança pode conduzir a um círculo vicioso de pobreza e conflito que impede o desenvolvimento económico.

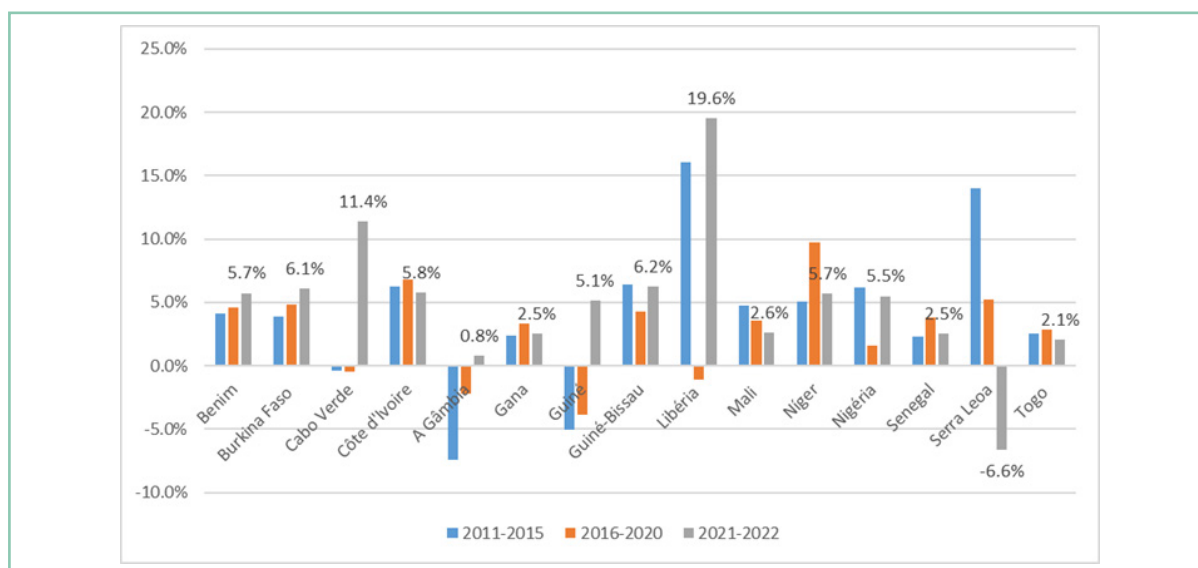


Figura 41: Correlação entre Incidentes de Segurança e Crescimento Económico

Fonte: ACLED e BAD, 2023

As economias da Região mostraram resiliência durante o período de 2015-2022, apesar da COVID-19 e do contexto de Segurança. No entanto, registraram-se alguns retrocessos, com uma recessão económica, na Libéria e na Serra Leoa. As Taxas de crescimento variaram entre -7,4% e 19,6% durante o período de 2015-2022 indicando uma volatilidade significativa no crescimento económico da Região. Convém sublinhar que, enquanto a Guiné, a Libéria, a Nigéria e a Serra Leoa registaram Taxas médias

de crescimento económico baixas ou mesmo recessões durante o período 2016-2020, o mesmo não aconteceu com os países da zona UEMOA, que continuaram a ter um bom desempenho em termos de crescimento. O Níger registou um crescimento médio do PIB de 14,9% entre 2016 e 2020. Este desempenho explica-se pela entrada em produção de campos petrolíferos e pela implementação de reformas e investimentos estruturantes no país.

Figura 42: Taxas de Crescimento Económico Média nos Países da CEDEAO: de 2011 a 2022

Fonte: Autores, com base nos dados da CEDEAO, 2023

A Figura 42 ilustra uma tendência desigual do crescimento económico nos Estados membros da CEDEAO entre 2016 e 2020. Pode observar-se que a crise da COVID-19 teve um impacto significativo no crescimento económico em 2020 nos Estados membros da CEDEAO, particularmente na Guiné, Gâmbia, Libéria e Cabo Verde, com recessões económicas respectivas de -3,8%, -2,2%, -1,1% e -0,5%. No entanto, durante o período, o crescimento médio manteve-se positivo, com um pico de 19,6% e 11,4% na Libéria e em Cabo Verde, respetivamente.

Contudo, os riscos de um desempenho insuficiente estão a aumentar devido ao alastramento da insegurança na Região, que poderá ter um impacto negativo significativo nas perspetivas de crescimento económico devido à incerteza no sector privado e à interrupção da atividade turística.

Esta situação está a conduzir a um aumento da despesa pública com a defesa, mas à custa da estabilidade macroeconómica e não através da redução das despesas com a educação e a saúde.



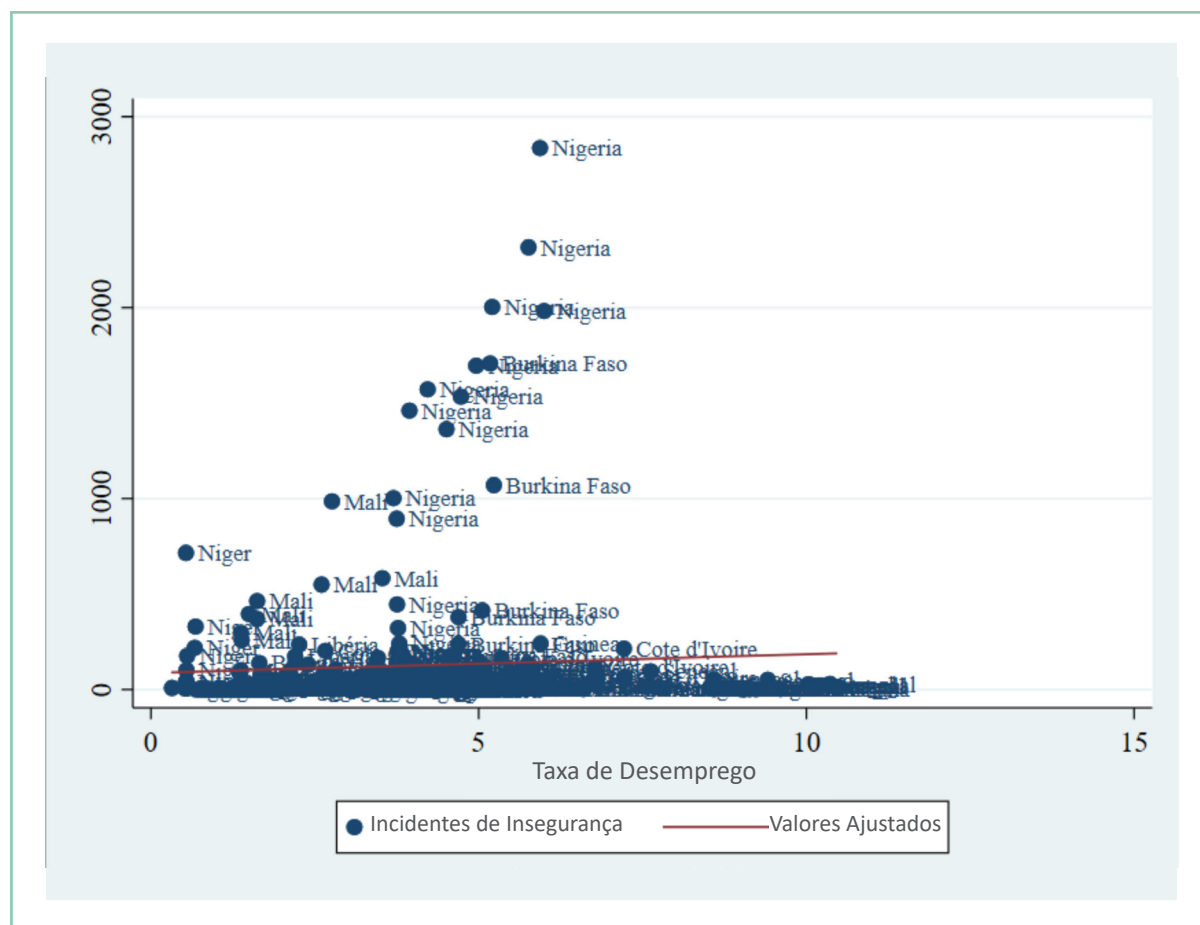
4.2. Impactos Sobre o Emprego

A Figura 43 mostra uma correlação positiva entre os fenómenos de Segurança e o desemprego na CEDEAO. Contudo, existe uma heterogeneidade considerável entre os países. A Nigéria, o Burkina Faso e o Níger são mais específicos do que os outros países em termos de incidência de Segurança. A relação positiva entre insegurança e desemprego pode ser explicada pelo facto de o desemprego ser suscetível de ser um terreno fértil para a insegurança. Além disso, os conflitos armados são um fator importante de desigualdade socioeconómica (Ujunwa et al., 2021).

Por outras palavras, os países com uma elevada Taxa de desemprego correm o risco de instabilidade e insegurança. Inversamente, a insegurança pode contrair a atividade económica e reduzir as oportunidades de emprego, conduzindo a um aumento da Taxa de desemprego.

A fraca correlação evidenciada resulta do cálculo da Taxa de desemprego ou do facto de a insegurança afetar principalmente as zonas rurais, onde a agricultura e o sector informal são mais dominantes, o que torna impossível captar o desemprego real. As atividades industriais estão mais concentradas nas grandes cidades, que são menos afetadas.

Figura 43: Correlação entre a Insegurança e a Taxa de Desemprego



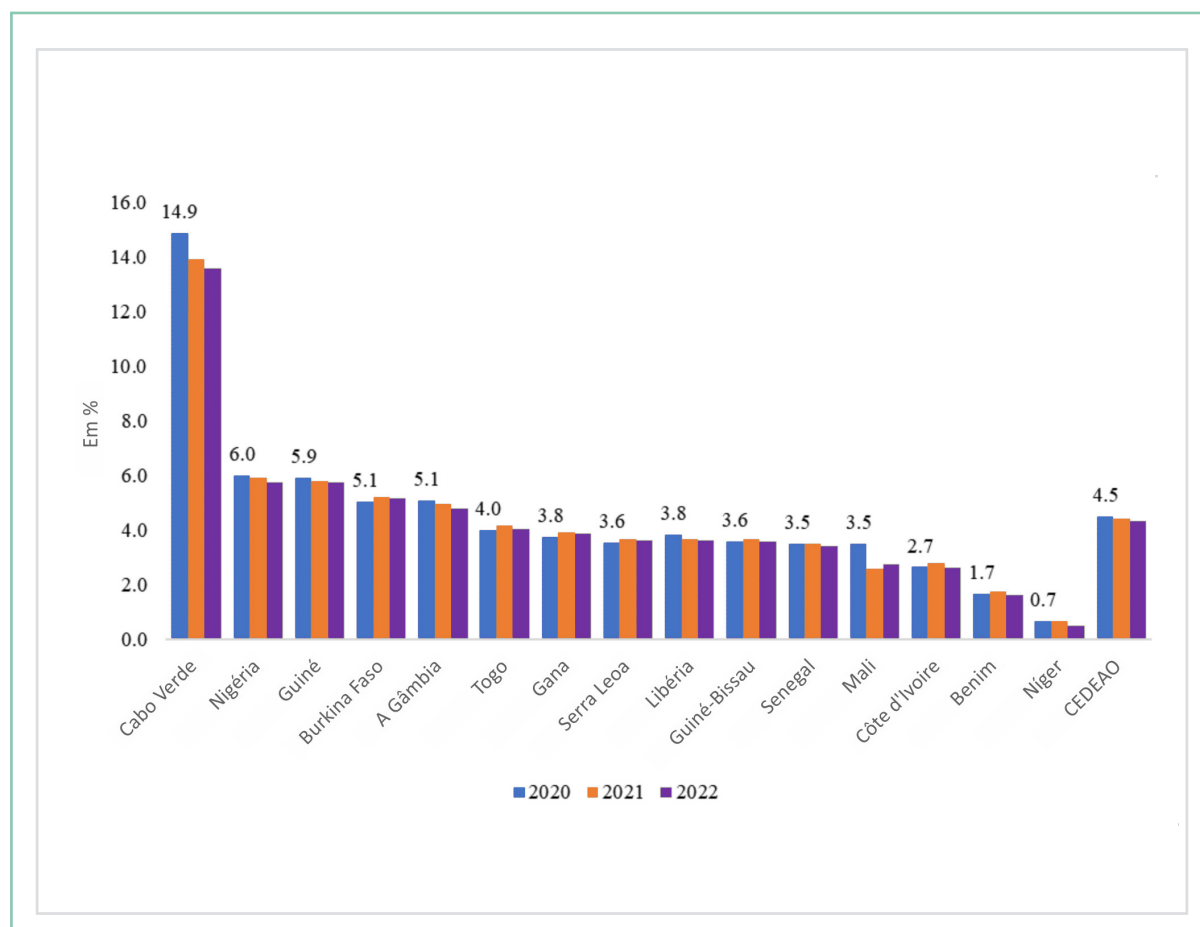
Fonte: ACLED e BAD, 2023

Os conflitos armados e a insegurança têm um impacto significativo no desemprego devido às perturbações que causam nas cadeias de abastecimento de matérias-primas e produtos acabados. Este facto dificulta o funcionamento eficiente das empresas, levando frequentemente a despedimentos. Outra consequência da questão da Segurança é o encerramento de empresas nas zonas afetadas pela insegurança, devido à fuga de talentos e de pessoas qualificadas (profissionais, empresários e investidores. Nos estados membros afetados pela crise de Segurança na CEDEAO, a mão de obra deslocada enfrenta dificuldades em encontrar um emprego estável e acaba muitas vezes em empregos precários

ou informais, apesar dos esforços dos governos e dos parceiros de desenvolvimento. Estes fatores destroem as perspetivas económicas na Região.

A Figura 44 ilustra a grande disparidade das Taxas de desemprego na CEDEAO no período 2020-2022. O desemprego é mais elevado em Cabo Verde e muito baixo no Níger. Estas estatísticas contrastam com os factos nestes países. Mesmo se, teoricamente, a insegurança tende a ter repercussões negativas no emprego e a aumentar a Taxa de desemprego, a determinação da Taxa de desemprego é criticável em economias dominadas pelo emprego informal.

Figura 44: Taxas de Desemprego nos Estados Membros da CEDEAO: de 2020 a 2022



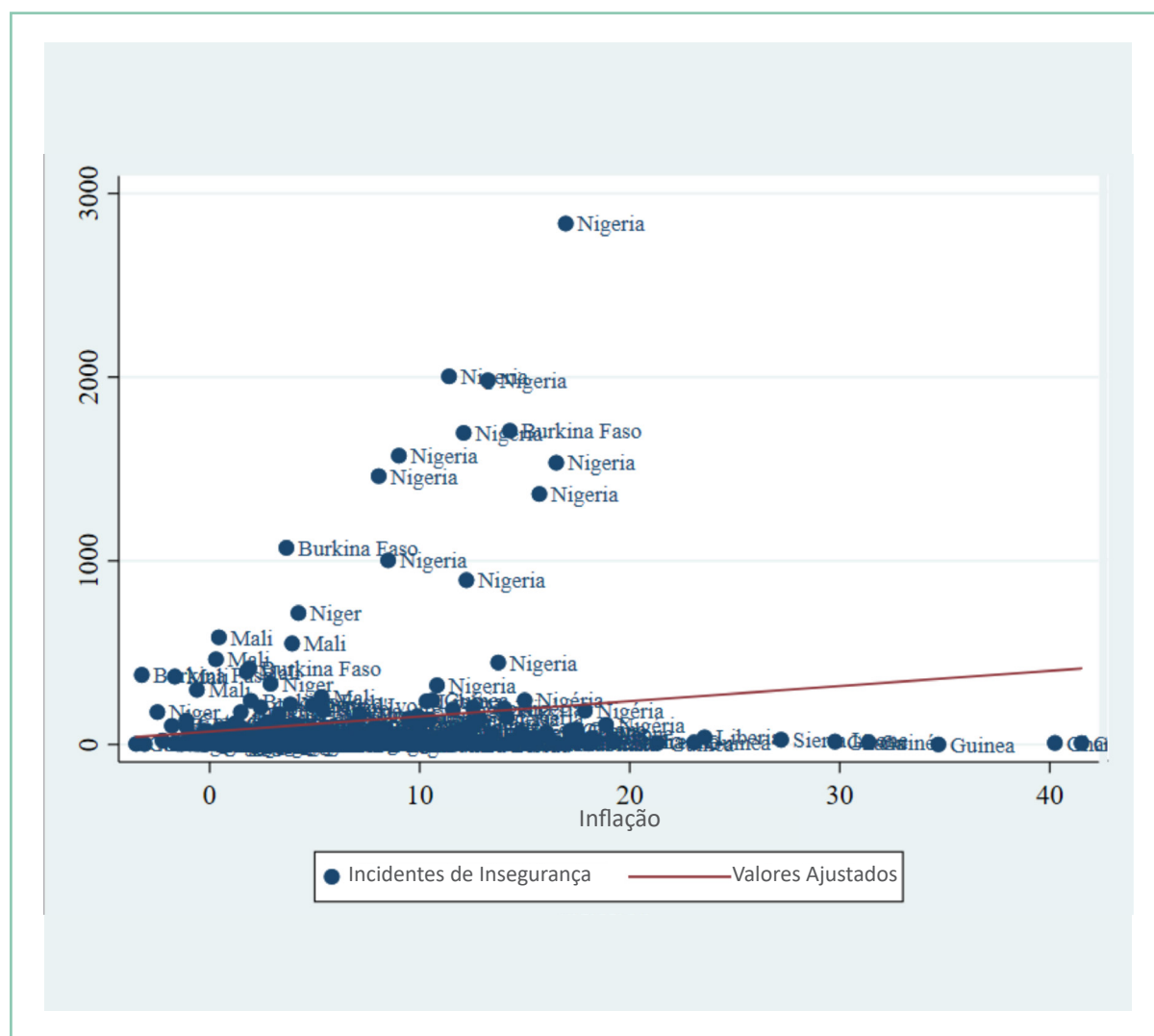
Fonte: BAD, 2023

4.3. Impactos Sobre a Inflação

A inflação é um dos principais critérios de convergência do desempenho económico e das políticas na Zona da CEDEAO. Refere-se ao aumento sustentado do nível geral dos preços. Determina o poder de compra das famílias. A insegurança e os conflitos armados exercem pressões inflacionistas persistentes nos países afetados (Gupta et al., 2004; Nkemgha et al., 2022) devido às perturbações resultantes na produção e nas cadeias de abastecimento.

Além disso, ao criar um clima de incerteza económica e política, a insegurança pode levar ao aumento dos preços dos bens e serviço. Ao mesmo tempo, ao provocar deslocações maciças da população, a insegurança pode exercer pressão sobre os recursos disponíveis nas zonas de acolhimento, como a alimentação, a habitação e os serviços básicos. O aumento da procura nestas zonas pode levar a preços mais elevados, contribuindo para a inflação. A figura 45 mostra uma forte correlação entre os fenómenos de Segurança e os níveis gerais de preços.

Figura 45: Correlação entre Insegurança e Inflação

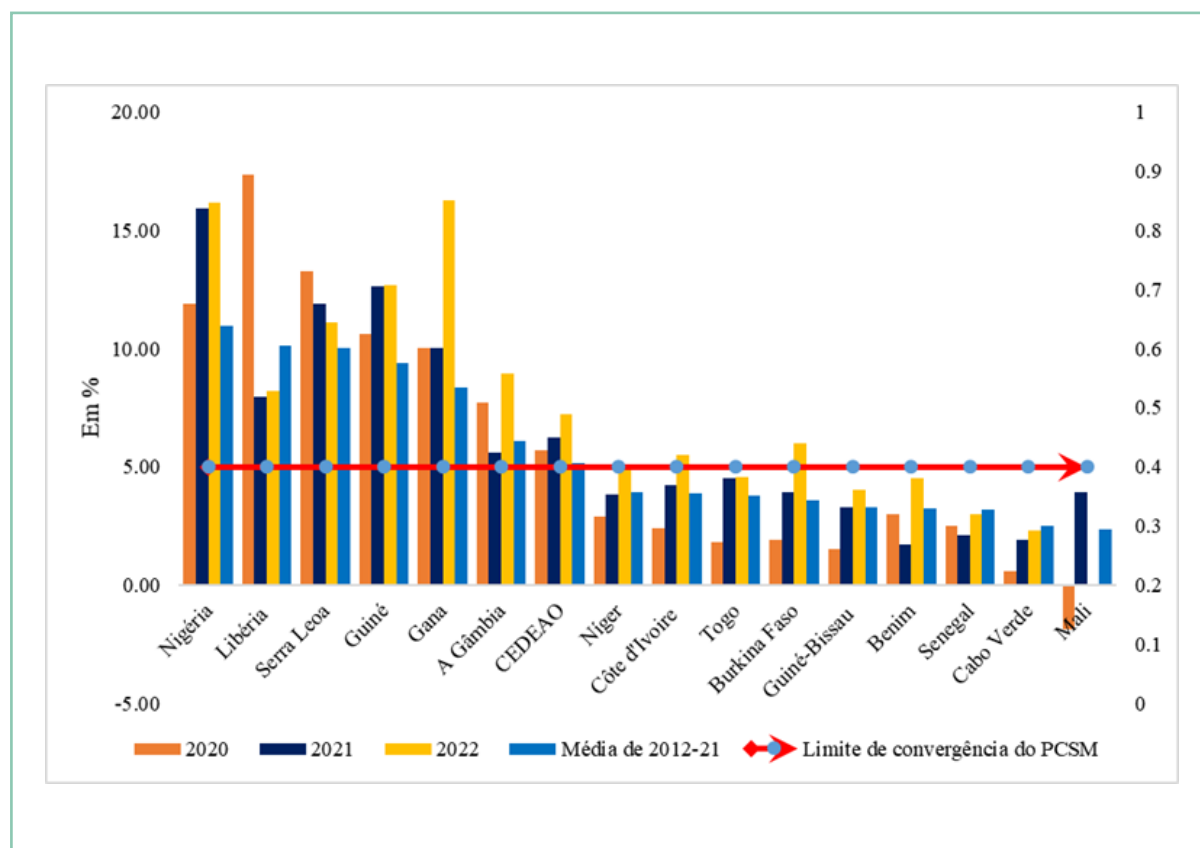


Fonte: ACLED e BAD, 2023

Para além das causas tradicionais da inflação (aumento da oferta monetária não correlacionado com o aumento da produção, inflação importada), a insegurança parece ser uma variável importante para explicar a dinâmica dos preços nos Estados membros da CEDEAO. A insegurança leva a população a abandonar as zonas com elevado potencial agrícola, o que, por sua vez, reduz a produção de cereais e de outras culturas. Este facto reduz ainda mais a oferta de produtos alimentares nos mercados e aumenta os preços dos alimentos. Em última análise, a insegurança reduz o poder de compra das famílias através da inflação associada. O aumento da inflação teve um impacto negativo na convergência macroeconómica da Região.

A figura 46 ilustra a grande disparidade das Taxas de inflação entre os estados membros da CEDEAO entre 2012 e 2021. Embora a inflação tenha permanecido baixa em alguns estados membros, atingiu dois dígitos na Guiné, Libéria, Gana, Nigéria e Serra Leoa. A Figura 46 mostra que a inflação foi particularmente elevada no Gana (31,5%) e na Serra Leoa (27,2%) em 2022. Durante o período 2012-2021, apenas seis Estados membros cumpriram o critério de inflação. Este critério parece ter sido cumprido pela maioria dos Estados membros da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), onde a inflação parece dever-se principalmente a choques externos e à inflação importada.

Figura 46: Avaliação da Evolução da Taxa de Inflação em Média Anual e Proporção em % de Satisfação deste Critério ($\leq 5\%$) durante o Período de 2012 a 2021



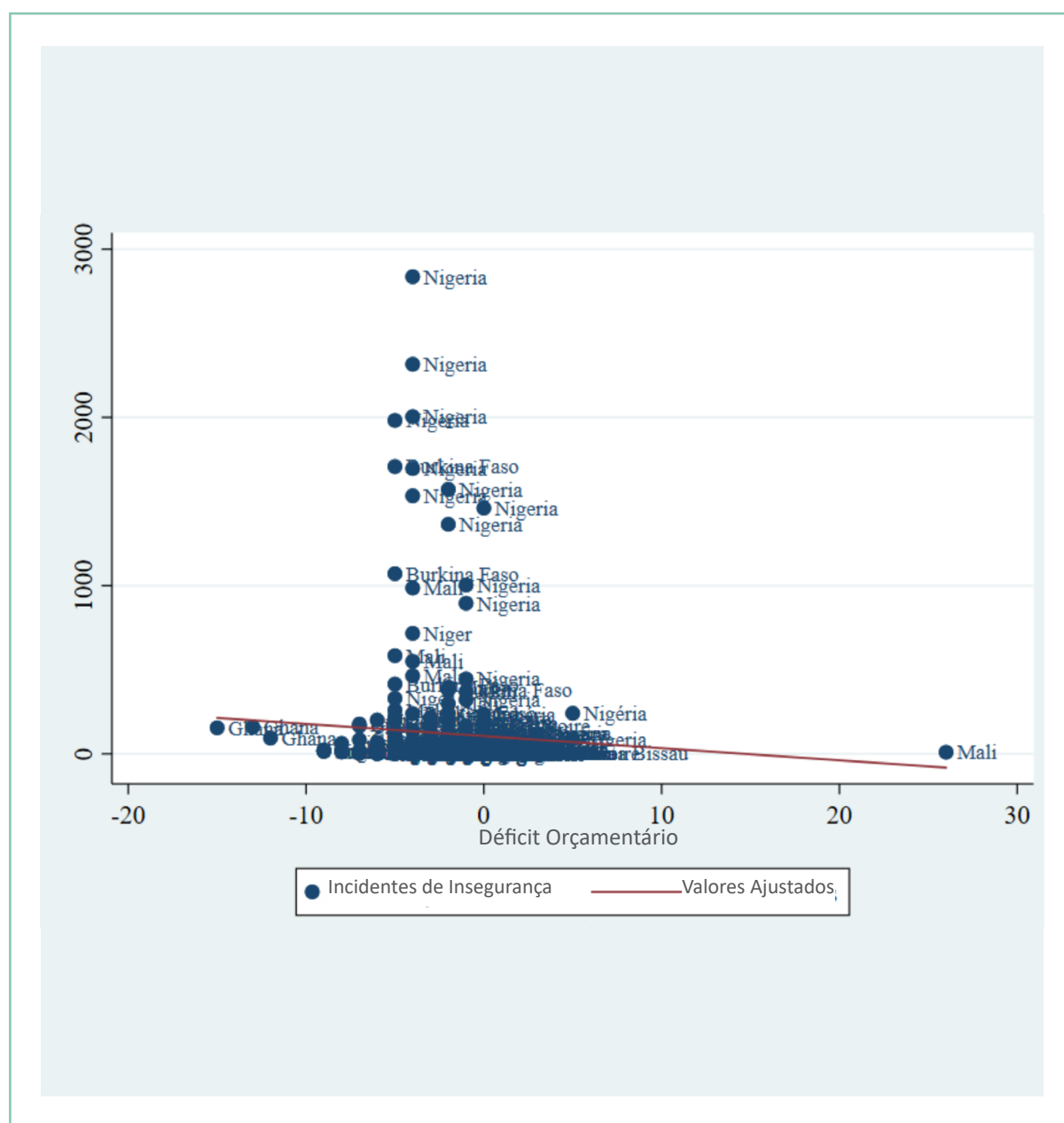
Fonte: CNPE, 2023

4.4. Impactos Sobre as Finanças Públicas

O impacto da insegurança nas finanças públicas foi avaliado com base em critérios de convergência macroeconómica, nomeadamente os défices orçamentais (figura 48 e quadro 3) e dívida pública (figura

50). O aumento das despesas públicas devido à insegurança agrava os saldos orçamentais dos países em causa. De facto, a insegurança aumenta as despesas de Segurança, levando a um aumento das despesas públicas totais, o que explica a relação inversa entre os incidentes de Segurança e os saldos orçamentais, como mostra a figura 47.

Figura 47: Correlação entre a Insegurança e o Saldo Orçamental

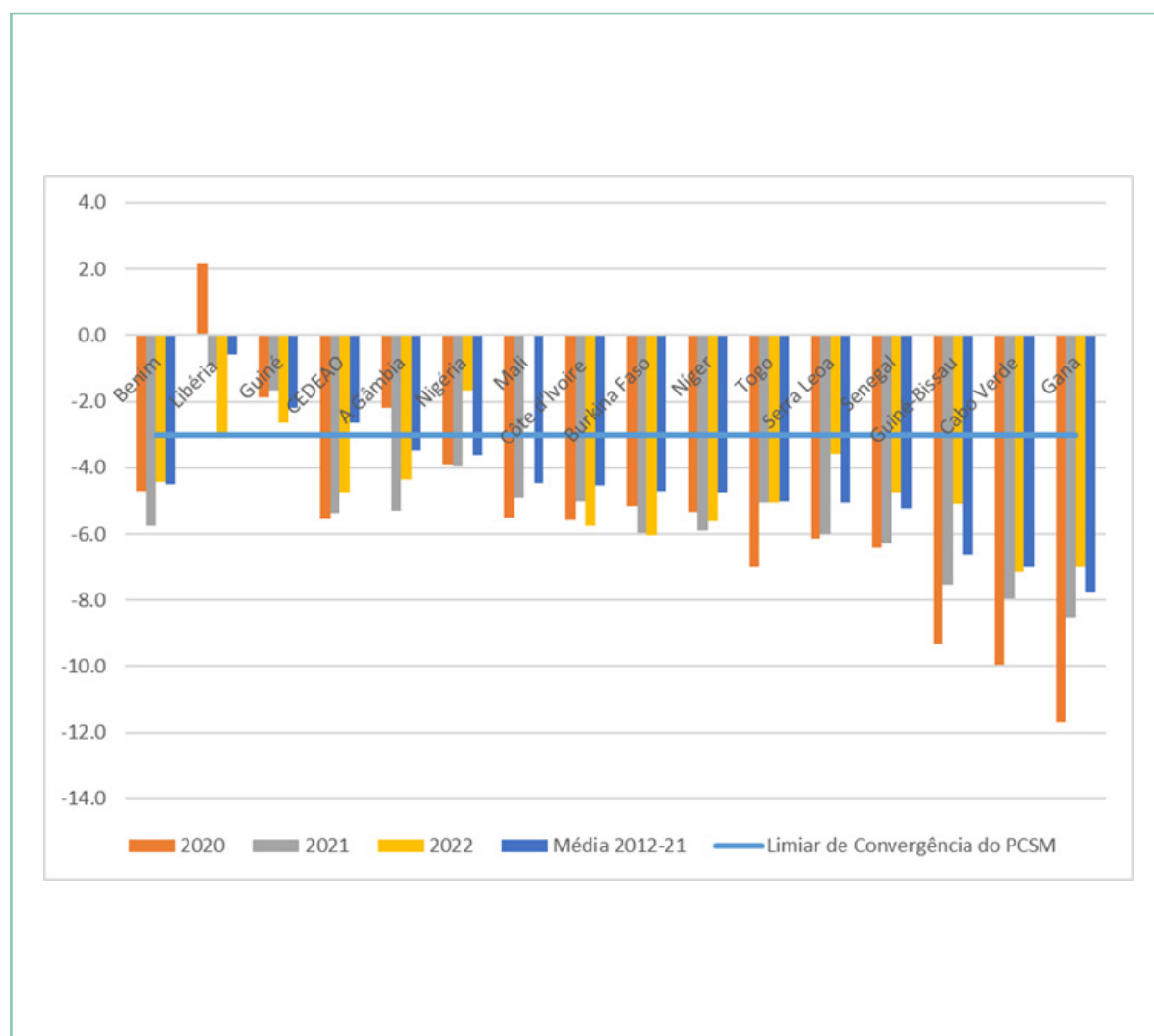


Fonte: ACLED e BAD, 2023

Uma análise da Figura 48 e do Quadro 3 revela um elevado grau de heterogeneidade nos défices orçamentais em percentagem do PIB entre os países membros da CEDEAO. Os défices orçamentais da última década são mais elevados no Gana, Cabo Verde, Senegal e Guiné-Bissau do que nos outros países. Em termos de cumprimento deste critério prioritário, apenas a Guiné (90%) e a Libéria (70%) tiveram um bom desempenho em termos de rácio do défice orçamental, incluindo subvenções (com base em autorizações), em relação ao PIB em %, que deve ser $\leq 3\%$ durante o período 2012-2021.

O aumento dos níveis de insegurança está a obrigar os governos a afetar uma grande percentagem dos seus orçamentos à Segurança e à defesa, incluindo despesas com o exército, a polícia, os serviços de informação e outras medidas de aplicação da lei. Os custos associados à vigilância, prevenção e repressão da atividade criminosa são geralmente consideráveis, reduzindo os recursos disponíveis para outras áreas prioritárias, como a educação, a saúde ou as infraestruturas públicas.

Figura 48: Rácio do Déficit Orçamental, Incluindo Subvenções (com Base nas Autorizações) / PIB em % $\leq 3\%$

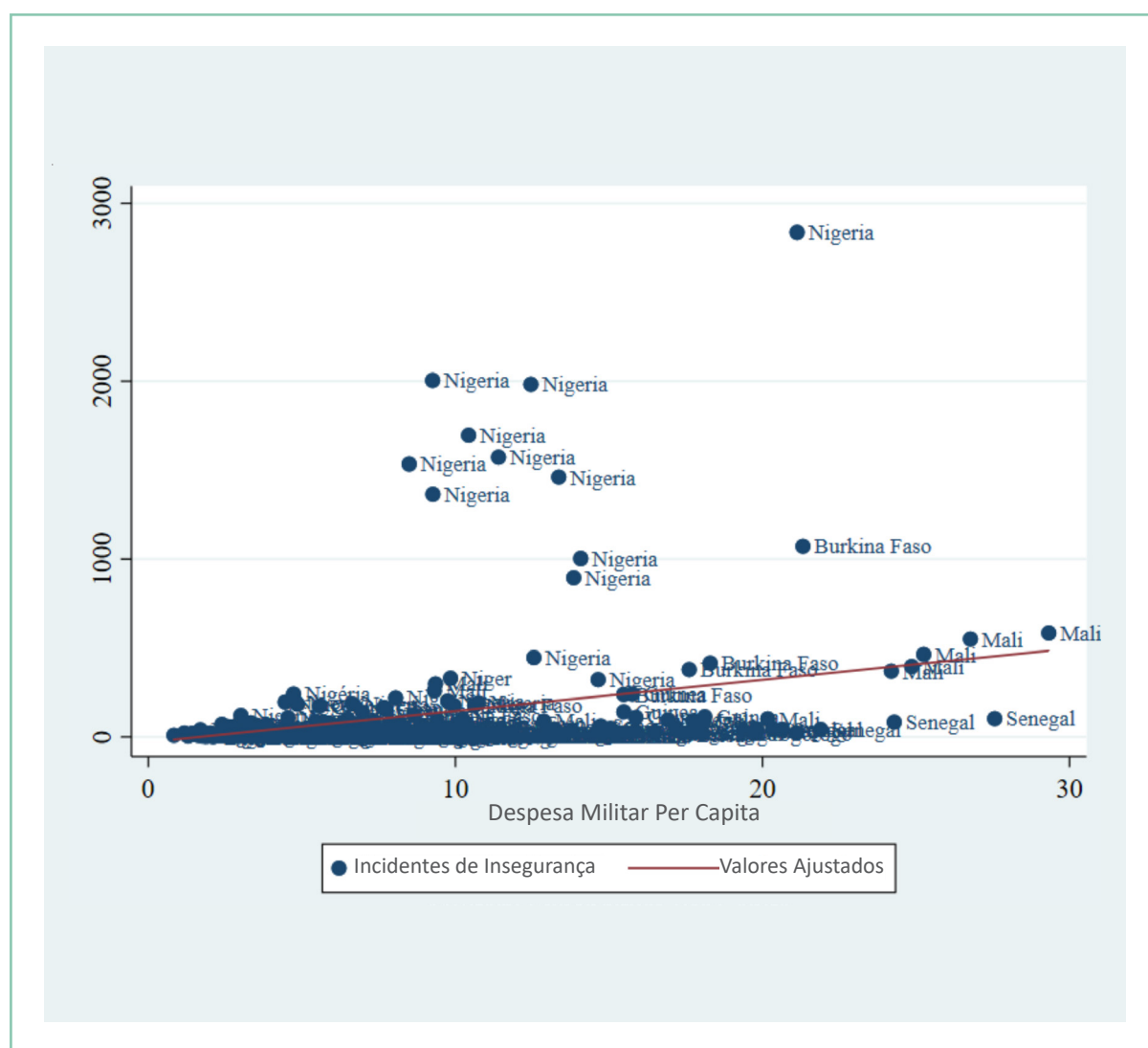


Fonte: CNPE, 2023

A Figura 49 mostra uma correlação entre os incidentes de Segurança e a despesa militar per capita. O Coeficiente de correlação é de 0,29, o que é estatisticamente significativo ao nível de 5%. Além disso, é evidente que os incidentes de Segurança conduzem a uma reorientação das despesas públicas para as despesas militares, o que, por sua vez, reduz os recursos afetados a sectores sociais fundamentais, como a educação, a saúde e as infraestruturas. No entanto, existem disparidades significativas entre os Estados membros, uma vez que o Burkina Faso, o Mali e a Nigéria apresentam

particularidades provavelmente devido a uma deterioração mais acentuada da situação de Segurança nestes Estados membros. Além disso, estas disparidades podem ser explicadas tanto pela dimensão da população como pelo nível de insegurança. Os países membros da CEDEAO da Região do Sahel (Burkina Faso, Mali e Níger) são mais gravemente afetados pelos problemas de insegurança do que os países costeiros. Assim, um aumento dos incidentes de Segurança conduz a um aumento das despesas afetadas à proteção da população.

Figura 49: Correlação entre a Insegurança e a Despesa Militar per Capita

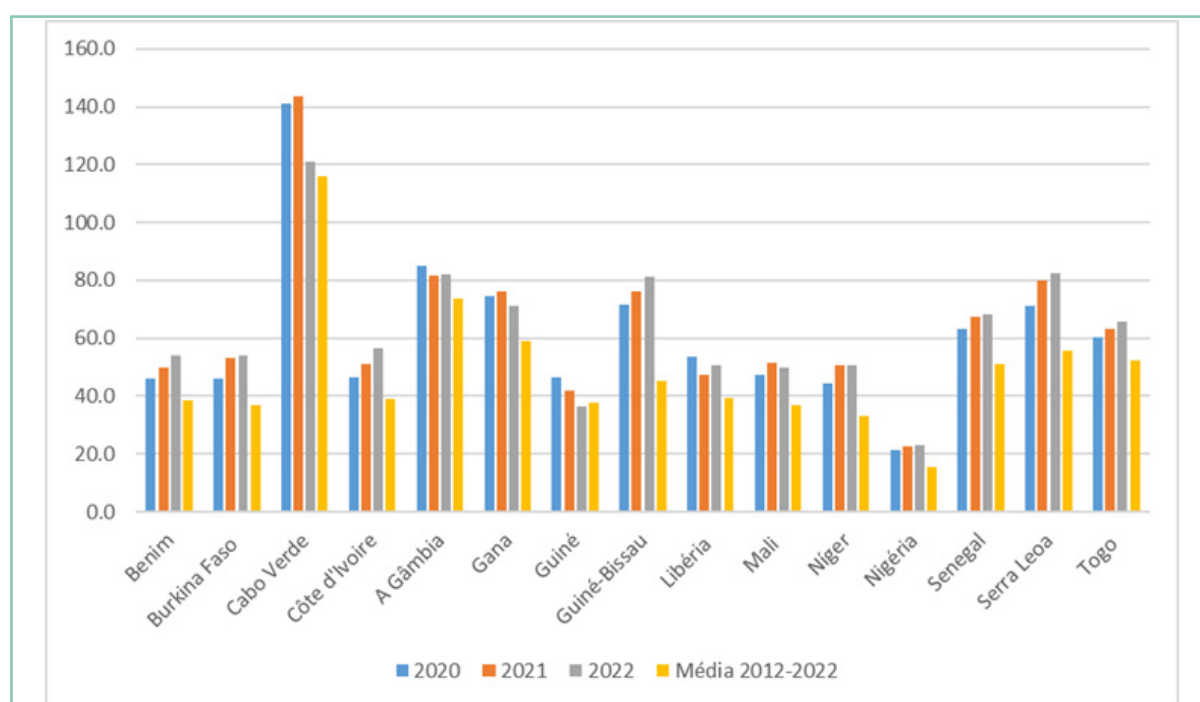


Fonte: ACLED e SIPRI, 2023

Os conflitos armados e a insegurança conduzem a um aumento da despesa pública nos estados afetados devido à maior necessidade de reabilitar e construir serviços públicos que tenham sido destruídos. Após períodos prolongados de insegurança, a recuperação das áreas afetadas e das infraestruturas e bens danificados pode representar um encargo financeiro para os governos. O restabelecimento das infraestruturas, dos serviços públicos e da propriedade exige um

investimento significativo, que muitas vezes tem de ser financiado através de empréstimos ou de recursos públicos adicionais. A análise da Figura 50 mostra que os níveis médios da dívida em percentagem do PIB variam muito, indo de 115,8% para Cabo Verde a 15,4% para a Nigéria de 2012 a 2021. Os Estados membros mais afetados como a Nigéria, o Níger, o Mali e o Burkina Faso tinham níveis de dívida inferiores à média da CEDEAO.

Figura 50: Ratio Dette Publique/PIB Nominal en 2012 a 2021



Fonte: CNPE (2023)

A recuperação das áreas afetadas e das infraestruturas e bens danificados pode representar um encargo financeiro para os governos.

O Quadro 3 mostra a situação do critério de convergência "Financiamento do défice orçamental pelo Banco Central" nos Estados membros da CEDEAO. Verifica-se que, durante o período 2012-2021, todos os países membros da UEMOA cumpriram este critério.

Por outro lado, os outros países recorreram por vezes ao financiamento dos seus défices pelo Banco Central. Por exemplo, em 2020, seis dos sete países não-membros da UEMOA utilizaram recursos do Banco Central para financiar as despesas relacionadas com a pandemia de COVID-19.

Quadro 3: Financiamento do Déficit Orçamental pelo Banco Central

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Taxa de conformidade, 2012-2021
Benim	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100 %
Burkina Fasso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		100 %
Cabo Verde	0	0	0	0	0	0	0	0	0.09	0.066		80 %
Côte d'Ivoire	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100 %
A Gâmbia	0.004	0	0.408	0.415		0.331	0	0	0.467	0	0	50 %
Gana	0.254	0.123	0.137	0.041	0	0	0	0.03	0.106	0.022		40 %
Guiné	0	0.013	0	0.256	0	0	0	0.03	0.106	0.022	0	50 %
Guiné-Bissau	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100 %
Libéria	0	0	0	0	0.030	0.245	0.128	0.279	0	0		60 %
Mali	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		100 %
Níger	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100 %
Nigéria	0	0	0	0.131	0	0	0	0	0.340	0.284	0.019	60 %
Senegal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100 %
Serra Leoa	0.377	0.017	0.07	-0.007	0.309	0.188	0.227	0.007	0.219	0.096	0	0 %
Togo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	100 %
Número de estados membros que atendem ao critério	12	12	12	10	13	12	13	11	9	10	14	

Fonte: CNPE (2023)

Em 2020, seis dos sete países não-membros da UEMOA utilizaram recursos do Banco Central para financiar as despesas relacionadas com a pandemia de COVID-19.

4.5. Impactos Sobre a Situação Humanitária

A insegurança em alguns Estados membros da CEDEAO conduziu a deslocamentos maciças das populações, agravando consideravelmente a crise humanitária com que se confrontam os países em causa. Esta crise é agravada pela persistência da crise alimentar e nutricional e pelos efeitos das alterações climáticas, como as inundações e as secas. De acordo com os relatórios do Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários das Nações Unidas (UNOCHA, 2023), a situação na Região central do Sahel (Burkina Faso, Mali e Níger) é particularmente preocupante. Em 2023, mais de 15 milhões de pessoas precisam de assistência

humanitária, o que representa um aumento de 6 % em relação a 2022.

O número de (PDI) Pessoas Deslocadas Internamente, está estimado em quase 2,6 milhões, 76% das quais se encontram no Burkina Faso. Estima-se que mais de 260.000 destas pessoas deslocadas possam ser portadoras de deficiência. Para além disso, existem mais de 185.000 refugiados nos três países da Região.

Além disso, a situação em abril de 2023 revela que a insegurança levou ao encerramento de quase 9.000 escolas e 332 centros de saúde na Região. As mulheres e as crianças são as mais atingidas, expondo-as a uma vulnerabilidade extrema e à ameaça de violência sexual e de género.

Quadro 4: Panorama do Impacto da Insegurança nos Setores Sociais Básicos em Certos Estados Membros da CEDEAO

País	Número de Pessoas Deslocadas Internamente (PDIs)	Número de Escolas Fechadas	Número de Estudantes Privados de Escola	Impactos Humanitários de Incidentes de Insegurança**
Burkina Faso	2,062,534	6,134	787,784	4,7 milhões de pessoas em necessidade. 1,9 milhões de Pessoas Deslocadas Internamente (PDIs). 52 por cento dos PDIs são crianças. \$877 milhões são necessários para 3,1 milhões de pessoas alvo. 1 milhão de estudantes afetados pelo fechamento das escolas.
Mali	422,620	1,632	489,600	412.000: Pessoas deslocadas internamente (31/12/2022). 8,8 milhões: Pessoas necessitadas de assistência humanitária. 5,7 milhões: Pessoas são alvo através do PRH. 2,3 milhões: Pessoas enfrentando insegurança alimentar.
Níger	372,000	890	53,562*	371,9 milhas: Pessoas deslocadas internamente. 255,5 milhas: Refugiados. 41,8 milhas: PDIs retornados. 3,1 milhões: Pessoas assisidas em 2022. 4,3 milhões: Pessoas em necessidade em 2023. 2,7 milhões: Pessoas alvo em 2023.
Nigéria	1,087,875	181	68,522	6 milhões: Pessoas alvo pela ajuda humanitária. 8,3 milhões: pessoas necessitando de assistência humanitária. 2,2 milhões: pessoas deslocadas internamente. 4,4 milhões: Pessoas necessitando de assistência de segurança alimentar. 4,24 milhões: Pessoas necessitando de assistência nutricional.*

Fonte: UNOCHA 2023

* Alunos afetados pela insegurança na região de Tillabéry, em 20 de dezembro de 2021, no Níger

** Em abril de 2023, de acordo com UNOCHA



A análise revela que a insegurança, em particular o terrorismo, teve um impacto importante nos sectores da educação e da saúde, nos serviços administrativos descentralizados e, de uma forma mais geral, nas populações que vivem nas zonas que enfrentam grandes desafios de Segurança nos países do Sahel. Assim, no Burkina Faso, no Mali e no Níger, as escolas e os centros de saúde foram encerrados, deixando milhares de estudantes sem educação e funcionários públicos sem trabalho. Nos países do Sahel, a insegurança obrigou quase 2.000 escolas a fechar ou a deixar de funcionar (UNICEF, 2019).

A insegurança também provocou a deslocação de pessoas que vivem em condições de insegurança e que necessitam de vários tipos de assistência humanitária. Como indicado anteriormente, a Região da CEDEAO registou um total de aproximadamente 6,5 milhões de pessoas deslocadas internamente e 500.000 refugiados entre 2018 e março de 2023 (ACNUR, 2023). De acordo com o CONASUR (2023), existem 2 062 534 pessoas no país, enquanto 63 municípios esvaziados de população e 196 instalações de saúde foram encerradas, privando 1 919 889 pessoas de cuidados de saúde. A característica distintiva dos deslocados internos é o facto de a maioria ser constituída por mulheres e crianças. Este facto traduz-se em necessidades humanitárias consideráveis que, por vezes, são mal ou nada satisfeitas.

Região da CEDEAO registou um total de cerca de 6,5 milhões de Pessoas Deslocadas Internamente entre 2018 e março de 2023.

Caixa 7: Consequências da Insegurança no Sahel Central

Nos planos socioeconómico e humanitário, no Sahel Central (Burquina Faso, Mali e Níger), a insegurança se deteriorou rapidamente e as deslocações aumentaram em 30% entre 2020 e 2021, atingindo 2 milhões de deslocados internos (PDI) e 132.000 refugiados - incluindo meio milhão forçado a fugir para dentro do seu país apenas em 2021. Muitas pessoas deslocadas foram também forçadas a fugir várias vezes, o que as torna ainda mais vulneráveis. Estes deslocados e refugiados, na sua maioria mulheres e crianças, estão alojados em campos ou centros de acolhimento onde as condições são extremamente precárias

A violência está a ter um impacto grave nos frágeis meios de subsistência das pessoas e na sua capacidade de se alimentarem, colocando uma pressão sobre os já fracos serviços sociais básicos. Cada vez mais pessoas têm fugido das suas casas para se refugiarem em campos ou aldeias vizinhas, por vezes várias vezes. No Burkina Faso, as Regiões do Sahel e do Centro-Norte, que foram as mais afetadas, albergam mais de 900 000 pessoas deslocadas internamente. Estas deslocações em grande escala têm um impacto importante nos escassos recursos naturais, com consequências nefastas tanto para os próprios deslocados internos como para as comunidades de acolhimento, aumentando o risco de comprometimento da coesão social.

Fonte: Relatório da Comissão da UEMOA sobre a paz e a segurança na zona da UEMOA para o segundo semestre de 2021, março de 2022.

Panorâmica das Pessoas Deslocadas Internamente em certos estados membros da CEDEAO

A situação humanitária no Burkina Faso, no Mali e no Níger está a deteriorar-se rapidamente devido a crises em várias frentes. A insegurança é o principal fator, agravado pela pobreza extrema.

Burkina Faso



No Burkina Faso, de acordo com o Secretariado Permanente do Conselho Nacional de Ajuda de Emergência e Reabilitação (SP/CONASUR), a crise de Segurança levou a um total de 1,99 milhões de pessoas deslocadas internamente em 28 de fevereiro de 2023, em comparação com 1,94 milhões em 31 de janeiro de 2022, o que representa um aumento de 3%. Em comparação com fevereiro de 2022, isto representa um aumento de 10% no número de Pessoas Deslocadas Internos registados. As Regiões do Centro, Cascades, Boucle du Mouhoun e Hauts Bassins registaram um aumento significativo do número de deslocados internos em fevereiro.

Níger



Desde 5 de junho de 2023, um total de 921 escolas primárias e secundárias foram obrigadas a encerrar devido à insegurança na Região de Tillabéri (zona das três fronteiras), no Oeste do Níger, anunciou o Ministro da Educação Nacional do Níger, Ibrahim Natatou, após uma visita de supervisão à Região.

Das 921 escolas encerradas, 891 são escolas primárias e 30 escolas secundárias, disse o ministro, referindo que o governo tinha dado instruções para que alguns destes alunos fossem reencaminhados para outras escolas em zonas não afetadas.

Num relatório publicado em agosto de 2022, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) já tinha enumerado 855 escolas primárias e 35 escolas secundárias encerradas em quatro Regiões do Níger devido à insegurança. Trata-se das Regiões de Tillabéri (Oeste), Tahoua (Noroeste), Maradi (sudoeste) e Diffa (sudeste). As Regiões de Tillabéri e Tahoua, que fazem fronteira com o Mali, têm sido confrontadas com ataques armados atribuídos a grupos terroristas que atuam no Norte do Mali. A Região de Diffa, por seu turno, enfrenta ataques do grupo Boko Haram, que atua no norte da Nigéria. Quanto a Região de Maradi, ela enfrenta ataques atribuídos a "bandidos armados" que operam no vizinho Noroeste da Nigéria.

Na Região de Tillabéri, as autoridades estimam que 579 das 2 247 escolas da Região serão encerradas até ao final do ano letivo de 2020-2021, o que representa 23,66%. Um total de 53 562 crianças, incluindo 25 828 raparigas, foram privadas do seu direito à educação em resultado de atividades ligadas a grupos armados. Até à data, a Região registou 9.833 alunos deslocados, de acordo com as autoridades. Em 2020, 377 escolas foram encerradas em toda a Região, afetando mais de 30.000 crianças. Mais de 53 000 alunos serão afetados pela insegurança na Região de Tillabéri até 20 de dezembro de 2021.

No Níger, entre janeiro e maio de 2023, chegaram quase 8.000 migrantes provenientes da Argélia. Este número de expulsos é equivalente a metade do total de chegadas da Argélia em 2022. Em 19 de abril de 2023, as Nações Unidas apoiaram uma missão interministerial de observação e avaliação em Assamaka. Mais de 3 600 migrantes estão agora retidos (em 01/05/2023) na aldeia numa situação precária. Vários parceiros da equipa humanitária do país comprometeram-se a prestar assistência aos migrantes retidos em Assamaka.



Mali



O Relatório UNOCHA 2023 revela um aumento do número de vítimas civis de engenhos explosivos. Resiliência dos sobreviventes da violência baseada no género. Mais de 760000 pessoas foram afetadas por uma crise alimentar entre março e maio de 2023.

Nigéria



De acordo com as estimativas do UNOCHA para 2023, 4,3 milhões de pessoas correm o risco de passar fome no Nordeste da Nigéria durante a época de escassez (junho-agosto). São necessários 1,3 mil milhões de dólares para prestar ajuda humanitária a 6 milhões de pessoas no Nordeste da Nigéria em 2023.

No entanto, face à insegurança prevalente, as respostas estão a ser consideradas e apreciadas pelas populações. Em termos operacionais, a deterioração da situação de Segurança não prejudicou os esforços dos governos do centro do Sahel para intensificar as operações militares destinadas a dismantelar as bases terroristas. Várias operações foram organizadas pelas FDS para instaurar um clima de tranquilidade. Estas ações coordenadas conduziram a uma tendência decrescente dos atos terroristas e os deslocados internos regressam aos seus locais de origem.

Os princípios subjacentes à Agenda 2030, tais como sociedades pacíficas, justas e inclusivas, são os fundamentos do desenvolvimento sustentável.

4.6. Impacto da Paz, Segurança e Estabilidade no alcance do ODS 16

4.6.1. Generalidade Sobre ODS 16

O ODS 16 é dedicado à governação e centra-se em três grandes áreas interdependentes: Paz e Segurança, Justiça e Instituições eficazes. O objetivo é incentivar os Estados membros a promoverem sociedades pacíficas e abertas a todos, tendo em vista o Desenvolvimento sustentável, a garantirem o acesso à justiça para todos e a criarem instituições eficazes, responsáveis e abertas a todos os níveis. O objetivo está associado a 10 metas que especificam os resultados a alcançar. O ODS 16 inclui ainda 23 indicadores para monitorizar e medir os resultados esperados. Acima de tudo, trata-se de um objetivo com questões multidimensionais, que é simultaneamente um resultado e um catalisador do desenvolvimento sustentável. Expressa os princípios subjacentes à Agenda 2030, como sociedades pacíficas, justas e inclusivas, que são os fundamentos do Desenvolvimento sustentável. Os princípios da boa governação são, portanto, fatores que determinam o sucesso das políticas públicas.

Para a África e, em particular, para o espaço da CEDEAO, o ODS 16 geralmente apresenta grandes desafios onde as questões de governança e conflito são mais problemáticas. Isso está relacionado à crescente ameaça terrorista, ao surgimento de grupos criminosos, às demandas de uma população jovem por uma maior inclusão económica e política, e aos conflitos persistentes relacionados à propriedade da terra.



4.6.2. Ponto de Situação da Realização do ODS 16 na CEDEAO

Na CEDEAO, a generalização da luta contra a má governação, através do reforço das instituições de boa governação e da luta contra a insegurança e a violência extrema testemunha os esforços envidados para alcançar o ODS16. No entanto, em relação ao objetivo de "reduzir significativamente, a nível mundial, todas as formas de violência e as Taxas de mortalidade relacionadas", uma análise dos indicadores mostra claramente que a realização deste objetivo coloca sérios desafios aos Estados membros da CEDEAO. Entre 2016 e 2022, o número de mortes relacionadas com a violência aumentou consideravelmente, passando de 5 316 para 7 013 (Ver Figura 34). Esta situação resulta do ressurgimento do terrorismo, da criminalidade e de outras formas de conflito em vários Estados membros da CEDEAO.

No que diz respeito ao estado da governação, o fenómeno da má governação continua a ser uma preocupação no quadro do Desenvolvimento sustentável. Os resultados esperados da implementação das políticas públicas são, em alguns locais, inibidos pela ineficiência dos serviços públicos, pela falta de acesso equitativo à justiça para todos e pela corrupção em todos os segmentos da administração, incluindo a governação das finanças públicas, que tem enormes efeitos destrutivos no desenvolvimento.

No caso específico da corrupção, embora a Taxa média de prevalência de corrupção permaneça menor do que na África subsaariana, ela permanece alta em comparação com muitas partes do mundo.

Caixa 8: Lacunas e Desafios no seguimento e na implementação do ODS 16

Ao decidir adotar o ODS 16, a comunidade internacional optou por fazer da questão da governação democrática, até agora excluída do domínio das políticas públicas, um fator de avaliação do bem-estar das populações. O acesso à justiça para todos e o Estado de direito, a transparência e a responsabilidade democrática, a garantia das liberdades fundamentais, a ausência de discriminação e de participação e, de uma forma mais geral, a qualidade das instituições tornam-se questões importantes na avaliação da qualidade da governação dos países. Para além destes temas, há ainda os relacionados com a "Paz e a Segurança".

Não é, portanto, exagerado dizer que a inclusão do ODS 16 na Agenda 2030 foi um avanço verdadeiramente histórico, tendo em conta os três tipos de constrangimentos que foram ultrapassados: 1) o lugar da governação na hierarquia das prioridades; 2) a natureza (política) das questões abordadas; e, 3) a natureza polissémica da palavra e o paradigma que ela pode transmitir. A Visão 2050 da CEDEAO teve em conta as aspirações do ODS 16 nas suas prioridades distribuídas pelos seus 5 pilares.

O principal desafio no acompanhamento do ODS 16 reside no facto de se tratar de um novo domínio na agenda internacional do desenvolvimento. Assim, a medição dos progressos em termos de Boa Governança afigura-se suficientemente sensível, na medida em que a escolha de indicadores relevantes para medir os progressos pode permitir que os intervenientes nacionais e internacionais exerçam pressão sobre os líderes. Além disso, a medição da maior parte das metas do ODS 16 exige a realização de inquéritos no terreno, que são geralmente muito dispendiosos e para os quais é necessário procurar financiamento. Esta situação é exacerbada pelo atual clima de insegurança.

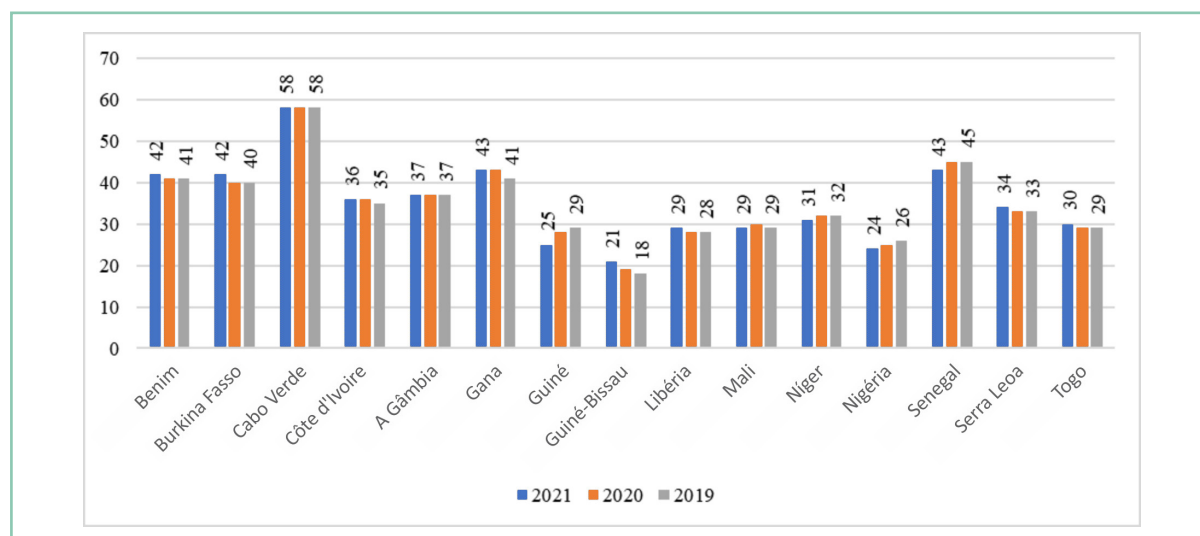


A luta contra a corrupção é, por conseguinte, um dos principais objetivos, uma vez que a corrupção é um fator que favorece a violação dos direitos humanos, o que pode, a prazo, conduzir a uma espiral viciosa descendente. À medida que os direitos e as liberdades diminuem e a democracia enfraquece, o autoritarismo instala-se, conduzindo a níveis de corrupção ainda mais elevados. A corrupção compromete a capacidade dos Estados de garantir os direitos fundamentais dos seus cidadãos, afetando a

prestação de serviços públicos, a administração da justiça e a Segurança da população em geral.

A apreciação do nível de corrupção e, portanto, da transparência na gestão dos assuntos públicos é analisada a partir do índice de perceção da corrupção da Transparency International. A figura 51 mostra a evolução do índice de perceção de corrupção na CEDEAO de 2019 a 2021.



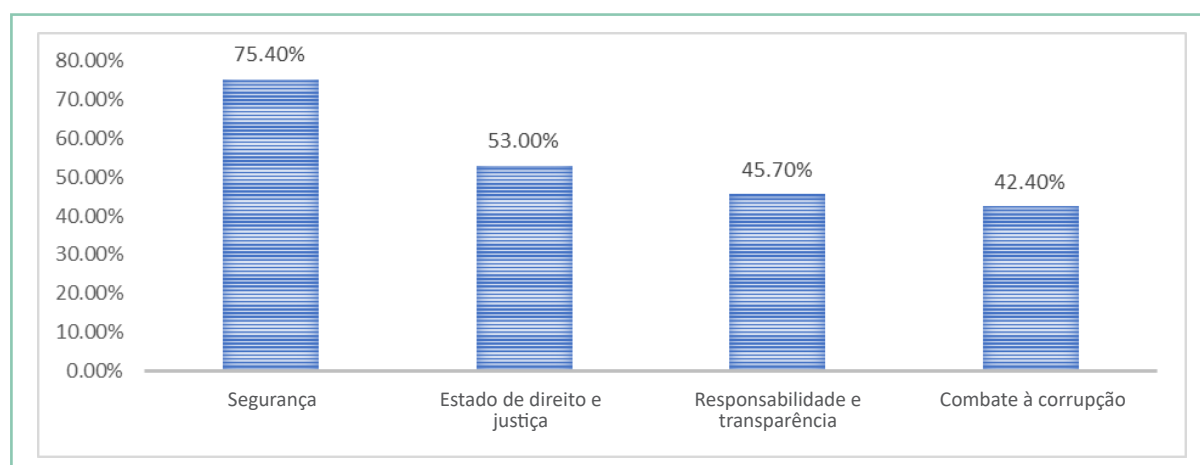
Figura 51: Evolução da Perceção da Corrupção na CEDEAO

Fonte: Transparency International, 2022

Em referência com a pontuação média de 35 em 100 registado na Região da CEDEAO, Cabo Verde parece ser o país com melhor desempenho na luta contra a corrupção em 2021, com a pontuação de 58 em 100, seguido pelo Senegal e do Gana (43 em 100), Benim e Burkina Faso (42 em 100). A Guiné-Bissau obteve a pontuação mais baixa, 21 em 100.

A situação da Segurança e do Estado de direito na CEDEAO deteriorou-se devido à insegurança

que afeta vários Estados membros e a crises pré-e/ou pós-eleitorais relacionadas com projetos de alterações constitucionais. Assim, de acordo com o Índice Mo Ibrahim (IIAG), uma em cada quatro pessoas não se sente segura na Região da CEDEAO. Os Estados membros mais afetados são os do Sahel (Burkina Faso, Mali, Níger) e a Nigéria. No domínio da justiça e do Estado de direito, mais de uma em cada duas pessoas confia no sistema judicial e no Estado de direito.

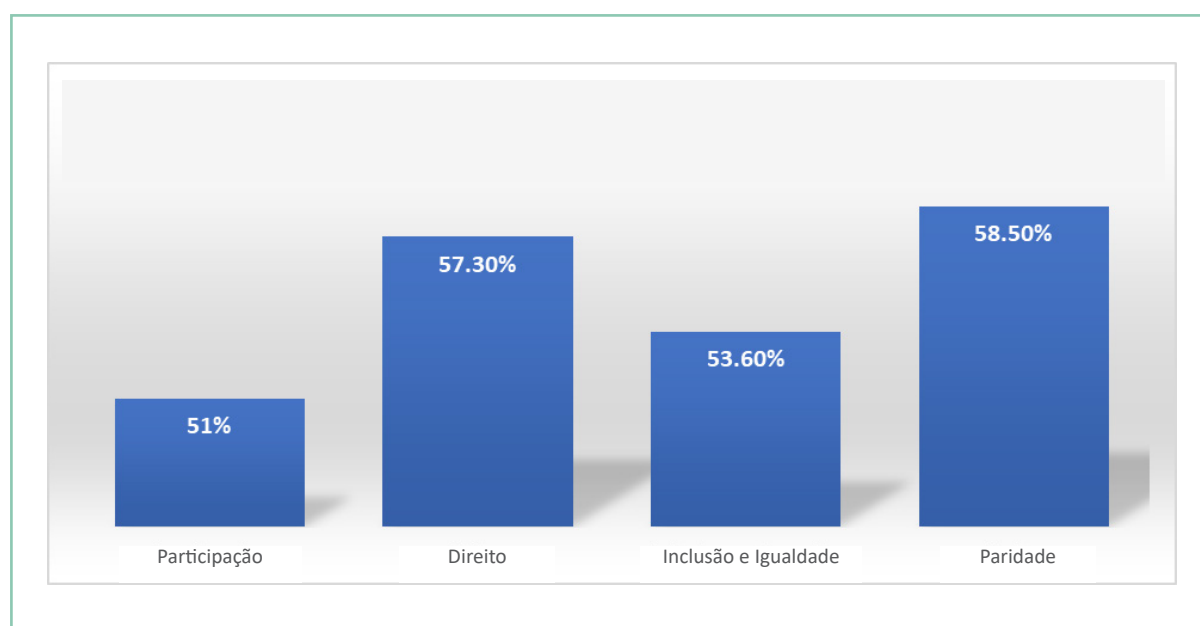
Figura 52: Segurança e o Estado de Direito na Região da CEDEAO

Fonte: Relatório do IIAG 2022.

No domínio da participação, da inclusão, da paridade e da igualdade de oportunidades, alguns progressos foram realizados pelos estados membros da CEDEAO. Registaram-se grandes progressos no reforço dos processos democráticos, com a realização regular e bem-sucedida de eleições em vários países. A este respeito, convém recordar o importante papel desempenhado pela Comissão da CEDEAO no apoio aos Estados membros no controlo e na organização de eleições transparentes e credíveis (assistência eleitoral). A título ilustrativo, podem referir-se as seguintes ações principais 1) missões de informação pré-eleitoral, de 25 de outubro a 11 de novembro de 2022, em seis Estados da Nigéria, bem como a missão de diplomacia pré-eleitoral e preventiva na Libéria, Serra Leoa e Guiné-Bissau, com o objetivo de reunir todos os atores envolvidos no processo eleitoral e a comunidade internacional; 2) o envio de missões gerais de observação eleitoral nos Estados membros; 3) realização da Assembleia

Geral Anual (AGA) da Rede das Comissões Eleitorais da CEDEAO (ECONEC), que reúne todos os Presidentes das Comissões Eleitorais da Região e peritos independentes. Além disso, em termos de direitos humanos, em vários Estados membros da CEDEAO, nomeadamente os da (UEMOA), as prisões estão sobrelotadas, o que agrava as condições da população prisional. Também, os sistemas de saúde nas prisões são extremamente precários. De um modo geral, e de acordo com a Amnistia Internacional, as pessoas em prisão preventiva representam de 50 a 90% da população prisional na maioria dos países africanos. Os sistemas prisionais enfrentam numerosos problemas sistémicos, que foram exacerbados pela pandemia de COVID-19. A pandemia interrompeu a diminuição da proporção da população prisional que aguarda julgamento observada entre 2015 e 2019. Esta diminuiu seis pontos, passando de 52,8 % para 46,5 %. No entanto, em 2020, voltou a aumentar para 50,5 %, em resultado das medidas de restrição.

Figura 53: Participação, Direitos Humanos e Inclusão na CEDEAO

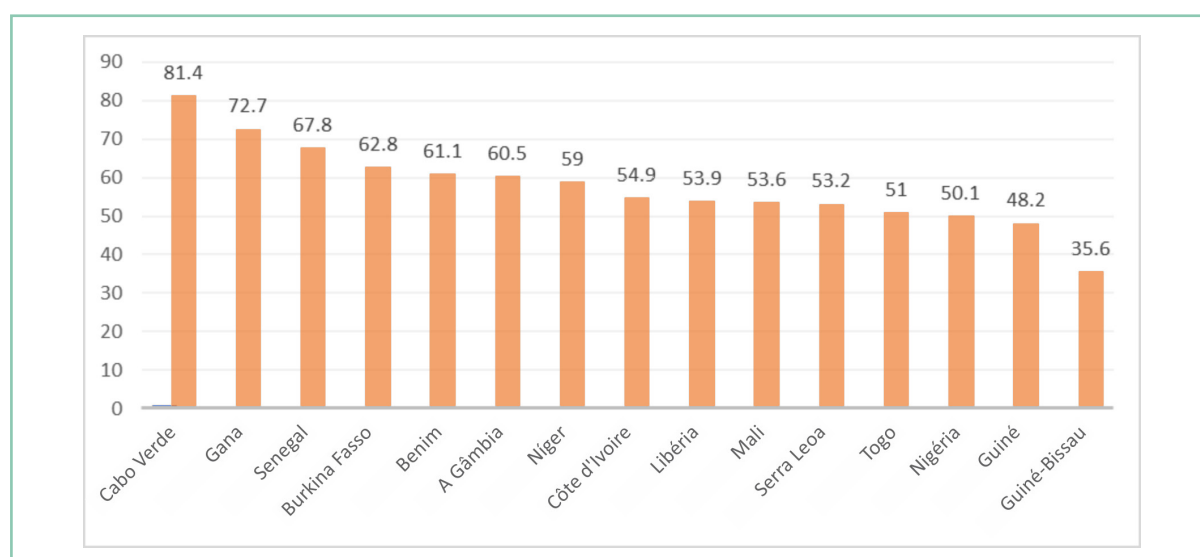


Fonte: Relatório IIAG 2022.

Globalmente, o desempenho dos Estados membros da CEDEAO em termos de progresso mostra a necessidade de inverter a tendência para o ODS 16. De facto, de acordo com o Relatório de progresso de 2021 da CEA sobre a implementação dos ODS em África, publicado em 2022, a Região da CEDEAO, tal como as outras Regiões do continente, está particularmente atrasada em termos de progressos realizados no ODS 16. No entanto o principal desafio que precisa de ser ultrapassado é a fraca disponibilidade de dados.

A análise do progresso individual por país indica que, em 2019, Cabo Verde, o Gana e, em menor grau, o Senegal parecem ser os países em boa posição para alcançar um bom desempenho agregado no sentido de atingir as metas do ODS 16 até 2030. O agravamento da situação de Segurança nos países do Sahel está a ter um impacto negativo nos esforços e é pouco provável que ajude a alcançar as metas até ao prazo previsto, a menos que a tendência seja vigorosamente invertida.

Figura 54: Situação dos Estados Membros da CEDEAO na Realização do ODM 16 em 2019 (em Percentagem)



Fonte: CEA com base nas estimativas de 2019 do Centro Africano para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

De acordo com o Relatório de progresso de 2021 da CEA sobre a implementação dos ODS em África, publicado em 2022, a Região da CEDEAO, tal como as outras Regiões do continente, está atrasada em termos de progressos realizados no ODS 16.

5 Análise da Arquitetura de Paz, Segurança e Estabilidade da CEDEAO

A presente secção analisa a arquitetura de Paz e Segurança da CEDEAO. Após uma apresentação do quadro institucional e organizacional, a análise incide sobre os pontos fortes, os pontos fracos, as oportunidades e as ameaças da referida Arquitetura, conduzindo a recomendações destinadas a reforçar a eficácia operacional do sistema.

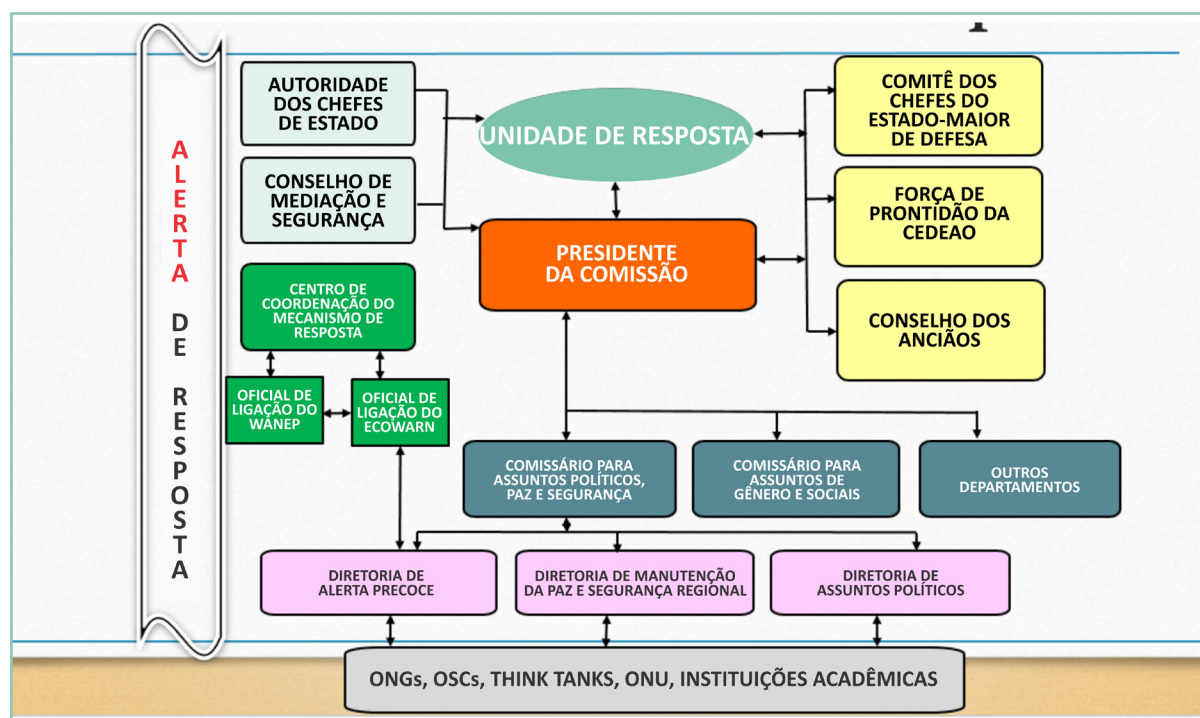
5.1. Arquitetura da Paz e da Segurança da CEDEAO

A arquitetura de Paz e Segurança da CEDEAO é um conjunto de instituições, legislação e procedimentos destinados a prevenir conflitos

e a promover a Paz, a Segurança e a estabilidade no âmbito da sua jurisdição territorial.

Do ponto de vista institucional, a arquitetura de Paz e Segurança da CEDEAO é composta por 1) um órgão de decisão, a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, 2) órgãos de direção, o Conselho de Mediação e Segurança e a Comissão da CEDEAO, 3) instrumentos especializados de Paz e Segurança: o Conselho dos Sábios, o Comité de Defesa, a Força de Intervenção, o sistema de alerta precoce (ECOWARN) e o Fundo para a Paz.

Figura 55: Componente da Arquitetura de Paz e Segurança da CEDEAO



Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

5.1.1. Órgãos da Arquitetura de Paz e Segurança da CEDEAO

a. A Conferência dos Chefes de Estado e de Governo

Composta pelos Chefes de Estado dos 15 Estados membros, a Conferência é o mais alto órgão de decisão da organização. Toma todas as decisões relacionadas com a prevenção, gestão e resolução de conflitos, a manutenção da Paz e da Segurança, a assistência humanitária, a consolidação da Paz, a luta contra a criminalidade transfronteiriça e a proliferação de armas ligeiras, bem como todas as outras questões abrangidas pelas disposições do Mecanismo.

b. O Conselho de Mediação e Segurança (CMS)

O Conselho de Mediação e Segurança toma decisões em nome da Conferência sobre questões relacionadas com a Paz e a Segurança na Região. Assegura igualmente a aplicação de todas as disposições do mecanismo de prevenção e resolução de conflitos, de manutenção da Paz e de Segurança. O CMS é competente 1) em caso de agressão ou de conflito armado num Estado membro, ou de ameaça de tal conflito; 2) em caso de conflito entre dois ou mais estados membros; 3) em caso de conflito interno que ameace desencadear uma catástrofe humanitária e que constitua uma ameaça grave para a Paz e a Segurança na sub-Região; 4) Em caso de violações graves e maciças dos direitos humanos ou de comprometimento do Estado de direito; 5) Em caso de derrube ou tentativa de derrube de um governo democraticamente eleito; 6) Em qualquer outra situação determinada pelo Conselho de Mediação e Segurança.

c. A Comissão da CEDEAO

A Comissão da CEDEAO está habilitada a adotar medidas com vista à prevenção, gestão e resolução de conflitos e à manutenção da Paz e da Segurança na sub-Região. Estas medidas podem assumir a forma de missões de averiguação, mediação, facilitação, negociação e reconciliação das partes em conflito.

d. A Comissão de Defesa e de Segurança (CDS)

O CDS estuda os aspetos técnicos e administrativos e determina os requisitos logísticos das operações de manutenção da Paz. Assiste o Conselho de Mediação e Segurança na formulação do mandato da Força de Manutenção da Paz, na elaboração do mandato da força, na nomeação do comandante da Force e na determinação da composição dos contingentes.

e. O Conselho dos Sábios

O Conselho de Sábios é composto por personalidades eminentes que podem, em nome da CEDEAO, utilizar os seus bons ofícios e competências para desempenhar o papel de mediador, facilitador, conciliador e árbitro. São nomeados pelo Presidente da Comissão e são chamados a intervir sempre que necessário pelo Presidente da Comissão ou pelo Conselho de Mediação e Segurança para fazer face a uma determinada situação de crise.



f. A Força de Reserva

A Força de Reserva é uma estrutura composta por vários módulos versáteis (civis e militares) em espera em seus países de origem e prontos para serem destacados o mais rápido possível. É responsável, entre outras, pelas seguintes operações: observação e controlo da Paz; manutenção e restabelecimento da Paz; ação e apoio humanitário; aplicação de sanções, incluindo embargos; destacamento preventivo; operações de consolidação da Paz, de desarmamento e de desmobilização; atividades policiais, nomeadamente a luta contra a fraude e a criminalidade organizada; e quaisquer outras operações que possam ser ordenadas pelo Conselho de Mediação e Segurança.

g. O sistema de Alerta Rápido

No quadro de uma prevenção eficaz dos conflitos, e em conformidade com o artigo 58º do Tratado Revisto, a CEDEAO implementou um sistema regional de observação da Paz e da Segurança denominado alerta rápido. O Sistema de Alerta Rápido inclui um centro de observação e controlo na sede da Comissão e zonas de observação e controlo na Região.

Após uma década de funcionamento, a CEDEAO procedeu a uma avaliação do seu sistema, cujas conclusões conduziram a uma adaptação do sistema para ter em conta os aspetos de resposta da prevenção dos conflitos. O sistema é atualmente composto por um centro de observação e de controlo na sede e por um centro de coordenação de alerta rápido e de resposta em cada Estado membro.

h. O Fundo para a Paz

O Fundo para a Paz está a funcionar desde 2006. Pretende ser um instrumento de apoio às atividades de prevenção de conflitos e de manutenção da Paz e da Segurança no espaço da EU.

Inicialmente integrado no Gabinete do Comissário para os Assuntos Políticos, a Paz e a Segurança (CPAPS), o Fundo para a Paz está agora diretamente ligado ao Gabinete do Vice-Presidente da Comissão e é em princípio alimentado por: 1) Taxas anuais (0,5% da Taxa comunitária); 2) contribuições de parceiros técnicos e financeiros; 3) apoio de organizações internacionais, contribuições voluntárias e donativos.

5.1.2. Os Instrumentos Jurídicos da Arquitetura de Paz e Segurança da CEDEAO

a. O Protocolo relativo ao Mecanismo de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos, Manutenção da Paz e Segurança

Este instrumento foi adotado pela Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO em dezembro de 1999. Em termos de objetivos, o mecanismo visa:

- a prevenção, gestão e resolução de conflitos internos nas condições previstas no parágrafo 46 do quadro do Mecanismo endossado pela Decisão A/DEC.11/10/98 de 31 de outubro de 1998, bem como de conflitos intraestatais;
- a aplicação das disposições pertinentes do artigo 58.º do Tratado Revisto;



- a aplicação das disposições pertinentes dos protocolos sobre a não agressão, a assistência mútua em matéria de defesa, a livre circulação de pessoas, o direito de residência e o direito de estabelecimento;
- o reforço da cooperação nos domínios da prevenção de conflitos, do alerta rápido, das operações de Manutenção da Paz, da luta contra a criminalidade transfronteiriça, do terrorismo internacional, da proliferação de armas de pequeno calibre e das minas antipessoal;
- a manutenção e a consolidação da Paz, da Segurança e da estabilidade na Comunidade;
- a criação de instituições e a implementação de políticas adequadas que permitam a coordenação de missões humanitárias e de salvamento;
- a promoção de uma estreita cooperação entre os Estados membros nos domínios da diplomacia preventiva e da manutenção da Paz;
- a constituição e o envio, sempre que necessário, de uma força civil e militar para manter ou restabelecer a Paz na Sub-Região;
- a criação de um quadro adequado para a gestão racional e equitativa dos recursos naturais de que são proprietários os estados membros que partilham fronteiras comuns e que podem estar na origem de frequentes conflitos entre Estados;
- a proteção do ambiente e a adoção de medidas para recuperar o ambiente degradado;
- salvaguarda do património cultural dos Estados membros;

- a formulação e implementação de políticas de combate à corrupção, ao branqueamento de capitais e à circulação ilegal de armas ligeiras;

O mecanismo é composto por várias instituições, incluindo a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, o Conselho de Mediação e Segurança, o a Comissão e qualquer outra instituição criada pela Conferência. Além disso, a fim de tornar a prevenção de conflitos eficaz e operacional, e em conformidade com o artigo 58.º do Tratado Revisto, o Mecanismo criou um sistema sub-regional de observação da Paz e da Segurança conhecido como Sistema de Alerta Rápido ou "o Sistema". O sistema inclui um centro de observação e controlo sediado na Comissão da CEDEAO e centros de observação e controlo na Região.

Em conformidade com o artigo 25.º, o mecanismo será aplicado nas seguintes condições: 1) Em caso de agressão ou de conflito armado num Estado-Membro, ou de ameaça de tal conflito; 2) Em caso de conflito entre dois ou mais Estados membros; 3) Em caso de conflito interno que ameace desencadear uma catástrofe humanitária ou que constitua uma ameaça grave para a Paz e a Segurança na sub-Região; 4) Em caso de violações graves e massivas dos direitos humanos ou de questionamento do Estado de direito; 5) Em caso de derrube ou de tentativa de derrube de um governo democraticamente eleito; 6) Em qualquer outra situação determinada pelo Conselho de Mediação e Segurança.

O mecanismo é implementado (artigo 26.º) por decisão da Assembleia; por decisão do Conselho de Mediação e Segurança; a pedido de um Estado-Membro; por iniciativa do Presidente da Comissão; ou a pedido da União Africana ou das Nações Unidas.



Por último, o Capítulo 6 trata da gestão de conflitos; o Capítulo 7 do financiamento do Mecanismo; o Capítulo 8 da ajuda humanitária; o Capítulo 9 da consolidação da Paz; o Capítulo 10 da Segurança Sub-regional e o Capítulo 11 das relações com a União Africana, as Nações Unidas e outras organizações internacionais.

b. O Protocolo Adicional sobre a Democracia e a Boa Governação

Adotado em 21 de dezembro de 2001 pelos Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO, o ***Protocolo sobre a Democracia e a Boa Governação, que complementa o Protocolo relativo ao Mecanismo de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos, Manutenção da Paz e Segurança***, visa melhorar e completar as disposições relativas à prevenção de crises internas, à democracia, à Boa Governação, ao Estado de Direito e aos direitos humanos inicialmente adotadas em 1999. Estabelece explicitamente uma ligação entre Paz e Estabilidade política e centra-se na instabilidade interna dos países. É importante reconhecer que a disfunção política a nível nacional pode ter consequências transnacionais.

A tomada em consideração das causas profundas dos conflitos, nomeadamente internos, já reconhecidos como ameaças importantes para a Segurança regional, levou os estados membros a afirmar a sua forte vontade de antecipar o aparecimento de crises internas através da adoção deste Protocolo. O Protocolo de 2001 tem em conta a dimensão preventiva das crises e dos conflitos, com especial referência ao papel do exército e das forças de Segurança na democracia.

Define igualmente os princípios constitucionais comuns a todos os Estados membros, nomeadamente a separação dos poderes executivo, legislativo e judicial; a atribuição de poderes e o reforço dos Parlamentos; a independência do poder judicial; e a proibição de alterações inconstitucionais e de métodos não democráticos de obtenção e/ou manutenção do poder.

O protocolo está dividido em três Secções:

- a primeira Secção trata dos princípios (convergência constitucional; eleições; observação eleitoral e assistência da CEDEAO; papel do exército e das forças de Segurança na democracia; luta contra a pobreza e promoção do diálogo social; educação, cultura e religião; Estado de direito, direitos humanos e boa governação; mulheres, crianças e jovens);
- a segunda Secção trata dos procedimentos de aplicação e das sanções, nomeadamente em caso de rutura do processo democrática por qualquer meio ou em caso de violação maciça dos direitos humanos num Estado-Membro. A Autoridade dos Chefes de Estado e de Governo é a única habilitada a aplicar as sanções previstas no artigo 45;
- a última Secção diz respeito às disposições gerais e finais.



c. O Quadro de Prevenção de Conflitos da CEDEAO

Adotado em janeiro de 2008 pelo Conselho de Mediação e Segurança, o Quadro de Prevenção de Conflitos da CEDEAO (ECPF) visa reforçar a Arquitetura da Segurança humana na CEDEAO. Como tal, o ECPF visa intensificar a cooperação na Região para colocar a prevenção de conflitos e a consolidação da Paz no topo da agenda política dos Estados membros, para estimular uma ação atempada e uma abordagem multidimensional orientada para mitigar ou eliminar ameaças potenciais e reais à Segurança humana..

Em termos concretos, o objetivo do ECPF é desenvolver uma abordagem mais estratégica da prevenção de crises e conflitos e clarificar a divisão de papéis e responsabilidades entre a CEDEAO e os Estados membros, entre os Estados membros e a sociedade civil e entre a CEDEAO e os parceiros externos. e entre a CEDEAO e os parceiros externos. Nos termos do artigo 42.º, o ECPF compreende catorze componentes que formam a cadeia de iniciativas destinadas a reforçar a Segurança humana e a integrar atividades de prevenção de conflitos (operacionais e estruturais), bem como certos aspetos da consolidação da Paz. Estas componentes repartem-se do seguinte modo 1) Alerta rápido; 2) Diplomacia preventiva; 3) Democracia e governação política; 4) Direitos humanos e Estado de direito; 5) Meios de comunicação social; 6) Governação dos recursos naturais; 7) Iniciativas transfronteiriças; 8) Governação em matéria de Segurança; 9) Desarmamento prático; 10) Mulheres, Paz e Segurança; 11) Empoderamento dos jovens; 12) Força de reserva da CEDEAO; 13) Ajuda humanitária; e 14) Educação para a Paz (cultura da Paz).

d. A Convenção da CEDEAO Sobre Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre, Suas Munições e Outros Materiais Relacionados

Este acordo foi adotado em 14 de junho de 2006. Os objetivos da Convenção (artigo 2.º) são os seguintes 1) prevenir e combater a acumulação excessiva e desestabilizadora de armas ligeiras e de pequeno calibre no espaço da Região da CEDEAO; 2) prosseguir os esforços de controlo das armas ligeiras e de pequeno calibre no espaço da Região da CEDEAO; 3) consolidar os resultados da Declaração da Moratória sobre a Importação, Exportação e Fabrico de Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre e do seu Código de Conduta; 4) Promover a confiança entre os estados membros através de uma ação concertada e transparente sobre o controlo das armas ligeiras e de pequeno calibre no seio da Região da CEDEAO; 5) Reforçar as capacidades institucionais e operacionais do Secretariado Executivo da Comissão da CEDEAO e dos Estados membros na luta contra a proliferação de armas ligeiras e de pequeno calibre, das suas munições e de outros materiais conexos; 6) Promover o intercâmbio de informações e a cooperação entre os Estados membros.

O texto prevê a proibição de transferências de armas ligeiras e de pequeno calibre. O artigo 2º estipula que os Estados membros estão proibidos de transferir armas ligeiras e de pequeno calibre e equipamento utilizado no seu fabrico para ou a partir do seu território. Proibirão, sem exceção, qualquer transferência de armas ligeiras e de pequeno calibre para intervenientes não estatais, se essa transferência não for autorizada pelo estado-membro importador. O texto recorda igualmente que as armas ligeiras, tal como definidas na presente Convenção, não são consideradas mercadorias na aceção do artigo 45º do Tratado da CEDEAO revisto de 1993.



Simultaneamente, o Capítulo 3 da Convenção afirma o compromisso dos Estados membros de controlar o fabrico de armas ligeiras e de pequeno calibre no seu território nacional. Além disso, cada Estado compromete-se a elaborar uma lista exaustiva dos fabricantes locais de armas ligeiras e de pequeno calibre e a registá-los nos registos nacionais de armas. Para além desta disposição, está prevista a criação de bases de dados e registos (nacionais, Sub-regionais e para as operações de manutenção da Paz) de armas ligeiras e de pequeno calibre. A nível operacional, deverão ser criados em cada Estado Membro mecanismos de controlo da posse civil de armas ligeiras e de pequeno calibre, bem como um sistema de gestão de stocks e de Segurança (artigo 16º).

Além disso, os Estados membros comprometem-se a rever e a atualizar a sua legislação nacional, estabelecendo as disposições da presente Convenção como princípios mínimos comuns para o controlo das armas ligeiras e de pequeno calibre, das suas munições e de outros materiais conexos. A este respeito, a Comissão preparará e proporá aos Estados membros um guia para a harmonização das medidas legislativas.

5.2. Análise SWOT/FFOM da Arquitetura de Paz e Segurança da CEDEAO

A Arquitetura de Paz e Segurança da CEDEAO é um conjunto de instituições, legislação e procedimentos concebidos para prevenir conflitos e promover a Paz e a Segurança na CEDEAO. Por conseguinte, foi criada para lidar com crises e outros conflitos internos e externos

que ameaçam a estabilidade da Região. A sua eficácia pode, portanto, ser vista em termos da sua operacionalização durante as crises. A este respeito, a análise que se segue incide sobre os pontos fortes, os pontos fracos, as Oportunidades e as Ameaças deste sistema.

5.2.1. Pontos Fortes e Fracos da Arquitetura de Paz e Segurança

Em termos de pontos fortes, é evidente que a criação de órgãos ou instituições e a adoção de textos e procedimentos constituem a principal força da Arquitetura de Paz e Segurança da CEDEAO. Além disso, dada a importância da Paz e da Segurança para o desenvolvimento socioeconómico dos Estados membros e o bem-estar das suas populações, o pilar 1 da Visão 2050 visa fazer da CEDEAO uma Região segura, estável e pacífica. Assim, as ações a implementar visam reforçar a Segurança humana na Região, nomeadamente através de iniciativas endógenas e sustentáveis e da implementação de instrumentos e políticas adequadas, bem como da criação de mecanismos apropriados. A liderança da CEDEAO no domínio da assistência eleitoral, da prevenção de conflitos e da luta contra a proliferação de armas e munições constitui um trunfo. No quadro da operacionalização da Força de Intervenção da CEDEAO, as reuniões regulares do Comité dos Chefes de Estado-Maior das Forças Armadas (CCFA) e a reunião dos oficiais de operações e de logística constituem igualmente pontos fortes. O mesmo se aplica às consultas regionais entre os chefes das forças policiais dos Estados membros, que contribuem para o reforço da Paz e da Segurança regionais.



Além disso, no âmbito da luta contra a proliferação de armas ligeiras, a CEDEAO prestou apoio à Côte d'Ivoire através da avaliação de base da gestão das armas e munições, para a qual foi elaborado e adotado pelas partes interessadas nacionais um quadro destinado a facilitar o estabelecimento de procedimentos legislativos, regulamentares e administrativos para melhorar a gestão das armas e munições. No mesmo domínio, a CEDEAO organizou sessões de reforço de capacidades sobre a Convenção da CEDEAO sobre Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre (ALPC), a Segurança Física e a Gestão de Stocks (SPGS).

No que diz respeito aos pontos fracos, o principal reside nas fracas capacidades operacionais e logísticas da força de reserva, associadas a dificuldades na mobilização de recursos financeiros. Simultaneamente, uma análise da gestão de crises na Região mostra que a utilização de mecanismos operacionais depende de influências externas, com uma fraca capacidade de mobilização diplomática. Existem igualmente deficiências na aplicação do Sistema de Alerta Rápido.

5.2.2. Oportunidades e as Ameaças da Arquitetura de Paz e de Segurança

A operacionalização da arquitetura de Paz e Segurança da CEDEAO decorre do desejo dos Estados de tornar a Comunidade uma Região

pacífica após várias décadas de luta para resolver conflitos civis e guerras longas e devastadoras que poderiam ter ameaçado a estabilidade da Região.

Perante estes factos, parece que os instrumentos regionais de Paz e Segurança continuam a enfrentar ameaças, incluindo a multiplicidade, a profundidade e a complexidade das ameaças à Segurança; o elevado desemprego, especialmente entre os jovens; as disparidades no desenvolvimento regional que favorecem a injustiça e a desigualdade; e a persistência da corrupção.

Relativamente às oportunidades oferecidas pela Arquitetura de Paz e Segurança da CEDEAO, as mais emblemáticas são a inclusão da Paz e da Segurança como Pilar 1 da Visão 2050 da CEDEAO; a colaboração genuína entre a Comissão da CEDEAO, a União Africana e as Nações Unidas; a sensibilização para a sinergia de ação como alavanca para a resolução de conflitos; e o funcionamento do mecanismo de alerta rápido.

5.2.3. Resumo dos pontos Fortes, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças da Arquitetura de Paz e Segurança da CEDEAO

O resumo da análise SWOT da Arquitetura de Paz e Segurança da CEDEAO é apresentado no quadro 5.

Quadro 5: Resumo da análise SWOT

FORÇAS	FRAQUEZAS
- Existência de um quadro institucional e organizacional - Liderança na resolução de crises sociopolíticas - Liderança na assistência eleitoral; - Forte vontade política afirmada para a prevenção e resolução interna das crises sociopolíticas - Integração da Paz e da Segurança na Visão 2050 - Existência de um quadro de prevenção e gestão de conflitos - Publicação de Relatórios de Alerta Precoce, Notas Temáticas e Relatórios de Segurança Atualizados - Existência do sistema ECOWARN baseado na recolha e análise de dados empíricos de segurança - Criação da Força de Espera da CEDEAO - Criação da Força de Espera da CEDEAO - Existência de um fundo dedicado à Paz - Forte capacidade de intervenção pontual em países em crise - Forte capacidade de mediação entre atores políticos e militares - Compromisso declarado em prol das normas democráticas - Existência de mecanismos de dissuasão - Promoção da democracia e da boa governação - Implementação do Sistema de Alerta Precoce	- Fraco compromisso político - Falta de meios militares - Baixas capacidades operacionais e logísticas da Força em Espera - Fraca cooperação entre instituições e órgãos - Fraca capacidade de mobilização dos recursos financeiros internos para consolidar o Fundo para a Paz - Forte dependência dos doadores para o financiamento da Arquitetura de Paz e Segurança - Baixa capacidade de mobilização diplomática - Processos democráticos fracos em alguns países - Fraca capacidade para impedir golpes de Estado - Fraqueza ou falta de capacidade para controlar o seu espaço aéreo - Falta de formalização das atividades de mediação - Dependência das principais figuras políticas da região para a tomada de decisões - Falta de coordenação e de colaboração entre as diferentes unidades da Comissão - Peso da tomada de decisões e lentidão na sua implementação - Fosso persistente entre o alerta precoce e a resposta rápida - Escassez de pessoal administrativo e operacional (peritos militares, civis e policiais)
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
- Colaboração promissora com a União Africana - Disponibilidade de personalidades influentes para mediações	- Multiplicidade e complexidade da situação de segurança - Pobreza e desemprego dos jovens - Aprofundamento das desigualdades e da injustiça - Recrudescência dos conflitos comunitários e/ou dos conflitos agricultores/pastores - Crises económicas e financeiras mundiais - Persistência da corrupção - Tensões geopolíticas regionais e internacionais - Crises humanitárias ligadas às alterações climáticas - Interferência de certos parceiros externos nas escolhas estratégicas - Ambiguidade na aplicação do princípio da subsidiariedade - Conflitos de competências ou incoerência das iniciativas de integração regional

5.3. Recomendações para Reforçar a Arquitetura de Paz e de Segurança da CEDEAO

Para a implementação efetiva de todas as ações estratégicas no âmbito do Pilar 1 da Visão 2050 da CEDEAO, a Comissão da CEDEAO e os seus Estados membros devem trabalhar em estreita

colaboração. A Comissão da CEDEAO deve tomar a iniciativa de clarificar de forma clara e abrangente as condições de implementação do Mecanismo de Paz e Segurança. Esta clarificação deve responder à questão crucial de saber em que circunstâncias um país em crise deve autorizar a intervenção da CEDEAO e quando é que a CEDEAO poderá atuar sem a autorização explícita dos

Estados membros. É essencial especificar que a CEDEAO consulta o Conselho de Paz e Segurança da UA e o Conselho de Segurança da ONU antes de efetuar qualquer intervenção.

Além disso, as autoridades da CEDEAO devem proceder a uma revisão exaustiva do artigo que atualmente proíbe alterações às leis eleitorais sem consenso político nos seis meses que antecedem as próximas eleições. Esta revisão deve incluir uma análise das limitações desta disposição e a criação de um mecanismo para a imposição progressiva de sanções, a fim de garantir a aplicação, o controlo e a avaliação eficazes das ditas sanções.

Para reforçar a governação democrática na Região da CEDEAO, a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO deve considerar uma reforma global do Protocolo Adicional sobre Democracia e Boa Governação. A reforma deve

centrar-se na aplicação do limite presidencial de dois mandatos como uma disposição integral e um princípio inviolável de governação. Esta medida é essencial para restaurar e consolidar a democracia em toda a Região da CEDEAO.

Adicionalmente, a Comissão da CEDEAO deve tomar medidas pro-ativas para mobilizar recursos financeiros destinados a aumentar a capacidade operacional e logística da Força de Reserva da CEDEAO. Estes recursos devem ser canalizados para fornecer o apoio financeiro e o equipamento necessário para a criação de uma força militar especial (Taskforce) caPaz de intervir rapidamente em qualquer ponto da Região em caso de emergência. Além disso, deverá ser assumido um compromisso firme no sentido da aplicação efetiva dos procedimentos estabelecidos para o financiamento do Fundo de Operações de Apoio à Paz.



Conclusões e Recomendações



No espaço CEDEAO, a evolução do ambiente mundial influencia o desempenho macroeconómico e as perspectivas de desenvolvimento económico. Documenta também o estado do desenvolvimento socioeconómico regional, o desempenho dos Estados membros da CEDEAO na gestão da economia, bem como o impacto da insegurança.

Revela discrepância significativas em termos de desenvolvimento socioeconómico entre os Estados-membros, o que poderá constituir obstáculos ao processo de integração. A estabilidade macroeconómica é fundamental para o crescimento económico, não garante por si só o desenvolvimento económico. Na região, a pobreza é uma questão multifacetada que abrange dimensões sociais, políticas e culturais.

Estabelece que a implementação efetiva de todas as ações estratégicas do Pilar 1 da Visão 2050 da CEDEAO precisa de uma colaboração mais estreita

tanto da Comissão da CEDEAO como dos seus Estados membros.

Com base nestas conclusões, as soluções eficazes para o desenvolvimento socioeconómico requerem um conjunto bem coordenado de políticas macroeconómicas. O desafio da mobilização de recursos internos exige esforços concertados para melhorar a gestão das finanças públicas e consolidar as finanças do governo. Tal dependerá dos esforços para aumentar a cobrança de receitas, melhorar a gestão dos riscos fiscais e adotar uma abordagem proativa da gestão da dívida. Políticas destinadas a melhorar a distribuição de rendimentos e bens, como as despesas públicas em prol dos pobres e um melhor acesso aos mercados financeiros para os menos privilegiados, bem como a diversificação da produção e do comércio são vitais.

É imperativo que a região da CEDEAO considere as seguintes recomendações:





Eliminar as disparidades em matéria de desenvolvimento socioeconómico nos Estados membros da CEDEAO

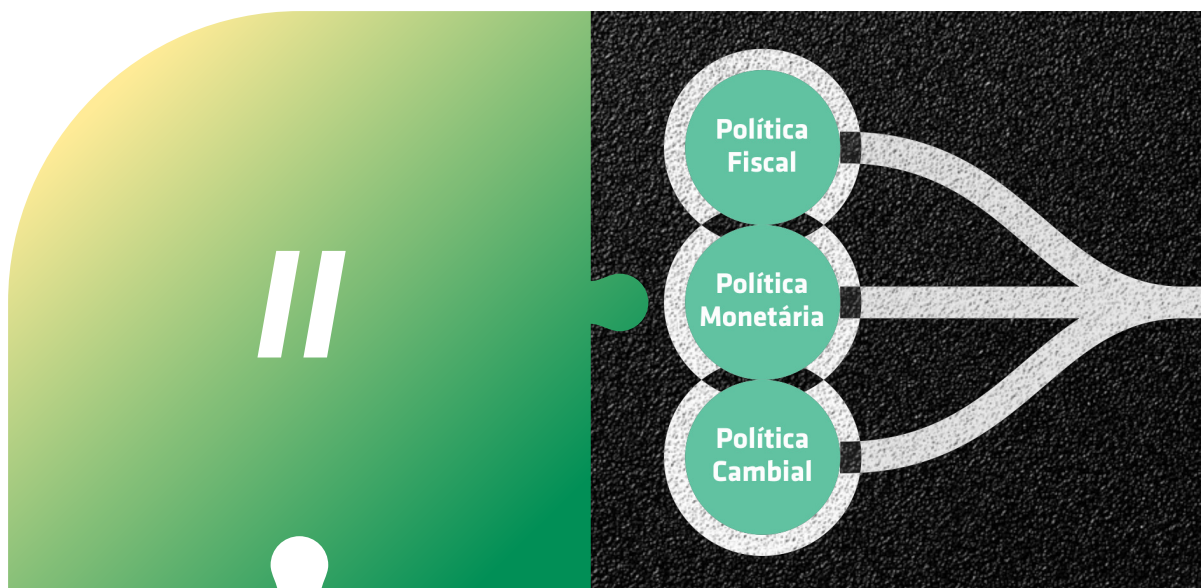
A Comissão da CEDEAO deve:

- utilizar a implementação do programa de desenvolvimento do capital humano para colmatar as lacunas críticas de desenvolvimento nos domínios da gestão macroeconómica e das boas práticas de governação entre os Estados-Membros;
- desenvolver relações económicas e comerciais “hub-and-spoke” entre os Estados membros, sendo a Nigéria, o Gana e a Côte d’Ivoire o “hub” e os outros Estados membros os “spokes”. Isto pode ser facilitado através do desenvolvimento de cadeias de valor regionais em produtos e sectores estratégicos onde os estados membros têm uma vantagem competitiva relativa.

Os Estados membros da CEDEAO devem:

- garantir que a juventude das suas populações constitui uma oportunidade para impulsionar o crescimento económico, em vez de ser uma ameaça à estabilidade;
- o processo de reforço das comunidades deve dar prioridade ao desenvolvimento inclusivo, centrado na satisfação das necessidades da população mais vulnerável. Para tal, é necessário afetar recursos humanos e financeiros aos estados membros que enfrentam problemas de insegurança e desafios socioeconómicos;
- aprofundar as reformas estruturais em curso para eliminar gradualmente o regime de subvenções, reforçando simultaneamente os programas de proteção social, tais como as transferências condicionais de dinheiro revistas, a fim de ajudar a amortecer os efeitos negativos das reformas para as camadas mais vulneráveis da sociedade.





Alavancar as políticas macroeconómicas

A Comissão da CEDEAO deve:

- proporcionar uma liderança e orientação forte no sentido de otimizar as oportunidades oferecidas pela Zona de Comércio Livre Continental Africana (AfCFTA), facilitando o desenvolvimento de cadeias de valor regionais através do incentivo às empresas e aos investimentos orientados para a exportação e do reforço da aplicação dos acordos comerciais regionais existentes. Este processo deve ser apoiado por investimentos adequados em infraestruturas relacionadas com o comércio e pelo desenvolvimento de parques industriais regionais e de zonas económicas especiais.
- utilizar a sua plataforma para facilitar a disseminação dos acordos regionais pelos Estados membros. Os Estados membros da CEDEAO devem empenhar-se mutuamente na aplicação efetiva de todos os acordos regionais de comércio e desenvolvimento;
- desenvolver uma estratégia coerente e a longo prazo para opções de financiamento inovadoras, incluindo o financiamento misto, a dívida para a alteração climática, o financiamento coletivo e o comércio de licenças de emissão de carbono para o desenvolvimento sustentável, e implementar compromissos de desenvolvimento como os ODS prioritários, a Visão 2050 da CEDEAO, o Plano Diretor de Infraestruturas da CEDEAO, a Moeda Única da CEDEAO, o Acordo de Paris sobre o Clima, a Agenda 2063 de África.



Alavancar as políticas macroeconómicas

Os Estados membros da CEDEAO devem:

- assegurar que o financiamento do orçamento do Estado e as estratégias de redução da pobreza sejam efetuados de forma sustentável, sem provocar a inflação e aumentar o peso da dívida;
- aplicar medidas de estabilização dos preços no consumidor para minimizar o impacto da inflação no nível de vida. Neste contexto, é importante que os Estados-membros coordenem políticas monetárias anti-inflacionistas fortes com esforços sustentados em matéria de disciplina fiscal e políticas macroprudenciais para controlar a inflação sem comprometer o desenvolvimento económico;
- dar prioridade a medidas para uma gerência eficaz das reservas cambiais, diversificando os ativos de reserva, aumentando as receitas de exportação, atraindo investimento estrangeiro e implementando reformas estruturais para promover a diversificação económica e reduzir a dependência das importações e criar amortecedores;
- acelerar os esforços de digitalização para melhorar a prestação de contas e a responsabilização na gestão das finanças públicas. Além disso, irá melhorar as normas de integridade e reforçar os programas de conformidade.;
- implementar medidas destinadas a reduzir o défice orçamental, com vista a contê-lo dentro do limite da norma comunitária de 3,0 por cento do PIB prescrita pelo Pacto de Convergência e Estabilidade Macroeconómica (PEMC) entre os Estados membros da CEDEAO, através de uma preparação, execução e acompanhamento eficazes do orçamento, da definição de objetivos e calendários orçamentais realistas e do apoio ao desenvolvimento e à industrialização do sector privado, etc;
- dar prioridade à gestão dos níveis de endividamento, incluindo medidas destinadas a atenuar os riscos de refinanciamento, acompanhando de perto as condições do mercado, a fim de promover uma estratégia coordenada de reestruturação da dívida.





Promover a Integração do Sistema Financeiro

A Comissão da CEDEAO deve:

- aumentar a eficiência dos bancos de desenvolvimento regional - Banco de Investimento e Desenvolvimento (BID) da CEDEAO e Banco de Desenvolvimento da África Ocidental (BOAD) para uma mobilização eficaz dos recursos financeiros regionais e a sua afetação às necessidades de desenvolvimento da região;
- utilizar a sua plataforma para promover e incentivar as reformas financeiras e a integração do sistema financeiro dos Estados membros;
- desenvolver o mercado regional de capitais para uma mobilização eficaz dos recursos financeiros.

Os Estados membros da CEDEAO devem:

- Promover o sistema financeiro digital e participar no sistema regional de pagamentos da CEDEAO;
- Continuar a procurar apoio internacional para atenuar as dificuldades de financiamento do Governo.



Assegurar Estabilidade Política e Boa Governança

Os Estados membros da CEDEAO devem:

- assegurar que as instituições democráticas e económicas trabalhem em conjunto para melhorar as oportunidades e a qualidade de vida dos povos da CEDEAO;
- clarificar completamente as condições para a aplicação efectiva do Mecanismo de Paz e Segurança, fornecendo equipamento de vigilância transnacional por satélite, um sistema de informação e uma resposta adequada;
- reforçar as capacidades operacionais das forças de defesa e segurança para garantir a eficácia da rede de segurança dos Estados membros;
- complementar o atual Mecanismo de Alerta Rápido da CEDEAO (ECOWARN) com um Sistema de Monitorização do Desenvolvimento Socioeconómico (SMDS). Isto implica o desenvolvimento de uma base de dados regional atualizada de indicadores socioeconómicos e o desenvolvimento de um

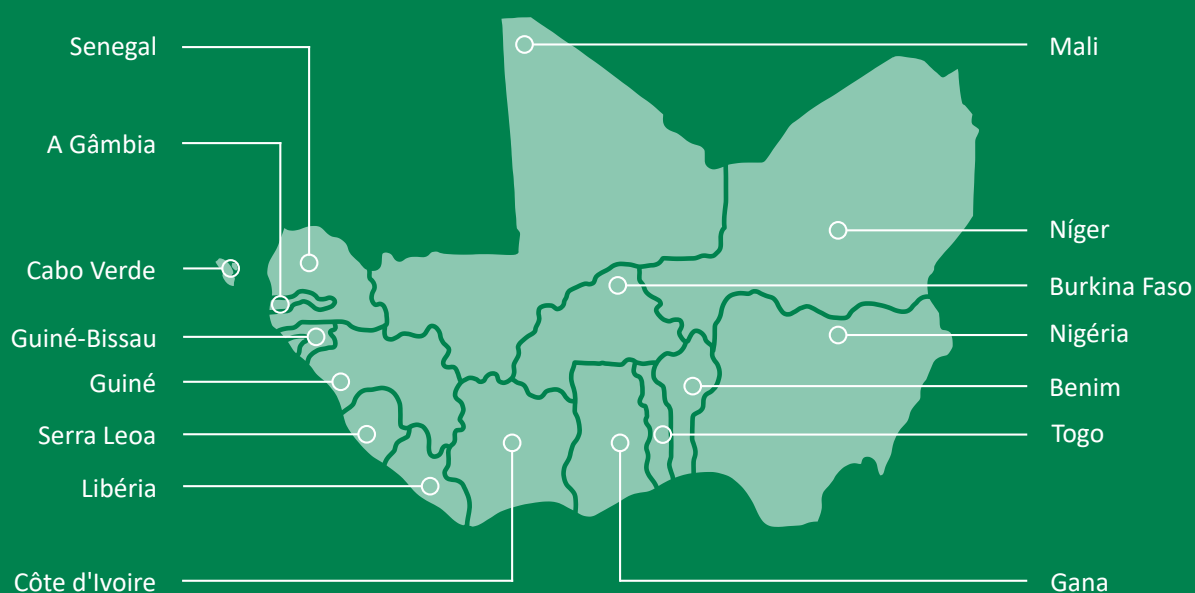
observatório para acompanhar os desafios socioeconómicos na Região.

Os Estados membros da CEDEAO devem:

- melhorar a segurança e as condições sociopolíticas para promover o desenvolvimento das atividades económicas e a prossecução dos investimentos nos sectores que favorecem o crescimento. Comprometer-se a aplicar mais políticas públicas que promovam a equidade e a igualdade, a transparência, a participação e os direitos individuais;
- reforçar as suas capacidades com a prossecução das reformas do sector da segurança e da defesa e a promoção do Estado de direito e;
- aplicar políticas de desenvolvimento eficazes que proporcionem empregos dignos aos jovens, acelerem a luta contra a pobreza e respeitem as aspirações democráticas da população.



Notas dos Estados-Membros



Benim



Desempenhos Económicos



O Benim registou uma Taxa de crescimento do PIB real de 4,6% em 2011, mas diminuiu para 3,3% em 2016 devido à epidemia de Ébola. A Taxa aumentou para 6,3% em 2022 e marcou um dos melhores desempenhos de recuperação pós-pandemia de Ébola na Região da CEDEAO. Em termos de Taxa de inflação, o país registou 2,7% em 2011 e diminuiu para -0,8% em 2016. Apesar do aumento global dos preços internacionais dos produtos de base e da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, o país registou a Taxa de inflação mais baixa, de 1,4%, em 2022. O país adotou medidas de gestão dos subsídios e dos preços para gerir o período pós-COVID 19. (Figura 1).

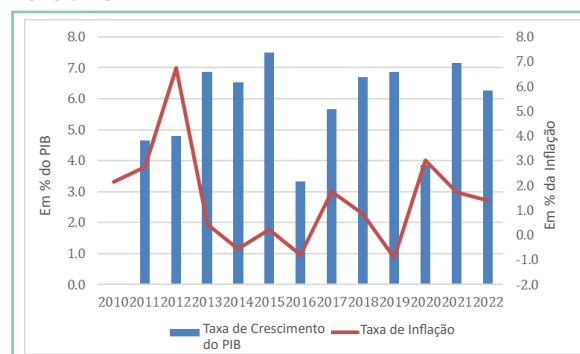
O Rácio da dívida em relação ao PIB do país aumentou de 30,7% em 2011 para 35,9% em 2016, tendo aumentado ainda mais para atingir 54,1% em 2022 (Figura 2). Este aumento foi atribuído às reformas económicas, às políticas fiscais e à falta de uma gestão prudente e proactiva da dívida. Os resultados positivos relacionados com o crescimento económico, a dívida e o défice público foram atenuados por receitas públicas baixas (embora crescentes), uma economia menos diversificada e uma elevada exposição à economia Nigeriana e ao sector agrícola

Desde 2016, foram envidados esforços concertados para enfrentar estes desafios socioeconómicos, incluindo a melhoria do desempenho do sector público, o aumento da transparência das finanças públicas e engajando a responsabilidade das partes envolvidas.

No sector primário, espera-se uma melhoria da produção agrícola, em conformidade com a boa pluviosidade e o reforço das ações e reformas empreendidas pelo Programa de Ação Governamental (PAG). Com efeito, o valor acrescentado do sector revela um aumento de 5,7% em 2023, comparando com 4,8% em 2022.

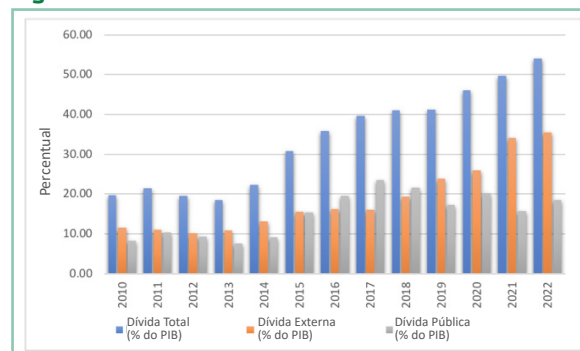
No sector secundário, verificou-se uma melhoria considerável do valor acrescentado, associada à melhoria da produção do sector. Esta dinâmica foi possível graças à implementação do PAG 2021-2026. Além disso, o resultado é uma combinação de ações estratégicas para reforçar as capacidades dos intervenientes no sector.

Figura 1: Taxa de Crescimento do PIB do Benim: de 2010 a 2022



Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

Figura 2: Estrutura da Dívida do Benim: de 2010 a 2022



Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023



Perspetivas Económicas

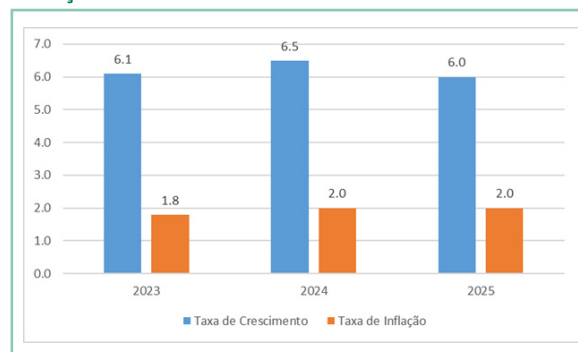


Os principais desafios que a economia enfrenta são as variações erráticas dos preços mundiais do algodão e do petróleo, bem como os efeitos negativos das alterações climáticas, que conduzem a um abrandamento do crescimento económico e da prosperidade. Em termos de taxas de crescimento do PIB, prevê-se que o país registe um aumento de 6,1% em 2023 para 6,5% em 2024, mas um declínio para 6,0% em 2025 (Figura 3). Esta previsão baseia-se nas melhorias esperadas no sector secundário, em conformidade com o GAP.

A inflação aumentará de 1,8% em 2023 para 2,0% em 2024 e estabilizará em 2,0% em 2025. A reduzida taxa de inflação está ligada à abundância da produção alimentar e às medidas adoptadas pelo Governo, nomeadamente o reforço da luta contra o contrabando de alimentos por via terrestre e a regulação dos preços de certos produtos de consumo.

Registaram-se progressos em vários domínios, tais como os orçamentos-programa, a transparência orçamental, a auditoria e o controlo internos e a política fiscal. No entanto, é necessário fazer mais para colmatar as deficiências do quadro jurídico e institucional de luta contra a corrupção, para melhorar a transparência de procedimentos específicos de grande importância, como os poderes disciplinares e a nomeação de magistrados, e para reforçar as capacidades humanas e os recursos financeiros.

Figura 3: Perspetivas de Crescimento do PIB e de Inflação no Benim do 2023 a 2025



Fonte: Fundo Monetário Internacional, 2023

Paz, Segurança e Estabilidade



A situação do extremismo violento e do terrorismo está a tornar-se um motivo de preocupação no Benim em 2022. A implementação do PAG levou à criação de várias instituições responsáveis pela proteção da vida e dos bens. Estão a ser envidados esforços concertados para combater a criminalidade e o terrorismo, mas são necessários mais recursos.

Recomendações



1. Consolidar e intensificar as atividades produtivas, nomeadamente na agricultura, através da adoção de novas práticas e da reabilitação e construção de infraestruturas de produção de culturas de exportação como a castanha de caju, o óleo de palma e o ananás.
2. Reforçar o sistema de segurança, alargando-o às localidades mais pequenas e melhorando a formação do pessoal da polícia.

Burkina Faso



Desempenhos Económicos

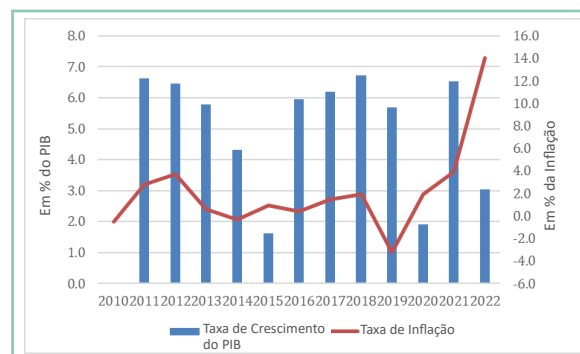


O Burkina Faso registou progressos económicos e sociais consideráveis entre 2010 e 2022. A Taxa de crescimento do PIB foi de 6,6% em 2011, 6,0% em 2016 e reduziu-se ainda mais para 3,0% em 2022 (Figura 1). A inflação foi de 2,8% em 2011, -0,2% em 2016 e 14,1% em 2022

O Rácio défice orçamental/PIB aumentou de 27,9% em 2011 para 53,9% em 2022 (Figura 2). Esta tendência é atribuída aos desafios de Segurança e às suas consequências políticas e humanitárias. No entanto, os efeitos negativos da crise de Segurança foram agravados pelas consequências da pandemia de COVID-19 e da guerra entre a Rússia e a Ucrânia.

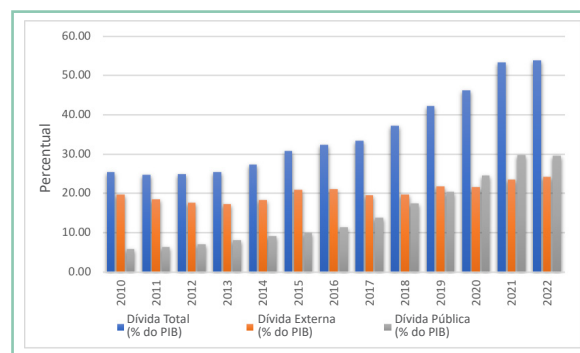
A nível social, a incidência da pobreza monetária diminuiu significativamente, de 46,7% em 2009 para 36,2% em 2018. O acesso da população à educação, à água potável, à eletricidade e à saúde melhorou, tendo a Taxa bruta de escolarização no ensino primário passado de 77,6% em 2011 para 85,8% em 2022. Do mesmo modo, a Taxa de acesso à água potável aumentou de 71,9% em 2015 para 76,2% em 2021.

Figura 1: Taxa de Crescimento do PIB do Burkina Faso: 2010 a 2022



Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

Figura 2: Estrutura da Dívida do Burkina Faso: 2010 a 2022



Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

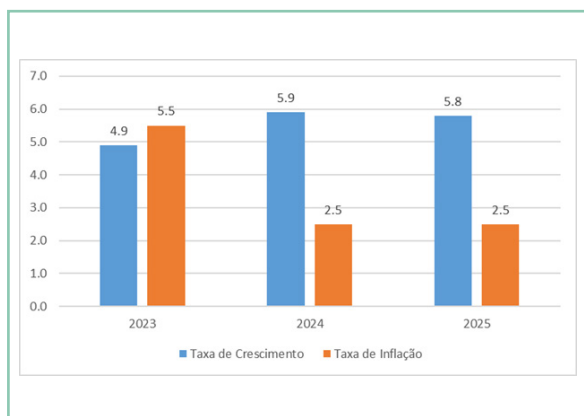
Perspetivas Económicas



Prevê-se que o perfil do quadro macroeconómico do Burkina Faso produza resultados mitigados. A Taxa de crescimento da economia deverá aumentar para 4,9% em 2023, 5,9% em 2024 e diminuir ligeiramente para 5,8% em 2025 (Figura 3). A taxa de inflação deverá também baixar de 5,5% em 2023 para 2,5% em 2024 e 2025. No entanto, a persistência de ataques terroristas e as consequentes tensões económicas resultantes da guerra entre a Rússia e a Ucrânia poderão abrandar o ritmo do progresso económico. Outra

situação difícil é a diminuição da ajuda pública ao desenvolvimento concedida ao país, devido ao programa de transição.

Figura 3: Perspetivas de Crescimento do PIB e de Inflação do Burkina Faso de 2023 a 2025



Fonte: Fundo Monetário Internacional, 2023

Paz, Segurança e Estabilidade



Entre 2010 e 2022, a situação de Segurança, Paz e Estabilidade no Burkina Faso evoluiu de um país de Paz e Segurança para um estado de agitação. As manifestações sociais organizadas por sindicatos, organizações estudantis e grupos e partidos políticos são motivo de preocupação desde 2018, uma vez que os incidentes violentos estão ligados ao terrorismo. A instabilidade causada pela atividade dos grupos terroristas armados aumentou rapidamente em termos de escala e de cobertura territorial.

A deterioração da situação de Segurança no Burkina Faso tem consequências graves para a situação económica e social do país. Para além da crise de Segurança, o crescimento económico diminuiu consideravelmente devido ao fraco desempenho da produção dos sectores mineiro, agrícola e comercial bem como à contração do investimento público devido à inacessibilidade de certos projetos de investimento. Além disso,

devido à interrupção dos projetos de investimento, os indicadores socioeconómicos, como a água potável, a educação e a saúde, registam um fraco desempenho.

Recomendações



1. **Reforço do sector da Segurança:** Trata-se de reorganizar e equipar as forças de defesa e de Segurança e de aumentar os efetivos dessas forças para melhorar a situação de Segurança do país.
2. **Combater eficazmente contra a radicalização e o extremismo violento:** implementando políticas de prevenção e operacionalização de programas destinados a estabilizar as zonas afetadas por crises de Segurança.
3. **Apoio às políticas públicas de desenvolvimento,** implementando estratégias para a criação de oportunidades de emprego digno para os jovens e na aceleração dos esforços de redução da pobreza.

Cabo Verde



Desempenhos Económicos



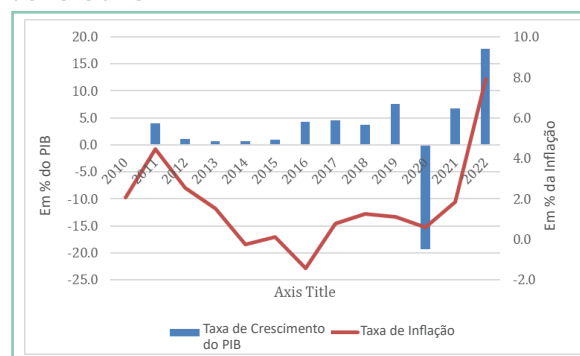
O país registou uma Taxa de crescimento do PIB real que evolui de 3,9% em 2011, para 4,3% em 2016 e aumentou consideravelmente para atingir 17,7% em 2022. Esta tendência foi impulsionada principalmente pelos sectores do turismo, dos transportes e do comércio. O aumento da atividade económica impulsionou o PIB do país e contribuiu para a redução da pobreza. A Taxa média de inflação passou de 4,5% em 2011 para -1,4% em 2016 e aumentou para 8,0% em 2022 (Figura 1). Em 2022, o Rácio dívida total/PIB passou de 141% em 2020 para 120,9%. (Figura 2).

Perspetivas Económicas



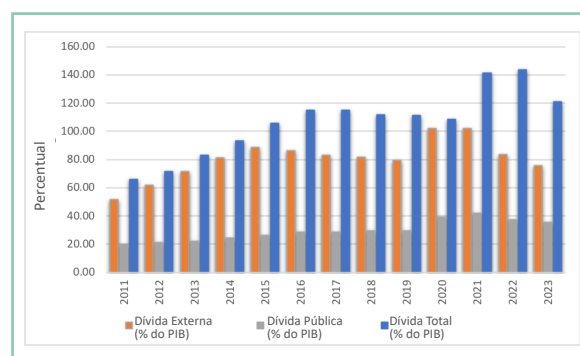
As perspetivas são incertas e estão sujeitas a riscos geopolíticos e climáticos. O crescimento do PIB deverá cair para 4,4% em 2023, prevendo-se uma recuperação positiva em 2024-2025 (Figura 3). Estes riscos estão associados ao enfraquecimento da procura externa nos principais mercados turísticos de Cabo Verde. Uma inversão da tendência dos preços dos combustíveis e dos produtos alimentares poderá aumentar o número de famílias que necessitam de apoio dos programas de proteção social e, por conseguinte, aumentar as despesas públicas.

Figura 1: Taxa de Crescimento do PIB do Cabo-verde: de 2010 a 2022



Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

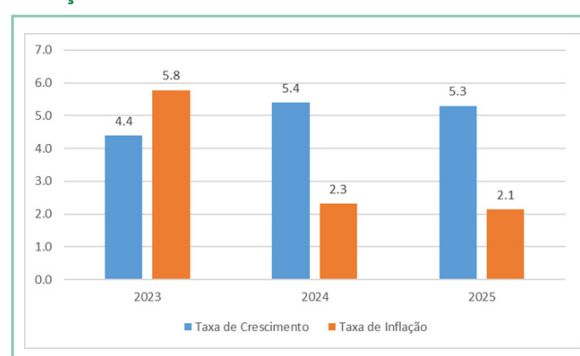
Figura 2: Estrutura da Dívida do Cabo-verde: de 2010 a 2022



Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

Os riscos orçamentais podem também resultar da incapacidade do Estado de realizar progressos nas reformas das empresas públicas ou da redução dos esforços de consolidação orçamental.

Figura 3: Perspetivas de Crescimento do PIB e de Inflação do Cabo-Verde de 2023 a 2025



Fonte: Fundo Monetário Internacional, 2023

Cabo Verde é muito sensível aos efeitos das alterações climáticas que constitui um risco fundamental a médio prazo, como evidenciado pelos anos de seca. O elevado risco de endividamento global do país é uma fonte de vulnerabilidade, pelo que o financiamento em condições favoráveis é importante para limitar os custos do serviço da dívida. Como nota positiva, o crescimento mais forte do turismo poderá levar a um aumento da atividade económica global.

Paz, Segurança e Estabilidade



Os níveis de segurança, paz e estabilidade. Os níveis de Segurança, Paz e estabilidade política continuam a ser dos mais elevados da Região. Historicamente, os países arquipélagos têm registado índices de Paz e Segurança mais elevados do que os países continentais. Isto deve-se principalmente ao facto de a configuração geográfica do território limitar as rotas de fuga dos potenciais protagonistas de situações de insegurança (rebelião, crime organizado, golpes de Estado, etc.).

No entanto, o país enfrenta desafios significativos, dada a sua localização geográfica próxima de três continentes (africano, americano e europeu) e, por conseguinte, sujeita aos vários fenómenos (vários tipos de tráfico, pesca e migração ilegais, etc.). É geralmente reconhecida a necessidade de investir nos meios marítimos e aéreos da Guarda Costeira. Os meios marítimos e aéreos devem ser adquiridos e mantidos

No caso da Ordem Pública, estamos a assistir a uma redução dos meios dos Serviços Policiais, dada a saída de agentes, o que está a provocar graves problemas de limitação de pessoal e problemas de carga de trabalho em determinadas localidades, em determinadas ilhas

São necessárias políticas públicas de longo prazo no domínio da Segurança urbana, incluindo um investimento maciço na educação e na investigação para combater o elevado desemprego dos jovens. É necessário promover a democracia económica e pôr fim à crescente emigração de jovens profissionais qualificados, que está a privar o país da sua oportunidade demográfica. É de notar que uma das condições fundamentais para um turismo de qualidade e de elevado retorno é a Paz social.

Recomendações



1. Reduzir a dependência do turismo, das remessas dos emigrantes e da economia e finanças da Zona Euro.
2. Promover a investigação, a inovação e a educação para fomentar uma cultura de Paz e estabilidade, combatendo o baixo nível de investimento na investigação e na inovação.
3. Consolidar a sua ação climática, combater a insegurança alimentar e promover as energias renováveis, integrando simultaneamente as considerações climáticas nas políticas económicas.
4. Superar as reticências históricas em relação ao mar e transformar o território marítimo num motor de desenvolvimento para o país, com ênfase na segurança marítima e nas oportunidades económicas em áreas como exportações de peixe, turismo de alto padrão, aquacultura, inovação e exploração científica, enquanto se reorganizam os acordos de pesca existentes com a União Europeia para que se tornem acordos regionais entre a CEDEAO e a União Europeia.

Côte d'Ivoire



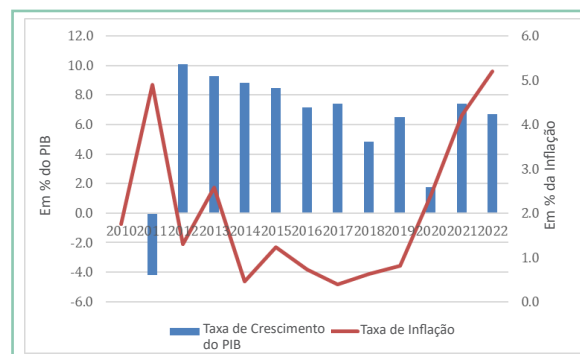
Desempenhos Económicos



Côte d'Ivoire é uma das economias mais dinâmicas da Região. A economia registou um aumento da Taxa de crescimento real do PIB de -4,2% em 2011 para 7,2% em 2016 e uma diminuição para 6,7% em 2022. A atividade económica contraiu-se devido à pandemia de COVID-19 (Figura 1). A Taxa de inflação foi de 4,9% em 2011 e desceu para 0,7% em 2016, antes de subir para 5,2% em 2022. Esta tendência é o resultado do impacto da pandemia de COVID-19 em 2020 e da guerra entre a Rússia e a Ucrânia

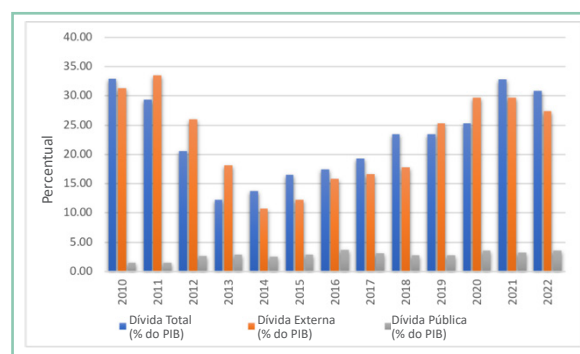
O défice orçamental médio foi de 2,9% do PIB no período de 2016 a 2019. A partir de 2020, a luta contra a pandemia de Covid-19 resultou num aumento do défice orçamental para 5,4% do PIB em 2020 e 6,8% em 2022. Também, a dívida pública da Côte d'Ivoire cresceu rapidamente, tendo o rácio global da dívida em relação ao PIB aumentado de 16,6% em 2015 para 30,9% em 2022, o que representa um aumento de 14,3 pontos percentuais em seis anos. Este aumento representa uma duplicação do valor da dívida pública no período de 2015 a 2022 (Figura 2).

Figura 1: Taxa de Crescimento do PIB da Côte d'Ivoire: de 2010 a 2022



Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

Figura 2: Estrutura da Dívida da Côte d'Ivoire: de 2010 a 2022



Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

Perspetivas Económicas

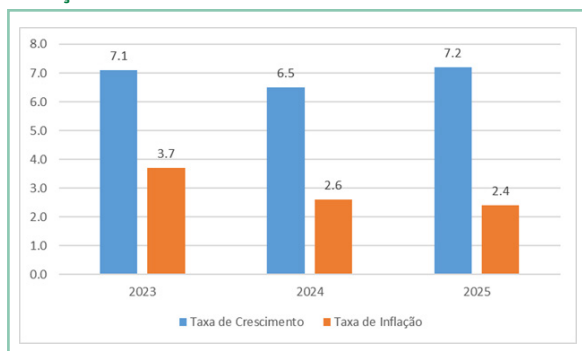


A estabilidade do quadro macroeconómico deverá permitir que a economia da Côte d'Ivoire mantenha uma Taxa de crescimento estável em 2023 e 2025, com uma Taxa de crescimento média de cerca de 6% (Figura 3). O crescimento económico deverá manter-se estável, impulsionado pelo investimento público em infraestruturas logísticas estratégicas e pelo desempenho dinâmico do sector privado. No entanto, a instabilidade do ambiente internacional, bem como os fatores internos voláteis apresentam riscos importantes que podem prejudicar as perspetivas de crescimento previstas. Estes riscos múltiplos incluem pressões inflacionistas



persistentes, a crise de Segurança nos estados membros vizinhos, a guerra persistente entre a Rússia e a Ucrânia, as tensões eleitorais e as alterações climáticas.

Figura 3: Perspetivas de Crescimento do PIB e de Inflação da Côte d'Ivoire: de 2023 a 2025



Fonte: MEPD / Direção-Geral da Economia / DPPE, Instituto Nacional de Estatística (INS)

Paz, Segurança e Estabilidade



A situação sociopolítica e em matéria de Segurança na Côte d'Ivoire melhorou globalmente desde o fim da crise pós-eleitoral em abril de 2011. Foram realizados progressos significativos na reorganização e no estabelecimento da disciplina no seio do exército da Côte d'Ivoire, tendo sido iniciadas reformas do sistema de Segurança. No entanto, a Côte d'Ivoire continua vulnerável aos riscos externos ligados aos ataques terroristas recorrentes nos Estados membros vizinhos e aos riscos internos ligados aos conflitos fundiários e à violência eleitoral.

O custo macroeconómico das crises de insegurança e de instabilidade tem um impacto imediato na queda acentuada da Taxa de crescimento económico. A crise pós-eleitoral levou a uma queda de 6,0% no crescimento do PIB, para -1,72% entre 2010 e 2011. A insegurança conduziu igualmente a um aumento da pobreza nas zonas de conflito. Para responder eficazmente aos riscos externos e internos que pesam sobre as perspetivas económicas, são recomendadas medidas que combinem políticas

sectoriais, orçamentais e estruturais.

Face à inflação importada, uma medida prioritária será investir no desenvolvimento de infraestruturas hidroagrícolas para apoiar a agricultura de regadio. É igualmente importante prestar apoio técnico, financeiro e em matéria de infraestruturas ao sector privado para a transformação e comercialização de produtos alimentares.

Recomendações



1. O controlo orçamental deve ser mantido para acelerar a digitalização de todos os serviços fiscais e para alargar a descentralização do registo fiscal, a fim de manter atualizada a base tributária da propriedade.
2. Para evitar crises de segurança, as leis e os regulamentos sobre a posse da terra e a nacionalidade devem ser aplicados a nível nacional e a imparcialidade do sistema judicial deve ser promovida
3. É necessário mobilizar, equipar e operacionalizar forças de informação e forças militares especiais capazes de intervir com urgência em todo o espaço CEDEAO para dar uma resposta eficaz às ameaças transnacionais de insegurança.

A Gâmbia



Desempenhos Económicos

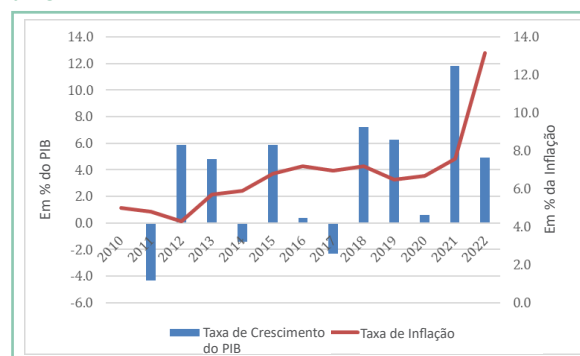


A Taxa de crescimento real do PIB aumentou de -4,3% em 2011 para 0,4% em 2016 e aumentou para 4,9% em 2022 (Figura 1). A tendência resultou da epidemia de Ébola em 2014, das tensões políticas em 2015 e 2016 e da pandemia de COVID-19. A inflação aumentou de 4,8% em 2011 para 6,2% em 2016 e 13,2% em 2022 devido a restrições da oferta global, à procura interna e ao aumento dos preços dos alimentos e da eletricidade.

O sector dos serviços foi o principal contribuinte para a economia, representando cerca de 55% do PIB do país em 2021. A agricultura foi responsável por cerca de 21% do PIB anual, com um crescimento médio anual de 6,3%. O sector industrial cresceu 6,1%.

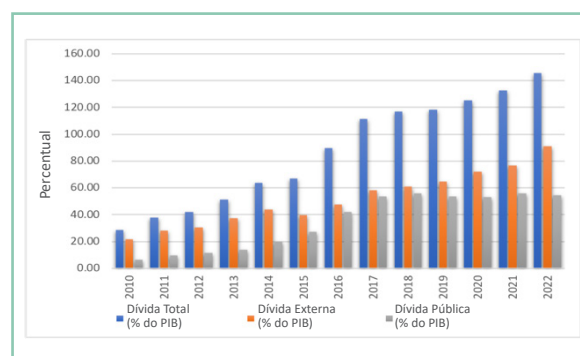
Os défices orçamentais da Gâmbia em percentagem do PIB aumentaram de 6,0% em 2011 para 11,3% em 2018 e 10,1% em 2021. A dívida pública do país aumentou de 60,4 mil milhões de GMD (1,3 mil milhões de dólares) em 2017 para 99,9 mil milhões de GMD (1,8 mil milhões de dólares) em 2022, o que representa um aumento de 65,4% (Figura 2).

Figura 1: Taxa de Crescimento do PIB da Gâmbia: 2010 a 2022



Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

Figura 2: Estrutura da Dívida da Gâmbia: 2010 a 2022



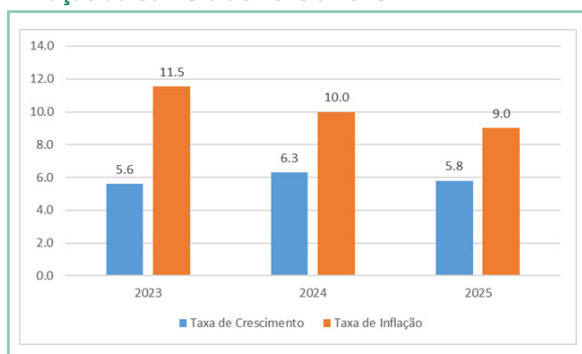
Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

Perspetivas Económicas



A Taxa de crescimento do PIB prevista será de 5,6% em 2023, 6,3% em 2024 e 5,8% em 2025 (Figura 3). As taxas de inflação previstas de 11,5% em 2023, 10,0% em 2024 e 9% em 2025 serão superiores ao objetivo fixado pelo Banco Central da Gâmbia. Esta tendência será influenciada pelas perturbações no mercado da energia e pelas tensões geopolíticas. No entanto, as perspectivas continuam sujeitas a riscos significativos associados à volatilidade da conjuntura mundial, a fatores geopolíticos e a flutuações dos preços internos dos produtos de base.



Figura 3: Perspetivas de Crescimento do PIB e de Inflação da Gâmbia de 2023 a 2025

Fonte: Fundo Monetário Internacional, 2023

Os fatores geopolíticos podem potencialmente desencadear ruturas na cadeia de abastecimento que podem ter impacto no crescimento projetado. Outros fatores, como uma política orçamental mais restritiva impulsionada por condições desfavoráveis nos mercados financeiros mundiais, podem também limitar as despesas públicas de desenvolvimento. O fraco crescimento económico nas economias avançadas também representa um risco para o crescimento interno, potencialmente agravado por Taxas de juro mais elevadas nos países desenvolvidos, que interagem com vulnerabilidades financeiras globais de longa data, como o aumento dos níveis de endividamento, que podem abrandar o crescimento global.

Paz, Segurança e Estabilidade



Um dos principais trunfos da Gâmbia é a transição, para uma governação democrática, iniciada desde 2017 e que contribui para a estabilidade política. A cooperação regional através de organizações como a CEDEAO promove a colaboração em questões de Segurança, reforçando a estabilidade do país. A Gâmbia enfrenta um risco de terrorismo e extremismo devido à sua localização geográfica como país subsariano e destino turístico de renome perto da Europa, das Américas e do Norte de África. Os grupos terroristas nos Estados membros vizinhos colocam desafios significativos devido às insurreições e das suas consequências.

Os elevados níveis de desemprego entre os jovens podem levar à agitação social e ao potencial recrutamento de jovens para atividades criminosas. O consumo de droga entre os jovens é também uma ameaça à Segurança na Gâmbia. Em 2022, a Gâmbia ficou classificada em 59º lugar entre 163 países no que respeita à Paz, com uma pontuação global de 1,888 numa pontuação perfeita de um. Na Região da CEDEAO, a Gâmbia classificou-se em 4º lugar em 2022 entre 15 Estados membros em termos de Paz e estabilidade, com base nos dados disponíveis. O custo económico da violência na Gâmbia foi de 6% do PIB em 2018 e 2019, aumentando ligeiramente para 7% de 2020 a 2022.

Recomendações



1. Melhorar a cobrança de receitas, penetrando no sector informal e reduzindo as isenções fiscais.
2. Investir e promover o sector dos serviços, nomeadamente o turismo, em que a Gâmbia tem uma vantagem comparativa.
3. Melhorar a eficácia e a independência do sistema judicial para que a justiça seja feita em tempo útil, promovendo o Estado de direito e a Boa Governação.
4. Reforçar as forças armadas através do recrutamento, da formação e da motivação, aplicar o policiamento de proximidade e reorientar a população para reforçar a Paz e a Segurança.

Gana



Desempenhos Económicos

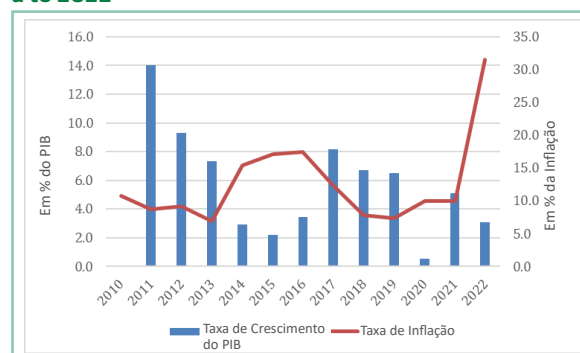


O crescimento real do PIB diminuiu de 14% em 2011 para 3,4% em 2016 e para 3,1 por cento em 2022. Abaixo da média regional de 3,9% (Figura 1). 1 plano orçamental, a pandemia de COVID-19 e os desafios económicos que lhe estão associados aumentaram consideravelmente as despesas públicas, nomeadamente com os cuidados de saúde, as indemnizações e os pagamentos de juros, num contexto de diminuição das receitas, aumentando consideravelmente o défice orçamental.

O défice orçamental aumentou de 4,7% em 2019 para 11,7% do PIB em 2020. O défice melhorou de 9,2% do PIB em 2021 para 8,3% em 2022, embora permaneça muito acima do objetivo legislativo de 5%.

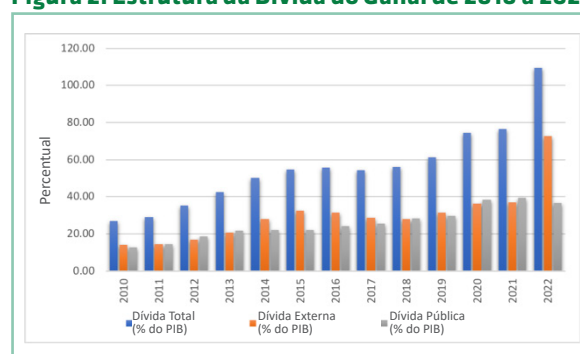
Esta situação conduziu a um aumento acentuado da dívida pública e a um serviço da dívida incombustível. A dívida pública registou recentemente um aumento acentuado, passando de 21,8% do PIB em 2013 para 36,69% em 2022, com os pagamentos de juros a atingirem cerca de 45% (7,1% do PIB) do total das receitas públicas em 2022 (Figura 2).

Figura 1: Taxa de Crescimento do PIB do Gana: de 2010 a to 2022



Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

Figura 2: Estrutura da Dívida do Gana: de 2010 a 2022



Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

A inflação aumentou de 8,7% em 2011 para 18,2% em 2016 e 31,5% em 2022. A inflação média disparou, com a inflação no final do ano a atingir um pico de 54,1%, o mais elevado em mais de três décadas. Em comparação com os 9,9% registados em dezembro de 2021, a inflação situou-se mais de 21,5 pontos percentuais acima do limite superior do intervalo do objetivo de médio prazo de 8+/- 2 pontos percentuais. Vários fatores explicam o aumento acentuado da inflação em 2022, incluindo as perturbações na cadeia de abastecimento mundial causadas pelos efeitos persistentes da pandemia de COVID-19 e da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, a rápida depreciação do cedi ganês e os elevados preços do petróleo na bomba. Esta situação conduziu a um aumento das injeções de liquidez, a uma despesa pública excessiva e a ajustamentos em alta das tarifas de transporte.



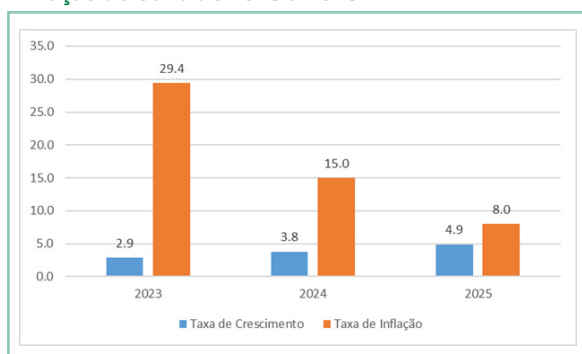
Perspetivas Económicas



As projeções macroeconómicas de médio prazo do Governo sugerem que as perspectivas de crescimento do PIB do Gana em 2023 serão de 2,9% e aumentarão de 2024 a 2025 para 3,8% e 4,9%, respetivamente (Figura 3). No entanto, este valor é ainda inferior à Taxa de crescimento média de 6,8% registada antes da pandemia. Prevê-se que o défice orçamental do Governo desça para 7,1% do PIB até ao final de 2023, contra 8,3% em 2022.

O programa do FMI exigirá que o governo faça esforços intensos para assegurar a consolidação orçamental e a reestruturação da dívida, o que conduzirá a um serviço de dívida favorável a curto e médio prazo. Dado que a inflação se mantém elevada, o Banco do Gana deve continuar seu ciclo de aperto da política para aproximar a inflação ou até mesmo aproximá-la do intervalo alvo. Consequentemente, o ano de 2023 deverá terminar com uma taxa de inflação de 29,5% e abaixo de 8,0% em 2025.

Figura 3: Perspetivas de Crescimento do PIB e de Inflação do Gana de 2023 a 2025



Fonte: Fundo Monetário Internacional, 2023

Por outro lado, um endurecimento excessivo das condições financeiras globais ou a falta de empenhamento nas reformas associadas ao acordo com o FMI e um atraso na implementação da reestruturação da dívida soberana por parte do governo poderiam enfraquecer a confiança restaurada dos investidores e anular os ganhos relativos.

Além disso, a reestruturação da dívida interna, que enfraqueceu consideravelmente os balanços dos bancos, incluindo o Banco Central, representa uma grande ameaça para a estabilidade do sector financeiro se não forem tomadas medidas concretas para apoiar a recapitalização dos bancos e introduzir medidas para restaurar a confiança no sector financeiro.

Paz, Segurança e Estabilidade



Embora o Gana seja apresentado como um dos Estados membros mais pacíficos da Região da CEDEAO, os desafios económicos e a crescente propagação de organizações terroristas islâmicas da zona do Sahel para os Estados membros costeiros da CEDEAO ameaçam a Paz e a Segurança dos estados membros. Devido às fronteiras porosas do Gana e ao facto de as Regiões setentrionais serem muito menos desenvolvidas, existe o risco de as atividades terroristas se propagarem também a essas Regiões, desestabilizando o país. A Paz e a Segurança do país estão igualmente ameaçadas pelo ressurgimento de golpes de Estado na Região da CEDEAO e pelo aumento do desemprego dos jovens devido aos desafios económicos.

Recomendações



1. Restabelecer a estabilidade macroeconómica e melhorar o desempenho orçamental e os níveis de dívida sustentáveis.
2. Investir em infraestruturas e atrair o Investimento Direto Estrangeiro (IDE).
3. Aumentar o investimento no sector social.
4. Criar mecanismos de Paz e segurança sustentáveis e aplicar estratégias para manter a Paz e a segurança a longo prazo no país.

Guiné



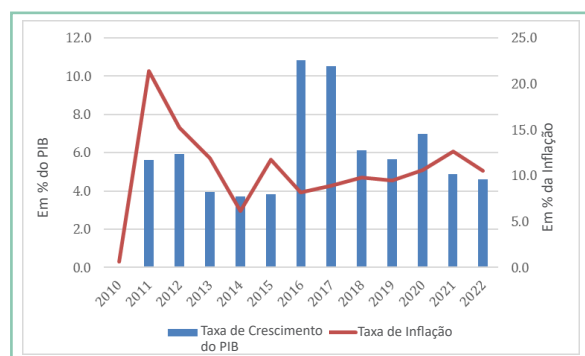
Desempenhos Económicos



A Taxa de crescimento do PIB aumentou de 5,6% em 2011 para 10,8% em 2016 e diminuiu 4,6% em 2022 (Figura 1). Em 2022, o sector primário contribuiu com 1,0% para a Taxa de crescimento do PIB, registando um ligeiro declínio devido aos impactos da COVID-19 na agricultura, pesca e pecuária. Embora o sector secundário tenha contribuído com 3,0% para a Taxa de crescimento do PIB, esta contribuição diminuiu devido à cessação das operações da ALUFER. A inflação é mais baixa em 2022 do que em 2021, caindo de 12,6% para 10,5% devido à valorização do franco guineense. O Rácio dívida/PIB desce de 89,9% em 2021 para 73% em 2022 (Figura 2).

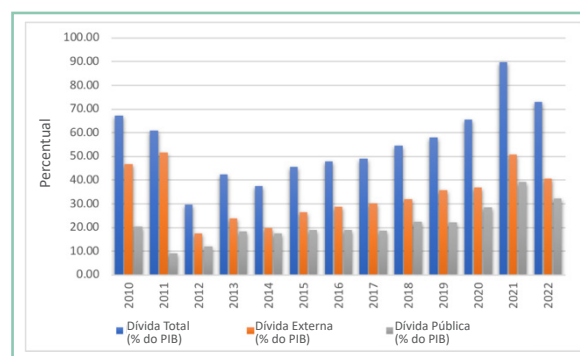
O país registou um aumento das receitas públicas em 2022, graças à reforma fiscal, enquanto as despesas foram marcadas por um maior investimento em infraestruturas.

Figura 1: Taxa de Crescimento do PIB da Guiné: de 2010 a 2022



Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

Figura 2: Estrutura da Dívida da Guiné: de 2010 a 2022



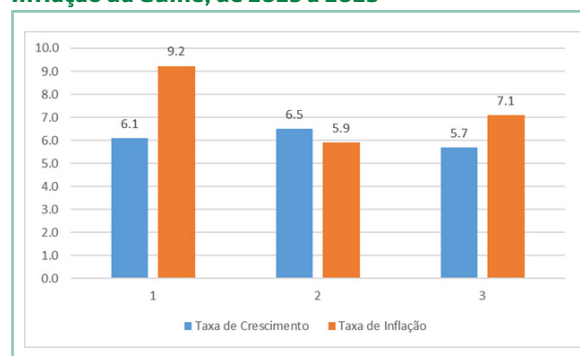
Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

Perspetivas Económicas



Em 2023, apesar dos desafios globais, como a pandemia de COVID-19 e a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, a economia guineense terá uma perspectiva macroeconómica positiva, com um crescimento estimado em 6,1%. Esta Taxa deverá aumentar para 6,5% em 2024 e baixar para 5,7% em 2025 (Figura 3). Esta tendência de crescimento será determinada pelo desempenho do sector mineiro. Para manter esta tendência, o Governo planeia implementar um Programa de Referência Interino (PRI) nos próximos três anos.

Figura 3: Perspetivas de Crescimento do PIB e de Inflação da Guiné, de 2023 a 2025



Fonte: Fundo Monetário Internacional, 2023



A Lei das finanças Inicial para 2023 foi concebida para preservar a estabilidade macroeconómica e apoiar a recuperação económica através do aumento das despesas prioritárias. No entanto, subsistem riscos, nomeadamente o lento desenvolvimento das infraestruturas rodoviárias, a exposição das despesas a projetos específicos e a dependência do ouro em tempos de crise.

Paz, Segurança e Estabilidade



A questão da Paz e da Segurança na Guiné é marcada pelas reivindicações dos partidos políticos que se envolvem em cenas de violência caracterizadas por danos materiais significativos, feridos e mortos. Estes problemas manifestam-se nas divergências que persistem entre o governo e os partidos políticos sobre o processo eleitoral, nos preconceitos étnicos nas decisões do executivo e no sentimento de exclusão de certas camadas da população da gestão dos assuntos públicos.

Desde que a Guiné conquistou a soberania nacional, o país tem sido vítima de agressões estrangeiras, de manifestações políticas, de grupos étnicos violentos e de instabilidade nos Estados membros vizinhos. Estes acontecimentos tiveram um impacto na atividade económica, mas também tornaram o clima empresarial menos atrativo.

Recomendações



1. Diversificar as fontes de crescimento, investindo em infraestruturas agrícolas e melhorando a oferta de produtos frescos, tais como peixe, carne, aves de capoeira e produtos hortícolas. Este objetivo pode ser alcançado através da melhoria das estruturas de produção, distribuição e controlo dos preços no sector agrícola.
2. Melhorar as finanças públicas através de:
 - Mobilizando as receitas fiscais e não fiscais através da modernização e da digitalização financeira.
 - Acelerando as auditorias fiscais no sector mineiro e noutras grandes empresas.
 - Implementando reformas do registo predial e da declaração de bens para aumentar a mobilização de recursos internos.
3. Reforçar o sector monetário através de:
 - Criando uma Bolsa de Valores Mobiliários (BVM) para promover o financiamento a longo prazo da economia guineense.
 - Modernização da circulação monetária através da criação do Gabinete de Informação de Crédito e o Swift Nacional.
 - Acelerando a introdução da moeda digital na economia.



Guiné-Bissau

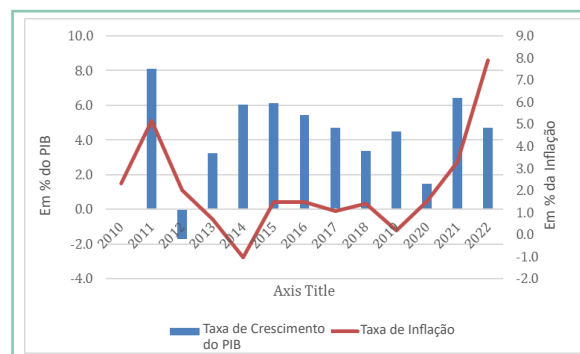


Desempenhos Económicos



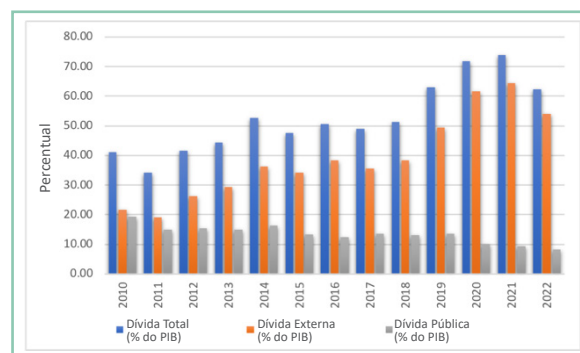
A Taxa de crescimento económico da Guiné-Bissau passou de 8,1% em 2011 para 5,4% em 2016 e 4,7% em 2022 (Figura 1). O sector primário contribuiu significativamente para a economia nacional, representando 46% do PIB. A contribuição do sector terciário passou para 35% em 2021, enquanto a do sector secundário variou entre 12% e 16% do PIB. As receitas públicas e os subsídios melhoraram, de um modo geral, ao longo da década, embora as receitas fiscais tenham registado flutuações. O rácio dívida pública/PIB diminuiu de 13,5% em 2017 para 8,4% em 2022 (Figura 2). As despesas de investimento foram em grande parte financiadas por recursos externos, o que resultou em défices orçamentais que se agravaram ao longo dos anos.

Figura 1: Taxa de Crescimento do PIB da Guiné-Bissau: de 2010 a 2022



Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

Figura 2: Estrutura da Dívida da Guiné-Bissau: de 2010 a 2022



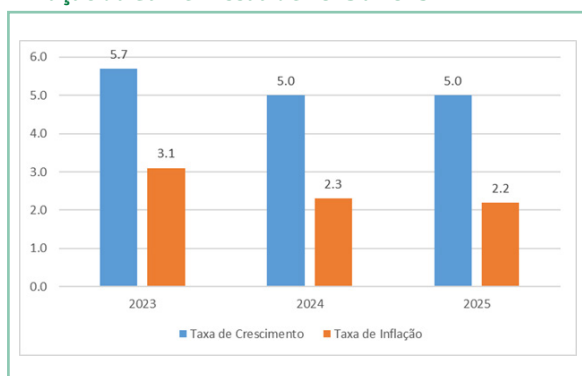
Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

Perspetivas Económicas



Prevê-se que o crescimento económico abrande, uma vez que a Taxa de crescimento real do PIB diminuiu de 5,7% em 2023 para 5,0% em 2024 e 2025 (Figura 3). Esta evolução dependerá em grande medida da estabilidade política e da capacidade de mobilizar recursos externos e de realizar reformas estruturais nos sectores da administração, da justiça, da defesa e da Segurança, sem prejudicar o ambiente de negócios.

Figura 3: Perspetivas de Crescimento do PIB e de Inflação da Guiné-Bissau de 2023 a 2025



Fonte: Fundo Monetário Internacional, 2023

Paz, Segurança e Estabilidade

As sucessivas alterações constitucionais tiveram um impacto negativo no desempenho económico. Os acontecimentos de 2010, a invasão militar do gabinete do Primeiro-Ministro e a sua detenção; o golpe de Estado de 12 de abril de 2012; e as eleições legislativas e presidenciais de 2014. O diferendo de 2020 sobre os resultados das eleições presidenciais e a crise sanitária da COVID-19 tiveram um impacto negativo no crescimento económico do país.

A instabilidade deixa uma grande parte da população, sobretudo pobre e analfabeta, mulheres e crianças, com muitas dificuldades de acesso aos serviços públicos, nomeadamente nos sectores sociais. O problema é agravado pelas greves dos profissionais dos sectores da educação e da saúde. O processo de reforma do sector da defesa e da Segurança está estagnado. A dinâmica criada no início do processo, com o pleno apoio da comunidade internacional, foi subitamente interrompida pela instabilidade política e por crises sociais cíclicas.

Recomendações

1. Consolidar a estabilidade sociopolítica do país através da aplicação das reformas já em curso (reforma das Forças de Defesa e de Segurança).
2. Aplicar programas de diversificação agrícola e desenvolver o potencial de produção agrícola local e sustentável através do Programa Nacional de Investimento Agrícola.
3. Prosseguir o processo de reestruturação do sector da energia, a fim de melhorar o abastecimento de eletricidade e de água, e prosseguir a estratégia de organização do sector das pescas.

Libéria



Desempenhos Económicos



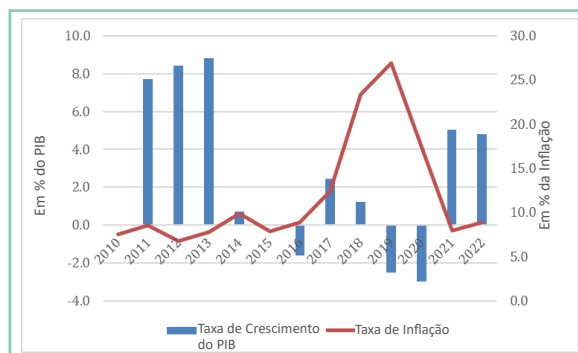
A Taxa de crescimento económico da Libéria passou de 7,7% em 2011 para -1,6% em 2016 devido aos efeitos negativos da epidemia de Ébola. Recuperou em 2022, com o crescimento real do PIB a atingir 4,8%, apesar dos efeitos negativos da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, da elevada inflação mundial e da diminuição da procura nas economias avançadas (Figura 1). A expansão económica foi impulsionada pelo setor mineiro e pela agricultura. O crescimento no sector agrícola aumentou de 3,3% em 2021 para 5,9% em 2022, devido ao aumento da produção de arroz e mandioca. A produção industrial deverá registar um crescimento de 10,4% em 2022, impulsionada pelo aumento da produção de ouro. O crescimento nos serviços diminuiu de 3,0% em 2021 para 2,8% em 2022, refletindo um abrandamento nos serviços de construção e hotéis.

O país tem registado pressões inflacionistas, com a Taxa de inflação a subir de 8,5% em 2011 para 8,9% em 2016 e a aumentar significativamente para 26,9% em 2019. Esta situação deve-se principalmente à utilização crescente da moeda nacional nas transações internas. Registou-se uma redução significativa para 7,6% em 2022 devido à política nacional de dupla moeda que permite a utilização do dólar americano como moeda com curso legal.

A situação orçamental do país deteriorou-se em 2022 devido ao fraco desempenho das receitas, resultando num défice orçamental estimado em 6,9% do PIB, contra 2,4% anteriormente.

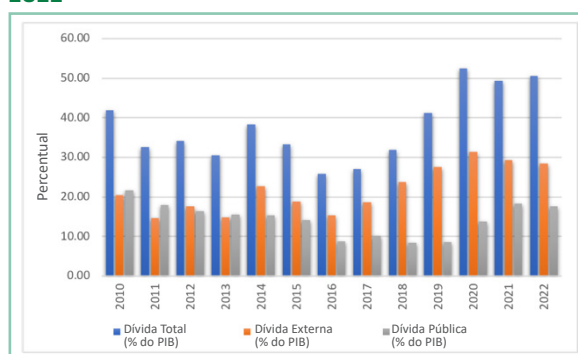
Em 2021. Esta situação foi influenciada por alterações na política de empréstimos da Agência Internacional de Desenvolvimento (AID), por royalties de minério de ferro mais baixas, por derrapagens nas despesas e por pagamentos de subsídios. Considera-se que a Libéria corre um risco moderado de perturbação da dívida externa e um risco elevado de perturbação global da dívida, com o Rácio dívida pública/PIB a aumentar de 42% em 2010 para 50,8% em 2022 (Figura 2).

Figura 1: Taxa de Crescimento do PIB da Libéria: de 2010 a 2022



Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

Figura 2: Estrutura da Dívida da Libéria: de 2010 a 2022



Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

Perspetivas Económicas

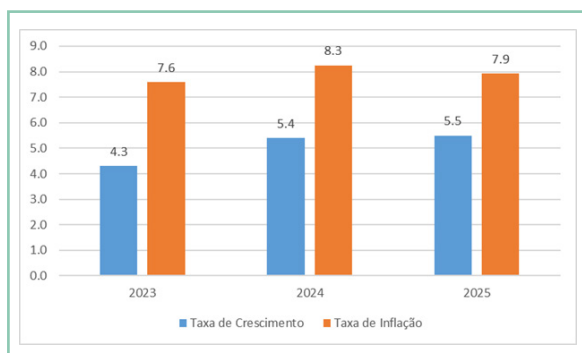


As perspetivas a médio prazo apontam para uma descida do crescimento real do PIB para 4,3% em 2023, mas um aumento para 5,4% e 5,5% em 2024 e 2025, respetivamente. A projeção é baseada



na expansão da agricultura e pesca, mineração e planeamento, indústria manufatureira e atividades relacionadas aos serviços (Figura 3).

Figura 3: Perspetivas de Crescimento do PIB e de Inflação da Libéria de 2023 a 2025



Fonte: Fundo Monetário Internacional, 2023

A inflação média do IPC deverá aumentar para 8,7 com uma margem de +/- 2% a médio prazo, de 2023 a 2025. O aumento moderado da taxa de inflação deverá refletir a relativa estabilidade da taxa de câmbio, a moderação dos preços das matérias-primas (principalmente do combustível), a atenuação da pressão inflacionária mundial e a política governamental. Além disso, a guerra entre a Rússia e a Ucrânia criou mais choques na economia nacional, que ainda não se recuperou completamente dos efeitos persistentes da pandemia COVID-19.

Paz, Segurança e Estabilidade



A Libéria goza de Paz e Estabilidade desde o fim da segunda guerra civil em 2003. O país é considerado um caso típico de estudo de Estados membros em situação de pós-conflito que passaram por um processo de reforma do sector da Segurança e desenvolveram uma estratégia de Segurança Nacional para consolidar a Paz, a Segurança e o desenvolvimento. Embora a Libéria tenha registado progressos notáveis na via da Paz nos últimos anos, muitas das causas profundas do conflito liberiano continuam por resolver.

O desequilíbrio na prestação de serviços públicos continua a ser uma fonte de descontentamento no país. Os conflitos fundiários, a corrupção e as tensões sobre as concessões continuam a ser os principais fatores de violência.

Os crimes violentos, como os assaltos à mão armada, são comuns, sobretudo nas zonas urbanas e nas praias públicas. A polícia local não dispõe dos recursos necessários para responder eficazmente aos crimes graves. Registaram-se manifestações que resultaram em violência ou na utilização de gás lacrimogénico pelas autoridades. Outros fatores de risco importantes para a Segurança são o aumento do número de jovens desfavorecidos, o elevado desemprego juvenil e o aumento da importação de drogas ilegais devido à fraca proteção transfronteiriça.

Recomendações



1. Apoiar a agricultura com empréstimos a Taxas juros baixos para reduzir a dependência de alimentos importados.
2. Combater as disparidades socioeconómicas, nomeadamente nas zonas rurais, através da estratégia de redução da pobreza.
3. Desenvolver o mercado nacional de capitais através da emissão de obrigações para financiar infraestruturas.
4. Aplicar uma estratégia credível de gestão da dívida para assegurar a sustentabilidade da dívida pública.
5. Reforçar e profissionalizar o sector da Segurança, em especial a Polícia Nacional da Libéria.

Mali



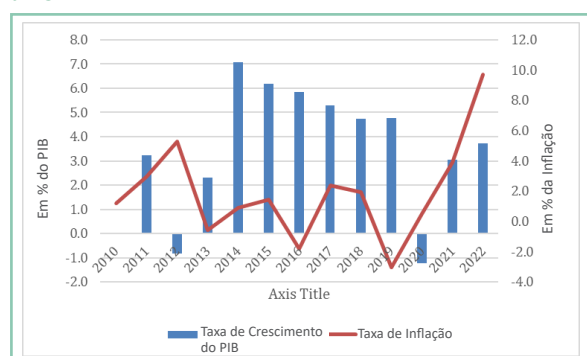
Desempenhos Económicos



A Taxa de crescimento económico do Mali foi de 3,2% em 2011, tendo aumentado para 5,9% em 2016 e diminuído para 3,7% em 2022. Durante o mesmo período, a Taxa de inflação desceu de 3,0% em 2011 para -1,8% em 2016 e subiu para 9,7% em 2022. No entanto, os esforços para reduzir os impostos sobre os produtos de primeira necessidade e conceder subsídios não conseguiram evitar que a Taxa de inflação duplicasse, ultrapassando o objetivo de 5% fixado pela CEDEAO (Figura 1).

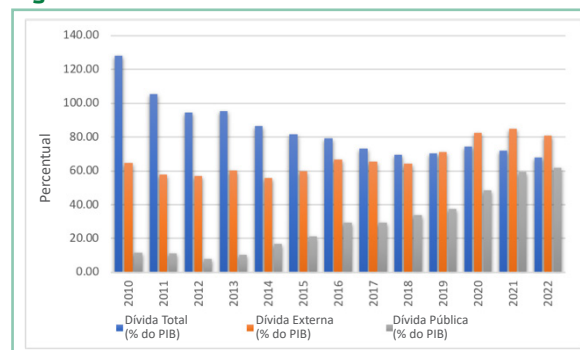
O défice orçamental aumentou para atingir 4,9% do PIB em 2022, excedendo a norma da CEDEAO de 3%. Esta Taxa levou a um aumento da dívida pública, que atingiu 22,5% do PIB em 2022. A carga fiscal ficou para 14,5% do PIB em 2022, em comparação com 16% em 2021, mas manteve-se abaixo da Taxa de 20% do pacto de convergência (Figura 2).

Figura 1: Taxa de Crescimento do PIB do Mali: de 2010 a 2022



Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

Figura 2: Estrutura da Dívida do Mali: de 2010 a 2022



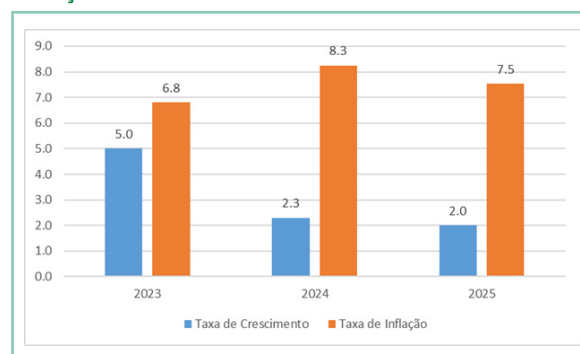
Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

Perspetivas Económicas



Prevê-se que a Taxa de crescimento económico seja de 5% em 2023, mas os riscos relacionados com as eleições presidenciais previstas para fevereiro de 2024 e a insegurança poderão abrandar este progresso e fazer com que a Taxa de crescimento económico desça para 2,3% em 2024 (Figura 3). O sector agrícola, em especial a produção de algodão e de cereais, deverá impulsionar o crescimento, mas as incertezas quanto à precipitação, ao fornecimento de fertilizantes e ao conflito russo-ucraniano poderão colocar problemas.

Figura 3 : Perspetivas de Crescimento do PIB e de Inflação do Mali de 2023 a 2025



Fonte: Fundo Monetário Internacional, 2023



As receitas de exportação do ouro, do algodão e do gado deverão estimular a atividade económica em 2023, reduzindo potencialmente o défice da balança comercial. O aumento dos preços mundiais do ouro e do algodão deverá contribuir para aumentar as exportações e as receitas fiscais. A queda dos preços do petróleo e dos produtos alimentares deverá ter um impacto positivo nos preços internos, reduzindo potencialmente a inflação para menos de 6,8% em 2023. Esta situação poderá conduzir a uma redução da pobreza, a uma diminuição das desigualdades e a melhorias no desenvolvimento humano.

No entanto, prevê-se que o défice orçamental aumente em 2023, devido ao aumento da massa salarial e das despesas de Segurança. Prevê-se igualmente que a dívida pública em percentagem do PIB aumente, o que suscita preocupações quanto ao sobre-endividamento e ao risco potencial de uma crise financeira. As necessidades de financiamento crescem em consequência do aumento das despesas, o que poderá conduzir a crises de liquidez e de solvência se a aceitação das emissões no mercado obrigacionista da UEMOA continuar a ser insuficiente. Para além das preocupações com o calendário eleitoral, o conflito ucraniano, os custos de financiamento e a insegurança podem desencadear uma crise financeira, que poderá conduzir à instabilidade social e a efeitos económicos negativos.

Paz, Segurança e Estabilidade



A situação de paz, segurança e estabilidade no Mali caracteriza-se por um historial de rebeliões, golpes militares e acordos, que conduziram a uma crise complexa e recorrente. A crise institucional e de Segurança conduziu a uma Taxa de crescimento negativa do PIB. Além disso, a crise provocou um elevado número de deslocações relacionadas com o conflito e o encerramento de escolas, afetando

crianças e professores. Os fluxos financeiros externos foram negativamente afetados pela crise e pela pandemia de Covid-19, com cortes na ajuda ao desenvolvimento e perturbações nas exportações de gado.

Apesar destes desafios, o Mali possui recursos minerais e potencial agrícola. As forças de defesa e Segurança do país apresentam deficiências, incluindo uma formação especializada insuficiente, uma cobertura territorial limitada e outros fatores. A resolução destas deficiências poderá criar oportunidades de crescimento económico, de redução da pobreza e de emprego.

Recomendações



1. Dar prioridade à prevenção da insegurança através da exploração do potencial agro-pastoril e florestal. Isto permitira de aumentar as oportunidades de criação de riqueza e de emprego e de combater a pobreza, as desigualdades e o desemprego dos jovens, prestando especial atenção às zonas de conflito.
2. Acelerar a criação de uma fábrica de refinação de ouro e aumentar a Taxa de transformação local do algodão em caroço.
3. Melhorar a mobilização de recursos e a gestão dos recursos financeiros internos e externos no âmbito da aplicação do acordo de Paz e de reconciliação.
4. Promover a cooperação sub-regional através da criação de uma Força comum financiada exclusivamente pelos recursos individuais dos Estados membros.

Níger



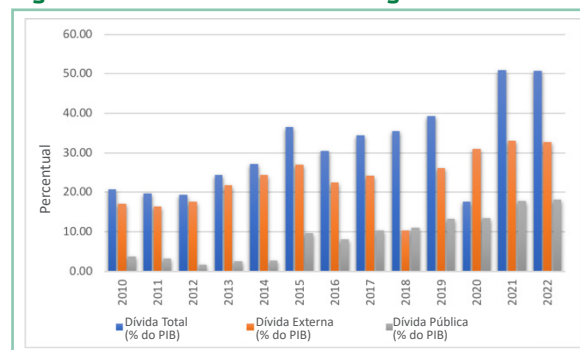
Desempenhos Económicos



O crescimento real do PIB passou de 3,4% em 2011 para 5,7% em 2016 e 11,5% em 2022. A economia tem demonstrado resiliência depois de ter abrandado 1,4% em 2021 (Figura 1). Esta tendência deve-se principalmente ao bom desempenho do sector primário e ao aumento da procura global de investimento e consumo final. A Taxa de inflação foi de 3,0 por cento em 2011, 0,2 por cento em 2016 e 4,2 por cento em 2022.

No entanto, a deterioração do comércio externo reflete uma necessidade de financiamento e conduziu a um défice orçamental global de 6,6% do PIB em 2022. Este défice é gerido através de empréstimos em condições favoráveis, aumentando o Rácio da dívida pública em relação ao PIB para 13,4%. A inflação aumentou de 2,9% em 2020 para 4,2% em 2022 (Figura 2), excedendo o padrão máximo estabelecido pela União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) de 3%.

Figura 2: Estrutura da Dívida do Níger: de 2010 a 2022



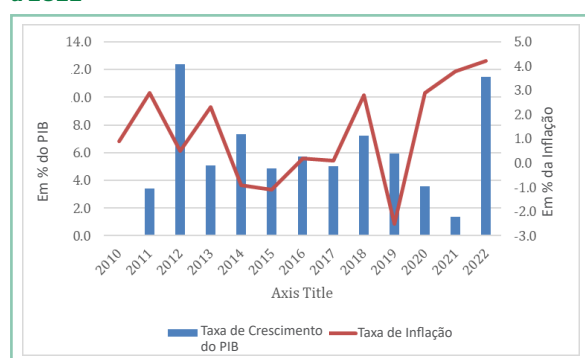
Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

Perspetivas Económicas



O Níger enfrenta múltiplos desafios, incluindo a insegurança, um clima desfavorável e tensões geopolíticas. Prevê-se que a economia do Níger desça para 7,8% em 2023, aumente para 13,0% em 2024 e desça para 6,7% em 2025. Esta projeção pode ser irrealista, dadas as sanções da CEDEAO contra o país na sequência do golpe de Estado de 2023. Apesar destes fatores, a economia tem demonstrado resiliência, com uma dívida controlável, um défice orçamental contido e uma inflação baixa (Figura 3). Os serviços sociais básicos melhoraram, o que levou ao regresso das pessoas deslocadas às suas comunidades. No entanto, registaram-se ligeiros aumentos da desigualdade.

Figura 1: Taxa de Crescimento do PIB do Níger: de 2010 a 2022

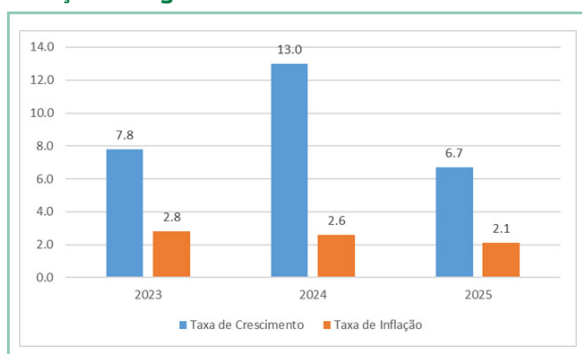


Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

As Perspetivas de Desenvolvimento socioeconómico continuam a ser positivas, dado o aumento do crescimento económico, do investimento e do desenvolvimento do capital humano. No entanto, estas perspetivas podem ser postas em causa pela falta de chuvas, o terrorismo, a instabilidade política, a queda dos preços dos produtos de base, o prolongamento das sanções económicas e a guerra entre a Rússia e a Ucrânia.



Figura 3: Perspetivas de Crescimento do PIB e de Inflação do Níger de 2023 a 2025



Fonte: Fundo Monetário Internacional, 2023

Paz, Segurança e Estabilidade



Apesar da redução do número de incidentes e da perda de vidas e de bens em resultado dos esforços do governo para reforçar as capacidades das Forças de Defesa e Segurança e da cooperação militar, a situação da Segurança no Níger continua a ser preocupante. Afeta a economia através do seu impacto em sectores-chave que dificultam a Paz, a produção, os sistemas de abastecimento e o acesso aos serviços sociais básicos.

A insegurança teve um efeito negativo no crescimento económico devido à redução da Taxa de crescimento observada entre 2014 e 2015. No entanto, não é conclusivo devido à flutuação da Taxa de crescimento sob diferentes choques durante o período de 2016 a 2022.

Recomendações



1. Aumentar o nível de investimento nos sectores produtivos, em especial na agricultura, nas infraestruturas, na saúde, na educação e na Segurança.
2. Assegurar que as novas concessões permitam reduzir as dívidas, controlando simultaneamente o défice público através da definição de prioridades e da racionalização das despesas públicas.
3. Acelerar as reformas do sistema de Segurança Nacional através do reforço da cooperação militar e da Arquitetura de Segurança.
4. Criar um Comité para acompanhar e avaliar os grandes projetos de desenvolvimento, incluindo o projeto da barragem de Kandadji, a construção da espinha dorsal do Norte (alta tensão 330KV), o projeto Haské e a construção de um oleoduto de exportação de petróleo.

Nigéria



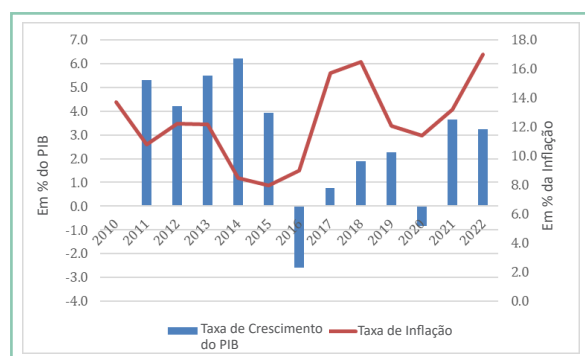
Desempenhos Económicos



A Taxa de crescimento real do PIB da Nigéria foi de 5,3% em 2011, antes de diminuir para -2,6% em 2016 e subir para 3,3% em 2022, à medida que a economia recuperava da pandemia de COVID-19 (Figura 1). A Taxa de crescimento do sector real da economia sofreu flutuações significativas. A Taxa de crescimento real da agricultura e da indústria caiu significativamente, de 6,7% e 2,9% em 2012 para 2,4% e 2,1% em 2013. A recuperação económica começou em 2021 com um aumento do crescimento no sector dos serviços, mas os sectores agrícola e industrial registaram uma Taxa de crescimento negativa.

A Taxa de inflação era de 12,4% em 2011, regressou para 9,0% em 2016 e aumentou para 18,8% em 2022. Além disso, o rácio da dívida pública em relação ao PIB era de 8,9% em 2011, subiu para 14,1% em 2016 e voltará a subir para 22,9% em 2022 (Figura 2). Em 2019, o Rácio da dívida aumentou de 29,2% para 34,5% em 2020 e para 36,5% e 38,5% em 2021 e 2022, respetivamente.

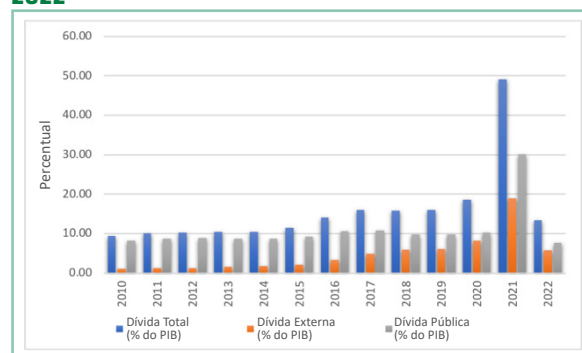
Figura 1: Taxa de Crescimento do PIB da Nigéria: de 2010 a 2022



Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

Isto mostra que a Nigéria está a enfrentar desafios devido ao seu elevado nível de dívida, que conduziu a um abrandamento da Taxa de crescimento do PIB, a um abrandamento da Taxa de crescimento das exportações, a uma redução do rendimento per capita e a um aumento dos níveis de pobreza.

Figura 2: Estrutura da Dívida da Nigéria: de 2010 a 2022



Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

Perspetivas Económicas

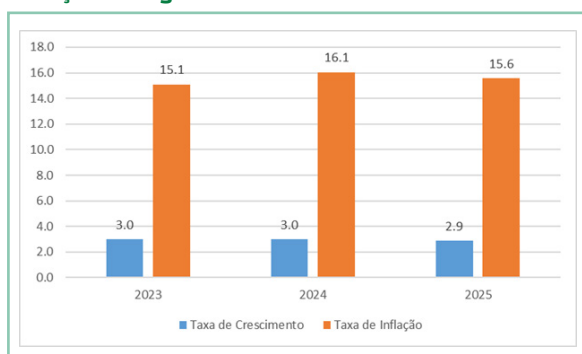


A Taxa de crescimento real do PIB será de 3,0% em 2023, permanecerá em 3,0% em 2024, mas diminuirá para 2,9% em 2025. Além disso, a Taxa de inflação prevista será de 15,1% em 2023 e aumentará para 16,1% em 2024. Esta tendência reflete os esforços concertados para aumentar a oferta interna de alimentos e os efeitos de uma política monetária restritiva. Embora a supressão do subsídio ao combustível « Premium Motor Spirit » (PMS) aumente as receitas públicas, a medida poderá ser inflacionista.

A possibilidade de o défice orçamental ser financiado por empréstimos, com preferência pela dívida em condições favoráveis e com prazos de vencimento mais longos, poderá ter consequências para a dívida pública e o saldo orçamental. O aumento das exportações de petróleo poderá não compensar as entradas de capital, mas poderá conduzir a uma balança de transações correntes favorável. Os fatores adversos incluem a insegurança e a potencial resistência social à



Figura 3: Perspetivas de Crescimento do PIB e de Inflação da Nigéria de 2023 a 2025



Fonte: Fundo Monetário Internacional, 2023

eliminação dos subsídios.



Paz, Segurança e Estabilidade

A Nigéria é um país diversificado, com vários grupos étnicos, religiões, culturas e opiniões políticas. Esta diversidade pode ser explorada para fins de interesse político e de lucro financeiro através de políticas e instituições adequadas. Os problemas de Paz e Segurança da Nigéria radicam em fatores como a iliteracia, os interesses políticos e má governação. Estes problemas persistem e incluem riscos de terrorismo, de ativismo, de corrupção, de desemprego, de analfabetismo de sistemas informais, de exploração ilícitas dos recursos naturais (especialmente o petróleo bruto), a etnia, a religião e a cibercriminalidade.

Alcançar a Paz e a Segurança é um objetivo de desenvolvimento vital, dadas as ameaças multidimensionais à Segurança que a nação enfrenta. A atual insegurança reflete desafios de desenvolvimento profundamente enraizados que conduzem a condições de pobreza, desemprego e desigualdade, que podem alimentar a frustração, a alienação e o descontentamento social, ameaçando em última análise a unidade nacional. Embora a Nigéria esteja a enfrentar dificuldades, medidas proactivas e sustentadas, tanto do governo como da comunidade internacional, poderão inverter esta tendência.

Recomendações



1. A governação a todos os níveis do Estado devem intensificar o estímulo fiscal expansionista. As despesas devem ser orientadas nos projetos de infraestruturas específicos, afim de melhorar o ambiente dos negócios.
2. Os governos a todos os níveis devem assegurar a Boa Governação, um ambiente seguro e protegido para o desenvolvimento do capital humano e das empresas, bem como um melhor acesso aos serviços sociais e económicos.
3. Os governos federal e estaduais devem intensificar os seus esforços de Segurança dentro do país e nas fronteiras. Este policiamento deve ter em conta as particularidades do país, caracterizada pela diversidade das suas fronteiras, das suas florestas e do seu interior. Isto requer uma sinergia tática entre os agentes da lei e os agentes de Segurança do Estado.

Senegal



Desempenhos Económicos

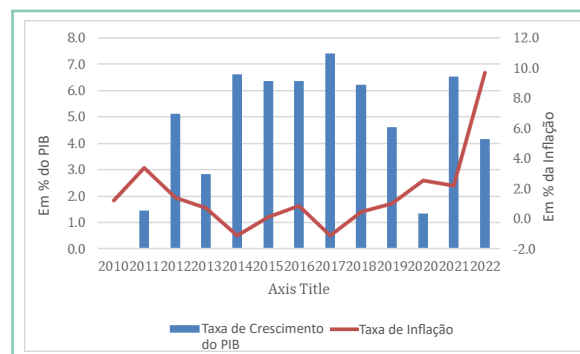


O desempenho económico do Senegal tem sido misto, com o crescimento real do PIB a aumentar de 1,5% em 2011 para 6,4% em 2016 e a diminuir para 4,2% em 2022. A Taxa de crescimento pode ser atribuída à implementação do Plano Senegal Emergente (PSE) (Figura 1).

No Senegal, o sector terciário é o que mais contribui para o PIB, representando cerca de 58% da produção. Este sector é relativamente resistente a choques externos, como a pandemia de COVID-19, devido à utilização crescente de ferramentas digitais que permitem o teletrabalho. O sector secundário é o segundo maior contribuinte, representando 26% do PIB, com o crescimento impulsionado pela agroindústria, produção de energia e indústrias extrativas. O sector primário é o que menos contribui, com 16%, mas emprega cerca de 35% da mão de obra, a maior parte da qual se encontra nas zonas rurais.

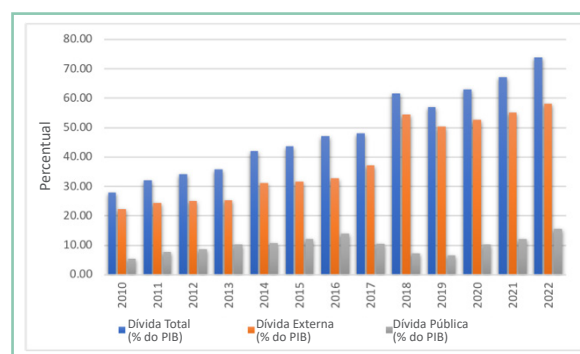
A inflação passou de 3,4% em 2011 para 0,8% em 2016, tendo aumentado para 9,7% em 2022. Esta tendência reflete as tensões geopolíticas, a COVID-19 e a guerra entre a Rússia e a Ucrânia. O Rácio da dívida pública em relação ao PIB aumentou de 32,1% em 2011 para 47,1% em 2016 e 68,2% em 2022 (Figura 2). Esta tendência reflete a procura e a contração maciça de empréstimos por parte do Governo para reestruturar a economia através do PSE.

Figura 1: Taxa de Crescimento do PIB do Senegal: de 2010 a 2022



Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

Figura 2: Estrutura da Dívida do Senegal: de 2010 a 2022



Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

Perspetivas Económicas



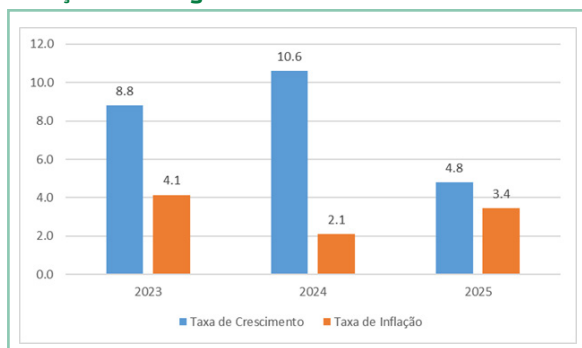
O crescimento económico do Senegal deverá consolidar-se, impulsionado por medidas de apoio à economia nacional, projetos estruturantes prioritários e futuros depósitos de gás e petróleo. As previsões de crescimento para o país são de 8,8% em 2023, 10,6% em 2024 e 4,8% em 2025 (Figura 3). Esta tendência será determinada pelo aumento esperado do desempenho do sector secundário, em particular do subsector extrativo.

No entanto, os riscos significativos estão relacionados com incertezas em matéria de precipitação, que podem ter um efeito negativo na produção agrícola, nas tensões



geopolíticas nos Estados membros vizinhos e na situação mundial.

Figura 3: Perspetivas de Crescimento do PIB e de Inflação do Senegal de 2023 a 2025



Fonte: Fundo Monetário Internacional, 2023

Por exemplo, a situação de Segurança no Mali e no Burkina Faso, bem como a crise na Guiné e no Níger, podem afetar as exportações como o cimento. Além disso, a guerra entre a Rússia e a Ucrânia poderá perturbar o abastecimento de trigo, produtos petrolíferos refinados e materiais de construção, o que poderá ter um impacto na atividade económica.

Paz, Segurança e Estabilidade



Embora o Senegal tenha desfrutado de um longo período de estabilidade política e social desde a independência, o país enfrenta potenciais ameaças, riscos e vulnerabilidades que podem ter um impacto na sua Segurança. A nível nacional, a crise de Casamance, desencadeada por um movimento de independência no Sul, colocou desafios à unidade do Senegal. Além disso, embora o país permaneça estável, as crescentes preocupações com a Segurança regional estão a contribuir para aumentar a incerteza.

Apesar do seu estatuto de "bom aluno" em termos de democracia, as fraquezas do sistema eleitoral podem comprometer a Paz social. A dissolução dos partidos políticos pode pôr em causa a democracia, a independência judicial e a ausência de diálogo político.

Embora o Senegal não seja um alvo direto, as ameaças terroristas e a deterioração das condições de Segurança regionais estão a aumentar a incerteza. O julgamento de dezenas de suspeitos de terrorismo em 2018 demonstra a relevância da ameaça. Esta situação pode ter repercussões no investimento e no turismo.

Recomendações



1. Promover investimentos que apoiem o crescimento inclusivo e fomentar parcerias com o sector privado para criar oportunidades de emprego produtivo.
2. Orientar o investimento para a melhoria do acesso às infraestruturas.
3. Concentrar-se na consolidação orçamental para facilitar o crescimento sustentável a médio prazo, reforçando assim a capacidade de resistência do Senegal aos choques externos.
4. Melhorar a conceção e o âmbito do atual programa de subsídios às famílias, a fim de garantir que as transferências de dinheiro cheguem melhor às famílias mais vulneráveis, proporcionando-lhes segurança financeira e melhorando a sua capacidade de resistir aos choques.

Serra Leoa



Desempenhos Económicos



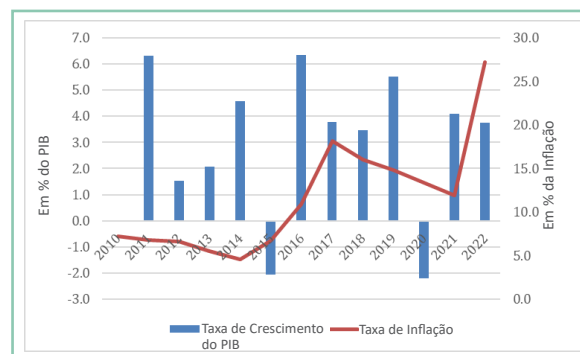
A Taxa de crescimento real do PIB da Serra Leoa manteve-se estável em 6,3% em 2011 e 2016, tendo depois diminuído para 3,8% em 2022 (Figura 1). O país registou um crescimento negativo de 2,0 em 2015 devido ao impacto negativo da pandemia de Ébola. A agricultura deu um contributo considerável para o PIB do país, variando entre 50% em 2010 e 3,7% em 2021. O sector industrial também registou flutuações, em especial nos sectores mineiro, da construção e da indústria transformadora.

Em termos de inflação, a Taxa era de 16% em 2011, tendo depois descido para 10,9% em 2016, antes de voltar a subir para 26,9% em 2022. Esta tendência deveu-se a fatores internos e externos, como a queda do preço do minério de ferro no mercado mundial e a epidemia de Ébola.

A inflação atingiu um pico de 27,2% em 2022 quando o país valorizou a sua moeda, o que levou a um aumento do nível geral de preços.

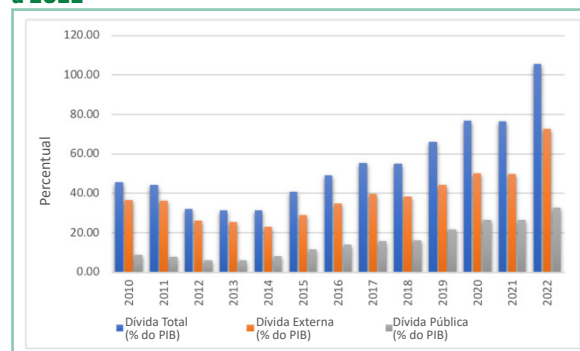
O total da dívida da Serra Leoa era de 4,5 mil milhões de leone (1,1 milhões de dólares) em 2010, com a dívida do país a flutuar devido a fatores externos e internos. O rácio da dívida pública em relação ao PIB aumentou de 38,0% em 2011 para 54,3% em 2016, tendo aumentado ainda mais para 82,3% em 2022 (Figura 2).

Figura 1: Taxa de Crescimento do PIB da Serra Leoa: de 2010 a 2022



Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

Figura 2: Estrutura da Dívida da Serra Leoa: de 2010 a 2022



Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

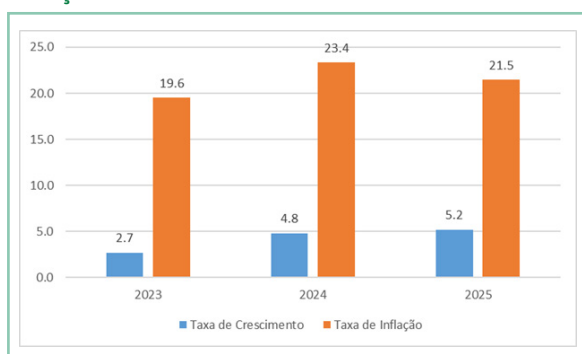
Perspetivas Económicas



As perspetivas económicas da Serra Leoa são uma combinação de desafios e oportunidades. Prevê-se um ligeiro aumento, de 2,7% em 2023 para 4,8% em 2024 e 5,2% em 2025. Os recursos naturais, a população jovem e os sectores inexplorados do país oferecem uma via para o desenvolvimento sustentável. Ao concentrar-se na diversificação económica, no desenvolvimento de infraestruturas, em políticas favoráveis aos investidores e no investimento no capital humano, a Serra Leoa pode enfrentar os seus desafios e libertar o seu verdadeiro potencial económico (Figura 3).



Figura 3: Perspetivas de Crescimento do PIB e de Inflação da Serra Leoa de 2023 a 2025



Fonte: Fundo Monetário Internacional, 2023

Paz, Segurança e Estabilidade



A Serra Leoa registou progressos consideráveis em matéria de Paz, Segurança e estabilidade desde o fim da guerra civil em 2002. Estes progressos podem ser atribuídos à evolução fundamental da governação democrática e da estabilidade política, aos esforços de consolidação da Paz, ao crescimento económico e ao apoio internacional. O país estabeleceu um sistema democrático estável com transições pacíficas de poder e criou instituições para promover a reconciliação e consolidar a Paz. O crescimento económico, em especial desde 2012, impulsionado por vários sectores, desempenhou um papel crucial na manutenção da estabilidade. O apoio internacional está a desempenhar um papel fundamental na reforma do sector da Segurança e no desenvolvimento socioeconómico. No entanto, o país continua a enfrentar desafios, nomeadamente a pobreza, o desemprego dos jovens, a corrupção e as tensões étnicas, que têm de ser resolvidos para garantir um desenvolvimento sustentável.

Um sistema democrático estável e iniciativas de consolidação da Paz criam confiança no processo político e reforçam as instituições democráticas. O desenvolvimento económico é essencial para a estabilidade e a redução da pobreza.

No entanto, desafios persistentes como a pobreza, o desemprego dos jovens, a corrupção e as tensões étnicas exigem uma atenção especial para garantir a Paz e a Estabilidade a longo prazo.

Recomendações



1. Melhorar a facilidade de fazer negócios para atrair mais Investimento Direto Estrangeiro, possivelmente através de isenções e reduções fiscais
2. O Banco Central da Serra Leoa deve continuar a aplicar políticas destinadas a reduzir a inflação, a fim de fazer face às crescentes pressões inflacionistas
3. Promover a coexistência pacífica entre os cidadãos e encetar um diálogo político contínuo entre os atores políticos, a fim de manter uma democracia viável e funcional.
4. Promover a Boa Governação, assegurando a transparência e a responsabilização na gestão das instituições públicas.

Togo



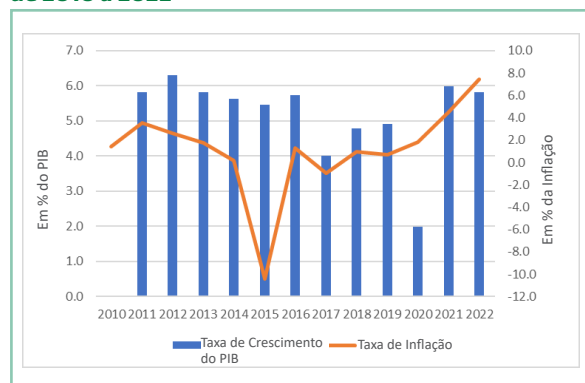
Desempenhos Económicos



A Taxa de crescimento real do PIB do Togo tem-se mantido estável, passando de 5,8% em 2011 para 5,7% em 2016 e 5,8% em 2022. (Figura 1). A Taxa de inflação foi de 3,6% em 2011, reduziu-se para 0,9% em 2016 e aumentou para 7,6% em 2022. Esta tendência foi impulsionada principalmente pelos preços dos produtos alimentares (+11,2%) e dos serviços de transporte (+12,7%).

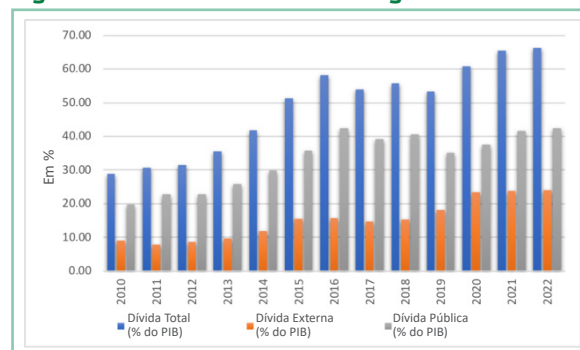
Em consequência da pandemia de COVID-19, o défice orçamental agravou-se e a dívida pública aumentou consideravelmente. O Rácio da dívida pública em relação ao PIB era de 30,2% em 2011, aumentando para 56,9% em 2016 e 65,8% em 2022. Consequentemente, o serviço da dívida constitui um peso importante para as finanças públicas do Togo (Figura 2).

Figura 1: Taxa de Crescimento do PIB do Togo: de 2010 a 2022



Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

Figura 2: Estrutura da Dívida do Togo : de 2010 a 2022



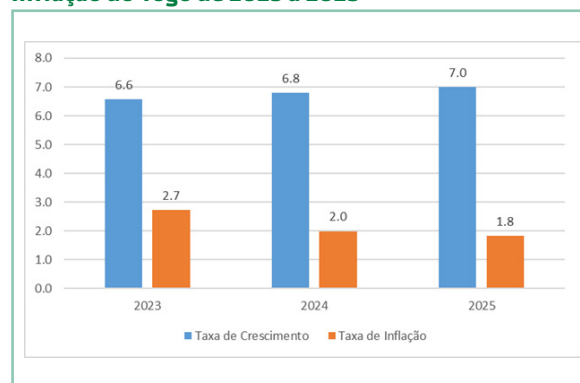
Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023

Perspetivas Económicas



O crescimento da economia togoleza está a ser impulsionado principalmente pelo relançamento dos investimentos privados, pelo aumento da produção agrícola e pelo aumento da procura interna. As previsões oficiais apontam para um crescimento do PIB de 6,6% em 2023, 6,8% em 2024 e 7,0% em 2025 (Figura 3). Este crescimento será possível graças ao programa de consolidação orçamental do Governo, que prevê uma redução das despesas de investimento público. O valor de 2023 será reduzido para 4,5% em 2025 e a dívida pendente manter-se-á estável em 64,9% do PIB no período de 2023-2025.

Figura 3: Perspetivas de Crescimento do PIB e de Inflação do Togo de 2023 a 2025



Fonte: Fundo Monetário Internacional, 2023

Os riscos para a situação socioeconómica do país estão ligados à deterioração da economia mundial, ao impacto negativo das condições climáticas na produção agrícola, às restrições ao financiamento do investimento público, ao refinanciamento da dívida, às flutuações dos preços dos produtos de base e à queda das exportações, bem como à ameaça do terrorismo.

Paz, Segurança e Estabilidade



A intensificação da atividade terrorista no Sahel e o desejo dos grupos jihadistas de se expandirem para as zonas costeiras colocaram o Togo em conflito com alguns desses grupos. As tensões concentram-se na Região de Savanas. Os grupos terroristas tentam explorar as dificuldades socioeconómicas das populações da Região de Savanas para aumentar o seu sentimento de abandono.

Em resposta a esta situação, o país tomou medidas operacionais ofensivas, incluindo a partilha de dados e informações com os Estados membros vizinhos, o reforço das capacidades operacionais do pessoal de Segurança e de informações e a realização de operações militares transfronteiriças conjuntas. No plano legislativo, o Togo adotou uma série de leis para adaptar o seu arsenal jurídico aos novos desafios em matéria de Segurança. A previsibilidade das despesas militares foi melhorada com a introdução de uma lei de programação militar em 2021.

Tendo em conta a dimensão comunitária e económica da ameaça à Segurança, as autoridades criaram um comité interministerial para a prevenção do extremismo violento (CIPLEV) com delegações locais e lançaram o Programa de Emergência para a Região de Savanas (PURS). Este programa visa melhorar as infraestruturas básicas da Região e reduzir a vulnerabilidade económica da população.

Recomendações



1. Proceder a um novo reperfilamento da sua dívida explorando o potencial orçamental da economia digital e dos bens de luxo para financiar o investimento público.
2. Melhorar a inclusão social, acelerando a implementação de uma solução de seguro público adaptada aos trabalhadores com baixos rendimentos e aos trabalhadores informais e alargando a cobertura dos programas da rede de Segurança social aos mais vulneráveis
3. Acelerar a criação de clusters para apoiar a mecanização agrícola atividade económica,
4. Acelerar a identificação biométrica dos residentes para um melhor controlo dos movimentos da população e trabalhar para garantir a disponibilidade de infraestruturas básicas em todas as localidades suscetíveis de serem afetadas pelo impulso jihadista, para garantir a Paz, a Segurança e a Estabilidade a nível nacional.

Anexo



Anexo 1: Taxa de Cambio Nominal das Moedas Nacionais em Dólares Americanos

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
BEN	495,80	471,80	510,89	494,06	494,34	591,15	592,93	581,94	555,78	585,89	575,64	554,44	623,44	623,44	623,44	623,44
BFA	495,80	471,80	510,89	494,06	494,34	591,15	592,93	581,94	555,78	585,89	575,64	554,44	623,44	623,44	623,44	623,44
CPV	83,28	79,28	85,84	83,07	81,92	99,40	99,69	97,89	93,43	98,53	96,77	93,24	104,84	104,84	104,84	104,84
CIV	495,80	471,80	510,89	494,06	494,34	591,15	592,93	581,94	555,78	585,89	575,64	554,44	623,44	623,44	623,44	623,44
GMB	27,99	30,10	34,07	35,96	41,53	42,51	43,82	47,88	48,02	50,10	50,91	51,09	55,40	55,40	55,40	55,40
GHA	1,43	1,51	1,81	1,98	2,90	3,71	3,91	4,35	4,59	5,21	5,60	5,81	8,31	8,31	8,31	8,31
GIN	5730,71	6669,94	6985,86	6908,21	7014,76	7487,67	8634,24	9180,92	9010,69	9178,99	9565,47	9766,18	8695,71	8695,71	8695,71	8695,71
GNB	495,80	471,80	510,89	494,06	494,34	591,15	592,93	581,94	555,78	585,89	575,64	554,44	623,44	623,44	623,44	623,44
LBR	71,50	72,50	72,46	82,50	84,87	88,50	94,46	112,63	144,04	186,30	191,45	166,22	152,91	152,91	152,91	152,91
MLI	495,80	471,80	510,89	494,06	494,34	591,15	592,93	581,94	555,78	585,89	575,64	554,44	623,44	623,44	623,44	623,44
NER	495,80	471,80	510,89	494,06	494,34	591,15	592,93	581,94	555,78	585,89	575,64	554,44	623,44	623,44	623,44	623,44
NGA	150,30	159,70	157,25	157,31	158,55	196,49	253,49	305,79	305,58	306,42	358,81	397,92	423,25	423,25	423,25	423,25
SEN	495,80	471,80	510,89	494,06	494,34	591,15	592,93	581,94	555,78	585,89	575,64	554,44	623,44	623,44	623,44	623,44
SLE	4182,67	4375,79	4331,31	4357,37	4520,82	5077,41	6289,94	7384,43	7934,88	9000,92	9829,03	10361,96	14022,44	14022,44	14022,44	14022,44
TGO	495,80	471,80	510,89	494,06	494,34	591,15	592,93	581,94	555,78	585,89	575,64	554,44	623,44	623,44	623,44	623,44



Anexo 2: Ponderações dos Estados membros

Estados membros	Peso : 2020-2022	Peso : 2010-2019
BEN	2,10	1,38
BFA	2,09	1,80
CPV	0,29	0,20
CIV	8,54	5,12
GMB	0,25	0,14
GHA	9,83	6,49
GIN	1,61	1,33
GNB	0,23	0,17
LBR	0,49	0,31
MLI	2,52	2,11
NER	1,87	1,18
NGA	65,07	75,60
SEN	3,44	2,82
SLE	0,61	0,69
TGO	1,05	0,66

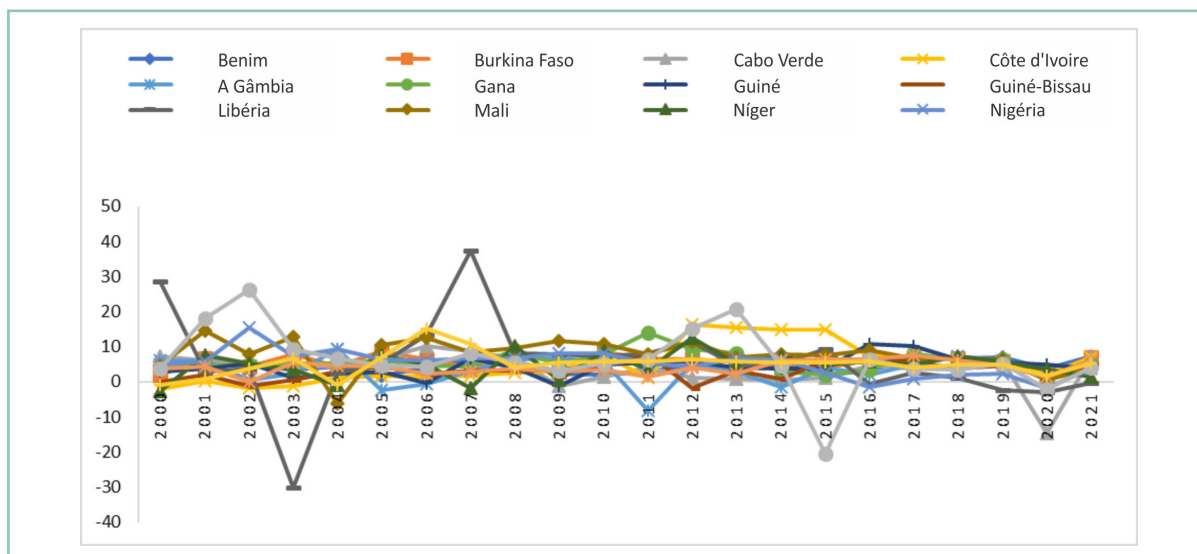
Anexo 3: Saldo orçamental, incluindo subsídios em relação ao PIB dos Estados membros da CEDEAO: de 2016 a 2022

Ano	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
BEN	-4,37	-4,29	-2,91	-0,49	-4,72	-5,74	-5,49
BFA	-3,32	-6,87	-4,28	-3,15	-5,09	-5,72	-8,52
CPV	-3,10	-3,10	-2,34	-2,54	-9,04	-7,72	-3,96
CIV	-2,92	-3,28	-2,90	-2,24	-5,42	-4,93	-6,86
GMB	-6,40	-5,37	-6,00	-2,94	-2,20	-5,81	-5,25
GHA	-2,77	-3,75	-3,88	-4,57	-11,46	-8,49	-11,20
GIN	0,02	-2,22	-1,12	-0,46	-2,03	-1,77	-0,76
GNB	-4,09	-1,36	-4,29	-3,58	-9,32	-7,68	-6,84
LBR	2,26	-1,47	-0,32	-1,16	2,21	-0,89	-2,12
MLI	-3,93	-1,96	-4,74	-1,69	-5,50	-4,86	-4,50
NER	-4,44	-4,11	-3,01	-3,56	-5,34	-5,91	-6,81
NGA	-2,14	-0,97	-0,74	-2,31	-3,88	-4,15	-4,16
SEN	-3,27	-2,97	-3,72	-3,92	-6,40	-6,31	-6,10
SLE	-7,51	-8,46	-5,22	-2,74	-5,71	-6,36	-10,85
TGO	-6,05	-0,21	-0,59	-0,90	-7,15	-4,67	-8,33
CEDEAO	-2,40	-1,61	-1,40	-2,46	-4,96	-4,82	-5,36
ZMAO	-2,19	-1,28	-1,03	-2,45	-4,77	-4,65	-5,02
UEMOA	-3,57	-3,47	-3,40	-2,48	-5,60	-5,39	-6,56

Fonte: Comissão da CEDEAO, 2023.



Anexo 4: Taxa de Crescimento Económicos nos Estados membros da CEDEAO, de 2005 a 2021



Fonte: UNCTAD, 2023.

Anexo 5: Indicadores

Índice	Benim	Burkina Faso	Cabo verde	Côte d'Ivoire	Gâmbia	Gana	Guine
Índice de Fragilidade	72.5.	90.5	61.4	89.6	78.6	63	99.6
Índice de Terrorismo	3.1614.	8.27	N / A	4.31.	N / A	N / A	N / A
Índice Global de Paz	2.125.	2.786	N / A	2.144.	1.792	1.759	2.332
IDH	0.525.	0.449	0.662	0.55	0.5	0.632	0.465
População (milhões de habitantes)	12.8.	22.1	0.6	22.7	2.6	32.4	13.9
Índice de inovação	124	120	N / A	109	N / A	95	132

Índice	Guine -Bissau	Libéria	Mali	Níger	Nigéria	Senegal	Serra Leoa	Togo
Índice de Fragilidade	91.3.	88.2	98.6	95.2	97.2	72.1	82.4	83.6
Índice de Terrorismo	N / A	N / A	8.152.	7.856	8.233	1.58	N / A	N / A
Índice Global de Paz	2.156.	1.973	2.911	2.655	2.725	1.916	1.803	2.094
IDH	0.483.	N / A	0.428.	0.4	0.535	0.511	0.477	0.539
População (milhões de habitantes)	2.1.	5.3	21.5	26.1	216.7	17.7	8.3	8.7
Índice de inovação	N / A	N / A	126	125	114	99	N / A	122

Fonte: PNUD WACA, Relatório anual 2022.

* N/A Não Aplicável

Anexo 6: Descrição das metas do ODS 16

	Descrição do objetivo		Indicadores
16.1	Reduzir significativamente, em todo o mundo, todas as formas de violência e as taxas de mortalidade associadas	16.1.1	Número de vítimas de homicídio intencional por 100.000 habitantes, por sexo e idade
		16.1.2	Número de mortes relacionadas com conflitos por 100.000 habitantes, por sexo, idade e causa
		16.1.3	Proporção da população vítima de violência física, psicológica ou sexual durante os 12 meses anteriores
		16.1.4	Número de pessoas que consideram que não há perigo em viajar sozinhas a pé na sua área de residência, em percentagem da população total
16.2	Acabar com o abuso, a exploração e o tráfico de crianças, bem como com todas as formas de violência e tortura	16.2.1	Proporção de crianças de 1 a 17 anos que sofreram castigos corporais ou abuso psicológico por parte de um cuidador no último mês
		16.2.2	Número de vítimas de tráfico de seres humanos por 100.000 habitantes, por sexo, idade e forma de exploração
		16.2.3	Proporção de mulheres e homens jovens de 18 a 29 anos que foram vítimas de violência sexual antes dos 18 anos
16.3	Promover o Estado de direito na ordem interna e internacional e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos	16.3.1	Proporção de pessoas que foram vítimas de violência nos últimos 12 meses e que denunciaram os factos às autoridades competentes ou utilizaram outros mecanismos de resolução de litígios oficialmente reconhecidos
		16.3.2	Proporção da população prisional que aguarda julgamento
16.4	Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros ilícitos e o tráfico de armas, reforçar as atividades de recuperação e de reenvio de bens roubados e combater todas as formas de crime organizado	16.4.1	Valor total dos fluxos financeiros ilícitos de entrada e de saída (em dólares americanos correntes)
		16.4.2	Proporção de armas apreendidas, encontradas ou devolvidas voluntariamente, cuja origem ou utilização ilícita tenha sido determinada ou estabelecida pelas autoridades competentes, em conformidade com os instrumentos internacionais
16.5	Reduzir significativamente a corrupção e a prática do suborno em todas as suas formas	16.5.1	Proporção de pessoas que lidaram, pelo menos uma vez, com um funcionário público a quem pagaram um suborno ou que lhes pediu um suborno durante os 12 meses anteriores
		16.5.2	Proporção de empresas que lidaram, pelo menos uma vez, com um funcionário público a quem pagaram um suborno ou a quem pediram um suborno durante os 12 meses anteriores
16.6	Criar instituições eficazes, responsáveis e transparentes a todos os níveis	16.6.1	Despesas públicas primárias em proporção do orçamento inicial aprovado, por sector (ou por código orçamental ou outro critério semelhante)
		16.6.2	Proporção da população cuja última experiência com os serviços públicos foi satisfatória
16.7	Assegurar que o dinamismo, a abertura, a participação e a representação a todos os níveis caracterizem a tomada de decisões	16.7.1	Distribuição dos cargos (por sexo, idade, estatuto de deficiência e grupo populacional) nas instituições públicas (órgãos legislativos, serviços públicos e órgãos judiciais a nível local e nacional), em comparação com a distribuição nacional
		16.7.2	Proporção da população que acredita que a tomada de decisões é aberta e reativa, por sexo, idade, estatuto de deficiência e grupo populacional
16.8	Alargar e reforçar a participação dos Estados membros em desenvolvimento nas instituições responsáveis pela governação mundial	16.8.1	Proporção de estados-membros em desenvolvimento que são membros de organizações internacionais e têm direito de voto
16.9	Até 2030, garantir a identidade legal para todos, em especial através do registo de nascimento	16.9.1	Proporção de crianças com menos de 5 anos de idade que foram registadas por uma autoridade do estado civil, por idade

16:10	Garantir o acesso do público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais	16.10.1	Número de casos comprovados de assassinios, raptos, desaparecimentos forçados, detenções arbitrárias e tortura de jornalistas, trabalhadores dos meios de comunicação social, sindicalistas e defensores dos direitos humanos nos últimos 12 meses
		16.10.2	Número de Estados-Membros que adotam e aplicam disposições constitucionais, regulamentares e políticas para garantir o acesso do público à informação
16.a	Apoiar, nomeadamente no âmbito da cooperação internacional, as instituições nacionais responsáveis pelo reforço, a todos os níveis, dos meios de prevenção da violência e de luta contra o terrorismo e a criminalidade, em especial nos Estados-Membros em desenvolvimento	16.a.1	Existência de instituições nacionais independentes de defesa dos direitos humanos em conformidade com os princípios de Paris
16.b	Promover e aplicar leis e políticas não discriminatórias para um desenvolvimento sustentável	16.b.1	Proporção da população que declarou ter sofrido pessoalmente discriminação ou assédio nos 12 meses anteriores por razões proibidas pelo direito internacional em matéria de direitos humanos

Annex 7: Taxa de endividamento público em relação ao PIB dos Estados membros da CEDEAO (porcentagem)

TAXA DE ENDIVIDAMENTO PÚBLICO EM RELAÇÃO AO PIB DOS ESTADOS MEMBROS DA CEDEAO (PORCENTAGEM)	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
BEN	30,7	26,8	25,5	30,9	30,9	35,9	39,6	41,1	41,3	46,1	49,8	54,0	51,7
BFA	27,9	24,9	25,4	27,4	30,9	32,3	33,4	37,3	42,2	46,2	53,3	53,9	58,0
CPV	69,0	82,9	93,5	105,6	121,6	120,7	118,1	117,1	108,5	141,2	143,8	120,9	120,2
CIV	57,8	34,2	34,0	36,9	29,2	31,5	32,9	35,7	37,9	46,3	50,9	56,7	63,3
GMB	46,6	49,0	55,9	68,7	69,1	77,1	80,2	82,4	80,3	85,0	81,7	82,0	73,0
GHA	39,7	47,8	42,9	51,2	55,6	54,6	55,4	57,6	62,1	74,4	76,2	71,2	98,7
GIN	56,5	42,2	44,5	31,7	39,7	36,5	34,4	30,7	29,5	46,4	41,7	36,5	47,7
GNB	24,3	31,4	26,5	31,3	24,4	30,1	31,4	34,6	58,2	71,4	76,4	81,4	76,5
LBR	32,4	34,1	30,5	37,9	33,3	40,2	24,6	28,8	51,8	53,5	47,4	50,8	57,1
MLI	23,9	24,3	26,0	27,2	30,7	35,9	35,5	36,9	40,6	47,3	51,6	49,9	54,1
NER	13,9	16,1	17,5	19,4	29,8	29,1	30,6	35,5	41,7	44,4	50,8	50,8	50,6
NGA	8,9	9,1	8,9	10,7	11,5	14,1	14,6	15,0	18,8	21,3	22,5	22,9	38,8
SEN	32,1	33,8	35,7	42,1	43,8	47,1	48,0	54,8	60,0	63,1	67,4	68,2	61,5
SLE	38,0	33,2	28,4	35,2	45,1	54,3	56,4	57,4	71,6	71,0	79,8	82,3	92,2
TGO	30,2	31,0	38,6	45,7	51,3	56,9	54,5	56,1	53,6	60,1	63,0	65,8	68,5
CEDEAO	15,3	16,9	15,6	15,3	17,7	18,7	21	21,6	22,6	26,4	34,2	36,2	36,3



Annex 8: Taxa de inflação

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
TAXA DE INFLAÇÃO													
BEN	2,1	2,7	6,8	1,0	-1,1	0,3	-0,8	1,7	0,8	-0,9	3,0	1,7	1,4
BFA	-0,6	2,8	3,8	0,5	-0,3	0,9	-0,2	2,9	1,9	-3,2	1,9	3,9	14,1
CPV	2,1	4,5	2,5	1,5	-0,2	0,1	-1,4	0,8	1,3	1,1	0,6	1,9	8,0
CIV	1,8	4,9	1,3	2,6	0,4	1,2	0,7	0,4	0,6	0,8	2,4	4,2	5,2
GMB	5,0	4,8	4,3	5,7	6,9	6,8	6,2	8,1	6,4	7,7	7,7	5,6	13,2
GHA	10,7	8,7	9,2	11,7	15,5	17,2	18,2	14,5	9,8	9,3	10,0	10,0	31,5
GIN	15,5	21,4	15,2	11,9	9,7	8,2	7,8	8,5	9,8	9,5	10,6	12,6	10,5
GNB	1,9	5,3	2,1	0,7	-1,0	1,5	1,4	1,0	1,4	0,1	1,5	3,3	7,9
LBR	7,5	8,5	6,9	7,6	9,8	7,8	8,9	12,5	23,4	26,9	17,4	7,9	7,6
MLI	1,2	3,0	5,3	-0,6	0,9	1,4	-1,8	2,9	1,8	-3,0	-1,9	3,9	9,7
NER	1,2	3,0	5,3	-0,6	0,9	1,4	0,2	0,2	2,7	-2,5	2,9	3,8	4,2
NGA	12,4	12,4	10,8	12,2	8,5	8,0	9,0	15,7	14,4	11,3	11,9	17,0	18,8
SEN	1,3	3,4	1,4	0,7	-1,1	0,1	0,8	1,7	0,5	1,0	2,5	2,1	9,7
SLE	17,8	16,0	12,9	10,4	7,2	8,1	10,9	16,3	16,0	14,8	13,5	11,9	27,0
TGO	1,4	3,6	2,6	1,8	0,2	1,8	0,9	-0,2	0,9	0,7	1,8	4,5	7,6



Annex 9: Taxa de crescimento real do PIB

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO PIB													
BEN		4,6	4,8	6,9	6,5	7,5	3,3	5,7	6,7	6,9	3,8	7,2	6,3
BFA		6,6	6,5	5,8	4,3	1,6	6,0	6,2	6,7	5,7	1,9	6,5	3,0
CPV		3,9	1,1	0,6	0,7	0,9	4,3	4,6	3,7	7,6	-19,3	6,8	17,7
CIV		-4,2	10,1	9,3	8,8	8,5	7,2	7,4	4,8	6,5	1,7	7,4	6,7
GMB		-4,3	5,9	4,8	-1,4	5,9	0,4	-2,3	7,2	6,3	0,6	11,8	4,9
GHA		14,0	9,3	7,3	2,9	2,2	3,4	8,1	6,7	6,5	0,5	5,1	3,1
GIN		5,6	5,9	3,9	3,7	3,8	10,8	10,5	6,1	5,6	7,0	4,9	4,6
GNB		8,1	-1,7	3,3	6,0	6,1	5,4	4,7	3,4	4,5	1,5	6,4	4,7
LBR		7,7	8,4	8,8	0,7	0,0	-1,6	2,4	1,2	-2,5	-3,0	5,0	4,8
MLI		3,2	-0,8	2,3	7,1	6,2	5,9	5,3	4,7	4,8	-1,2	3,1	3,7
NER		3,4	12,4	5,1	7,3	4,8	5,7	5,0	7,2	5,9	3,6	1,4	11,5
NGA		5,3	4,2	5,5	6,2	3,9	-2,6	0,8	1,9	2,3	-0,8	3,6	3,3
SEN		1,5	5,1	2,8	6,6	6,4	6,4	7,4	6,2	4,6	1,3	6,5	4,2
SLE		6,3	1,5	2,1	4,6	-2,0	6,3	3,8	3,5	5,5	-2,2	4,1	3,8
TGO		5,8	6,3	5,8	5,6	5,5	5,7	4,0	4,8	4,9	2,0	6,0	5,8



Referências Gerais



Afrexim Bank. (2022). African Trade Report. Cairo: Afrexim Bank.

African Development Bank. (2020). Central Africa Economic Outlook: Coping with the COVID-19 Pandemic. African Development Bank Group Avenue Joseph Anoma 01 BP 1387 Abidjan 01 Côte d'Ivoire.

African Development Bank. (2020). East Africa Economic Outlook: Coping with the COVID-19 Pandemic. African Development Bank Group Avenue Joseph Anoma 01 BP 1387 Abidjan 01 Côte d'Ivoire.

African Development Bank. (2020). ECOWAS Economic Outlook: Coping with the COVID-19 Pandemic. African Development Bank Group Avenue Joseph Anoma 01 BP 1387 Abidjan 01 Côte d'Ivoire.

African Development Bank. (2020). North Africa Economic Outlook: Coping with the COVID-19 Pandemic. African Development Bank Group Avenue Joseph Anoma 01 BP 1387 Abidjan 01 Côte d'Ivoire.

African Development Bank. (2020). Southern Africa Economic Outlook: Coping with the COVID-19 Pandemic. African Development Bank Group Avenue Joseph Anoma 01 BP 1387 Abidjan 01 Côte d'Ivoire.

African Development Bank. (2023). Central Africa Economic Outlook: Mobilizing Private Sector Financing for Climate and Green Growth. African Development Bank Group Avenue Joseph Anoma 01 BP 1387 Abidjan 01 Côte d'Ivoire.

African Development Bank. (2023). East Africa Economic Outlook: Mobilizing Private Sector Financing for Climate and Green Growth. African Development Bank Group Avenue Joseph Anoma 01 BP 1387 Abidjan 01 Côte d'Ivoire.

African Development Bank. (2023). ECOWAS Economic Outlook: Mobilizing Private Sector Financing for Climate and Green Growth. African Development Bank Group Avenue Joseph Anoma 01 BP 1387 Abidjan 01 Côte d'Ivoire.

African Development Bank. (2023). North Africa Economic Outlook: Mobilizing Private Sector Financing for Climate and Green Growth. African Development Bank Group Avenue Joseph Anoma 01 BP 1387 Abidjan 01 Côte d'Ivoire.

African Development Bank. (2023). Southern Africa Economic Outlook: Mobilizing Private Sector Financing for Climate and Green Growth. African Development Bank Group Avenue Joseph Anoma 01 BP 1387 Abidjan 01 Côte d'Ivoire.



- Armed Conflict Location & Events Data. (2023). Conflict index. Bringing Clarity to Crisis (acleddata.com)
- Bagayoko, N., and Ba, M. (2020). The Institutional Architecture of Peace and Security in ECOWAS. African Security Sector Network.
- Balzacq, T. (2003). Qu'est-ce que la sécurité nationale?. *Revue internationale et stratégique*, (4), 33-50
- Boutaleb, O. (2022). The Role of ECOWAS in Managing the Internal Security Crises of its Member States. Policy Brief. PB-49/22.
- Buzan, B. (1987). Common security, non-provocative defence, and the future of Western Europe. *Review of International Studies*, 13(4), 265-279
- Citizen Coalition for the Sahel. (June 2022). Follow-up report on what has changed. www.sahelpeoplescoalition.org
- Collier, P. (2008). The Bottom Billion: Why the Poorest Member States are Failing and What Can Be Done About It. *Ethics & International Affairs*, 22(1), 127–127. DOI.
- CONASUR. (2023).
- David, D. (2002). *Sécurité: l'après-New York*. Presses de Sciences Po.
- ECOWAS Commission. (2023). ECOWAS Annual Trade Report. Abuja : ECOWAS Commission.
- ECOWAS. (2022). ECOWAS Vision 2050: “ECOWAS of the People: Peace and Prosperity for All”. Abuja: ECOWAS Commission.
- Global Terrorism Database. (2022). <https://www.start.umd.edu/gtd/>
- Gupta, S., Clements, B., Bhattacharya, R., and Chakravarti, S. (2004). Fiscal Consequences of Armed Conflict and Terrorism in Low- and Middle-income Member States. *European Journal of Political Economy*, 20(2), 403–421. DOI.
- Hartland-Thunberg, P. (1982). National economic security: interdependence and vulnerability. *National economic security*, 47-61
- IIAG. (2023). 2022 Ibrahim Index of African Governance, Index Report; Mo Ibrahim Foundation



- IMF(N.D). The Economic Consequences of Conflicts. <https://www.elibrary.imf.org>
- Institute for Economics & Peace. (2022). Key Trends in Global Terrorism Index 2022 report. <https://www.visionofhumanity.org/global-terrorism-index-2022-key-findings-in-6-charts/>
- International Labour Organization. (2021). Peace and Conflict Analysis: Guidance for ILO's programming in fragile and conflict-affected contexts. International Labour Organization
- International Monetary Fund. (2022). Countering the Cost-of-Living Crisis. World Economic Outlook. Washington D.C.
- International Monetary Fund. (2023). Cape Verde, IMF Country Report No 23, July 23. Washington DC: IMF
- International Monetary Fund. (2023). Inflation Peaking Amid Low Growth. World Economic Outlook Update. Washington D.C.
- INTERPOL. (2021). Annual Report. <https://www.interpol.int/>
- Kitsimbou, X. (2021). Une architecture de paix et de sécurité en Afrique, Pourquoi faire? HAL, open science.
- Luciani, G. (1988). The Economic Content of Security¹. Journal of Public policy, 8(2), 151-173
- Marc-Antoine Pérouse de Montclos. (2021). Les groupes djihadistes au Sahel : Une communication globale à l'épreuve des réalités locales, Étude 87, IRSEM, octobre 2021.
- MICA. (2022). International Conference on Advanced Communications and Machine Intelligence. <https://easychair.org/cfp/MICA2022>
- Nkemgha, G. Z., Ofeh, M. A., & Poumie, B. (2022). Growth Effect of Inflation in Central African Member states: Does Security Situation Matter? Journal of the Knowledge Economy, 0123456789. DOI.
- Raleigh, C., Linke, A., Hegre, H., & Karlsen, J. (2010). "Introducing ACLED: An Armed Conflict Location and Event Dataset: Special Data Feature". Journal of Peace Research, 47(5), 651-660. DOI.

- Sahel and ECOWAS Club/OECD. (2009). Workshop to Launch the Saly Action Plan on Regional Instruments and Mechanisms for Endogenous Governance and Conflict Prevention. http://www.oecd.org/document/33/0,3343,fr_38233741_38247070_38864865_1_1_1_1,00.html
- SIPRI. (2021). Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) 2021-22. <https://openaid.se/en/contributions/SE-0-SE-2-90900>
- Toure, J. (2016). ECOWAS and Conflict Resolution in ECOWAS. Master 2 Law Thesis; Mention Public Careers; Specialty: Security and Defence, July 2016.
- Trager FN, Simonie Fl. (1973). "An introduction to the Study of National Security" in Trager FN & Kronenberg, PS (eds), National security and the american society: Theory, Process and Policy, Lawrence: University Press of Kansas.
- Ujunwa, A., Okoyeuzu, C., Nkwor, N., and Ujunwa, A. (2021). Potential Impact of Climate Change and Armed Conflict on Inequality in Sub-Saharan Africa. South African Journal of Economics, 89(4), 480–498. DOI.
- UNDP. (2022). Annual Report of the West and Central Africa Sub-regional Hub Conference Report: ECOWAS Facing New Threats from the crisis in the Sahel. Sub-Regional Conference of Officers and Parliamentarians. Lomé, November 21, 22 and 23, 2012.
- UNDP. (2022). Liptako-Gourma Stabilization Facility Regional Annual Report .United Nations Development Programme Sub-Regional Hub for West and Central Africa.Dakar-Senegal. https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2024-03/liptak_1.pdf
- UNECA. (2022). Progress Report on the SDGs in Africa: is Africa on Track to Achieve the SDGs by 2030.
- UNHCR. (2023). Mid-Year Trends 2023. <https://www.unhcr.org/mid-year-trends-report-2023>
- UNHCR. (2023). UNHCR Burkina Faso - Aperçu des personnes déplacées de force. United Nations Office for the Coordination of Humanitarian. <https://www.unhcr.org/fr/pays/burkina-faso>
- UNICEF. (2019). School closures in the Sahel double in the last two years due to growing insecurity. <https://www.unicef.org/press-releases/school-closures-sahel-double-last-two-years-due-growing-insecurity-unicef>

- United Nations. (2004). Security Council resolution 1566 (2004) on Threats to international peace and security caused by terrorist acts. <https://www.un.org/ruleoflaw/blog/document/security-council-resolution-1566-2004-on-threats-to-international-peace-and-security-caused-by-terrorist-acts/>
- UNOCHA. (2023). Sahel Dashboard: Humanitarian Overview (As of 16 October 2023). <https://www.unocha.org/publications/report/nigeria/sahel-dashboard-humanitarian-overview-16-october-2023>
- UNODC. (2022). Maritime Crime and Piracy. <https://www.unodc.org/conig/en/stories/martime-crime-and-piracy.html>
- UNOWAS. (2023). Reports. <https://unowas.unmissions.org/reports>
- WAEMU Commission. (2022). Report on Peace and Security in the WAEMU Zone for the second half of 2021. WAEMU
- WAEMU Commission. (2022). The Regional Monitoring Report on National Development Plans or Poverty Reduction Strategies (PND/PRSP) focused on the Sustainable Development Goals (SDGs), 3rd Edition.
- Wolfers, A. (1962). Security, in an objective sense, measures the absence of threats to acquired values, in a subjective sense, the absence of fear that such values will be attacked. EE. UU.
- World Bank. (2023). Global Economic Prospects. A World Bank Group Flagship Report, Washington D.C 20433.

101, Yakubu Gowon Crescent,
Asokoro District, P.M.B 401,
Abuja, Nigeria

www.ecowas.int

ISBN: 978-978-771-204-7



9 789787 712047